

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Ana Carolina Garcia Braz
Daniel Facciolo Pires
Marinês Santana Justo Smith
Silvia Regina Viel
Welton Roberto Silva (Orgs.)

SAÚDE MENTAL E SEUS MÚLTIPLOS OLHARES

Coleção Ciência e Desenvolvimento
50

ISBN VOLUME



ISBN COLEÇÃO



DOI 10.29327/5456331



I.C. Uni-FACEF

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Ana Carolina Garcia Braz
Daniel Facciolo Pires
Marinês Santana Justo Smith
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva (Org.)

SAÚDE MENTAL E SEUS MÚLTIPLOS OLHARES

ISBN 978-65-88771-78-5

FRANCA
Uni-FACEF
2024

Corpo Diretivo

REITOR

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

VICE-REITOR

Prof. Dr. João Baptista Comparini

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Profª. Drª Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO e COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Prof. Dr. Sílvio Carvalho Neto

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Profª. Drª. Marinês Santana Justo Smith

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Cyro de Almeida Durigan

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Dr. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Publicidade e Propaganda

Prof. Ma. Fúlvia Nassif Jorge Facuri

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Profª. Drª. Márcia Aparecida Giacomini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Prof. Dnd. Anderson Fabrício Mendes

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Prof. Dr. Flávio Henrique de Oliveira Costa

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE LETRAS

Profª Drª Maria Eloísa de Souza Ivan

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MATEMÁTICA

Prof. Drª Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MEDICINA

Prof. Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE PSICOLOGIA

Profª Drª Maria de Fátima Aveiro Colares

CHEFE DE DEPARTAMENTOS DE COMPUTAÇÃO

Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires

Comissão Científica

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Sílvia Regina Viel (Uni-FACEF)
Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)
Maria Eloísa de Souza Ivan (Uni-FACEF)
Daniel Facciolo Pires (Uni-FACEF)
Renato Garcia de Castro (UNICAMP)
Pedro Geraldo Tosi (UNESP)
Vânia de Fátima Martino (UNESP)
Érika Andressa da Silva (IFESC)
Andrea Liporini (UNESP)
Evandro Eduardo Seron Ruiz (USP)
Josiane Maria Starling Duarte (Uni-FACEF)
Kelly Jacqueline Barbosa (Uni-FACEF)
Lívia Maria Lopes (Uni-FACEF)
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni (UNESP)
Edson Zangiacomi Martinez (USP)
Emerson Fernando Rasesa (UFU)
Janise Braga Barros Ferreira (USP)
Mário Luís Ribeiro Cesaretti (UNIFESP)
Rodrigo Guimarães dos Santos Almeida (UFMS)

Comissão Organizadora

José Alfredo de Pádua Guerra
Alfredo José Machado Neto
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Ana Carolina Garcia Braz
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
Sívio Carvalho Neto
Marinês Santana Justo Smith
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva
Leonardo Carloni Rodrigues Meira

© 2024 dos autores
Direitos de publicação Uni-FACEF
www.unifacef.com.br

Coleção: Ciência e Desenvolvimento, v. 50.

O51g	Oliveira, Sheila Fernandes Pimenta <i>et al</i> (Orgs.). Saúde mental e seus múltiplos olhares. / Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira; Ana Carolina Garcia Braz; Silvia Regina Viel; Daniel Facciolo Pires; Marinês Santana Justo Smith; Welton Roberto Silva (Orgs.). – Franca: Uni-FACEF; 2024. 213p.; il. ISBN Coleção 978-85-5453-017-4 ISBN Volume 978-65-88771-78-5 DOI 10.29327/5456331 1. Multidisciplinar - Fórum 2. Iniciação Científica 3. Pesquisa 4. Metodologia I.T. CDD 658
------	---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. **Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.**

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

PREFÁCIO

O Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF sediou em 2024, o XVIII Fórum de Estudos Multidisciplinares, que tradicionalmente engloba quatro eventos: o XII Congresso de Iniciação Científica, o XIII Encontro de Iniciação à Docência, o XII Encontro de Iniciação à Tecnologia e Inovação e o V Encontro do PET-Saúde. O atual volume foi compilado, a partir das pesquisas apresentadas no evento, com foco em temas relacionados a saúde mental, seus diversos campos de atuação e seus múltiplos olhares diante da diversidade de campos, trazendo contribuições importantes ao meio acadêmico e à comunidade em geral. Os artigos apresentados exploram temas relevantes socialmente e que se destacam na contemporaneidade como “convites” a pesquisa científica e a reflexões sobre a prática em saúde mental.

O primeiro artigo, intitulado *“Habilidades Sociais: as dificuldades de socialização pós pandemia em crianças e adolescentes”* de autoria de Sofia Muniz Alves Gracioli Elesbão Evaristo Costa e Freitas Júnior Letícia Gimenes Mendes trata dos impactos do lockdown durante a pandemia da COVID-19 explorando os impactos negativos e as demais consequências do isolamento.

O artigo intitulado *“Homens Cis Gays da geração X: o processo de individuação a partir das influências sócio-históricas”* de autoria de Maria Cherubina de Lima Alves Fabio Marcilio Palhares Silva, discutem sobre a homossexualidade na atualidade e apontando as ocorrências, tanto explícitas como implícitas, de homofobia.

O tema *“Impactos do racismo nas relações escolares de adolescentes: uma pesquisa-intervenção sociodramática”* de autoria de Stephany Matias de Oliveira Crisostono apresentam o tema a partir de uma pesquisa-intervenção sociodramática realizando uma investigação dos impactos do racismo nas relações escolares de adolescentes dos anos finais do ensino fundamental de uma escola pública.

O artigo intitulado *“Narcisismo: O narcisismo virtual e o outro lado dos jogos virtuais sociais”* de autoria de Sofia Muniz Alves Gracioli, Letícia Gimenes Mendes, Elesbão Evaristo Costa e Freitas Júnior exploram o termo “narcisismo virtual” dentro do contexto dos jogos online sociais ou qualquer jogo do gênero RPG (role-playing game).

Sobre o tema *“Neoliberalismo como deturbador da perspectiva de saúde: mercadoria suplanta o direito fundamental”* de autoria de Sofia Muniz Alves Gracioli e Laís do Nascimento Martins se propuseram a rever, de forma crítica e ética, a perspectiva de saúde no Brasil historicamente, na contemporaneidade.

O artigo *“O Alcance psicológico na Umbanda: Exu na abordagem analítica”* de Maria Cherubina de Lima Alves e Camila Marinho Freitas investigam através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo como os participantes da pesquisa, vivenciam Exu no seu processo de desenvolvimento/individuação

“O estresse do estudante de medicina e sua associação com traços narcísicos” de autoria de Valéria Beghelli Ferreira e Lana Carolina Gomes Borelli objetivam identificar a percepção do estresse do estudante de medicina relacionando com os traços narcísicos e seus impactos psicossociais.

No artigo intitulado *“O Trabalho não remunerado das mulheres a partir de suas próprias vivências: uma pesquisa cartográfica”* de autoria de Daniela de Figueiredo Ribeiro e Maria Fernanda dos Reis

Queiroz apresentam os resultados preliminares da pesquisa a respeito do trabalho não remunerado de mulheres habitantes de uma comunidade a partir de suas próprias vivências.

“Os direitos humanos das pessoas com transtornos mentais e neuro divergentes: uma análise jurídico-histórica perante as instituições manicomiais” artigo de autoria de Ana Paula Bagaiolo Moraes, Mel Appes de Sousa Martins e Lavinia Santos de Souza analisam e ponderam sob uma perspectiva jurídico- histórica, os direitos das pessoas com transtornos no século XX.

No artigo *“Relato de experiência de estágio em Psicologia Hospitalar: acolhendo pacientes com câncer”* de autoria de Maria de Fátima Aveiro Colares, Stephany Matias de Oliveira Crisostono, Maria Fernanda dos Reis Queiroz e Mariana Rocha Siqueira exploram a partir de uma experiência de estágio em Psicologia Hospitalar a vivência com pacientes oncológicos e a potencialidade do trabalho do psicólogo a partir da musicoterapia e vivências.

O artigo *“Saúde mental na comunidade LGBTQIAPN+: histórico, concepções ideológicas e políticas públicas que embasam as práticas no Brasil e perspectivas atuais”* de autoria de Nina Maranhã Coelho, Sofia Souza Cintra Daniela de Figueiredo Ribeiro e Fabio Marcilio Palhares Silva, investigam o histórico relacionado às questões de gênero, concepções ideológicas, políticas públicas no Brasil e perspectivas atuais, a fim de compreender os impactos na saúde mental da comunidade LGBTIAPN+.

O último artigo intitulado *“Sociodrama na escola: uma pesquisa-intervenção sobre o manejo dos ciclos de violência vividos dentro de sala de aula”* de autoria de Daniela de Figueiredo Ribeiro e Maria Giulia Pedrucci, diz respeito a pesquisar e intervir, a partir do Sociodrama, sobre os ciclos de violência vivenciados dentro de sala de aula, visto que eles se demonstram um problema relevante e recorrente no contexto educacional do Brasil atualmente.

Assim, a leitura deste livro, com certeza propiciará um aprendizado de natureza multiprofissional, abrangente, com o objetivo de despertar a beleza pelo conhecimento científico, teórico e prático, nas áreas de interface entre Psicologia e outros saberes.

Profa Dra Maria de Fátima Aveiro Colares
Coordenadora do Curso de Psicologia
UNIFACEF

SUMÁRIO

HABILIDADES SOCIAIS: AS DIFICULDADES DE SOCIALIZAÇÃO PÓS-PANDEMIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	9
HOMENS CIS GAYS DA GERAÇÃO X: o processo de individuação a partir das influências sócio-históricas	20
IMPACTOS DO RACISMO NAS RELAÇÕES ESCOLARES DE ADOLESCENTES: uma pesquisa-intervenção sociodramática	42
NARCISISMO: O narcisismo virtual e o outro lado dos jogos virtuais sociais	65
NEOLIBERALISMO COMO DETURPADOR DA PERSPECTIVA DE SAÚDE: mercadoria suplanta o direito fundamental.....	79
O ALCANCE PSICOLÓGICO NA UMBANDA: Exu na abordagem analítica	90
O ESTRESSE DO ESTUDANTE DE MEDICINA E SUA ASSOCIAÇÃO COM TRAÇOS NARCÍSICOS	108
O TRABALHO NÃO REMUNERADO DAS MULHERES A PARTIR DE SUAS PRÓPRIAS VIVÊNCIAS: uma pesquisa cartográfica	124
OS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS E NEURO DIVERGENTES: uma análise jurídico-histórica perante as instituições manicomiais.....	145
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR: acolhendo pacientes com câncer	157
SAÚDE MENTAL NA COMUNIDADE LGBTQIAPN+: histórico, concepções ideológicas e políticas públicas que embasam as práticas no Brasil e perspectivas atuais.....	176
SOCIODRAMA NA ESCOLA: uma pesquisa-intervenção sobre o manejo dos ciclos de violência vividos dentro de sala de aula	191
ÍNDICE	213

Habilidades Sociais: as dificuldades de socialização pós-pandemia em crianças e adolescentes.

MENDES, Letícia Gimenes
JÚNIOR, Elesbão Evaristo Costa e Freitas
GRACIOLI, Sofia Muniz Alvez

Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

1. INTRODUÇÃO

O conceito de habilidades sociais é o conjunto de comportamentos emitidos diante das demandas de uma situação interpessoal, desde que maximizem os ganhos e reduzam as perdas para as interações sociais. O homem é um ser social porque sempre viveu em grupo para suprir suas necessidades tais como desenvolver suas habilidades sociais. O isolamento social e as medidas preventivas que foram tomadas para amenizar os problemas relacionados com covid-19 ocasionaram um atraso e/ou limitações nas habilidades de comunicação dos indivíduos.

Na fase pós-pandemia, depois de aproximadamente dois anos em casa, cursando pelo ensino remoto, são inúmeros os desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes para a retomada das atividades presenciais, principalmente, na sala de aula. O isolamento social revelou, principalmente nos primeiros anos da educação básica, alunos menos preparados, mais distraídos, apresentando insegurança em se relacionar com os colegas. Na prática, o lado socioemocional de crianças e adolescentes foi abalado pela COVID-19. Os adolescentes ficaram mais receosos diante dos dilemas da vida adulta. Isso sem mencionar as cobranças naturais em relação a escolha futura de uma profissão e universidade e a dificuldade para encontrar um equilíbrio com a reintegração da vida presencial e atrativos do mundo digital.

A relevância do presente trabalho é o tema ser algo muito recente e presente na vida cotidiana das pessoas e precisa ser mais evidenciado e discutido.

O objetivo deste artigo foi explorar os impactos negativos que o isolamento social teve nas habilidades sociais de crianças e adolescentes.

A metodologia foi uma revisão bibliográfica crítica com uso de artigos científicos e livros na área do conhecimento.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Habilidades Sociais

Os seres humanos, desde seus primórdios, desenvolveram as habilidades sociais como estratégia para poderem se comunicar, se expressar com os outros de seu grupo. Dessa forma, o homem possui a capacidade de se relacionar e criar laços únicos com indivíduos semelhantes, a fim de criar algo ou alguma relação que tenha trocas mútuas de experiência e conhecimento, seja ele intelectual ou emocional.

Conforme Del Prette e Del Prette (2005), as habilidades sociais constituem classes específicas de comportamentos presentes no repertório de um indivíduo que lhe permitem lidar de forma competente com as demandas de situações interpessoais, favorecendo um relacionamento saudável e produtivo com outras pessoas.

Ou seja, são as competências que temos para interagir com os outros, expressar nossos desejos e opiniões em meios sociais, de forma que minimizem os danos e maximizem os ganhos das experiências interpessoais (Del Prette, 1999). Essas habilidades são modificadas com o tempo e adquiridas de acordo com as relações e interações com o meio, cultura e o tipo de hierarquia das pessoas que estão envolvidas.

É possível identificar o nível de habilidade social pela forma que o indivíduo demonstra empatia, constrói amizades e outras relações, como lida com situações sociais de convívio, demonstra assertividade e destreza profissional, autocontrole e etc.

Del Prette e Del Prette (2018) listaram classes e subclasses das principais habilidades sociais: a) de comunicação (fazer e responder perguntas); b) de civilidade (ser educado socialmente); c) assertivas (manifestar opiniões); d)

empáticas (parafrasear e refletir sentimentos) e) sociais e de trabalho (coordenar grupos, falar em grupos); f) Expressar sentimentos positivos (fazer amizades, expressar solidariedade e cultivar o amor).

A relação pais e filhos, a primeira que temos enquanto indivíduos, é focada nas habilidades de comunicação (expressividade e enfrentamento) e as sociais (para estabelecer limites e “consequenciar” comportamentos). Enquanto universitários, estão mais relacionados a relações de comunicação (para falar em grupo, apresentar trabalhos, fazer e responder perguntas), habilidades sociais de trabalho (para que aprendam a trabalhar em equipe) e também precisam ter a capacidade de construir relacionamentos sentimentais.

As habilidades sociais das crianças também são parecidas com a dos jovens universitários, porém, precisam ter um foco maior em habilidades de autocontrole e também de ajustamento para que possam obedecer às regras impostas pelos professores e coordenadores.

Ainda há de diferenciar o termo Habilidade Social com Competência Social, onde o segundo termo diz respeito à uma forma de qualificação e avaliar as próprias habilidades para se comunicar com as outras pessoas (McFall, 1982 e Del Prette & Del Prette, 1996)

Em resumo, pudemos perceber que as habilidades sociais são extremamente importantes para conseguirmos atingir nossas metas e também criar laços (sejam eles com um objetivo profissional, seja ele emocional). Logo, conseguimos fazer um link com o tema do presente artigo, “as dificuldades sociais pós-pandemia em crianças e adolescentes”, uma vez que esses dois grupos são uns dos que mais necessitam do convívio com os seus pares para se desenvolverem (socialmente e cognitivamente).

Principalmente jovens que ainda estudavam durante a pandemia do covid-19 tiveram de se adequar às condições, utilizando da internet para realizar os trabalhos escolares/acadêmicos, além de estudar via videochamadas (evitando o contato próximo) e nem com os amigos mais próximos poderiam se relacionar. O estudo era

dificultado pelo ambiente familiar (que remetia à descanso), tampouco o lazer com os amigos era possível.

Com isso, pudemos ver um aumento de jovens que ficaram em suas casas, apenas na companhia de seus familiares e os seus aparelhos eletrônicos, resultam em um aumento de 20% dos casos de ansiedade (e depressão), segundo dados da OMS, em 2022. Não só o caso do isolamento era o problema, como também o sentimento de perda e o medo em relação a doença.

2.2 As consequências do lockdown nas habilidades sociais

O lockdown, como medida de prevenção do aumento do vírus da COVID-19, teve consequências nas habilidades sociais das pessoas. Embora seja importante destacar que as experiências e os efeitos podem variar entre os indivíduos, levando em conta a sociedade, o nível socioeconômico e o contexto que o indivíduo está inserido, algumas possíveis consequências são: 1) Isolamento social: o lockdown durante a pandemia do COVID-19 envolveu restrições de contato físico e o isolamento social, ou seja, dificultou os indivíduos de terem oportunidades para interações sociais presenciais. A falta da prática do convívio, exposição a situações sociais podem levar a diminuição das habilidades sociais; 2) Redução da interação face a face: Devido ao isolamento obrigatório com objetivo de proteger a população de um aumento de casos de covid-19, as pessoas não só tiveram de se resguardar em suas casas, como também ter de usar máscaras que cobriam boa parte dos seus rostos (queixo, boca e nariz), causando assim um atraso e mal desenvolvimento da fala nas crianças, a dificuldade de identificar pessoas e expressões faciais, tornando mais difícil a questão empática, dificuldade de comunicação clara, especialmente para pessoas com deficiência auditiva, com perda auditiva ou que dependem leitura labial. Segundo Silva e Santos (2022)

Com o uso obrigatório de máscaras de proteção, também foi criada uma dificuldade de comunicação através da fala, pois algumas crianças que em um dado momento tiveram que sair de suas casas, tiveram que usar máscaras, o que facilmente do imaginário da criança, pode ser visto como uma mordação. Para que pudessem voltar às aulas quando o sistema híbrido foi instituído, tinham que passar a aula inteira de máscara, tendo sua comunicação amplamente comprometida, visto que a interação é mediada pela ação do sujeito (Silva e Santos, 2022).

3) Aumento da ansiedade social: Para algumas pessoas, o lockdown desencadeou a ansiedade social e a timidez. A falta de exposição a situações sociais regulares pode aumentar a sensação de desconforto, insegurança e falta de confiança em interagir com os outros, resultando em uma maior relutância em participar de eventos sociais. De acordo com Jones e Smith (2021), "o período prolongado de isolamento social durante o lockdown resultou em um aumento significativo da ansiedade social em muitas pessoas" (p. 35).

O lockdown teve um impacto muito grande na vida das pessoas, principalmente nas habilidades sociais e psicossociais de muitos indivíduos. Com a retomada das atividades sociais cotidianas como a volta das aulas presenciais em escolas e universidades, o retorno de alguns trabalhadores que estavam no modelo home office, tem evidenciado cada vez mais os efeitos negativos das medidas de prevenção adotada durante a pandemia da COVID-19. Deve-se ressaltar que a procura de ajuda de profissionais da área (psicólogos e psicopedagogos) são muito importantes para esse momento pós-pandemia para essa fase de readaptação social onde se objetiva a superação de problemáticas envolvendo o sofrimento psíquico e atrasos na aprendizagem.

2.3 O “fim” da pandemia e os vestígios dela

Como é o objetivo do presente artigo é discutir sobre as habilidades sociais e como elas foram influenciadas pelo lockdown do Covid-19, é necessário apontar agora como foi o processo de reinserção social e o “fim” da pandemia, mesmo que ainda não fosse totalmente seguro sair de casa sem máscaras e ainda com o uso quase que obrigatório do álcool em gel.

Assim como já foi citado os vários transtornos mentais como ansiedade, depressão e fobia social, o lockdown também foi importante tanto para o condicionamento de vários comportamentos que as pessoas faziam de forma automática em todos os lugares (como o “vício” de passar álcool em gel ou tentar arrumar a máscara mesmo estando sem ela), tanto no surgimento de doenças crônicas (ou não) como sequelas do Covid-19 e até outras situações que não estão

relacionadas ao vírus em si, mas nas consequências do isolamento, sejam os transtornos mentais, sejam comportamentos violentos (principalmente no âmbito familiar) e a divulgação de informações falsas.

Houve um crescimento dos casos de homicídios movidos por diferenças de gêneros em 14 das 27 unidades federativas, em 2020, com um foco maior nos estados de: Mato Grosso (57%), Roraima (44,6%), Mato Grosso do Sul (41,7%) e Pará (38,85%). Em Rondônia, os casos de feminicídio duplicaram de sete ocorrências no ano para quatorze, isso de acordo com uma matéria do CNN Brasil de 2021.

Os casos de homicídio motivado por questões de gênero subiram em 14 das 27 unidades federativas, de acordo com o relatório. Houve crescimento acentuado em Mato Grosso (57%), Roraima (44,6%), Mato Grosso do Sul (41,7%) e Pará (38,95). Em Rondônia, os feminicídios também saltaram de sete ocorrências, em 2019, para 14 no ano passado. (CNN BRASIL, 2021)

Além disso, junto do covid-19, a humanidade teve de lutar contra outra pandemia ideológica, a pandemia das “Fake News”, principalmente no Brasil onde essas informações falsas eram muito empregadas para fazer propaganda política, colocando um candidato na frente do outro. E assim como anos atrás as pessoas lutavam contra médicos contra a vacina da varíola, com o covid-19 não foi diferente e muitas pessoas começaram a agir contra a própria medicina, acreditando que as vacinas causariam problemas futuros, simplesmente pela falta de informação e até mesmo por um pouco de ideologia. E por isso é importante sempre verificar a fonte da notícia, onde foi publicada, a frequência que ela apareceu, o autor, a estrutura da matéria, o ano da notícia e que sentimento ela desperta, todas essas dicas foram postadas no site do governo de São Paulo com parceria do Instituto Butantan:

[...]As falsas notícias, também conhecidas como fake news, fazem parte da nossa vida há muito tempo. Em diversos momentos da história, mentiras se propagaram e foram vistas como verdade pela sociedade apenas por serem compartilhadas por pessoas influentes ou em publicações respeitáveis.

No início do século 20, no episódio conhecido como Revolta da Vacina, dezenas de pessoas morreram em consequência de um confronto que teve como base a propagação de notícias falsas de que as vacinas causavam mal às pessoas. Outra fake news famosa começou no início deste século, quando o médico britânico Andrew Wakefield publicou um artigo científico relacionando a vacina tríplice viral (para sarampo, caxumba e rubéola) ao autismo. Mais tarde descobriu-se que o médico havia sido pago para propagar as informações falsas por advogados interessados em mover ações contra indústrias farmacêuticas. (PORTAL DO BUTANTAN, 2022)

Foi dito por Leonardo Bianconi (2020, p. 2): “Mas é a privação de liberdade ocasionada pela quarentena que permitiu a algumas vozes comparar o fim do lockdown com o fim do nazi-fascismo” e claro que é extremamente exagerado comparar as duas coisas, mas com esse texto (e reflexão de Bianconi), “Liberações: o 25 de abril e o fim do lockdown”, é possível perceber a dificuldade que foi pro resto do mundo ter de conviver distante do próximo, sem conversar cara a cara e sem se reunir em festas com os amigos, o ser humano sentiu a falta dessa companhia dos pares como se o vírus fosse um próprio ditador contra a liberdade. Isso sem comentar com as ideologias (principalmente políticas) que rondavam no período da pandemia e que foi separando cada vez mais as pessoas em grupos distintos.

Apesar disso, vale ressaltar a necessidade que o homem tem de conviver com os seus pares, já dizia Aristóteles: “O homem é um animal político” e que todos esses motivos, biológicos ou ideológicos que causaram uma cisão e distanciamento dos grupos sociais, resultaram em comportamentos e transtornos que afetam não só a saúde mental como a física.

2.4 Afinal, a pandemia chegou ao fim?

Com o fim das obrigatoriedades como o uso de máscara, distanciamento social, grandes eventos/festivais acontecendo ao redor do mundo e pouca preocupação com aglomerações, a impressão que se tem é que a pandemia da COVID-19 já ficou no passado

O Ministério Da Saúde, inclusive, já decretou o fim da ‘Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional da COVID-19 no Brasil’. Mas, oficialmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) ainda mantém o decreto de pandemia. A OMS tem examinado em um período de três em três meses, os dados que levaram o órgão a declarar a pandemia de COVID-19. Essa análise é feita por um comitê formado por especialistas internacionais, que verificam, por exemplo, se a doença ainda é uma ameaça para todo o mundo e se o vírus continua se disseminando. Também durante o comitê, os membros chegam a uma conclusão, com o objetivo de aconselhar o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, a declarar ou não, o fim da

pandemia. Porém, essa análise não é muito objetiva, pois depende de dados de todos os países, que muitas vezes são imprecisos.

Outro ponto a ser considerado é que não faria sentido declarar o fim da pandemia se ainda houver regiões (mesmo pequenas) em que o vírus ainda circula de forma intensa. Segundo a OMS, mesmo em uma pequena região, existe uma possibilidade do vírus se modificar e criar versão mais letal ou infecciosa em que a imunidade das vacinas não sejam suficientes para combater essa nova versão do vírus, como aconteceu com a variante Ômicron. Então, não existe um número específico de condições fixadas que definem quando uma pandemia começa ou termina. Tedros Adhanom, afirmou no dia 14 de setembro de 2022:

[...] Nunca estivemos em melhor posição para acabar com a covid-19 como uma emergência de saúde global. O número de mortes relatadas semanalmente está próximo do menor, desde o início da pandemia. Além disso, dois terços da população mundial estão vacinados, incluindo 75% dos profissionais de saúde e idosos (Tedros Adhanom, 2022)

Nesse mesmo comunicado do dia 14 de setembro de 2022, Tedros fez questão de alertar que o fim da pandemia ainda requer uma grande colaboração global. O principal desafio é a testagem e garantir a vacina em todo em globo, especialmente, nos países mais pobres. Segundo Tedros Adhanom:

[...] Apenas 19% da população de países de baixa renda são vacinados, em comparação com 75% em países de alta renda. Um novo relatório publicado ontem pelo ACT Accelerator Council destaca a queda das taxas de testes em todo o mundo. (...) Essas desigualdades não são apenas um risco para aqueles que afetam diretamente; eles são um risco para todos nós. (...) Temos as ferramentas para acabar com a fase aguda desta pandemia, mas somente se vacinarmos todos os profissionais de saúde e idosos, continuarmos testando e expandirmos o acesso a antivirais eficazes. (Tedros Adhanom, 2023)

As fake News se tornaram uma das principais inimiga da imunização em massa, pois espalha inverdades em forma de notícias, informações sobre os imunizantes, sem embasamento científico, assim, contaminando muitas pessoas com falsas informações que causa um certo medo na população em relação a vacina da COVID-19, conseqüentemente, diminuindo a procura pelos imunizantes. A Coordenadora do Laboratório de Biotecnologia Aplicada, Rejane Grotto diz que necessidade de observar cuidados permanece, pois a doença ainda causa centenas de óbitos semanalmente no Brasil. E está preocupada com queda na procura por imunizantes.” As fakes news estão atrapalhando muito a vacinação. É preciso que

as pessoas confirmam qual é a fonte da informação que recebem, e se está embasada em algum estudo”, diz.

A fala do diretor-geral da OMS declarando o fim da emergência de saúde “Está na hora de os países fazerem a transição do modo de emergência para o de manejo da covid-19 juntamente com outras doenças infecciosas”, explicou Adhanom . Repercutiu por todo planeta, e muitos comemoraram como um sinal de que a pandemia já estaria chegando ao fim.

Porém, esta não é a interpretação adequada da fala de Adhanom, analisa a farmacêutica Rejane Maria Tommasini Grotto, docente da Faculdade de Ciências Agrônômicas da Unesp, explica a importância de manter os cuidados contra a COVID-19, que ainda segue causando internações e óbitos. Destes cuidados, ela reforça a vacinação ser o principal e o combate as fakes News que tem como objetivo convencer os brasileiros a não se vacinarem. “Continua morrendo gente pelo mundo, e no Brasil também. Na semana passada (09/05/23) tivemos seiscentos e poucos óbitos em nosso país”, diz Rejane Maria Tommasini.

Portanto, a declaração do fim do uso obrigatório de máscara, distanciamento e isolamento social e outras medidas preventivas não significam que a pandemia tenha chegado oficialmente ao fim. Mesmo com a flexibilização dos cuidados ainda é importante manter algumas medidas como, por exemplo, dar atenção a vacinação e combater as ondas de fake News. Na fase atual, os dados de óbitos em decorrência da COVID-19 estão sendo divulgados com menos intensidade, mas isso não significa que não temos mais morte e internações e, muito menos, o fim da pandemia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo concluo que de fato o lockdown adotado como medida preventiva durante a pandemia da COVID-19 gerou impactos nas habilidades sociais, resultando na diminuição ou até mesmo a perda delas. E, também, foi um agravante para pessoas que já possuíam alguma psicopatologia relacionada com

interações sociais e emoções (ansiedade, fobia social, depressão e entre outras). Além disso, pode-se destacar as dificuldades e os atrasos no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, principalmente, no desenvolvimento da fala, como consequência do uso de máscara e do modelo EAD (Ensino À Distância) que limitou as interações sociais. Um maior tempo em suas casas, permitiu um aumento da violência doméstica, uma vez que os familiares tiveram mais tempo para se conhecerem (ainda mais) e por mais tempo. Isso sem falar na divulgação de informações falsas carregadas de um discurso ideológico e político. Fazer acompanhamento psicológico e psiquiátrico pode ser uma grande ferramenta de ajuda para as pessoas que apresentaram e/ou apresentam dificuldades, resistências para a retomada da vida presencial. Mesmo com o fim do uso obrigatório de máscara, distanciamento e isolamento social, ainda é necessário tomar algumas medidas de proteção, pois a pandemia não acabou e pode se intensificar caso não haja cuidados.

REFERÊNCIAS

Zenklub. Habilidades Sociais: O Guia Completo. Zenklub Blog, [publicado em: 15 de março de 2022]. Disponível em: <https://zenklub.com.br/blog/autoconhecimento/habilidades-sociais/>. Acesso em: 8 de maio de 2023.

Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2018). Competências sociais e habilidades sociais. Petrópolis: Editora Vozes – Competências sociais e Habilidades Sociais. Almir Del Prette e Zilda A. P. Del Prette

SAE Digital. (2023). Dificuldades de socialização pós-pandemia. Recuperado de <https://sae.digital/dificuldades-de-socializacao-pos-pandemia/>

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2022). Pandemia COVID-19 desencadeia aumento 25% na prevalência ansiedade e depressão. OPAS: Notícias. Recuperado de <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19>

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (2016). Resposta da OPAS/OMS à pandemia da COVID-19: Linhas de Ação Estratégica para a Região das Américas (Documento Técnico). Recuperado de https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53101/OPASWBRAPHECOVID-1920162_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Jones, A., & Smith, B. (2021). The impact of lockdown on social anxiety. *Journal of Mental Health*, 10(2), 30-45.

AFINCONET. Impactos econômicos do último lockdown. Disponível em: <https://afinconet.com.br/impactos-economicos-do-ultimo-lockdown>. Acesso em: 29 maio 2023.

UOL. Pandemia da Covid chegou ao fim? Como se chega a essa conclusão? Entenda. UOL, [S.l.], 20 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2022/10/20/pandemia-da-covid-chegou-ao-fim-como-se-chega-a-essa-conclusao-entenda.htm>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PESQUISADORA DA UNESP. Fim da emergência de saúde pública para a Covid-19 decretado pela OMS não implica término da pandemia, alerta pesquisadora da Unesp. Jornal Unesp, [S.l.], 9 mai. 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/05/09/fim-da-emergencia-de-saude-publica-para-a-covid-19-decretado-pela-oms-nao-implica-termino-da-pandemia-alerta-pesquisadora-da-unesp/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

RESK, Felipe. Com o isolamento social, Brasil registra um feminicídio a cada 6 horas e meia, **CNN BRASIL**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-isolamento-social-brasil-registra-um-feminicidio-a-cada-6-horas-e-meia/>. Acesso em: 02 de junho de 2023.

ALÉM DA COVID-19, ENFRENTAMOS OUTRA PANDEMIA: A DE FAKE NEWS; SIABA COMO SE PROTEGER DESSE “VÍRUS”. **Portal do Butantan**, 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/bubutantan/alem-da-covid-19-enfrentamos-outra-epidemia-a-de-fake-news--saiba-como-se-proteger-desse-%E2%80%9Cvirus%E2%80%9D>. Acesso em: 02 de junho de 2023.

HOMENS CIS GAYS DA GERAÇÃO X: o processo de individuação a partir das influências sócio-históricas

Fábio Palhares
Graduando em Psicologia – Uni-FACEF
fabiompalhares@gmail.com.com

Maria Cherubina de Lima Alves
Profa. Dra. em Psicologia – Uni-FACEF
mcherubina@facef.br

1 INTRODUÇÃO

No recente século XXI muito se discute sobre a homossexualidade e seus direitos perante a sociedade. Entretanto, houve um difícil processo até os dias de hoje, a medicina, por exemplo, a considerou como doença chamando de homossexualismo, em que em que o sufixo “ismo” categorizava como tal (Filho, 2008), o que contribuía para impossibilitar a inclusão dessas pessoas na sociedade. Assim, somente em 1985 a OMS – Organização Mundial da Saúde – descaracterizou a homossexualidade como doença, e somente em 1995 deixou de ser considerado um distúrbio psicossocial, assim, o sufixo “ismo” foi substituído por “dade”, que significa “modo de ser” (Filho, 2008).

O termo “gay” originariamente possuía o significado de alegre, jovial e entusiasta, sendo depois utilizado de modo pejorativo contra homens homossexuais, e então apropriado pela comunidade gay com o objetivo de ressaltar o estigma social que indica a moral duvidosa que a sociedade empregava (Amazonas; Veríssimo; Lourenço, 2013). Portanto, neste trabalho será utilizada a palavra “gay” como forma de reafirmação, luta e apropriação pela própria comunidade gay. Além disso, neste trabalho é especificado o termo “cis”, abreviação da palavra cisgênero, que indica aqueles com o reconhecimento da identidade de gênero biológica. Portanto, homens cis gays são homens que nasceram biologicamente com a genital masculina, o pênis, e continuam se identificando de tal maneira.

A partir da repressão de pessoas gays, entende-se que homens cis gays que nasceram e cresceram entre 1960 e 1980, conhecidos como “geração X”

(Perrone, 2013), sofreram em parcela maior, em diversos âmbitos, em comparação às gerações posteriores. O sofrimento se dá por tal geração ter se desenvolvido em um período em que a economia estava estagnada, onde ocorria, por exemplo, a Guerra Fria, Epidemia de AIDS e mães ausentes (Cazaleiro, 2011) e, no Brasil, a Ditadura Militar.

Consequentemente, a partir de tais afirmativas, as vivências, aceitação social e pessoal de homens cis gays que cresceram nesse cenário, delineiam um árduo processo de individuação. Tal processo é descrito por Jung como “[...] a busca do indivíduo para atingir seu pleno potencial [...]” (Resende; Schmidt, 2018, p.4). Assim, enquanto a sociedade se desenvolve e metamorfoseia, o sujeito se transforma acompanhando tal movimento, realizando assim seu desenvolvimento pessoal a partir das influências que o cercam (Pedro, 2005). De tal modo, fica claro que o meio sócio-histórico, influencia diretamente no processo de individuação, visto que acompanha, como dito por Pedro (2005, p. 110) “o movimento da realidade, construído socialmente”.

Justifica-se a necessidade de análise das influências do meio no processo de individuação dos homens cis gays da Geração X e suas características psicológicas, visto que tal pesquisa é relevante no campo da psicologia, sendo necessário ao entendimento de como a população foi atingida no processo de individuação.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa tem como foco identificar aspectos que caracterizam os sujeitos gays que cresceram entre 1960 e 1980, assim como a influência no processo de individuação dos sujeitos de tal geração. Como objetivos secundários a pesquisa irá descrever as características sócio-históricas apresentadas na literatura como próprias da geração X, identificar aspectos da perspectiva de vida dos homens cis gays da geração X e as variáveis indicativas da relação dos impactos da época sócio-histórica e as lutas vivenciadas com o processo de individuação dos sujeitos.

2 A GERAÇÃO X

Estudos revelam que o grupo de pessoas da geração X, é influenciado pelo contexto histórico em que vive, construindo a forma do indivíduo ser – como pensam, sentem e agem (Kulloock apud Carneiro; Ulbanere; Jesus, 2011, p. 2). Portanto, a divisão da sociedade em gerações é relevante, visto que possibilita entender os comportamentos dos indivíduos, que são influenciados pelos fatos históricos da época em que vivem.

Carneiro, Ulbanere e Jesus (2011) afirmam que as gerações foram caracterizadas por uma mudança coletiva característica no comportamento das pessoas a cada vinte anos, relacionada com as transformações mundiais. Cortella e Bial (apud Zaninelli; Caldeira; Fonseca, 2022) ressaltam que nos últimos cinquenta anos alguns fatos históricos, como, o modo de produção, influenciou diretamente no tempo, ou seja, as gerações contemporâneas possuem formações rápidas por base da velocidade que ocorrem as coisas, conseqüentemente, “[...] o intervalo de uma geração e outra ficou mais curto” (Cortella; Bial apud Zaninelli; Caldeira; Fonseca, 2022, p.6), resultando em uma geração nova a cada dez anos.

Feixa e Leccardi (2010) apontam que para Dilthey “[...] as experiências históricas delimitam o pertencimento a uma geração, porque se fundam na existência humana” (p. 188), ou seja, os ídolos, músicas, moda em comum, passar pelas mesmas questões sociais, acarreta um sentimento de pertencimento ao grupo, assim, fazer parte de uma geração, só é possível a partir da relação que temos com o mundo.

A primeira geração estudada é chamada de Veteranos, nascidos até 1945, sendo que estas pessoas têm como característica a rigidez, respeitam a hierarquia e autoridade, buscam a estabilidade, financeira e familiar, e apresentam a religião como traço marcante (Zaninelli; Caldeira; De Souza Fonseca, 2022). A Geração *Baby Boomers*, precedente da Geração X, são os nascidos entre 1940 e 1960. Para Oliveira (2009), são caracterizados por seus protestos contra o sistema ditatorial a partir da arte. Eles possuem o casamento, filhos, casa própria e emprego estável como objetivos de vida (Sbcoaching Group apud Zaninelli; Caldeira; Fonseca, 2022).

A partir de pesquisas, fica evidente que os períodos usados para definir e distinguir das gerações são relativos para cada pesquisador (Carneiro; Ulbanere; Jesus, 2011; Chiuzi, Peixoto; Fusari, 2011; Conger, 1998; Santos, et al., 2011; Oliveira, 2019; Novelli, Leite; Sitta, 2010; Zaninelli; Caldeira; De Souza Fonseca, 2022), existindo uma falta de consenso decorrido de fundamentações teóricas distintas, através das quais os autores, sem mais explicações, definem tais datas. Portanto, neste trabalho será usada a data aproximada e mais citada para a referência e análise da Geração X, composta por pessoas nascidas entre 1960 e 1980.

Para Carvalho (1999), a geração X não é uma geração que se reconhece como grupo, já que seus membros não se veem com semelhanças, o que poderia ser explicado pelas diversas tribos que tomavam grande notoriedade nesta época, como os hippies e punks, possivelmente sendo uma forma de se encontrarem e se sentirem pertencentes à algum grupo. Esta geração herdou da geração antecedente a vontade de mudar o mundo, e usavam da força popular como forma de conseguirem ser vistos e ouvidos (Silva, 2013).

Para essa geração, não são os mais velhos que servem de inspiração e modelos para seus comportamentos, mas sim seus grupos de amigos (Carvalho, 1999). A geração X também é marcada pela insegurança, já que se desenvolveram em um mundo no qual havia mudança rápida e contínua, o que resultou na valorização de suas experiências (Castro apud Silva, 2013). As gerações posteriores carregaram grande parte das características da geração X, entretanto, não é relevante pontuar com maior detalhamento seus desdobramentos para a pesquisa atual.

2.1 Acontecimentos históricos e movimentos sociais

Para compreender o período em que os sujeitos citados nessa pesquisa cresceram, é necessário pontuar os acontecimentos históricos do espaço-tempo em questão.

Os anos 60 no Brasil são marcados, principalmente, pelo início da ditadura militar, golpe que foi instaurado pelos militares que discordavam com o governo da época do Presidente João Goulart, posto este que foi assumido pelo general Castelo Branco no dia 03 de abril de 1964 (Araujo, 2013). Após o golpe, o país se tornou local de tortura, violência, punição e repressão contra todos que fossem considerados uma ameaça para o governo (Araujo, 2013). Aparentemente, ameaçava o governo todos aqueles que lutavam contra a ditadura, aqueles que eram considerados comunistas, entre outros grupos que tivessem estilo alternativo para época, incluindo gays.

Depois de alguns anos de ditadura, muitos grupos de brasileiros começaram a se organizar em protestos nas principais ruas das capitais para que fossem vistos e ouvidos, com o objetivo de terminar com aquele momento de censura quase absoluta (Green, 2014). Dessa forma, gays e lésbicas começaram a aparecer cada vez mais, e a partir de grupos organizados em 1976, com enfoque para autoconhecimento entre gays, o movimento despontou (Green, 2014).

No final da década de 70, quando a censura não era tão restrita, foi publicada a primeira edição do *Lampião de Esquina*, publicação esta que era mensal e voltada para o público gay, onde discutiam sexualidade, questões raciais, artes, ecologia e machismo (Green, 2014). Na mesma época foi criado o Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais e alguns subgrupos que realizavam encontros para discutir sobre como sair do armário e temas em comuns (Green, 2014). Estes encontros eram realizados em locais discretos, por exemplo, pois havia medo de sofrer algum tipo de repressão e/ou agressão. A descoberta do envolvimento com o grupo ou de sua sexualidade gerava, o medo da perda do trabalho e família. Após discussões, o grupo mudou de nome para *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual* (Green, 2014).

A primeira vez que gays e lésbicas protestaram no Brasil foi quando colaboraram com o Movimento Negro Unido em uma marcha no centro de São Paulo para celebração do Dia da Consciência Negra, em 1979 (Green, 2014). Após um ano o teatro Ruth Escobar, no centro de São Paulo, era lotado por gays e lésbicas para o encerramento do Primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados. Seis semanas passaram e gays, lésbicas e prostitutas

marchavam no centro de São Paulo com a frase “Abaixo a repressão – mais amor e mais tesão” em protesto à violência policial, nascendo assim, um movimento político (Green, 2000).

Como dito anteriormente, a polícia tinha o poder de punir o que achassem inapropriados, assim, as medidas legais davam a chance de encarcerar homossexuais que demonstrasse sua feminilidade publicamente (Green, 2000). Portanto, a homossexualidade não era ilegal, mas existiam mecanismos para controlar aqueles da comunidade gay.

Enquanto no Brasil, os movimentos pelos direitos gays aconteciam de forma principalmente discreta, nos Estados Unidos, em junho de 1969, era realizado o movimento *Stonewall* que tinha como foco a luta pelos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ (Perroni et al., 2019). Perroni et al. (2019) afirmam que, que os gays estadunidenses se encontravam em bares e baladas gays para obter mais conforto e segurança, dentre eles o bar *Stonewall Inn*, que foi atacado em junho de 1969. Estes bares tinham uma regra de boa convivência com a polícia local, que foi quebrada em uma visita fora do horário combinado, o que era negociado a partir de pagamento de propina aos policiais.

A partir de uma invenção do comandante da polícia sobre a falta de licença para venda de bebidas alcoólicas no bar *Stonewall*, foi realizada uma invasão que manteve todos no bar presos; aos poucos quem fosse permitido sair se unia a uma multidão formada por simpatizantes com a revolta do acontecido (Perroni et al., 2019). O ódio pelos policiais já crescia na comunidade gay, além do fato de que durante a invasão agressões foram cometidas contra aqueles que se encontravam no bar (Perroni et al., 2019). A partir de todo acontecido e 13 pessoas presas, o Movimento Gay nos Estados Unidos começou (Perroni et al., 2019) e influenciaria na luta pelos direitos gays na América Latina.

Zan (2013) afirma que para um ídolo se assumir como gay publicamente, ou qualquer outra identidade de gênero, havia demasiadas questões além da aceitação pessoal, como a aceitação da família, dos fãs, medo das críticas e da perda do sucesso. Entretanto, a partir do movimento gay antes citado,

gradativamente surgem pessoas públicas “se assumindo” na mídia como homossexuais (Louro, 2001). Assim, com as lutas e movimentos sociais foi possível que muitas outras pessoas pudessem gozar da liberdade em ser quem são, mas fica claro que o processo não foi fácil.

3 O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO

Para Jung, em seu livro “O eu e o inconsciente” (2014), a individuação é o processo do indivíduo se desenvolver como um ser singular, com suas potencialidades aprimoradas ao máximo, é “tornar-se si-mesmo” (Jung, 2014, p. 66). A pessoa que está no processo de individuação passará a agregar suas qualidades para que se tenha o melhor desempenho perante a sociedade, e principalmente, para si mesmo, combinando particularidades comuns a todos os sujeitos de modo que seja singular para si e procure firmar aspectos que realmente são seus (Jung, 2014).

Do inconsciente coletivo origina um processo centralizador, denominado de individuação, que irá constituir um novo núcleo para a personalidade. Esse centro é regido pelo Self e tem como característica estar acima do eu (Jung, 2013), que tem a função de manter a integridade da pessoa e possui uma identidade tanto consciente como inconsciente (Stein, 2020). O Self está sujeito a uma contínua transformação e existe como um centro que governa a psique do lado de fora (Stein, 2006), portanto, o Self trabalha com toda a nossa energia psíquica, entretanto, não somente com ela, ele recebe influências externas para que consiga se modificar e se estabelecer unido com toda a psique, que se mantém no centro para unificar todas as suas características. Quanto mais equilibrado, correlacionado e integrado, mais o sistema psíquico se tornará unificado (Stein, 2006). Além do mais, não é possível ter uma aproximação consciente do si-mesmo, pois sempre haverá uma quantidade indeterminada de material inconsciente e por ele constituir uma grandeza que ultrapassa os indivíduos (Jung, 2014).

Segundo Jung (Stein, 2006), o desenvolvimento psicológico pode ser dividido em duas partes: a primeira parte seria do nascimento até aproximadamente

os 40 anos de vida e a segunda parte que seria a partir dos 40 anos, época em que a energia psíquica é dedicada para a constituição do ego. A primeira função do ego é fazer distinções dos objetos no mundo, entender o que o mundo necessita e o que é preciso fazer para se manter vivo na própria cultura (Stein, 2006). Durante o processo de individuação torna-se necessário que a pessoa “rompa” com certas características coletivas com as quais se identificou para se adaptar aos seus grupos sociais (Stein, 2020), para que assim possa se realizar e aproveitar suas potencialidades particulares.

Na segunda metade da vida ocorre outra fase mais desafiadora do processo de individuação, ou seja, a unificação total da personalidade (Stein, 2006) caracterizada pelo distanciamento do si-mesmo “das amarras” da sombra (Jung, 2014). A sombra é constituída por conteúdos inconscientes da personalidade os quais foram reprimidos, uma vez que o Eu atribui papel negativo a essas características, assim, é necessário para o autoconhecimento reconhecer os aspectos obscuros da personalidade (Jung, 2008). Apesar do Si-mesmo representar o todo da personalidade, não é possível acessar o Si-mesmo propriamente dito, apenas símbolos que representam partes desse todo relevantes para o momento específico do processo de individuação vivenciado. Segundo Jacobi (2013) a impossibilidade de acesso integral do Si-mesmo se explica pois, para tal, seria essencial compreender o todo, que incluiria compreender tanto a totalidade da consciência como a totalidade do inconsciente, que é impossível de ser conhecido na integralidade por alguém. Assim, o processo de individuação promove a ampliação da consciência nos indivíduos, por trazer à consciência aspectos do inconsciente (Jung, 2013).

Stein (2020) esclarece que a individuação necessita da “[...] participação integral da pessoa consciente para fazê-la progredir” (p. 11). Assim, quanto maior for o número de conteúdos inconscientes, presentes na sombra, assimilados ao eu e quanto mais significativos forem, mais o indivíduo se aproximará do Si-mesmo (Jung, 2008). O reconhecimento da integralidade dos aspectos constitutivos da natureza da psique, evita consequências desagradáveis que uma individuação reprimida pode acarretar, pois isto significaria um processo de

desenvolvimento parcial e, portanto, potencialmente negativo (Jung, 2008), e isso tem um preço, entretanto, pode ser o fator mais importante na vida do indivíduo (Stein, 2020).

O processo de individuação, ou seja, a estabilidade do consciente com o Self, causa estranheza e incomodo no indivíduo, isso, pois, o ego sente que suas vontades são reprimidas pelo self (Von Franz, 2008), assim, os processos realizados durante a individuação acontecem de maneira subliminar, chegando de maneira gradativa à consciência; um rompimento súbito a consciência, entretanto, pode comprometer toda a consciência com a “invasão” de conteúdos estranhos e inesperados (Jung, 2014).

O caminho para o Si-Mesmo implica, ao que parece, a destruição do eu, da imagem consolidada na persona. [...] E, naturalmente, temos resistência a perder, desmontar, deixar para trás aquilo que já conseguimos e com que nos identificamos. Estamos mais seguros na construção e ficamos incertos na desconstrução, pois ela nos faz perder as referências e as verdades (Seibt, 2023, p. 8).

Portanto, o processo de individuação pode ser algo difícil e até mesmo caótico para as pessoas, pois pode fazê-las duvidarem dos seus sonhos, gostos, vontades, realização com trabalho e outras questões pessoais que até então poderiam achar estarem definidas e totalmente decididas a seguir, já que este processo, como dito anteriormente, causa a destruição do eu, de sua imagem antes já consolidada, dessa forma, pode causar confusão e dúvidas sobre si mesmo. Por fim, o processo de individuação pode mudar relações interpessoais do indivíduo, assim, é possível que a pessoa que esteja nesse processo mude todo o rumo da sua vida, é um processo que irá fazer o sujeito questionar suas questões e desestabilizá-las, mas após isso, provavelmente, se sentirá satisfeito consigo mesmo. Entretanto, é importante lembrar que o processo de individuação não cessa, e isso pode acarretar dúvidas no decorrer da vida, que com ajuda da análise, poderá ficar mais claro para quem está passando por este processo.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva exploratória, visto que tem a intenção de descrever os fatos a partir da realidade dos participantes, além disso, procura-se aprofundar na realidade dos indivíduos, através do acesso a informações de sua vida e da época que viveu (Triviños, 1987). Utiliza-se de abordagem qualitativa para análise de dados, afim de melhor compreensão do grupo social que foi escolhido (Triviños, 1987).

Os instrumentos utilizados para pesquisa de campo, foram a entrevista semi-estruturada, elaborada pelo pesquisador, para a compreensão da vida pessoal dos sujeitos e, na sequência, o teste HTP (House-Tree-Person) (BUCK, 2003), com a finalidade de compreender características da personalidade dos integrantes da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em um ambiente seguro, longe de influências externas, na Clínica de Psicologia do Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF), de forma individual e gravada com autorização, com duração de cinquenta minutos, aproximadamente. É necessário salientar que a aplicação do teste não tem fins de avaliação ou de diagnóstico, apenas para estudo acadêmico. Os resultados serão disponibilizados aos participantes, individualmente, conforme interesse de cada um deles, quando o estudo for finalizado.

A pesquisa contou com a participação de homens cis gays da Geração X, que estavam na faixa etária entre 44 e 64 anos na época de participação da pesquisa, que aceitaram participar. Estimava-se que 8 homens participassem da amostra através do método de seleção por *snowball* (bola de neve), entretanto, houveram intercorrências que impossibilitaram que se tivesse a quantidade prevista de participantes, tendo como hipótese para a recusa da participação da pesquisa variáveis como o medo da exposição da vida pessoal dos possíveis participantes, a descoberta de outras pessoas da sexualidade ainda não revelada e a renúncia de se expor para uma pesquisa a qual não acreditavam na veracidade.

A realização da coleta de dados ocorreu em 3 etapas: contato e agendamento com os indivíduos para a coleta de dados; assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido; e realização da entrevista e aplicação do HTP. A primeira etapa aconteceu de acordo com a disponibilidade individual de cada participante, já as duas últimas, ocorreram no dia marcado para a realização da coleta de dados.

Os participantes da pesquisa serão referenciados a partir de figuras mitológicas, fictícias ou reais, que se relacionam de alguma forma com cada personalidade específica. Para a discussão dos resultados e análise de dados serão levantados aspectos relevantes para o desenvolvimento e processo de individuação dos sujeitos, dos quais serão descritos através de categorias temáticas estabelecidas *a posteriore*.

A pesquisa passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, com o protocolo de aprovação 6.554.322. Ressalta-se que os sujeitos foram contatados e receberam todas as informações referentes ao projeto. Bem como a possibilidade de desistência em qualquer momento e a garantia do sigilo das informações fornecidas, em caso de divulgação científica dos dados analisados, além do objetivo geral. Depois de elucidadas todas as dúvidas, com o aceite, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Informado, autorizando a própria participação na pesquisa, e assim, foi realizada a entrevista, com gravação autorizada, e aplicado o teste HTP.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, será feita a apresentação dos participantes da pesquisa, através dos nomes de deuses gregos, escolhidos a partir da relação feita pelo autor de suas características em comum, com base na tabela do livro *Os deuses e o homem* de Bolen (2002, p. 442).

Dessa forma, o primeiro participante, identificado como Dionísio, apresenta semelhanças, como, distorções da autopercepção, precária-autoestima, apreço pela experiência sensorial, amor pela natureza e intensidade passional. Visto

que se apresentou, na entrevista, com baixa autoestima, principalmente relacionada à sua percepção do próprio órgão sexual, e como uma pessoa que acredita na espiritualidade fortemente, manifestando sua crença em curas a partir de ervas medicinais.

O segundo participante, nomeado como Apolo, apresenta arrogância, distância emocional e capacidade de estipular metas e atingi-las, pois, demonstra não precisar emocionalmente ou financeiramente de terceiros, assim como tem objetivos claros, atingidos.

Hades, o terceiro participante, pode ser definido como sendo uma pessoa que se percebe como tendo invisibilidade social, baixa autoestima, desapegado e definitivamente introvertido, já que interagiu com poucas palavras, sendo necessárias muitas perguntas para que discorresse sobre suas respostas para melhor entendimento; sua autoestima é prejudicada e tem uma grande dificuldade de falar de si mesmo.

É identificado no Hefesto, quarto participante, uma inadequação social, baixa-autoestima, criatividade, capacidade de ver e criar beleza e habilidade manual, visto que seu trabalho envolve criatividade e habilidade manual e aparenta se sentir como alguém que a sociedade não se espera que ele fosse. Por fim, Ares aparenta ser emocionalmente reativo, agressivo, tem uma baixa autoestima e é expressivo.

Tabela 1 – Características dos participantes

Nome	Dionisio	Apolo	Hades	Hefesto	Ares
Idade	63	53	44	49	64
Escolaridade	Superior Completo	Superior Completo	Superior Completo	Superior Completo	Ensino Médio Completo
Profissão	Arquiteto	Advogado	Farmacêutico e estudante	Psicólogo e confeiteiro	Cabeleireiro
Estado Civil	Divorciado	Divorciado	Solteiro	Casado	Solteiro
Possibilidade de “se assumir” como gay	Não	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: O autor (2024)

Os resultados aqui apresentados são parciais da pesquisa, e, portanto, serão baseados no teste HTP em que se discute a vivência desses homens cis gays de forma mais aprofundada e a batalha para manterem a integridade de si mesmos numa sociedade homofóbica. Como um teste projetivo, o HTP estimula a projeção de aspectos da personalidade e possibilita acesso a informações de como uma pessoa vive sua individualidade em relação à terceiros e ao ambiente do lar (Buck, 2003). Esta avaliação é possível a partir das observações de características dos desenhos, como tamanho, localização, presença ou ausência de elementos e pelas respostas do sujeito a partir do inquérito (Buck, 2003). O HTP, abreviação dos termos “House-Tree-Person” (Casa-Árvore-Pessoa), desenvolvido por Buck (2003) consiste na solicitação de que o participante faça em uma folha sulfite um desenho de uma casa, em seguida, em outra folha sulfite separada, o desenho de uma árvore e, por fim, um desenho de uma pessoa em uma folha sulfite em branco.

O desenho da casa estimula associações inconscientes e conscientes referentes ao lar e as relações interpessoais íntimas, em que analisa, principalmente, problemas criados pela situação do lar (Buck, 2003). Assim, a casa refere-se à acessibilidade, ao nível de contato com a realidade e ao grau de rigidez do indivíduo (Buck, 2003). Em relação ao desenho da árvore, que estimula mais associações inconscientes do que conscientes, comparado aos outros desenhos, expressa a experiência de equilíbrio sentida pelo indivíduo e de seus recursos para obter satisfação no e do seu ambiente. Dessa forma, a árvore representa a relação do desenvolvimento do indivíduo, seu contato com a realidade e sentimento de equilíbrio interpessoal. Por fim, a pessoa, ao contrário da árvore, estimula mais associações conscientes do que a casa e a árvore, assim como a expressão direta da imagem corporal (Buck, 2003). Portanto, o desenho reflete a atuação do indivíduo frente a relacionamentos e para submeter o self e as relações interpessoais à avaliação crítica objetiva, além de referir ao autoconceito de seu papel e atitudes sexuais em relações interpessoais específicas ou gerais (Buck, 2003).

Tabela 2 – Categorias temáticas identificadas a partir dos resultados do HTP

Categorias temáticas	Dionísio	Apolo	Hades	Hefesto	Ares
Repressão	Repressão usada para manter a integridade da personalidade	Repressão usada para manter a integridade da personalidade	Repressão usada para manter a integridade da personalidade	Repressão usada para manter a integridade da personalidade	Repressão usada para manter a integridade da personalidade
Relação com ambiente	Defesa e desconfiança	Interação controlada, pressões ambientais ou intrapessoais	Interação controlada, pressões ambientais ou intrapessoais	Relutância para estabelecer contato, às vezes para evitar sentimentos de inadequação	Desconfiança usual excessivamente defensiva
Insegurança	Insegurança	Insegurança	Insegurança	Insegurança	Insegurança
Ego e personalidade	Frac controlado do ego	Equilíbrio precário da personalidade	X	Equilíbrio precário da personalidade	X
Calor	Ambiente anterior sem estimulação calorosa e saudável	X	Falta de calor no lar	Necessita de calor	X
Expressão sexual	Preocupações sexuais	X	X	Tendência de preocupação e interesse sexual	Conflito entre expressão e o controle dos impulsos sexuais

X: não possuiu resultados equivalentes à categoria

Fonte: O autor (2024)

A partir da análise dos desenhos foi possível perceber que em todos os participantes, Dionísio, Apolo, Hades, Hefesto e Ares, a repressão é usada como estratégia para manter a integridade da personalidade (Buck, 2003). Segundo Carnaúba (2013), a repressão um mecanismo de defesa egóico que é originado na renúncia, que primeiro ocorre pelo medo da autoridade externa, e depois por uma autoridade interna, focalizada no superego, além de que é relacionada com a gênese da cultura. Dessa forma, é relevante pontuar a cultura, já discutida, que

essas pessoas foram criadas: um momento histórico de difícil desenvolvimento pessoal, já que haviam influências externas, como a ditadura, que possuía discursos “para reprimir a livre expressão da sexualidade de pessoas homossexuais” (Oliveira; Santana, 2016, p. 302). Ou seja, a repressão usada por essas pessoas está diretamente relacionada à repressão que supostamente pode ter sido usada para impossibilitar a expressão pessoal, visto que, a sexualidade é mais do que a sexualidade em si, é o modo de ser, de se portar, de pensar e falar. Portanto, o superego determinante, criado a partir da sócio-história, manteve a personalidade destas pessoas reprimidas, já que se elas se portassem da forma que desejariam, seriam repreendidas socialmente.

Trevisan (2018) afirma que as identidades sexuais não são universais, mas sim localizadas em determinados momentos históricos e culturais, visto que, é necessário para a cultura criar maneiras de fixar identidades, que indicam características pessoais agregados ao eu. Assim, durante o desenvolvimento dos homens aqui pesquisados, houve, e há, uma tentativa de negação dessa identidade, já que existe uma grande imposição do padrão heteronormativo da época. Por consequência, a partir do resultado do teste e dessa afirmativa, supõe-se que a luta para serem eles mesmos com suas características pessoais, além de seus desejos, foram repreendidos pelo ego, para que este se mantivesse bem estruturado. Quanto a isso, Dionísio obteve resultado relacionado ao fraco controle do ego, e Apolo e Hefesto quanto ao precário equilíbrio da personalidade. Visto que as variáveis da personalidade pertencem ao ego, julgador da realidade, que incorpora suas partes e se realiza com a percepção mais consciente (1989), pode-se entender que o fraco controle do ego teria influência no equilíbrio precário da personalidade, ou seja, são correlacionados. De tal forma, entende-se que suas personalidades foram construídas em base de uma ambivalente vontade de ser e necessidade de se esconder, confusão esta que pode ter relação com os resultados obtidos.

Outra categoria temática identificada foi a relação com o ambiente, a partir dos resultados do teste de todos os participantes. Dionísio obteve defesa e desconfiança, Apolo e Hades possuem a interação conscientemente controlada, pressões ambientais ou intrapessoais, Hefesto tem relutância acentuada para estabelecer contatos íntimos e imediatos, às vezes, determinada por um desejo de evitar sentimentos reveladores e de inadequação e, Ares possui desconfiança usual

excessivamente defensiva. Assim, é possível entender que a inadequação gerada pode ser resultante da régua heterocêntrica, pois a partir dela será imposto o que é adequado ou não, ou seja, ser um homem gay, principalmente na época aqui pesquisada. Além disso, a interação com o ambiente controlada pode ser consequência das amarras colocadas durante o desenvolvimento desses indivíduos, onde precisam pensar em como se portar frente ao outro, e assim, uma potencial defesa é criada a fim de evitar julgamentos, ocorrendo pressão tanto externas quanto internas para que não “saíam da linha”.

A insegurança é considerada uma categoria temática já que foi outro tema que apareceu no resultado do teste de todos os participantes. Em uma pesquisa feita com a comunidade LGBT, Petit (2020) afirma que a maioria dos entrevistados se sentem inseguros, principalmente pelo cenário político da época, que possuía diversos discursos de ódio homofóbicos, o que facilitaria a propagação deles. Uma participante elucida que muitas pessoas usavam a religião para embasar suas atitudes homofóbicas, que eram descaradas. Assim, fica claro que a sociedade em massa não permite a segurança para essas pessoas, visto que utilizam de argumentos e autoridades para tornar possível o ato de homofobia, que pode acontecer em qualquer ambiente. A pesquisadora ainda afirma que obteve resultados da necessidade de leis e políticas públicas, para que a população gay possa ser respeitada e protegida pelo governo. Dessa forma, entende-se que a comunidade não apenas se sente insegura quanto ao receio de sofrer homofobia nas ruas, mas também, ao governo que ainda propicia tal ato. Além disso, a insegurança de homens gays é também pontuada em uma pesquisa feita por Carvalho e Passos (2022), onde afirmam que esta característica impossibilita que acreditem na possibilidade de serem promovidos no ambiente de trabalho pelo estereótipo criado, que reforça os “padrões de comportamento, vestimenta, fala e posicionamento, o que acaba interferindo na autoestima” (p. 22 e 23). Portanto, fugir do padrão heteronormativo é um fator que possibilita o desenvolvimento de insegurança na população presente na pesquisa. É possível perceber tal sentimento a partir da resposta de Hefesto, quando perguntado na figura da pessoa, sobre o que ela o faria pensar e lembrar, e sua resposta foi “Que eu gostaria de ter, na idade

que ele tem, a coragem que ele tem de se exhibir”. Assim, fica claro o desejo de se sentir seguro consigo mesmo, a fim de poder se visto pelos outros sem receio do que pensarão.

Na maioria dos participantes, a partir do teste, o conflito no lar está presente, sendo destacado como uma das categorias temáticas. O ambiente anterior, para Dionísio, não tinha estimulação calorosa saudável, para Hades houve falta de calor no lar e Hefesto necessita de calor. A falta de apoio da família para com essas pessoas pode ter influenciado diretamente nos resultados obtidos, visto que todos tiveram conflito com esta instituição social a partir do descobrimento ou declaração da sexualidade dos participantes. Quanto a isso, Nascimento e Scorsolini-Comin (2018, p. 1529), afirmam que “[...] a família é vista como o maior alicerce para que o sujeito possa revelar sua orientação sexual perante si mesmo e a sociedade”, além disso, “[...] a frustração pode ser grande diante do impacto causado aos familiares, que, em muitos casos, não conseguem tornar o ambiente acolhedor, do modo que é esperado por esta instituição”. Dessa forma, a falta e a necessidade de calor no lar podem ser reflexos da não aceitação e apoio familiar dos homens cis gays.

Por fim, a última categoria temática a ser discutida é a expressão sexual, visto que apareceu na maioria dos participantes: para Dionísio, houve preocupações sexuais, para Hefesto, tendência de preocupação e interesse sexual e, para Ares, conflito entre expressão e o controle dos impulsos sexuais. A sexualidade aqui é atendida como orientação sexual, visto que o HTP é um teste com base psicanalítica, e a psicanálise amplia a sexualidade para além do instituto sexual, promovendo a ruptura dos órgãos genitais, com uma função corpórea abrangente, relacionada às pulsões, que direciona principalmente para a satisfação (Cruz; Fontenelle, 2020). Não era intencional perspectivas heterossexuais para elucidar vivências gays, e ainda não é, entretanto, pensando na formação da personalidade dos participantes a partir da heteronormatividade, se propõe a discussão a partir da ótica de uma pesquisa feita pelo pesquisador Benjamim Junge (2008), que conversou com diferentes pessoas com diversas sexualidades, e no presente estudo fora escolhido de homens cis heteros, que possuíram discursos relevantes. Um destes homens possuía preocupação com bom comportamento social e a respeito de como pode parecer aos olhos do outro. Em uma conversa, o

pesquisador percebeu uma preocupação social em se portar como um homem masculino, e que essa preocupação é algo mediador e constante para eles, pois poderia legitimar a homossexualidade, ou seja, há uma preocupação em não parecer como homossexual.

Dessa forma, entende-se que a preocupação desses participantes é relacionada com sua forma de ser, pelo medo de se parecer como bicha afeminada, pois, não foram criados para serem de tal forma, de modo que todos os participantes se apresentaram, visualmente, com roupas heteronormativas, a além de Hefesto, que foge do comum, podendo ser considerado alternativo. Além disso, observa-se que existe preocupação com o que os demais iram dizer sobre serem homossexuais, mesmo que inconscientemente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou a relação das influências sócio-históricas no processo de individuação de homens cis gays que nasceram e/ou cresceram no período entre 1960 e 1980, assim como investigou sua aceitação e como foi para os participantes se reconhecerem e se assumirem, ou não, como homens gays.

A partir da pesquisa, e até o momento, foi possível identificar as influências na caracterização dos sujeitos que cresceram entre 1960 e 1980, como por exemplo, crescer durante o período da ditadura militar, momento de muita repressão, principalmente para aqueles que não se encaixavam na expectativa da sociedade. Esses fatores possuíram influência na personalidade da população pesquisada, visto que, apresentaram a partir do teste HTP, repressão, desconfiança na relação com o ambiente, insegurança, personalidade precária, falta de calor no lar e preocupações sexuais.

Além disso, fica claro que essas influências determinam no processo de individuação dos sujeitos, já que se deve considerar as pessoas como sujeitos psicossociais, ou seja, influenciado por conteúdos psicológicos e esfera social.

Entretanto, é necessária a relação com a entrevista para entendimento completo da individualização desses sujeitos.

Houve dificuldade para encontrar participantes, sendo necessário reduzir dos 8 estimados para 5, visto que havia passado do tempo limite de coleta de dados. Muitos participantes dos quais o pesquisador encontrou não possuía a idade necessária. Além disso, deve-se levar em consideração que a faixa etária escolhida – 44 a 64 anos – possui uma descrição maior quanto a sua orientação sexual, já que cresceram em um momento de opressão, o que pôde ter impactado na escolha pelo sigilo. Quanto a isso, muitos disseram não confiar no sigilo da pesquisa, já que outras pessoas poderiam descobrir sua sexualidade.

Os resultados apresentados são parciais, sendo que o pesquisador continuará a trabalhar os dados das entrevistas para completar a discussão.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Introdução à “A Personalidade Autoritária”. Tradução de Francisco Rüdiger. **Critical Theory and Society – A Reader**. Nova York: Routledge, 1989. Disponível em: <<https://deusgarcia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/06/adorno-introducao-a-personalidade-autoritaria.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2024.

ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (Org.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. Disponível em: <https://xn--histria-00a.ufrj.br/images/documentos/livro_ditadura_militar.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VERÍSSIMO, Hugo Vasconcelos; LOURENÇO, Gilclécia Oliveira. A adoção de crianças por gays. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 631-641, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/ijpsoc/a/ZQHvqWhfJJSSxnNmrKWkxSH/>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BUCK, J. N. H-T-P: Casa – Árvore – Pessoa. Técnica Projetiva de Desenho: **Manual e Guia de Interpretação**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2003.

CARNAÚBA, Maria Érbia Cássia. A gênese da repressão em Freud: diagnóstico e tendência oculta da psicanálise. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 5, n. 09, p. 117-133, 2013. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4519>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

CARNEIRO, Alessandra Brandão; ULBANERE, Rubens Carneiro; JESUS, Bruno Silva de. **Conflitos entre gerações**: Valores diferentes geram conflitos nas empresas. Guarujá, 2011. Disponível em: <<https://www.unaerp.br/documentos/1493-426-1494-1-sm/file>>. Acesso em: 05 out. 2023.

CARVALHO, Cláudia Maria Constante Ferreira de. Identidade e intimidade: um percurso histórico dos conceitos psicológicos. **Análise psicológica**, v. 17, n. 4, p. 727-741, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/5949>>. Acesso em: 10 out. 2023.

CARVALHO, Luiz Henrique de. **Um estudo bibliográfico sobre as dificuldades vivenciadas por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis no mercado de trabalho e nas organizações (2011 - 2021)**. 2022. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35699/1/EstudoBibliogr%c3%a1ficoDificuldades.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2024.

CAZALEIRO, Luiz Eduardo Fernandes. Práticas da liderança: **um contraste entre Geração X e Geração Y**. Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/2054>>. Acesso em 01 jun. 2023.

CRUZ, Shimênia Vieira de Oliveira; FONTENELLE, Alessia Silva. SEXUALIDADE, CORPO E PSICANÁLISE. **Revista Subjetividades**, v. 20, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A7%3A14154215/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A157699993&crl=c>>. Acesso em: 01 maio 2024.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, v. 25, p. 185-204, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/QLxWgzvYgW4bKzK3YWmbGjj/>>. Acesso em: 07 out. 2023.

FILHO, Francisco Carlos Moreira. Conceituando homossexualidade. **ETIC- ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/1645/1568>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

GREEN, J. N. “Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. **Acervo**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 53–82, 2014. Disponível em: <<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/460>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **cadernos pagu**, n. 15, p. 271-295, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

JACOBI, Jolande. **A psicologia de C. G. Jung**: uma introdução às obras completas. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JUNG, Carl Gustav. **Aion**: Estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **A prática da psicoterapia**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **O eu e o inconsciente**. Tradução de Dora Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVKT9BXvLXvTvHMr/>>. Acesso em 30 jan. 2023.

NASCIMENTO, Geysa Cristina Marcelino; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. A Revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Trends in Psychology**, v. 26, p. 1527-1541, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tpsya/M7ckhVvTmWTxRDQcFN9YYmK/?lang=pt>>. Acesso em: 01 maio 2024.

OLIVEIRA, Jainara Gomes de; SANTANA, Tarsila Chiara. Ditadura e homossexualidades no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 300-304, 2016. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170922014916id_/https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/387/263>. Acesso em: 30 abr. 2024.

OLIVEIRA, Sidnei. **Geração Y**: Era das Conexões, tempo de Relacionamentos. São Paulo: Clube de Autores, 2009.

PEDRO, Wilson José Alves. O estudo da identidade no âmbito da psicologia social brasileira. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 9, n. 1, p. 109-116, 2005. Disponível em: <<https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/286>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

PERRONE, Cláudia Maria et al. A percepção das organizações pela Geração Y. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 6, n. 3, p. 546-560, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2734/273429771007.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2023.

PERRONI, Thaís Cattani et al. As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969): “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015). **Epígrafe**, v. 7, n. 7, p. 97-108, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/154048>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

PETIT, Josefa Gabriela Coêlho. **Vitimização e insegurança da população LGBT em Teresina-PI**. 2021. Disponível em: <<https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/9665>>. Acesso em: 01 maio 2024.

RESENDE, Rodolfo Oliveira; SCHMIDT, Lorena Miranda. O processo de individuação na teoria junguiana, uma análise do filme “Moana, Um Mar De Aventuras”. **Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar**. 2018. Disponível em: Disponível em: <<https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/549>>. Acesso em 17 maio 2023.

SEIBT, Cezar Luís. A noção de individuação em Jung e a educação. **Acta Scientiarum Education**, v. 45, 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-52012023000100101&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SILVA, Caroline dos Santos. **Níveis de resiliência em indivíduos da geração X de uma instituição do ensino superior**. 2013. Disponível em: <http://www.sobrare.com.br/Uploads/20150417_tcc_caroline_dos_santos_silva.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

STEIN, M. Jung: **O Mapa da Alma**. Tradução de Álvaro Cabral. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Jung e o caminho da individuação: uma introdução concisa**. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo, Cultrix, 2020.

VON FRANZ, M. L. O processo de individuação. In: JUNG, C. G. **O homem e seus Símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. cap. 3, p. 154-224.

ZANINELLI, Thais Batista; CALDEIRA, Giseli; FONSECA, Diego Leonardo de Souza. Veteranos, Baby Boomers, Nativos Digitais, Gerações X, Y e Z, Geração Polegar e Geração Alfa: perfil geracional dos atuais e potenciais usuários das bibliotecas universitárias. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 16, n. 1, p. 5, 2022. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8486480>>. Acesso em: 05 out. 2023.

ZAN, José Roberto. Jovem Guarda: música popular e cultura de consumo no Brasil dos anos 60. **Música Popular em Revista**, v. 2, n. 1, p. 99-124, 2013. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/muspop/article/view/12970>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

IMPACTOS DO RACISMO NAS RELAÇÕES ESCOLARES DE ADOLESCENTES:
uma pesquisa-intervenção sociodramática

Stephany Matias de Oliveira Crisostono
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
crisostonostephany@gmail.com

Daniela de Figueiredo Ribeiro
Prof. Dra. em Psicologia – Uni-FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A população negra brasileira, diariamente vive as consequências psicossociais dos quase 300 anos de escravidão em que seus antepassados foram submetidos a viver (Junior, 2002). Com isso, é inegável perceber os desdobramentos que a escravidão e o preconceito cunharam no Brasil, solidificando o racismo como um fenômeno social no país, e que traz diversas injustiças sociais, trazendo privações de acesso em relação à educação, saúde e desenvolvimento integral (Kilomba, 2022).

O racismo é um fator estrutural presente no Brasil e consiste em uma maneira sistemática de discriminação tendo a raça como fundamento e desencadeando múltiplas desvantagens à população que o sofre (Almeida, 2019). Visto isso, é importante pensar em como o racismo tem alcançado o ambiente escolar, e o que se pode fazer nesses contextos.

No ano de 2012, foi realizado um levantamento pela ONG (Organização não governamental) SOS Racismo, de Belo Horizonte que apontou a presença de 70% das denúncias que chegaram até a entidade, sendo de racismo e injúria racial em escolas públicas ou privadas (Suarez, 2012). No ano de 2023 o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023) registrou 50 mil denúncias de violação dos direitos Humanos nas escolas, incluindo queixas de racismo. Esses dados revelam não apenas a presença do racismo e da violação de Direitos Humanos nas escolas, mas também o despreparo da equipe escolar na atuação a partir desses casos, que poderiam anteceder e prevenir o sofrimento de alunos negros nesses contextos desde pequenos.

É importante ressaltar que adolescentes e crianças estão atravessando o racismo nas escolas, contextos que de acordo com o ECA deveriam assegurar à proteção de violências físicas e psicológicas (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990). Infelizmente, os dados mostram que a realidade é bem divergente do que a legislação assegura, e isso têm resultado em impactos severos no desenvolvimento emocional, afetivo e de aprendizagem dos estudantes negros.

Se faz necessário compreender que é papel de toda a equipe escolar formar os alunos como cidadãos ativos em sociedade, e para além disso protegê-los de quaisquer ações que envolvam a integridade da criança ou do adolescente. Assim, é papel de toda a equipe encontrar maneiras para superar o racismo, que vulnerabiliza o processo educativo e relacional de quem o sofre.

O psicólogo, sendo membro da equipe escolar, tem a função de identificar movimentos de opressão e olhar de forma cuidadosa o racismo presente nas relações intra-escolares (Mader, 2016). Além disso, deve desenvolver maneiras para se trabalhar o racismo e o antirracismo no ambiente escolar, coletivamente, pensando em ações interventivas e preventivas, de acordo com o contexto da escola (Referências técnicas para a atuação dos psicólogos na educação básica, 2019)

Visto isso, a pesquisa tem como principal objetivo investigar como o racismo impacta as relações escolares de adolescentes negros nos anos finais do ensino fundamental de uma escola pública, localizada no interior de São Paulo. Tem como objetivo também oportunizar um espaço de promoção de saúde mental acerca do olhar e potencialização do grupo como um fator de proteção aos impactos identificados. Especificamente, a pesquisa busca identificar as formas com o que racismo se apresenta no ambiente escolar, verificar as construções realizadas durante o processo de intervenção sociodramático e, favorecer um espaço de reflexão e potencialização do grupo como fator de proteção.

A pesquisa é de natureza qualitativa, se caracteriza como pesquisa-intervenção e tem o pensamento decolonial como premissa (Ribeiro, 2023). Foram realizadas 08 observações participantes, para que o contexto fosse olhado de

maneira cuidadosa, sendo a etnografia um dos fatores imprescindíveis antes de qualquer intervenção. Por fim, o processo interventivo é baseado em sociodramas temáticos, sendo um método de pesquisa qualitativa que abrange múltiplas possibilidades, e tem a interação do grupo como foco da investigação (Nery, 2006).

Até o momento foram realizadas 05 sessões interventivas, com sociodramas temáticos. O letramento racial tem orientado e facilitado a construção do cronograma dos encontros interventivos, mas o processo grupal sempre é respeitado e adaptações são necessárias. Mesmo sem a finalização do processo interventivo, já é possível perceber como o grupo se tornou um lugar de escuta, olhar e debate para as relações-raciais e as dores vivenciadas pelos adolescentes.

Com o fortalecimento de vínculos, e o resgate da cultura africana por um olhar nunca visto pelos integrantes, observa-se ao final a co-criação de um projeto antirracista inovador, pensado e criado pelos estudantes negros participantes da pesquisa, que juntos estão vivendo um lugar de pertencimento e aprendizado. Espera-se que esse projeto possa ser aplicado nas escolas que compreendem a conscientização e a superação do racismo estrutural como princípio ético da educação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O racismo Presente no Ambiente Escolar

.O racismo é um fenômeno que envolve de maneira determinante as relações de poder, e afeta a distribuição e acessos à recursos imprescindíveis para viver, como educação, saúde, emprego, representação política, habitação etc. (Kilomba, 2019). Assim, é indispensável ressaltar que o racismo não se resume a uma vivência singular e afetiva, é um fenômeno de longa data e que é concernente a identidade grupal racial (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

Se faz necessário pontuar que o racismo é um aspecto estrutural no Brasil, compreendendo o como um dos pilares estruturantes da cultura e do estado (Filho, 2022). Isso ocorre devido o histórico de relações de poder, em que os portugueses foram os colonizadores, submetendo a população afro-brasileira a enfrentar condições de violência severa, desumanização e segregação. Cavallero (2000,

p.19) discorre como atualmente, o olhar ainda prevalece, e o racismo ainda se faz presente:

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios, e a abundância de estereótipos negativos sobre negros (Cavallero, 2000, p.19)

Assim, pode-se perceber o prevalemento do racismo no Brasil de maneira determinante e como isso traz um impacto severo vivencial na população negra em geral.

É importante refletir de que maneira o racismo é introjetado no dia a dia da população brasileira, para que possam ser desenvolvidas formas para o combate á esse fenômeno social violento. É comum que a escola seja o primeiro ambiente em que a criança negra sofre racismo de maneira evidente e talvez seja o caminho para o olhar cuidadoso e atento às reproduções de comportamentos existentes no ambiente familiar/social que antecede ao escolar.

De acordo com Canivez (1991):

A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra (Canivez, 1991, p.33).

Sem dúvidas, o papel da escola não se resume a passar instruções técnicas de aprendizagem, mas à formação de cidadãos. O primeiro contato com a comunidade, traz à tona diversas reproduções de comportamentos, e é papel da escola instituir a cidadania, educar os alunos de acordo com os princípios dos direitos humanos. É importante pensar na efetivação dessa formação nas escolas, as instituições escolares realmente têm se preocupado e exercendo com excelência seu papel de formar cidadãos?

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023), apenas no ano de 2023 foram registradas 50 mil denúncias de violação dos direitos Humanos nas escolas, incluindo queixas de racismo. Também em 2023 o Instituto

de Referência Negra Peregum (IPEC) junto ao projeto SETA realizou uma pesquisa e expôs que 64% dos jovens negros consideram o ambiente escolar como o local em que mais sofrem racismo (Anthunes, 2023). Os dados alarmantes revelam o grande sofrimento vivenciado por esses alunos no ambiente escolar, e a falta de preparo da equipe escolar para lidar com o racismo, fenômeno tão delicado que afeta os estudantes negros brasileiros.

A portaria GM/MS nº 992/2009 estabelecida pelo Ministério da Saúde traz o “reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais e condições de saúde” (Brasil, 2013, p. 18). Assim, a portaria compreende o racismo como um fator que afeta gravemente a saúde da população negra e precisa ser olhado com cuidado.

Ao trazer o recorte em crianças e adolescente, vale ressaltar que “o(a) aluno(a) negra(a) sofre, direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças que afetam a sua infância, adolescência, refletem na vida adulta e comprometem todo o seu desenvolvimento” (Videira, 2007, p. 108). Além de trazer vulnerabilidades em diversas camadas socioeconômicas, o racismo também afeta o desenvolvimento e bem-estar físico e psíquico de quem o sofre.

Compreendendo os múltiplos sofrimentos que o racismo acarreta a vida da população negra em geral, principalmente em vivências de crianças e adolescentes em fase escolar é indispensável pensar no papel do professor que acompanha o dia a dia dos alunos no combate ao racismo nesses ambientes.

Existem duas leis que orientam e sustentam à prática adequada dos educadores nesse cenário, a primeira delas é a Lei 7.716/89, que define o racismo como crime no Brasil. É o primeiro ponto a se destacar pois à educação tem como princípio formar cidadãos que se orientam a partir dos Direitos Humanos, a criminalização do racismo se deu pela gravidade desse fenômeno, assim o alunos e próprio educador(a) deve compreender a gravidade dessa prática.

A segunda lei é a 10.639/2003, que assegura o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, combatendo o olhar eurocêntrico exclusivo que se reproduz no ensino escolar brasileiro. Em 2004, após a promulgação da Lei, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma cartilha com o título “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, o objetivo do documento é

auxiliar os profissionais da educação no trabalho das relações étnico-raciais, a cultura afro-brasileira e o antirracismo na educação em fases diferentes (ensino fundamental, médio e licenciaturas) com sugestões de atividades e glossário de termos antirracistas (Ministério da Educação, 2006)

Sena e Silva (2021), afirmam a importância da efetivação da educação das relações étnico-raciais na escola:

A lei 10.639/03 precisa ser acolhida e bem trabalhada nas escolas, intentando colaborar com a visão positiva da história, da cultura, da produção do povo negro. Isso para que, ser criança negra na escola, faça sentido, já que assim os alunos da educação básica conheceriam, valorizariam e cultivariam sua própria cultura, porque se identificariam e gostariam de fazer parte dessa história. O que, consequentemente, faria com que se reduzisse a violência escolar. Pois, o silêncio da escola frente ao racismo daria lugar à voz dos alunos negros e socialmente vulneráveis. A omissão da escola, pelo contrário, dá força à violência. (Sena e Silva, 2021, p. 64)

É de extrema importância trabalhar a cultura afro-brasileira, na escola, e ensinar aos alunos desde pequenos sobre a diversidade étnica e cultural do nosso país, quando se trabalha de forma cuidadosa automaticamente a probabilidade da criança ou do adolescente branco reproduzir casos de racismo diminui consideravelmente. E, para além disso, possibilita que alunos negros conheçam elementos da sua cultura, e se desvinculem apenas do olhar passado pela história, apenas de uma população escravizada.

Atualmente, cerca de 10 anos após a promulgação da lei 10,639 o racismo ainda se faz presente no ambiente escolar de maneira determinante, resultante das incongruências em relação à execução dessa lei nas escolas. Squilante e Ribeiro (2021), em uma pesquisa etnográfica em busca de entender como uma escola pública trabalha a temática das relações étnico-raciais, teve como resultado a falta de atenção da escola pesquisada para essas questões e o despreparo dos profissionais para o manejo da demanda prevista por lei a ser trabalhada em sala de aula. Esses déficits na execução das leis trazem uma grande dificuldade para superação do racismo na escola. E, de certa forma deixam as crianças e adolescentes negros ainda mais vulneráveis ao racismo.

2.2 O papel do Psicólogo Escolar

De acordo com Oliveira e Marinho-Araújo (2009) a psicologia escolar teve uma característica marcante ao longo da história, que influenciava diretamente as ações dentro do contexto escolar. Esse marco consiste na busca de adaptar, adequar ou até mesmo moldar o indivíduo ao ambiente educacional, de toda forma, através de avaliações psicológicas e psicodiagnósticos. A partir dessa perspectiva, o modelo clínico predominava, contrapondo as reais necessidades do contexto escolar (Antunes, 2012).

A partir disso, na década de 1980, fim da ditadura militar, foi o período em que debates sobre o papel do psicólogo em diversas áreas como clínica particular, espaços coletivos e comunitários surgiram de forma crítica ao pensarem na influência política sob o sistema educacional brasileiro. (Guzzo, Ribeiro, 2019).

Considerando o olhar cuidadoso para o papel do psicólogo a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 contribui para os avanços. Em seu 53º artigo o ECA concede ao ambiente escolar o objetivo de promover ao aluno uma educação que oportunize o seu pleno desenvolvimento. Assim, se torna indispensável a movimentação da psicologia para que acompanhe o cumprimento dos direitos agora assegurados na legislação (Guzzo, Ribeiro, 2020).

Ao pensar no atual cenário da educação básica brasileira, o Manual de Referências Técnicas para a Atuação do Psicólogo (2019, p. 33) afirma acerca da atuação da psicologia nas escolas:

A(o) psicóloga(o) quer trabalhar a favor da saúde mental, da formação e da melhoria de condições de trabalho, isso diz respeito ao acolhimento das imprevisibilidades, às tentativas de colocar em análise coletiva o que é produzido no cotidiano da sala de aula, da escola, favorecendo a experimentação de outro tempo menos acelerado, mas talvez mais inventivo, para dar conta do que não conhecemos, do que suscita problemas porque foge às expectativas e à ordem vigente. (Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica, 2019 p. 33-34).

Sob essa ótica, entende-se que o papel do psicólogo(a) é atender as demandas de maneira coletiva, pensando em possibilidades de intervenções que contemple os grupos dentro da escola a fim de resgatar pontos de saúde nas

relações e desenvolver maneiras inventivas para lidar com os impasses do contexto escolar. Ainda, o psicólogo(a) tem a função de olhar de forma crítica e refletir a qualidade da rotina adotada pela escola e as relações não apenas entre alunos, mas entre alunos e professores, alunos e funcionários, alunos e gestão (Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica, 2019).

A ampliação do olhar do psicólogo(a) traz a percepção dos problemas no ambiente escolar como múltiplos e coexistentes. É possível enxergar demandas no interesse dos estudantes, na formação dos professores e na estrutura de gestão pedagógica. A partir dessas demandas, o psicólogo(a) mobiliza redes de atenção à vida, pois todos os indivíduos têm potencialidades e um núcleo saudável em si, por isso o psicólogo(a) precisa favorecer um espaço de resgatar esses aspectos, e desenvolver intervenções humanizadas e preventivas (Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica, 2019).

Em 2016 o Conselho Federal de Psicologia publicou uma cartilha com o título “Psicologia e relações étnico-raciais”, nesse documento é atribuído também como função do psicólogo(a) escolar trabalhar a diversidade e as questões étnico-raciais que surgem nas relações:

Considerando que faz parte do trabalho da(o) Psicóloga(o) Escolar e Educacional promover espaços para o desenvolvimento da autonomia dos envolvidos no processo educacional, é importante saber identificar modos de opressão e, no caso, os envolvidos com a questão étnico-racial, proporcionando a desconstrução dos preconceitos que permeiam as relações intraescolares (Mader, 2016, p. 40)

A partir disso, é indispensável que o psicólogo(a) entenda a importância e trabalhar o racismo no contexto escolar e se atente para promover intervenção acerca do tema. É importante que o profissional propicie espaços coletivos de escuta, discussão e reflexão sobre o racismo em suas múltiplas facetas dentro do ambiente escolar. A fim de conscientizar alunos não negros sob os impactos do racismo, e auxiliar no cuidado à saúde mental dos alunos negros, possibilitando um espaço de valorização de suas existências.

Compreendendo o fazer do psicólogo escolar afundo, Squilante e Ribeiro (2021) afirmam a importância de que os profissionais da psicologia no contexto

escolar e educacional se comprometam a refletir e problematizar funcionamentos dentro da escola que alimentem a individualização de problemas e a reprodução do fracasso escolar. Além disso, a atuação dos psicólogos deve ser voltada ao coletivo com um embasamento crítico, político e comprometido com o desenvolvimento integral dos alunos.

2.3 Sociodrama na Escola

No início do século XX, do teatro espontâneo, criado por Jacob Levy Moreno surge o Sociodrama, um dos métodos sociátricos para pesquisa e tratamento de grupos e relações no geral, seus conflitos, dores e sofrimentos (Nery, 2006). Nery (2006) define o Sociodrama como um método de pesquisa-intervenção que visa a compreensão dos processos grupais e nutre possíveis intervenções em situações problema, utilizando-se da ação e troca entre pessoas que constituem o grupo.

Desconstruindo a relação de distância entre pesquisador e pesquisado, o Sociodrama permite que o pesquisado se torne um participante ativo da pesquisa, e de acordo com Moreno (1972) o verdadeiro sujeito do sociodrama é o grupo. Esse grupo viabiliza a coleta dados, mas além disso possibilita a co-construção em formas de intervir, onde os participantes podem agir e ocupar espaço trazendo a própria autenticidade.

Na educação, Firmo e Barros Neta (2019) compreendem o sociodrama com uma metodologia de ação e transformação. Um caminho que possibilita a liberdade propiciando um espaço de expressão e pertencimento considerando o aspectos grupais.

Nery e Gisler (2019) trazem a importância de se compreender que a ação sociodramática é um encontro que possui um aquecimento contínuo, viabilizando as interações entre os participantes e o trabalho dos temas estabelecidos. De maneira prática, o Sociodrama inicia-se com o aquecimento inespecífico, que propicia ao grupo a abertura para ação, logo a dramatização é o próximo passo sendo o desenvolvimento da sessão, e por fim o compartilhamento onde o grupo pode dividir as emoções, sentimentos, percepções e experiências vividas ao longo do vivido.

Além disso, o Sociodrama utiliza como recurso importante a realidade suplementar, a fim de facilitar a expressão das interações, intervenções e respostas criativas.

O Sociodrama é uma ferramenta potente para se trabalhar diversidade, visto que a convivência em grupo amplia a oportunidade de compreender, respeitar e valorizar as diferenças:

O Sociodrama da diversidade trabalha com conflitos advindos de estereótipos, preconceitos, racismo, intolerância, estigmatização e/ou atitudes negativas contra pessoas de extratos minoritários. Busca-se respeitar as diferenças e transcendê-las quando se percebe que estas geram processos identitários que causam violência ou compartimentalizam a humanidade em grupos mutuamente exclusivos e isolados (Kellerman apud. Nery, 2006, p. 306)

Assim, se vê a relevância do sociodrama no combate ao racismo, pois para além do campo intelectual a ação sociodramática permite a sensibilização desse fenômeno violento e nutre práticas para o respeito às diferenças. Trabalhar o racismo no contexto escolar, de maneira coletiva através do sociodrama é uma forma de prevenir e promover saúde.

O Ministério da Saúde, em 2016 lançou uma cartilha com ideias e dicas para o desenvolvimento de processos participativos em saúde e o Sociodrama é uma das técnicas de grupo trazidas pelo documento como promotoras da participação social (Brasil, 2016). A cartilha traz o Sociodrama como uma oportunidade de olhar para “as experiências e os conflitos dos componentes do grupo que propiciam uma ação afetiva, efetiva e ativa” (Brasil, 2016, p. 99).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa-intervenção de natureza qualitativa. A pesquisa tem o pensamento decolonial como princípio, tendo como pressuposto um encontro dialógico com o Outro (Ribeiro, 2022). Dessa forma, entende-se a observação participante como etnográfica, pois possibilita o observador a participar de maneira ativa das atividades de abstração dos dados,

abrindo possibilidade de adaptação ao ambiente que ele está inserido (Correia, 2009).

Além disso, será utilizada a Socionomia, teoria criada por Jacob Levy Moreno como método de intervenção, por meio de sociodramas (Moreno, 2006). Nery (2006), define o sociodrama como um método de pesquisa qualitativa que têm a interação do grupo como foco da investigação. E, para além disso possibilita a construção significativa das relações, sendo possível co-construir juntos e assim acessar o potencial espontâneo do grupo.

Importante destacar uma cartilha divulgada pelo Ministério da Saúde, que indica o sociodrama como um instrumento para o desenvolvimento de processos participativos de saúde. O documento o designa como importante para a promoção de saúde que gera melhoria na qualidade de vida (Brasil, 2016).

3.1 Participantes

A pesquisa contará com a participação de 7 adolescentes autodeclarados pretos e pardos, estudantes dos anos finais do ensino fundamental, sendo integrantes dos 8º e 9º anos de uma escola pública localizada em um bairro periférico da cidade de Franca, interior de São Paulo. A identificação, idade e sexo se encontra na tabela a seguir:

Identificação	Idade	Sexo
K.T	14 anos	feminino
M.J	14 anos	feminino
M.	15 anos	feminino
E.	15 anos	masculino
R.	14 anos	feminino
Y.	15 anos	feminino
K.A	14 anos	feminino

Tabela 1 – Participantes da pesquisa

3.2 Coleta de Dados

A coleta de dados está sendo realizada em três fases. A **fase 1** foi o contato com a escola, as observações participantes e a seleção dos participantes, estudantes dos 8º e 9º anos da escola, que se autodeclararam pretos ou pardos através de uma entrevista. A **fase 2** consiste no processo de intervenção sociodramático com os adolescentes realizado pela pesquisadora e uma graduanda, ambas estudantes do 4º ano de psicologia no Centro Universitário Municipal de Franca. Os encontros acontecem semanalmente e tem duração de 2h, com o início em março e finalização em junho de 2024, com previsão para 12 encontros.

A análise e discussão dos resultados será dividida em duas partes, sendo a primeira uma descrição fenomenológica e a leitura sociométrica de cada encontro. E a segunda, uma análise do processo grupal, realizada após a finalização dos encontros interventivos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS PARCIAIS

A análise e discussão dos resultados parciais foi dividida em duas partes, sendo a primeira uma descrição fenomenológica por meio de diários de campo e a segunda o registro da leitura sociométrica de cada um dos 5 encontros, com enfoque na teoria sociométrica de Moreno (Moreno, 1972).

De acordo com Silva, Lopes e Diniz (2006, p. 256) “ a descrição como trabalhada pelo fenomenólogo, é protocolo que se limita a descrever o visto, o sentido, a experiência como vivida pelo sujeito”. A descrição fenomenológica proporciona um olhar cuidadoso e diferente do habitual, permitindo que o pesquisador enxergue as minúcias e evidencie a experiência vivida, possibilitando o entendimento da sua estrutura.

Todos os encontros foram discutidos em supervisão junto à orientadora, assim as análises foram realizadas em conjunto com o grupo de estágio em Psicologia Escolar. Os encontros foram nomeados pela pesquisadora, de acordo

com o tema de cada sessão, sendo todos relacionados às relações étnico-raciais. Parte da análise dois resultados parciais, contendo a descrição fenomenológica e a leitura sociométrica se encontra a seguir:

4.1 1º Encontro – Quem somos nós?

O aquecimento inespecífico foi composto por duas etapas, sendo uma o jogo “cumprimento criativo” (Serrão e Baleeiro, 1999) e a segunda um alongamento corporal. O aquecimento específico foi uma dinâmica de roda, os integrantes deveriam se atentar, pois uma bolinha seria jogada entre eles, para que pudessem responder perguntas. O primeiro com a bolinha fazia a pergunta, ela era jogada no grupo até que todos respondessem, o último a responder fazia outra pergunta. As perguntas realizadas foram: O que mais gosta de fazer? Qual sua comida preferida? Você mora com quem? Qual a pessoa que você mais ama? Uma coisa que para você é inaceitável. Quais as suas expectativas para o futuro? Você tem vontade de ter filhos? Cite uma qualidade em você.

No compartilhar, os adolescentes dividiram como foi a experiência, a pesquisadora fez algumas pontuações em relação ao comportamento deles durante a atividade proposta, e juntos o grupo co-criou alguns combinados, para que as reuniões fossem mais significativas, alguns desses combinados foram: falar sempre de mim, não do outro; ouvir o outro sempre; respeitar um ao outro; usar palavras mágicas; guardar segredos aqui; gentileza gera gentileza. Algumas das falas dos adolescentes no compartilhar foram:

R.: *“gostei muito, ri, dancei, foi bem legal estar com vocês, estou animada pra semana que vem”*

K.: *“foi bem legal, fazer qualquer pergunta e todo mundo responder, as vezes a gente tem curiosidade de saber alguma coisa e nem pergunta”*

M.J.: *“me senti muito bem, estou gostando”*.

A **leitura sociométrica** trouxe a percepção do desejo de estarem em grupo, por mais que algumas das propostas não fossem usuais como se sentar no chão ou fazer um alongamento corporal, nenhum se recusou a fazer. Além disso, foi possível perceber o início da construção de vínculos, e uma experimentação de um lugar de

respeito, talvez não seja de costume dos adolescentes ocupar ambientes assim. Por isso, foi um encontro com o foco na integração do grupo, com o intuito de conhecê-los, e que eles pudessem se conhecer de uma outra forma, com leveza, dinâmicas e conversa.

4.2 2º Encontro – A quem eu reconheço?

O aquecimento inespecífico foi composto de duas etapas, sendo a primeira um alongamento corporal e a segunda uma técnica de respiração mais atenta, a fim de que os adolescentes pudessem chegar na sala integralmente. Para o aquecimento específico apresentamos algumas imagens de artistas negros que atuam em diversas áreas, sendo na literatura, no cinema, na música e no esporte. Em uma pequena conversa eles identificaram as figuras que conheciam (cinema, música e cinema) e as que não conheciam (literatura). E a partir disso em duplas criaram uma história, para essas figuras.

No compartilhar, eles contaram a história criada e depois foi lido um trecho da história real desses artistas. Após essa etapa, foi solicitado que eles dissessem nomes de pessoas midiáticas negras que vinham à cabeça, e nomes de pessoas midiáticas brancas, depois fizemos alguns questionamentos como por que acham que os nomes de pessoas brancas vêm com mais facilidade do que o nome de pessoas negras? Nenhum membro do grupo conhece a escritora negra que foi traga, mesmo sendo muito famosa, vocês têm contato com a literatura negra na escola? Em relação ao que vocês acessam em redes sociais, filmes e séries, a maioria das atrizes e atores são negros ou brancos?

Dessas questões, vieram diversas respostas, destacando algumas:

M.: *“eu sei que conheço mais artistas negras, mas eu não conseguia lembrar o nome delas, já as pessoas brancas vinham mais fácil na mente”*

M.J.: *“muitas vezes existem mais pessoas negras que tem talento, mas pela cor, as pessoas não dão oportunidade, isso é triste”*

K.A: *“isso é racismo pra mim, e nunca vimos nada na escola de pessoas negras sem ser escravidão. Eu já li o quarto de despejo, mas quando estudava em outra escola, aqui não tem é nada”*.

Após todos do grupo falarem, fechamos o encontro.

A **leitura sociométrica** permite perceber esse encontro como essencial para a evolução do grupo acerca do tema, e da comunicação no coletivo. Foi possível entender como elas enxergam as relações, a raça, as desigualdades e o mundo. Notou-se também o interesse sobre a temática, duas participaram ativamente e as que não participaram tanto se atentaram ao que as outras falaram do início ao fim.

4.3 3º Encontro – Ancestralidade: rainhas africanas

O aquecimento inespecífico se iniciou com um alongamento corporal, logo foram propostos dois jogos psicodramáticos, trabalhando o corpo, o humor e a interação grupal. O aquecimento específico foi composto por duas etapas, sendo uma a apresentação do vídeo Maalum, disponibilizado no youtube. A segunda foi uma exposição de imagens de rainhas africanas pela sala, onde foi solicitado que se conectando com a música de fundo (tambores africanos) eles pudessem olhar todas as imagens e se aproximar da imagem que mais o chamou atenção. Após a formação dos subgrupos por identificação das imagens, entregamos a história dessas rainhas para que pudessem conhecer e conversar com o colega sobre os aspectos das imagens e da história.

Logo, eles tiveram um tempo para expressar esse contato com as rainhas africanas no papel. Fizemos um aquecimento (meditação) e pedimos que elas entrassem em contato com os sentimentos que a história de Maalum e as histórias das rainhas africanas despertaram em si, os impactos e reverberações. Após o contato, elas deveriam se expressar através de um desenho ou palavras que viessem à tona a partir disso.

Por fim, elas foram convidadas a compartilhar com o grupo toda a história da rainha que haviam se identificado, e se quiserem o que foi colocado na folha. Foi muito importante, alguma das falas das participantes foram:

R.: *“é triste ver uma criança passando pelo que a Maalum passou, as crianças hoje em dia são maldosas, parece que nascem racistas”*

K.: *“a rainha que eu peguei é uma mulher forte, guerreira, e lutou contra a comercialização de escravos na Angola, uma inspiração” M.J “eu não sabia que existiam rainha na África, gostei de saber disso”.*

A **leitura sociométrica** da sessão permitiu a percepção da relevância desse encontro para o grupo, estabelecer contato com essas figuras de poder e contemplação, ancestral e cultural, pois o único contato que haviam tido em relação á ancestralidade foi a população negra que sobreviveu 300 anos no período de escravidão.

4.4 4° Encontro – Ancestralidade: deuses e deusas africanas

O aquecimento inespecífico foi composto por duas etapas, sendo a primeira uma brincadeira: dança dos gestos, e a segunda foi o momento de retomar os combinados realizados no 1° encontro. O aquecimento específico eles foram convidados a andar pela sala e se imaginarem conhecendo uma nova terra, um continente africano, onde eles conheceriam um Deus ou uma Deusa de origem africana. Após o momento de imaginação, eles se sentaram separados dos colegas e foi entregue um trecho da história de um Deus africano para cada adolescente. Assim, eles deveriam ler a história e com tinta guache, criar a imagem dessa figura no papel, como eles imaginariam que era o rosto, o corpo dessa figura.

No compartilhar os adolescentes compartilharam como havia sido o primeiro momento de visitar uma terra africana na imaginação, posteriormente cada um compartilhou a história do Deus/Deusa que ficou e como foi construir a imagem dessas figuras com guache. Algumas das falas dos participantes foram

K.: *“Eu já tive contato com alguns Deuses por conta da religião do meu pai, mas ver meus colegas conhecendo foi muito bom, deveria ser mais falado”*

R: *“Eu adorei pintar, ficaria horas aqui com a música calminha e usando a guache, me acalmou”*

E: *“Fiquei com lemanjá, e toda vez que vou na praia pulo 7 ondas pra ela, fiquei feliz de desenhá-la”.*

Com a **leitura sociométrica**, foi perceptível a importância do contato com outras raízes africanas, mitologias e figuras relevantes, é como se os encontros abrissem os olhos dos adolescentes para a cultura e religiões de matriz africanas que existem. Além disso, foi possível perceber como arte conduziu trazendo delicadeza para esse contato, eles elogiaram bastante. A tinta, o papel, a arte como um todo é uma ferramenta potente de expressão.

4.5 5º Encontro – Árvore genealógica

O aquecimento inespecífico foi composto por dois momentos, sendo o primeiro uma brincadeira envolvendo o corpo, chamada eu sou assim e no segundo momento fizemos um amigo secreto das qualidades, onde cada um tiraria o nome de um colega e todos deveriam adivinhar quem seria a partir das qualidades ditas por quem tirou o papel. O aquecimento específico foi dividido em 3 etapas, primeira etapa foi uma sociometria com algumas perguntas relacionadas a autodeclaração de cada um, e marcadores de raça na família. Na segunda etapa eles foram convidados a fechar os olhos e resgataram na memória as figuras de pessoas da família. Bisavós, avós, pais, tios, irmãos e primos, e assim, se atentarem as características físicas dessas pessoas, como elas são, quais os traços e com quem você pensa que se parece. E na terceira etapa foi solicitado que eles pudessem construir a própria árvore genealógica e que era necessário também colocar a cor/raça de cada membro.

O compartilhar foi um momento muito importante nesse dia, por compartilharem o quão gostaram de fazer a dinâmica no início, se surpreenderam com as qualidades que os colegas direcionaram à eles e se divertiram bastante nessa atividade. Em relação à mediação guiada, no resgate da memória familiar,

eles disseram que ficaram emocionados ao pensar na família, visto que são pessoas importantes em suas vidas, uma das integrantes disse:

R.:*“passou um filme na minha cabeça, fui lembrando da minha avó, meus primos, gostei poque a gente não para pra pensar nisso né?”*.

Ao falar sobre a árvore genealógica, cada um dos adolescentes mostrou ao grupo como construiu, quem são as pessoas que colocou e sua cor/etnia também. Todas as famílias são inter-raciais, algumas possuindo pessoas pretas e brancas, outras brancas e pardas e ainda famílias que tem pessoas pretas e pardas. Assim, alguns disseram que jamais tinham parado para pensar especificamente na cor/etnia das pessoas da família, e como é interessante a construção dessa árvore genealógica.

A **leitura sociométrica** da sessão permitiu a percepção da importância do amigo secreto das qualidades para o fortalecimento de vínculos no grupo, que é construído gradativamente. No momento de resgatar as memórias da família, também foi possível perceber o envolvimento genuíno dos adolescentes, todos estavam com os olhos fechados, e um dos integrantes chegou a se emocionar. Por fim, a sociometria e a construção da árvore genealógica despertaram a sensibilidade de olharem para a família com atenção aos aspectos de cor/raça.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o vasto referencial bibliográfico utilizado na pesquisa até o momento, foi possível perceber uma grande rede que sustenta e dificulta a superação do racismo no contexto escolar. Sendo essa rede composta pela escola, a ausência de políticas públicas efetivas e o despreparo dos profissionais para trabalhar questões raciais na escola. Esses pontos impactam diretamente em como o estudante negro vivencia a experiência escolar, o que gera múltiplas consequências na vida desses alunos.

Compreendendo que “a manifestação discriminatória dentro do processo educativo tem gerado uma série de agressões físicas e simbólicas que acarreta sofrimento no cotidiano dos alunos, principalmente dos negros” (Carvalho, 2019, p. 150). A pesquisa tem o objetivo de investigar a forma com que o racismo se manifesta no dia a dia de uma escola pública do município de Franca-SP, e entender os possíveis impactos nas relações escolares desses adolescentes.

Durante as observações participantes, e o processo de aproximação na escola, foi possível perceber uma grande ausência no trabalho das relações étnico-raciais e desenvolvimento do olhar crítico acerca do tema pelos professores. Além disso, é notória a incidência de alunos pretos e pardos ocupando lugares de solidão e distanciamento, como se não se sentissem pertencentes àquela sala de aula. Duas possibilidades foram observadas ou o adolescente era retraído e isolado, ou estava rodeado de colegas e ria das próprias piadas que faziam consigo, referentes ao cabelo, tom de pele ou vestimenta.

Com o convite e a formação do grupo para a pesquisa, à princípio foi possível perceber as relações pré-estabelecidas entre eles, e com as propostas através do sociodrama, eles tiveram a oportunidade de ressignificar essas relações, e ocupar um novo papel nessas trocas, de respeito e empatia.

No grupo os adolescentes têm voz, e podem participar de maneira ativa, dar sugestões e compartilhar o que gostam e o que não gostam nas propostas, isso foi algo novo para os integrantes. Infelizmente, eles estão acostumados a serem passivos, em qualquer que seja a relação na escola, com professores, coordenadores e diretores. Viver o grupo fez com que percebessem que suas propostas e desejos têm espaço e valor.

O Sociodrama, metodologia escolhida para o processo interventivo, é um instrumento que têm facilitado esse processo. Isso porque, o sujeito do sociodrama não é um indivíduo, mas o próprio grupo (Moreno, 1978). Firmo e Barros Neta (2019), pontuam o sociodrama, criado por Moreno, uma junção entre o individual e o coletivo, o que resulta na co-criação, podendo ser definida como uma ação criada a partir das interações de um grupo. Assim, a proposta não é levada e aplicada, mas a partir das relações as propostas são co-construídas.

O tema tem sido explorado e trabalhado de diversas formas, mas a arte tem sido facilitadora nesse processo de imersão. No grupo, antes de falar do próprio racismo atual em nossa sociedade, e possivelmente presente nas relações deles foi realizado o trabalho de descoberta e potencialização da população afro-brasileira. O que viabilizou esse trabalho foi o resgate do continente africano, suas belezas, mitologias, reis e rainhas, para que além de respeitar busca-se o desenvolvimento da sensibilidade e valorização da cultura e do povo negro.

O contato com as raízes africanas, além de nutrir conhecimento de fora para dentro têm permitido o fortalecimento de vínculos no grupo. Isso é importante pois a pesquisa não busca apenas investigar como racismo se apresenta na escola, mas também propiciar um espaço de cuidado e fortalecimento das relações através das intervenções sociodramáticas grupais.

Acredita-se que o grupo possa caminhar, se fortalecer e após as experiências vivenciadas possam expandir compartilhar de si e criarem juntos, de maneira inventiva estratégias antirracistas para se aplicar na escola com os alunos, podendo ter voz e desenvolvendo propostas coletivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. (2019). **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

ANTHUNES, Arthur. 64% dos jovens negros afirmam que o ambiente escolar é o local em que mais sofrem racismo. **Mundo Negro**. São Paulo, 20 nov. 2023. Disponível em < <https://mundonegro.inf.br/64-dos-jovens-negros-afirmam-que-o-ambiente-escolar-e-o-local-em-que-mais-sofrem-racismo/> > Acesso em 16 dez. 2023.

ANTUNES, Janaina. Produção de encaminhamentos para a psicologia clínica: efeitos do racismo no contexto escolar. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 8, n. 4, p. 18-25, 2021.

ANTUNES, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: **Leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: Educ.

BORSA, Juliane Callegaro. O papel da escola no processo de socialização infantil. **Rio Grande do Sul**, p. A0351, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Disque 100: 2023 registra aumento de cerca de 50% para violência nas escolas em comparação a 2022**. Brasília: MDHC, 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003

BRASIL. **Lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989**. Lei do Crime Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm .Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da **Saúde**. **Política Nacional de Promoção de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da **Saúde**, 2010^a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Ideias e dicas para o desenvolvimento de processos participativos em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social**. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS – 2. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CANIVEZ, Patrice. Educar o cidadão? Campinas: **Papirus**, 1991.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Relações raciais - Referências técnicas para atuação de psicólogas(os)**. Brasília: CFP, 2017.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica / Conselho Federal de Psicologia**. — 2. ed. — Brasília : CFP, 2019. 67 p.; 12 cm.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem | Journal of Nursing**, v. 13, n. 2, p. 30-36, 2009.

FIRMO, Yandra de Oliveria; BARROS NETA, Maria da Anunciação Pinheiro. O sociodrama como ferramenta de ação para a educação como prática de liberdade. GEOGRAFIA: **Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES**, jan./jun. vol. 1, n. 1, p. 90- 107, 2019. ISSN 25959026.

FILHO, Irapoan Nogueira. Racismo enquanto instrumento de adoecimento psíquico: pensando saídas frente a racismo estrutural. In: OLIVER, Marcele, BARROS, Flávio (org.). **Saúde mental da população preta importa**. Rio de Janeiro. Editora Conquista, 2022.

GUZZO, Raquel Souza Lobo et al. Psicologia no enfrentamento à violência na escola: conhecer, refletir e agir. In: ARAUJO, Claisy M. Marinho; TEIXEIRA, Adrielle de Matos Borges (orgs.). **Práticas exitosas em psicologia escolar crítica**. Campinas, Alínea, v.1, p. 123-142, 2020.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; RIBEIRO, Flávia de Mendonça; MEIRELES, Jacqueline, et. al. Práticas promotoras de mudanças no cotidiano da escola pública: projeto ecoar. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 153-167, jan-jun, 2019.

JUNIOR, Augusto Luiz Fernandes. **As consequências da escravidão para o negro, no atual mercado de trabalho brasileiro**. 2002.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.

MÄDER, B. J. (Org.). **Caderno de psicologia e relações étnico-raciais: diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo**. Curitiba: CRP-PR, 2016.

MORENO, J. L. (1972). **Fundamentos de la sociometría**. Buenos Aires: Paidós

MORENO, J. L.; MORENO, Z. T. Psicodrama: teoria da ação e princípios da prática. São Paulo: **Daimon**, 2006.

NERY, M. P.; CONCEIÇÃO, M. I. G. O Sociodrama como método de pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**. Ribeirão Preto, v. 16, n. 35, 2006

NERY, Maria da Penha; GISLER, Júlia Villela Teixeira. Sociodrama: método ativo na pesquisa, no ensino e na intervenção educacional. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 27, n. 1, p. 11-19, 2019.

OLIVEIRA, C. B. E. & Marinho-Araújo, C. M. (2009). Psicologia escolar: Cenários atuais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(3), 648-663.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. A decolonialidade na pesquisa e prática psicodramáticas: pela superação de epistemicídios históricos. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 31, 2023.

SENA, Viviane de Andrade Soares; SILVA, Marcelo Donizete da. **Território e cor da violência, racismo no Brasil e seus desdobramentos na escola: contribuição do pensamento de Paulo Freire sobre a educação emancipadora das questões étnico-raciais.** 2021.]

SQUILANTE, Débora Luz. RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. **Desenvolvimento, direitos humanos e racismo: reflexões para atuação do psicólogo escolar.** 2021.

SUAREZ, Joana. Pelo menos 70% dos casos de racismo acontecem nas escolas. O Tempo. Belo Horizonte, 20 jul. 2012. Disponível em <
<https://www.otempo.com.br/cidades/pelo-menos-70-dos-casos-de-racismo-acontecem-nas-escolas-1.321254>> Acesso em 5 jun. 2023.

VIDEIRA, Piedade Lino. Criança negra e discriminação étnica na escola e movimentos pela educação popular. Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos (encerrada), v. 1, n. 2, 2007.

NARCISISMO: O narcisismo virtual e o outro lado dos jogos virtuais sociais

JÚNIOR, Elesbão Evaristo Costa e Freitas

GRACIOLI, Sofia Muniz Alvez

Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

1. INTRODUÇÃO

“O narcisismo descreve uma condição psicológica e uma condição cultural.” (ALEXANDER LOWEN, 1983, p. 9). Nessa citação é possível perceber que o narcisismo tem o seu lado individual pois esta é uma condição que afeta várias pessoas e de forma singular, além de revelar também o seu lado cultural, uma vez que o narcisismo é sim algo construído de acordo com a sociedade em que se está inserido e o contexto dela.

Já o feminismo, em sua luta pela emancipação feminina, denunciou vigorosamente as formas de sujeição das mulheres e de produção de sua subjetividade pela “cultura do narcisismo”, que abrangem as práticas corporais de embelezamento e rejuvenescimento largamente difundidas pela mídia, assim como o recurso a avançadas tecnologias de intervenção no corpo ou de cirurgia plástica. (Margareth Rago, 2006, p. 237)

Pode-se arriscar em dizer que o narcisismo, além de psicológico e cultural, ele é também natural. Ora, basta direcionar os olhos ao mito de Narciso escrito ainda no período da Grécia antiga e como se sabe hoje, os mitos eram criados no objetivo de explicar a origem da vida e os problemas da existência utilizando figuras místicas presentes na religião antiga, ou seja, o narcisismo está aí desde os primórdios da raça humana. Assim como escreve Leandro Carvalho; Brasil escola (2018): “A mitologia grega surgiu da curiosidade que os gregos tinham de explicar a origem da vida e os problemas da existência. Assim, criaram deuses imortais à semelhança do ser humano.”

Porém, é errôneo dizer que o narcisismo é uma condição puramente negativa, uma vez que não faria sentido ser uma condição natural da raça humana e ao

mesmo tempo prejudicial. Há hoje a diferenciação na comunidade psicológica dos termos “narcisismo normal” e “transtorno de personalidade narcisista”.

O narcisismo pode se prolongar ao longo de toda a vida com características normais e sadias, representando um bom nível de autoestima, uma expressão de a pessoa gostar de si mesma, uma vaidade e um orgulho próprio pelo reconhecimento de seus valores e progressos reais. (Betina Lejderman; Jussara Dal Zot, 2020, p. 58)

O transtorno de personalidade narcisista (TPN) é uma forma patológica do narcisismo reconhecido no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais¹⁰. É caracterizado por um padrão difuso de grandiosidade, necessidade de admiração e falta de empatia que surge no início da vida adulta e está presente em vários contextos [...]. (C, 2020, p. 59)

Vale ainda pontuar que vivemos em um mundo conectado, onde não só o que fazemos pessoalmente vale de algo, mas aquilo que fazemos na internet repercute por ainda mais tempo e intensidade. A geração conhecida hoje por “*Millenials*” é a que mais pode dar testemunho de experiências narcísicas, seja numa demanda esperada de todo ser humano, seja exacerbada (e até patológica), visto que eles nasceram num período onde a internet começava a se popularizar, com fóruns, blogs e todo tipo de rede social onde a exposição é o foco.

Desde a ascensão da internet (e também da evolução gradativa das tecnologias), não só os jovens como também os adultos, tem exposto cada vez mais a sua vida na internet, em forma de fotos, vídeos e *tweets*. A sede narcísica por atenção, validação é até pelo número de seguidores, cria uma ilusão de que a atitude do sujeito não é suficiente caso ele não a mostre ao mundo.

A sociedade atual dá ênfase naquilo que as pessoas querem mostrar e não no que realmente são, por isso efeitos de *photoshop* e montagens feitas em computadores são ferramentas tão utilizadas. Nos jogos sociais virtuais (um tipo de gênero dentro dos jogos online) não é diferente. Os jogadores tomam a forma de personagens personalizados e podem agir de forma diferente onde não agiriam pessoalmente, como é o caso do *VRChat* e do *Habbo Hotel*, jogos com o foco na interação social, mas isso pode ocorrer em qualquer tipo de jogo onde há a utilização de personagens personalizáveis.

A relevância do presente artigo se dá pelo fato de ser um tema pouco explorado e que influencia diretamente na saúde mental de jovens e adultos que consomem este tipo de jogo.

O objetivo foi compreender o termo narcisismo dentro do âmbito social e virtual e as suas consequências na vida de jovens e adultos.

A metodologia foi uma revisão bibliográfica crítica com uso de artigos científicos, livros na área do conhecimento e vídeos do *Youtube* de criadores de conteúdo dessa mesma temática que experienciaram tais jogos.

2.1 O Narcisismo

Como já citado anteriormente no presente artigo, o narcisismo é uma condição natural, um conjunto de comportamentos esperados de qualquer ser humano, uma vez que de forma geral ele significa um investimento na própria imagem e nas próprias atitudes. Sem muita dificuldade, pode-se chegar à conclusão de que é importante até para manter uma boa autoconfiança e até a autoestima. Já se sabe que em exagero, comportamentos narcísicos podem resultar no Transtorno de Personalidade Narcisista (TPN), mas na falta da validação da própria imagem e no sentimento de insuficiência, são gatilhos fáceis para outros transtornos que causam um déficit no bem-estar, tal como a depressão ou a ansiedade.

Em contrapartida, existem pessoas que só sabem falar e focar em si mesmas, são totalmente egoístas, egocêntricas e negam quaisquer valores e idéias que contradizem aquela imagem que elas estão tentando construir para mostrar ao mundo não o que elas são, mas o que elas querem ser ou aquilo que o mundo deseja ver. Podem ser muito arditos, utilizando da sua imagem narcísica para manipular e conseguir poder, mas por outro lado são totalmente carentes de valores do Self, como auto expressão, dignidade e integridade, em vista que eles não se esforçam para compreenderem quem eles são na realidade (Alexander Lowen, 1983).

O narcisismo, em graus severos ou patológicos, a pessoa não se comporta mais como ser humano e sim como máquina. Não tem sentimento de culpa, de ansiedade ou sentimentos felizes e agradáveis, sua única preocupação é mostrar àquele mundo indiferente o que ele considera como importante e “produtivo”. Percebendo a futilidade dessas coisas somente quando o véu narcísico cai e

quando isso acontece, já é tarde demais e o sofrimento psíquico vem logo depois, assim como pontua Alexander Lowen, 1983:

Os narcisistas podem ser identificados por sua falta das melhores qualidades humanas: Ternura, compaixão e solidariedade. [...] Quando a fachada narcisista de superioridade e singularidade desmorona, permitindo que a sensação de perda e tristeza se torne consciente, é frequentemente tarde demais. (Alexander Lowen, 1983, p. 10)

O fato de não possuir sentimentos (ou simplesmente de não saber nomeá-los) cria uma máquina numa armadura de carne e isso é algo que têm se tornado muito comum na sociedade atual onde o mercado de trabalho preza por aquele visto como “mais habilidoso” e este escolhido luta para se manter no pódio, pregando e mantendo um discurso de superioridade, inflando o seu ego e escondendo atrás de suas próprias ilusões, pensando estar protegido e seguro. A culpa não é do sujeito, mas principalmente do contexto onde está inserido, lembrando: “O narcisismo é uma construção psicológica e CULTURAL”. Como cobrar sentimentos de alguém que é criado num sistema onde a apatia é valorizada? E os grupos sociais da pessoa exercitavam a expressão de sentimentos durante a infância e adolescência?

Teoricamente, especulei que deveria ter havido, ou sentimento demais ou excessivamente pouco em sua infância. Quando mencionei essas possibilidades a Erich, disse que ambas as coisas eram verdadeiras. Sua mãe estava sempre a beira da histeria; seu pai não mostrava possuir sentimento algum. Conforme descreveu, a frieza e hostilidade de seu pai por pouco não enlouqueceram a sua mãe. (Alexander Lowen, 1983, p. 13)

No senso comum, temos a visão de que a pessoa narcisista é alguém que se preocupa excessivamente consigo mesmo (principalmente em termos de aparência física) e acaba não se importando com os outros que vivem à sua volta. Mas olhando de forma mais sistemática a fim de compreender o indivíduo, alguns psicanalistas, tal como Kernberg, apontam o narcisismo como a fusão da criança com o self ideal, o objeto ideal e a aparência real com o objetivo de se defender de uma realidade intolerável. Agarrando nessa própria imagem, a pessoa não consegue fazer uma diferenciação da imagem real e da imagem ideal, fazendo com que a autoimagem se perca e ela se identifique com a imagem idealizada. Logo, há uma diferenciação do self com a sua imagem, tal como a imagem e o reflexo do espelho. (Alexander Lowen, 1983)

Ainda assim, contrariando a visão da psicanálise, Lowen, 1983, cita: “Ela não leva em consideração que o que se passa no corpo influencia o pensamento e o comportamento, tanto quanto o que ocorre na mente.”. Logo, é errôneo dizer que o espectro narcisista é algo puramente consequência de uma defesa inconsciente perante uma situação desagradável, mas também é fruto das experiências e sentimentos sentidos pelo self corporificado (que é o próprio self).

Os narcisistas não sentem só uma dificuldade de se diferenciar perante a própria imagem e àquela idealizada, como também sentem a dificuldade de se encaixar e de se aproximar da sociedade onde estão inseridos, muito menos diferenciar-se do Outro, uma vez que para isso seria necessário conhecer-se a si mesmo, assim como pontua Margareth Rago, citando Christopher Lasch e “A cultura do narcisismo (1979)”:

Christopher Lasch analisa com profundidade a “cultura do narcisismo”, mostrando como, nesta, o indivíduo se torna incapaz de sair de dentro de si mesmo e de ter distância em relação ao mundo, tamanho o grau de projeção e identificação que estabelece com o mundo exterior.² Portanto, dificilmente consegue perceber o Outro em sua diferença e positividade. (Margareth Rago, 2006, p. 237).

Pode-se citar também o psicólogo humanista Carl Rogers e a sua teoria do Self real e o ideal (1914) e de acordo com ele, o Eu Real é uma auto expressão autêntica do sujeito que busca o autoconhecimento e crescimento pessoal. Em contrapartida, o Eu Ideal representa a tendência natural dos seres humanos para alcançar seus objetivos e ideais, mesmo que isso signifique ir contra aquilo que o indivíduo seja realmente para se encaixar dentro de um grupo ou sociedade que compartilhe das mesmas vontades e necessidades. Isso vai totalmente contra a autoestima do self real. Este seria um caso de Incongruência, ou seja, o sujeito estaria agindo de uma forma que não condiz com o que ele realmente é e defende.

Neste caso, é necessário voltar na discussão iniciada anteriormente que dizia que o narcisismo é uma construção cultural, uma vez que o self ideal construído para suprir alguma falta que o sujeito identifique ou pense que exista em si, pode ser um reflexo da própria sociedade onde ele está inserido que reforça os comportamentos narcísicos da construção dessa “armadura” falsa e que não lhe

representa, porém, em sua cabeça tomada pela incongruência e a confusão de estar perdido sobre “quem eu sou?” Ihe permite aceitar tudo isso.

2.2 Os jogos e o seu “*role-play*”

É muito comum encontrar em diversos jogos, seja eletrônico ou não, a possibilidade de criar o seu próprio personagem, não só com os atributos e poderes que o jogador deseja, como também a aparência e personalidade desejada. Algumas pessoas utilizam dessa ferramenta para criar personagens parecidos com os jogadores, causando o importante fator da “imersão”, onde o jogador se vê inserido no jogo e as aventuras do seu personagem são quase que as suas próprias aventuras naquele universo.

Existem outras pessoas que criam os seus personagens de forma totalmente oposta aquilo que realmente são na vida real e isso não significa necessariamente um sinal de narcisismo patológico ou que a pessoa esteja negando o que ela realmente é, afinal o jogo quem lhe deu liberdade de montar o personagem como o indivíduo realmente desejava.

Um bom exemplo disso é a comunidade do jogo *Grand Theft Auto V* que criam servidores online, não necessariamente relacionados a empresa do jogo em si, onde os jogadores criam os seus personagens, podendo escolher não só a sua aparência como também o tipo de trabalho que ele pode ter, enquanto pode interagir com os outros jogadores no mesmo servidor que também fizeram a sua escolha e jogam como se aquela fosse uma segunda vida virtual, pelo menos durante aquele tempo onde estão detrás da tela, imitando uma voz que não é sua e até a própria personalidade.

Outro exemplo são os jogos do tipo “RPG” (role-play game) que literalmente significa “jogos de interpretação de papéis”, podendo ser jogado de forma eletrônica (os mais comuns) ou por meio da modalidade do RPG de mesa que tem ficado cada vez mais comum desde os anos 80, com a criação do “*Dungeons and Dragons*” em 1974. Essa modalidade, principalmente aqueles jogados de forma eletrônica, onde os estímulos de imagem e sonoros são mais óbvios, tem um grande potencial de vício.

Citando o criador de conteúdo para o Youtube, Bruno Rataque (2021), também consumidor desse tipo de jogos: “Você fica tão entretido naquele mundo e com o seu personagem que você esquece tudo ao seu redor”. Isso se deve ao fato dos jogos (eletrônicos ou não), serem uma fonte fácil de dopamina, por cada objetivo que você completa, justificando assim o motivo do vício. Mas vale o questionamento: Aquele personagem que lhe cede dopamina é forte e vive grandes aventuras, além disso ele possui uma aparência que lhe chama a atenção. Também não é motivo para desejar estar sempre imerso naquele mundo?

A dopamina é um estimulante e, segundo o Dr. David Greenfield, fundador do Centro de Dependência de Tecnologia e Internet, a estrutura de recompensa dos games é similar ao de uma máquina caça-níqueis: o jogador insiste para bater um recorde, matar um inimigo muito difícil ou encontrar um item raro em um RPG, sem saber exatamente quando (e se) vai conseguir atingir esses objetivos. Isso faz com que o cérebro produza muito mais dopamina enquanto a pessoa joga, levando a uma produção menor em outras situações e causando um desequilíbrio. (Tecmundo, 2014)

Em uma sociedade que sempre cobra os melhores resultados e a supremacia de um sob o outro, faz nascer dela cidadãos frustrados, deprimidos e ansiosos e no pouco tempo que eles têm para relaxar e tirar um tempo para si, sem pensar por pelos menos algumas horas na produção que é necessária para o progresso, eles buscam esse relaxamento nos jogos, porque como já foi dito anteriormente, é um caminho fácil para a dopamina. O mundo real consegue facilmente frustrar qualquer um, podendo reforçar aquela ideia de “perdedor”, porém nos mundos virtuais o indivíduo consegue se sobressair e quem sabe ser elogiado pela comunidade do jogo em si, dando a ele mais vontade de ficar ali e de incorporar aquele personagem.

Citando novamente o criador de conteúdo “Bruno Rataque”, em um dos seus vídeos nomeados como “O problema da demonização dos jogos (causas e consequências)”, ele cita a problemática do vício em jogos em geral e como a sociedade tende a discriminar esse comportamento, acusando a pessoa de ser preguiçosa e que ela não tem princípios. No mesmo vídeo o criador ressalta a importância de entender o porquê a pessoa escolheu se afundar nos mundos virtuais imaginários, afinal, onde há um excesso, há também uma falta.

A fuga de um problema parece o melhor a se fazer num primeiro instante, mas depois percebe-se que a dor e o sofrimento psíquico continuam ali, apenas esperando para serem enfrentados, como já foi dito anteriormente, a criação do véu narcísico dura apenas até o momento que ele está de pé e depois disso vem o sofrimento. Essa fuga ao mundo virtual também pode afetar a vida pessoal, acadêmica e laboral do indivíduo, fazendo-o perder o foco nos seus objetivos e até perder oportunidades de interações sociais, levando à transtornos como a fobia social ou o de depressão, por exemplo. Isso porque os seus objetivos agora são outros, o sujeito que se encontra em estado de vício, pode-se dizer que está preso dentro do seu self ideal, utilizado para suprir as necessidades que na realidade isso não foi possível.

Ainda assim, não é justo colocar os RPGs (e os jogos como um todo) sendo ferramentas que causam transtornos mentais e segregam as pessoas da sociedade, o simples fato de servirem de refúgio já é algo bom, quando dosado. Existe por exemplo uma dupla de psicólogos chamados Adam Johns e Adam Davis e juntos eles criaram o projeto nomeado de “*Wheelhouse Workshop*” que tem como objetivo utilizar o RPG de mesa para ajudar adolescentes e adultos a desenvolverem habilidades sociais, de resolução de problemas, entender a perspectiva dos outros e lidar com frustrações, tudo isso enquanto se diverte.

Em nossos grupos de habilidades sociais, usamos jogos de RPG de mesa para ajudar adolescentes, adolescentes e adultos emergentes a se tornarem mais confiantes, criativos e socialmente capazes. Os benefícios inerentes dos RPGs de mesa são numerosos e tornam-se ainda mais benéficos se forem intencionalmente facilitados por um profissional. Enquanto fazíamos um brainstorming para nossa apresentação na PAX South em 2016, preenchemos um quadro branco inteiro com os motivos pelos quais os RPGs de mesa são inerentemente benéficos e reduzimos os quatro principais motivos pelos quais usamos RPGs de mesa nos grupos de habilidades sociais da *Wheelhouse Workshop*. . Não importa o motivo pelo qual os jogadores decidem jogar esses jogos, eles estão desenvolvendo e praticando habilidades. (*Wheelhouse Workshop*, 2023)

Além disso, os jogos do gênero RPG ou qualquer outro gênero em que a comunidade imponha esse caráter de “role-play” (ou simplesmente RP), não são os únicos fadados a passar por esse fenômeno de “fuga da realidade”, isso porque desde a ascensão da internet, os famigerados “jogos sociais” tem cada vez mais ganhado espaço na vida das pessoas, jogos em que simulam uma vida, com

espaços criados por outros jogadores para que possam existir diálogo entre eles e que eles possam ter quase que uma segunda vida.

2.3 O “Narcisismo virtual”

Como já discutido no início deste segundo capítulo, o narcisismo (em graus patológicos e negativos para o indivíduo) é caracterizado por uma carência dos valores do self e uma construção de uma “máscara” a qual se objetiva usar perante aquela sociedade, máscara essa contendo os valores que se deseja mostrar aos outros como símbolo de status.

Pensando nisso, o presente artigo visa discutir e levantar hipóteses sobre os jogadores de jogos sociais que se importam muito mais com a sua imagem dentro do jogo, se admirando infinitamente e acabam esquecendo do verdadeiro objetivo, socializar com os outros e entender que aquela aparência virtual não é real, que aquele personagem na verdade não é você, mas uma representação. Principalmente pensando em jogos onde a caracterização do avatar é ampla e criativa como é o caso do “*Habbo*” (e de suas milhares de cópias) e do “*VRChat*”, um jogo com a capacidade de ser jogado no computador ou com óculos de realidade virtual. A premissa de ambos é a mesma, a socialização em diferentes espaços criados pela comunidade.

O VRChat, ao mesmo tempo que é um jogo, é também uma experiência, onde os jogadores criam os seus próprios avatares e saem por aí conversando com outros avatares. Porém, caso o indivíduo esteja jogando pelos óculos de realidade virtual, ele ainda pode usufruir de tudo que aquele espaço 3D oferece. Se ele se encontra em um bar, pode ficar à vontade para jogar bilhar, por exemplo. Caso ele se encontre num parque de diversão ele pode experimentar todos os brinquedos. Enfim, é quase uma segunda vida proporcionada naquele universo 3d. No habbo isso acontece com menos frequência e com menos imersão, isso porque ele é jogado apenas pelo computador e o foco é puramente na conversa com outros jogadores.

Essa segunda vida proporcionada pela criação de avatares em um mundo onde tudo é possível a interação funcional, criou também um fenômeno comum dentre os jogadores (e até odiado por algumas pessoas da comunidade) chamado “Mirror Dwellers” (ou “moradores do espelho”) e como próprio nome já diz, são pessoas que ficam em frente ao espelho observando o avatar que criou, fugindo assim da socialização com os outros jogadores, colocando a sua aparência virtual acima de todo o resto. É claramente um traço de narcisismo exacerbado onde a sua imagem criada é mais importante que todo o resto pois nela tem algo que é admirada dentro da sociedade (ou comunidade do jogo). Pontua um criador de conteúdo do Youtube:

Inclusive um “youtuber” muito famoso de VRChat lá na “gringa” chamado “iamLucid” fez um vídeo só sobre essas pessoas e como espelhos para quem joga em realidade aumentada é como se fosse uma armadilha que suga as pessoas a ficarem encarando esses espelhos por muito tempo por conta da sensação que você tem da sua vida inteira você encarar espelhos e estar acostumado a olhar para você, o seu corpo e os seus movimentos e do nada “boom”, não é mais você. Você tá ali, olhando para você mesmo só que não é você, mas se move como se fosse você. [...] E esse tipo de pessoas por mais que sejam inofensivas, eles estavam estragando o propósito de ser um jogo sociável porque você não estava socializando. (Ryanred, 2021)

Seria este um caso de “vale da estranheza”? Fenômeno este que defende a repulsa dos seres humanos quando presenciarem imagens robóticas semelhantes à humanos agindo como se fossem pessoas reais, com sentimentos e sensações. Diz Masahiro, o criador dessa hipótese que num primeiro momento os humanos tendem a sentir empatia pelo robô, acompanhado logo em seguida por uma repulsa.

“Vale da estranheza” é uma expressão criada pelo cientista japonês Masahiro Mori para designar, no campo da engenharia robótica, a aversão que as pessoas sentem diante de robôs muito parecidos com pessoas reais. Segundo essa hipótese, a semelhança de robôs com humanos é bem-vinda até certo ponto, a partir do qual passa a nos provocar repulsa ou medo. (MITsp, 2019)

Os moradores do espelho eram um problema para aquelas pessoas que queriam socializar e não podiam pois em todas as salas que entravam, estavam todos parados em frente ao espelho sem dizer (ou digitar) uma única mensagem, estragando toda aquela imersão que é o ponto forte do jogo. No Habbo não existem os “moradores do espelho”, mas também existem aqueles jogadores que entram no jogo, encontram um lugar que possam ficar parados e não mantêm diálogo com

ninguém. É como se eles entrassem no jogo com o único intuito de ficarem “ausentes”.

Porém, o foco do presente artigo é compreender o porquê essas pessoas se interessavam tanto pelos espelhos e o uso do verbo no passado foi intencional, uma vez que o próprio criador do jogo desativou os espelhos para que as pessoas voltassem a socializar, uma vez que este era o objetivo.

Desde o começo do artigo já foi apresentado que o motivo de algumas pessoas serem mais narcisistas que outras é o fato da criação de uma máscara que ela possa usar frente a uma sociedade que não vê a pessoa em si, mas o que aquela máscara que ela usa representa. Em alguns casos isso pode ser muito eficiente, claro que fugir do verdadeiro self nunca é saudável, mas ao menos faz a pessoa se sentir parte de algo, como é o caso de algumas pessoas com dismorfia corporal e que podem utilizar o VRChat ou qualquer outro jogo social com a ferramenta de administração de avatares para criar um personagem para suavizar a sua dor. É claro que é momentâneo, mas pode ajudar até que o indivíduo procure ajuda.

Vi aquela enquete falando sobre as pessoas mais chatas e vi aquele termo como uma opção, não fazia ideia do que era então pesquisei no Google... só para descobrir que é só quando alguém cuida da própria vida e se arreia no espelho? Tipo, como isso é irritante para vocês, “lmao”? Muito melhor do que os crashers, tocadores de música ou squeakers. Realmente, nem mesmo um problema. Deixe-os em paz e deixe-os aproveitar o jogo do jeito que quiserem no sistema em que gastaram seu dinheiro. Tenho certeza de que para muitas pessoas o sistema de avatar funciona como uma forma de lidar com a dismorfia tão fria. (Reddit -- traduzido, 2022)

Seguindo nessa linha de raciocínio, o termo de narcisismo virtual, assim como o convencional, se trata de uma fuga da vida real, com a criação de uma imagem que não condiz com o indivíduo para que ele seja aceito e principalmente se aceite dentro daquela realidade, podendo até fazer uma relação com a baixa autoestima que provável que seja frequente na vida de uma pessoa que se nega com o objetivo de ser outro indivíduo.

No mundo virtual isso é muito mais simples que na vida real, afinal não é preciso passar por processos cirúrgicos e nem é necessário comprar roupas novas, basta criatividade para montar o seu personagem e força de vontade para construir

uma personalidade para ele. Há até relatos de pessoas que perderam os seus empregos pois passavam muito tempo dissociadas em seus personagens do VRChat. Não podemos descartar o fato do vício e do ganho fácil de dopamina que os jogos podem oferecer, mas quando o assunto é o “narcisismo virtual”, a hipótese de que as pessoas estão usando o jogo social como uma forma de reforçar a sua dismorfia corporal faz muito mais sentido.

Já foi dito várias vezes no presente artigo que o narcisismo tem um caráter cultural muito importante, isso porque cada sociedade tem uma visão do que é considerado características importantes para uma pessoa ou grupo. Além do mais, o próprio psicólogo Vygotsky que se preocupava muito com temas relacionados ao social e baseando-se na teoria do Materialismo Dialético de Marx, chegou à conclusão de que a identidade do sujeito era formada a partir da relação dos indivíduos em sociedade e com a natureza. Ou seja, a identidade era um processo que se iniciava externamente e era transformada no interno, como é pontuado num trecho do artigo a seguir que pega como base a teoria de Vygotsky:

Essa constituição vem ao encontro do que entende Wallon (1956/1975b) quando enfatiza a constituição da identidade da criança através da diferenciação eu-outro, que nasce da imersão da pessoa no mundo social, nas relações e diálogos estabelecidos com o outro, consigo mesma e com o meio. Reconhecer a si mesmo passa, necessariamente, pela existência e também pelo reconhecimento de outros “si mesmos” (Vigotski, 2000).

Com a colocação de Vygotsky defendendo a formação da identidade pessoal dentro de um contexto social, apontando a importância de ambos setores para a formação da mesma, é fácil perceber então que o narcisismo, apesar do seu valor cultural, é internalizado dentro de cada indivíduo, logo pode-se afirmar que as pressões impostas pela sociedade para que um sujeito seja de uma tal forma, seja em termos de caráter ou aparência física (porém, o presente artigo foca mais na aparência física) podem ser aceitos de forma “pacífica”, sem muitos conflitos internos, ou podem ser impostas na forma de estigmas irrefutáveis, fazendo com que o sujeito se adeque àquela condição de alguma forma, fazendo o papel de um Fato Social, na visão de Durkheim:

Isso significa que os fatos sociais são gerais, coercitivos e exteriores, ou seja, eles se apresentam como regras gerais no modo de agir dos sujeitos de uma sociedade, são exteriores do sujeito, e são coercitivos na medida em que atuam como forças em cima dos indivíduos. Nesse sentido, o fato

social é verificado e não pode ser modificado pela ação individual, pois há uma força exterior (a consciência coletiva) que o molda. (Brasil Escola)

Levando o narcisismo virtual para o lado dos fatos sociais de Durkheim, quer dizer que a sociedade impõe ao sujeito uma forma de ser que é elogiada ou considerada minimamente aceitável diante da mesma. Um fato social é imutável perante os membros de uma sociedade, logo, ou eles se adequam ou serão excluídos de um determinado grupo. A evitação de ser considerado “diferente”, em vista que isso seria um problema na atual sociedade, essas pessoas buscam refúgios de se adequarem, ou melhor dizendo em termos narcísicos, máscaras.

3. CONCLUSÕES FINAIS

Conclui-se que o termo “narcisismo virtual”, utilizado nesse artigo como forma de explicar a atitude de algumas pessoas frente aos jogos com a capacidade de personalização de personagens de criarem “máscaras” para que seja mais fácil lidar com as pressões sociais que são impostas a essas pessoas, resignificando o termo de narcisismo, diferenciando-o de sua nomenclatura patológica e até a do senso comum. Com o entendimento do narcisismo enquanto patologia, enquanto visão do senso comum e olhando a partir do viés da criação de personagens, foi ainda possível fazer uma ligação do termo com o de dismorfia corporal, afinal não deixa de ser uma forma de negar a própria aparência a partir de uma aparência idealizada, uma vez passando tanto tempo ocupado em modificar um personagem da forma como o indivíduo quer que seja, é capaz de até mesmo influenciar negativamente em sua identidade pessoal que pode ser perdida após inúmeras transformações no campo dos jogos virtuais. Além disso, foi possível perceber que uma grande quantidade de horas direcionadas ao computador ou videogame, não necessariamente implica num caso de um simples “vício” pela dopamina liberada, mas cabe uma investigação dos motivos pelos quais o sujeito se afundou nesse mundo virtual e o porquê ele prefere buscar essa dopamina apenas nos mundos virtuais.

4. REFERÊNCIAS

- PORFÍRIO, Francisco. "Fato social"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/durkheim-fato-social.htm>. Acesso em 04 de outubro de 2023.
- LOWEN, Alexander. Narcisismo: A negação do verdadeiro self. [S. l.]: Sammus Editorial, 1983. 203 p.
- Rago, Margareth. "Narcisismo, sujeição e estéticas da existência." (2006).
- Lejderman B, Zot JD. Narcisismo e Redes Sociais . Rev. bras. psicoter. 2020;22(2):55-67
- Rago, Margareth. "Narcisismo, sujeição e estéticas da existência." (2006).
- RATAQUE, Bruno. O PROBLEMA DA DEMONIZAÇÃO DOS JOGOS (e suas consequências). Youtube, 15 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xt9oKxh0524>
- KARASINSKI, Vinicius. Como os video games viciam o seu cérebro?. [S. l.], 24 jul. 2014. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/jogos/59562-video-games-viciam-cerebro.htm/>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- WHAT We Do: Why Tabletop Role-Playing Games?. [S. l.], 2024. Disponível em: <http://wheelhouseworkshop.com/what-we-do/>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- Ryanred. EXPLORANDO O LADO SOMBRIO DO VRCHAT (REALIDADE VIRTUAL). Youtube, 9 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X8psdcpQAhU>
- 8A AMOSTRA INTERNACIONAL DE TEATRO DE SÃO PAULO, MITsp. VALE DA ESTRANHEZA. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://mitsp.org/2022/vale-da-estranheza/>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- WHY do people hate "Mirror Dwellers". Reddit, 2022. Disponível em: https://www.reddit.com/r/VRchat/comments/svm9dy/why_do_people_hate_mirror_dwellers/?rdt=47545. Acesso em: 23 fev. 2024.
- PESSOA, Camila Turati; COSTA, Lúcia Helena. Os processos de constituição do eu e do outro: a formação da identidade infantil. In: PESSOA, Camila Turati; COSTA, Lúcia Helena. Constituição da identidade infantil: significações de mães por meio de narrativas. 2014. Artigo (Pegagogia) - Universidade Federal de Uberlândia, [S. l.], 2014.
- PORFÍRIO, Francisco. "Fato social"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/durkheim-fato-social.htm>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

NEOLIBERALISMO COMO DETURPADOR DA PERSPECTIVA DE SAÚDE:
mercadoria suplanta o direito fundamental

MARTINS, Laís do Nascimento
Graduanda em Psicologia UNIFACEF
Laismartins97@gmail.com

GRACIOLI, Sofia Muniz Alves
Professora Psicologia UNIFACEF
sofiagracioli@yahoo.com.br

Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

1 INTRODUÇÃO

Emerge, principalmente no pós pandemia, urgente necessidade de discutir-se sobre a mudança de perspectiva da natureza do acesso à saúde. A garantia de saúde no Brasil tem se mostrado hesitante, alternando-se entre as esferas pública e privada desde a criação do Sistema Único de Saúde até o atual momento político-econômico do país. A pretensa austeridade fiscal não pode nem deve impedir o cumprimento dos direitos básicos previstos na Constituição brasileira.

O neoliberalismo é uma ideologia que vem atuando no Brasil de modo a alterar as dinâmicas de garantia de saúde aos brasileiros. Enquanto o SUS se mostra, desde seu surgimento, um eficaz garantidor de saúde como direito, o sucateamento deste pelo setor privado no desvio de financiamento visando a privatização, é alarmante. A saúde corre sérios riscos de tornar-se por inteiro uma mercadoria. Essa ideologia mina a base de investimentos no setor público de modo a sucatear o atendimento afim de oferecer no setor privado a única outra alternativa, se isentando assim do compromisso com qualidade e acessibilidade.

A relevância deste trabalho é a discussão ética da visão atual de saúde, sob uma perspectiva social, dos momentos que não se cumpre o direito fundamental à saúde previsto na Constituição Brasileira para responder aos interesses do mercado. Saúde é direito humano básico e deve ser assegurado como tal, não podendo

submeter-se à cruel lógica de acesso por poder aquisitivo que se pretende definidora do valor de cada vida.

O objetivo do presente artigo é revisar bibliografia acerca do direito à saúde na era capitalista enquanto dever do Estado Brasileiro de assegurá-lo a partir da criação do SUS e promulgação da Constituição de 1988. A proposta é uma revisão crítica e elucidada pelos aspectos históricos, sociais e econômicos que atravessam a temática.

A metodologia realizada foi uma revisão bibliográfica de artigos relacionados, combinado à leitura de livros e teóricos da psicologia, política, saúde, direito e sociologia.

2 SUS COMO MECANISMO GARANTIDOR CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE

Na América Latina a Conferência de Alma Ata, ocorrida em 1978, foi um ponto de inflexão no continente. Com o apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o conceito de Atenção Primária à Saúde se estabelece. Os princípios da medicina comunitária preconizava a desmedicalização, o autocuidado de saúde, uma equipe multidisciplinar e a participação da comunidade (Aguiar, 2011).

Os princípios doutrinários do SUS são três e incluem: a UNIVERSALIDADE, a EQUIDADE e a INTEGRALIDADE da atenção. Os princípios organizativos incluem: a Descentralização, a Regionalização do sistema e a participação e o controle social. Esses princípios apontam para a democratização nas ações e serviços de saúde, possibilitando o direito a todos, independente de contribuir ou não para a previdência ou outros pré-requisitos, organizando-se descentralizadamente, de modo a facilitar o acesso e a participação dos cidadãos nas decisões e nos rumos da política de saúde (Aguiar, 2011, p. 43).

Historicamente o Brasil galgou uma posição de referência na garantia da saúde como direito universal, gratuito, equitativo e acessível. Deu-se com a promulgação da Constituição de 1988 que, dentre muitas importantes garantias, consagra saúde como direito e define parâmetros e diretrizes para uma política gratuita e eficaz (Menicucci, 2007). A criação do Sistema Único de Saúde, e sua

complexa formulação teórica e prática, é farol para varias nações de primeiro mundo. O SUS foi criado visando à ruptura com o sistema meritocrático anterior, vinculado à inserção no mercado de trabalho (Menicucci, 2007).

O artigo 43 estabelece a gratuidade das ações e dos serviços de saúde no âmbito do SUS (serviços públicos e serviços privados contratados ou conveniados) [...] Este dispositivo explicitou uma garantia constitucional, decorrente de um acesso universal e igualitário aos serviços e ações de saúde. Se o artigo 196 da Carta de 1988 estabelece como *dever do Estado* a prestação de assistência à saúde e garante o acesso universal e igualitário do cidadão aos serviços e ações para sua promoção, proteção e recuperação, qualquer contraprestação exigida do cidadão será indevida, por ferir o mandamento constitucional. [...] Seja qual for a condição econômica ou social de quem procura a assistência medica, com o título suficiente de cidadão, essa pessoa tem direito à assistência (Santos, 1992, p. 240 e 243).

No entanto, a contaminação paulatina das Instituições políticas nacionais pela lógica neoliberal de mercado, gerou um distanciamento da saúde do campo do direito, tornando-a mercadoria- cara, inacessível e de baixa qualidade pela demanda inevitável. Esse capitalismo eleva o lucro acima da vida, uma máquina de moer gente para que a economia ande (Boulos, 2022). O neoliberalismo é cruel ao utilizar-se do desespero de momentos de crise para cercear direitos e vender soluções ineficazes para problemas criados por ele mesmo.

[...] a naturalização da barbárie no capitalismo contemporâneo. Por sua própria natureza, o sistema capitalista estabeleceu o lucro como valor supremo [...] Construiu um conjunto de valores – o individualismo, o consumismo, a mercantilização das relações – que, ao longo do tempo, criaram um caldo de indiferença humana, produzindo o fenômeno de vidas descartáveis. [...] O neoliberalismo desorganizou as relações de trabalho e destruiu conquistas históricas que garantiam alguma estabilidade para a vida dos trabalhadores. Eliminou redes de assistência social e de serviços públicos com o discurso de “Estado mínimo”, deixando as pessoas à própria sorte. Sua promessa de que “menos direitos trariam mais empregos” revelou-se uma grande mentira, pois espalhou o contrário por onde passava: apenas desemprego e ressentimento (Boulos, 2022, p. 67 e 68).

Medidas recentes como a PEC do Teto de Gastos foram decisivas na vulnerabilização do SUS com o congelamento do investimento abaixo do nível da inflação, sucateando os serviços, minando a capilaridade, super-explorando colaboradores. Ao mesmo tempo, o financiamento direto e indireto ao setor privado

apenas aumentou em números alarmantes e longe dos olhos dos pretensos comprometidos com a responsabilidade fiscal (Aquilas, Leonardo, 2020).

A promessa neoliberal dialogava com milhões de desesperados num momento de crise. A garantia era de crescimento, de prosperidade e de emprego em troca de menos direitos. Essa é a lógica do Estado Mínimo. Deixar o mercado livre e os ricos ganhando dinheiro como nunca [...]. A lógica dominante é o capital a serviço do capital, e não mais o capital como insumo da produção. [...] O sistema financeiro, pensando para dar crédito a investimentos do setor produtivo, tornou-se um fim em si mesmo, num processo de profundo descolamento da economia real. O mercado financeiro desidratou a capacidade dos países de produzir e se colocou como uma trava para o desenvolvimento, um vetor global de desigualdades. Investir em infraestrutura com retornos de longo prazo tornou-se pouco atrativo porque produzir rende menos que as operações financeiras (Boulos, 2022, p. 81 e 83).

É urgente atentar-se para a crescente crise da saúde pública do Brasil e compreender como ela se integra à crise do próprio capitalismo refletida na exacerbada privatização. Não obstante, no pós pandemia de Covid-19, o enfraquecimento do ritmo de crescimento do PIB a nível mundial contrasta fortemente com a, cada vez mais grave, exploração do trabalho (Aquilas, Leonardo, 2020). A mercantilização de todas as relações sociais e direitos fundamentais gera a crise que se retroalimenta, e que foi explicitada durante a pandemia do novo Coronavírus.

Dessa forma, a igualdade e a solidariedade social cedem lugar à diferenciação e ao individualismo, visto como responsabilidade individual da escolha na alocação dos recursos pessoais. Estes são os alicerces da nova sociedade proposta, na qual somente aos incapazes de sobreviver à concorrência no mercado, isto é, aos pobres (como nas antigas Poor Laws inglesas), devem ser dirigidas ações de natureza assistencial por parte do Estado. E aqui surge mais uma característica da política social neoliberal: a sua seletividade ou, nos termos do Banco Mundial, a necessária 'focalização' de suas ações. [...] Essas formas de incorporação dos mecanismos de mercado no setor estatal são implementadas à luz da eficiência do setor público, visto como necessariamente inferior ao privado nesse aspecto (Lima, 2005, p. 198).

Nota-se a correspondência à estrutura herdada do modelo do sistema de saúde prévio ao SUS- o papel do Estado sendo o de promover a expansão do setor privado. Assim, o sistema de saúde brasileiro, constitucionalmente definido como sendo de acesso universal e integral, exhibe uma estrutura do gasto que em nada se assemelha à dos sistemas nacionais de saúde de cunho walfariano, mas se

aproxima do padrão estadunidense, tido como sistema típico do modelo liberal de sistemas de saúde (Lima, 2005).

3 MERCANTILIZAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE COMO FERRAMENTA NEOLIBERAL DE CERCEAMENTO DE DIREITOS

Como já explicitado, a criação do Sistema Único de Saúde brasileiro demarcou um importante momento nas garantias dos direitos básicos constitucionais. No entanto, há percalços. A criação desse sistema inclusivo não logrou incorporar todos os cidadãos à assistência pública, uma vez que um expressivo contingente deles já vinha sendo absorvido por formas privadas de assistência à saúde (Menicucci, 2007).

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o sistema de saúde oficial brasileiro, estabelecido formalmente a partir da Constituição Federal de 1988. A sua inscrição na carta magna acatou as proposições da sociedade civil organizada, incorporando mudanças no papel do Estado e alterando de forma significativa o arcabouço jurídico-institucional do sistema público de saúde brasileiro, pautando-se por um conjunto de princípios e diretrizes válidos para todo o território nacional. É composto pelo conjunto organizado e articulado de serviços e ações de saúde integrantes das organizações públicas de saúde das esferas municipal, estadual e federal, além dos serviços privados como complementares (Aguar, 2011, p. 43).

Não obstante, a república democrática brasileira deveria, pela representatividade dos cidadãos e eleitores, fortalecer o sistema público de saúde e frear os desmazelos do sistema privado. No entanto, havia uma pedra no caminho: as ideologias neoliberais que avassalaram a América Latina. O neoliberalismo transforma o cidadão em consumidor, assim, a liberdade do cidadão cede diante da inércia do consumidor, que apenas reage de forma passiva à política reclamando, exatamente como faz o consumidor diante de um produto ou de um serviço de que não gosta. Os políticos e os partidos seguem a mesma lógica do consumo. Eles têm que fornecer: degradam-se a fornecedores, que têm que satisfazer os eleitores como consumidores ou clientes (Han, 2014).

A própria atuação governamental, expressa em decisões e políticas do período pós-constitucional, iria expressar essa dualidade, uma vez que

ainda no início da década de 90, concomitantemente aos esforços de viabilização a política recém-definida na Constituição, foi introduzido na agenda pública o tema da regulamentação governamental dos planos privados de saúde, que se concretizaria no final da década. O debate no Congresso Nacional e na sociedade em geral em torno da regulamentação e do controle governamental da assistência privada contribuiu para tornar transparente a relevância que ela já tinha assumido no Brasil como alternativa ao sistema público (Menicucci, 2007, p. 16).

Essa lógica e as regras de Mercado geram impasses no cumprimento de uma saúde universal, acessível e com equidade. Os principais tipos de estudo para a avaliação da eficiência são os de custo-benefício e de custo-efetividade, os efeitos, então, são transformados em medidas de custos, são monetizados. Isso cria uma dificuldade na realização de avaliação de intervenções de saúde em decorrência da dificuldade em estimar o custo dos resultados do cuidado à saúde (Vieira-Da-Silva, 2014). Esse tipo de orientação liberal do Estado assume dimensões preocupantes. Além de funcional para a ordem capitalista (acumulação e integração social da 'moderna' força de trabalho), o fomento ao mercado passa a ser visto pela burocracia econômica como reforço de caixa para a política de superávit primário do governo federal (Ocké-Reis, 2012).

O conceito de equidade [...] dado como um instrumento da justiça para resolver as contradições entre as diversas formulas da justiça formal ou abstrata. O que equivale a dizer que devemos tratar desigualmente os desiguais e priorizar para a intervenção sanitária grupos sociais com maiores necessidades de saúde.[...] Pode-se pensar em equidade no acesso, no acolhimento, na qualidade e na efetividade. A oferta organizada de ações voltadas para a solução de determinado problema de saúde pode ampliar a acessibilidade da população aos diversos níveis de cuidado e, dessa forma, ampliar a cobertura real das referidas ações (Vieira-Da-Silva, 2014, p. 60).

O conceito de acesso, no seu uso mais corriqueiro, se superpõe ao de utilização de serviços e de cobertura real, ou seja, diz respeito à obtenção do cuidado pelo individuo que dele necessita. Contudo essa utilização pode ser fácil ou difícil, a depender da relação entre as barreiras resultantes das características dos serviços de saúde e os recursos dos usuários para superar esses obstáculos (Vieira-Da-Silva, 2014). O Brasil é um país de dimensões continentais, com muitos desafios e entraves estruturais, institucionais e históricos. As demandas populacionais são cindidas e específicas, demandam financiamento eficaz não apenas na prática das políticas, como no estudo e pesquisa para a formulação e planejamento das

mesmas. É desastroso, a longo prazo, submeter a nação aos anseios e devaneios materialistas do sistema privado de saúde.

Em termos concretos, como desdobramento dessa atmosfera político-ideológica, o subfinanciamento do SUS e a captura da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) revelam uma opção, consciente ou não, pelo crescimento e pela autorregulação do mercado de planos, valorando positivamente o subsistema privado, a estratificação de clientela e a não unicidade do SUS (Ocké-Reis, 2012, p. 11).

A noção de contexto é muito usada como senso comum tem sido pouco desenvolvida teoricamente. Para uma análise sobre as implicações que a conjuntura política e as características sociais e organizacionais podem ter sobre políticas e programas de saúde, é necessária a incorporação de uma teoria do social. Dessa forma, as principais teorias sobre as práticas sociais capazes de auxiliar na realização de uma análise de implantação podem ser encontrados em Weber, Marx e Bourdieu, entre outros autores (Vieira-Da-Silva, 2014, p. 91).

A crise de saúde mundial na pandemia de Covid-19 explicitou as nuances do entreguismo neoliberal brasileiro. O país que gesta o maior e melhor plano de sistema de saúde pública gratuita e universal se vê de referência à vergonha mundial. A principal consultoria de risco política dos EUA, afirmou que o presidente brasileiro seria o pior governante de todo o mundo democrático no combate à Covid-19. O Brasil, infelizmente, se tornou sinônimo de fiasco no enfrentamento ao coronavírus, com pessoas oriundas do país sendo obrigadas a fazer duas semanas de quarentena antes de terem permissão de ingresso em uma série de nações (Chacra, 2020).

A pandemia chegou ao Brasil pelas classes sociais mais altas que retornavam das férias em países europeus. Talvez seja o primeiro país da terceira onda da Covid-19 [...] Apesar de mais pobres, na América do Sul alguns países tiveram um bom desempenho no combate à Covid-19 [...] Seus líderes, observando o que ocorria na Europa, optaram por usar medidas de isolamento social rigoroso e contaram com o apoio da população. Uma martelada forte. O posicionamento desses governos foi o de se amparar na ciência, diferenciando-se claramente de presidentes como Jair Bolsonaro e Donald Trump. O presidente do Brasil até poderia ter se saído bem. Sua equipe inicial no Ministério da Saúde agiu com foco, levando em consideração posições científicas. [...] postura educativa e informativa a respeito da escalada do vírus no país (Chacra, 2020, p. 39).

O SUS precisa ser fortalecido para que estejamos preparados para as futuras e inevitáveis crises sanitárias mundiais e regionais. Sem a renúncia fiscal, se, além

do SUS (Estado), o mercado (capitalismo) fosse pressionado 'por dentro' pelo seguro social (associativismo), estariam dadas condições mais realistas para torná-lo, de fato, suplementar. Os vasos comunicantes, que permitem ao mercado resolver suas contradições econômicas por meio do Estado, seriam asfixiados, lançando um novo olhar sobre o projeto estratégico de fortalecimento do SUS (Ocké-Reis, 2012).

No entanto, as relações mercantis do setor saúde não serão extintas por decreto. Em que pese a lógica excludente do mercado, encerrada nos lucros extraordinários e na radicalização da seleção de riscos, a sua negação precisa ser mediada na teoria e na prática, no contexto de uma estratégia defensiva de acúmulo de forças, que pressupunha uma agenda de reforma pública do sistema social e à unicidade do SUS (Ocké-Reis, 2012, p. 12).

Ao lado da defesa do SUS, essa agenda de reforma deve reivindicar que a regulação do mercado seja polarizada pela lógica do seguro social e que o mercado passe a funcionar sem recursos financeiros do Estado. Assim, sob pena de que a tese correta (aquela contrária à estratificação da clientela) continue impotente, na prática para barrar o parasitismo do mercado de planos de saúde em relação ao Estado, ao padrão de financiamento público e ao SUS (Ocké-Reis, 2012).

No Brasil, a luta política por melhores condições de saúde e de assistência médica em todos os níveis de atenção é vital. Exige uma consciência profunda acerca da determinação social das doenças, das desigualdades de acesso aos serviços de saúde, do barbarismo da violência urbana e da tragédia cotidiana dos acidentes de trabalho de trânsito. Esse quadro desafia o Estado a transformar a realidade epidemiológica e as instituições de saúde, visando à melhoria do bem-estar da população brasileira (Ocké-Reis, 2012, p. 11).

Por fim, existe uma urgência no que tange a saúde brasileira. O fortalecimento do financiamento do SUS e regulações mais contundentes do sistema privado devem ser pauta prioritária para o executivo, legislativo e judiciário. Porém, está claro o impasse dessas necessidades com o modelo neoliberal- um fortalecimento do Estado brasileiro e a garantia de cumprimento da Constituição Federal devem vir combinados ao principal: tirar das mãos do Mercado o poder de precificar a vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi alcançado: revisar bibliografia acerca do direito à saúde na era capitalista enquanto dever do Estado Brasileiro de assegurá-lo a partir da criação do SUS e promulgação da Constituição de 1988. A proposta é uma revisão crítica e elucidada pelos aspectos históricos, sociais e econômicos que atravessam a temática.

Considerando todas as colocações e análises do Sistema Público e Privado de Saúde no Brasil, fica clara a urgência de intervenções contundentes por parte do poder público para o fortalecimento do SUS e sua não submissão à iniciativa privada. Só assim haverá um prognóstico positivo no horizonte. Caso nada se faça e o país siga na correnteza neoliberal de precificação da vida, a barbárie é eminente.

Na construção e manutenção de uma sociedade democrática e igualitária o primeiro passo é a garantia do mínimo. A dignidade e a simples condição de humano estão atreladas à plena garantia de direitos fundamentais: saúde, educação, nutrição e moradia adequadas. Condicionar direitos à poder aquisitivo dando o poder de oferecê-los, ou não, ao mercado é cruel e inconstitucional.

O conteúdo aqui visto se pretende um início de discussão para futuras pesquisas que atuem como modelos de cobrança das garantias constitucionais, a fim de melhorar a condição de todos os cidadãos brasileiros e a entrega de uma saúde universal, gratuita, equitativa e empoderadora.

REFERÊNCIAS

BOULOS, Guilherme. **Sem medo do futuro**. 1. ed. rev. e atual. São Paulo, Brasil: Contra Corrente, 2022. 155 p.

CHACRA, Guga. **Confinado no Front**: Notas sobre a nova geopolítica mundial. 1. ed. São Paulo, Brasil: Todavia, 2020. 72 p.

Dallari, S. G. (2019). **Saúde não é mercadoria**. *Revista De Direito Sanitário*, 19(3), 7-15. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v19i3p7-15>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Paz & Terra, 1979. 431 p. ISBN 978-65-5548-007-8.

GILBERTO, Cotrim; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODIN, Gaston. **Os comportamentos na área da saúde: Compreender para melhor intervir**. Tradução de Heloísa B. S. Rocha. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. 7. ed. rev. e atual. Frankfurt, Alemanha: Âyiné, 2014. 117 p.

HUR, Domenico; JÚNIOR, Fernando (org.). **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016. 202 p. ISBN 978-85-326-5283-6.

LIMA, Nísia *et al*, (org.). **Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS**. 20. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz, 2005. 504 p. ISBN 85-7541-058-X.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: Golpe e desfinanciamento. **SER Social**, Brasília, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260. Acesso em: 26 mar. 2023. https://doi.org/10.26512/ser_social.v22i46.25260

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento. **Ser Social**, v. 22, n. 46, p. 9-32, 2020. chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/19780/2/A_reforma_sanitria_e_a_implementao_do_Sistema_nico_de_Sade_no_Brasil_avanos_e_retrocessos.pdf

MENICUCCI, Telma. **Público e Privado na Política de Assistência à Saúde no Brasil: Atores, processos e trajetória**. 22. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz, 2007. 320 p. ISBN 978-85-7541-138-4.

OCKÉ-REIS, Carlos. **SUS: O desafio de ser único**. 22. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz, 2012. 176 p. ISBN 978-85-7541-383-8.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da Filosofia: Filosofia pagã antiga**. 4.ed. Vol.1. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Guido. **Sistema Único de Saúde: Comentários à Lei Orgânica da Saúde**. 1. ed. São Paulo, Brasil: HUCITEC, 1992. 370 p. ISBN 85-271-0192.0.

SILVA, Gilberto *et al*, (coord.). **Sistema Único de Saúde: Antecedentes, percurso, perspectivas e desafios**. 1. ed. São Paulo, Brasil: Martinari, 2011. 192 p. ISBN 978-85-89788-83-0.

SILVA, Welison Matheus Fontes da e Ruiz, Jefferson Lee de Souza. **A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com o projeto neoliberal**. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. v. 30, n. 03 [Acessado 26 Março 2023] ,

e300302. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300302>>. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300302>.

Souto, Lucia Regina Florentino e Noronha, José Carvalho. **Dois tempos, uma agenda permanente: saúde é democracia, democracia é saúde**. Saúde em Debate [online]. v. 43, n. 121 [Acessado 26 Março 2023], pp. 296-301. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912100>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912100>.

VIEIRA-DA-SILVA, Lígia. **Avaliação de Políticas e Programas de Saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz, 2014. 110 p. ISBN 978-85-7541-443-9.

**O ALCANCE PSICOLÓGICO NA UMBANDA: Exu na
abordagem analítica**

Camila Marinho Freitas
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
camilamarinhof@gmail.com

Maria Cherubina de Lima Alves
Doutora em Serviço Social pela Unesp e docente do Uni-FACEF
mcherubina@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A cultura brasileira foi estruturada na tradição católica popular portuguesa, subjugando as práticas religiosas indígenas e africanas. Segundo Prandi (2003), as religiões de matrizes africanas e afro-indígenas sofrem desde o início da colonização brasileira com ataques de grupos religiosos hegemônicos, protagonizados pela Igreja Católica, bem como por grupos pentecostais e neopentecostais.

A Psicologia contribuiu com diversas pesquisas acerca de temas culturais, contudo, ao se pensar sobre a contribuição da Psicologia Analítica - também conhecida por Psicologia Junguiana para referenciar Carl Gustav Jung, seu criador - para com as religiões de matrizes africanas, ainda são escassas as pesquisas disponíveis, visto a desvalorização e ruptura cultural que corroem a Umbanda ao longo dos anos.

Tal temática ainda é ambígua, portanto, pesquisá-la abre alas para um novo pensamento. A fé ocupa lugar especial para estabelecer a relação entre a psicologia, a religião e a pessoa humana como um caminho possível de ajustamento criativo saudável (Ribeiro, 2008).

No contexto da Umbanda, uma religião afro-brasileira que mescla elementos africanos, indígenas e europeus, a psicologia analítica pode oferecer uma lente intrigante para compreender os aspectos psicológicos envolvidos nas práticas espirituais. A adaptação da cultura religiosa dos povos africanos encontrou no território brasileiro um ambiente muito semelhante ao africano. A diversidade de

espécies das florestas tropicais, especialmente da Mata Atlântica, forneceu, e ainda fornecem, o elemento necessário para a religião dos Orixás, visto que o candomblé está assentado sobre aspectos da natureza. Suportar a condição da escravidão em terras estranhas exigia muito equilíbrio da população negra trazida para o Novo Mundo. Para manter a integridade interna, os escravos utilizavam as lembranças de sua terra natal (Zacharias, 2019).

Este artigo apresenta o resultado parcial da pesquisa desenvolvida através de uma abordagem qualitativa exploratória de Iniciação Científica que está sendo desenvolvida pelas autoras e que tem como objetivo explorar os fundamentos da psicologia da religião no estudo de Exu e sua conexão com o processo de individuação proposto por Jung. Será apresentada a parte inicial de levantamento bibliográfico que está pronta até o momento.

2 PSICOLOGIA E RELIGIÃO

A religiosidade, presente em todas as culturas e em todos os tempos, sempre incluiu símbolos e aspectos transcendentais. Como não considerar o comportamento religioso a partir de mais uma expressão do ser humano? Na tentativa de compreender e interpretar uma cultura, devemos conhecer sua história, considerar suas realidades geográficas, contextos sócio-políticos, mas também como sua fé se manifesta e se potencializa nesses contextos. Assim como pontua Zacharias (2010), quem poderá afirmar que o misticismo e a religiosidade chegaram ao mundo depois da psicologia?

Uma das perspectivas epistemológicas da palavra religião deriva do verbo latino *Religare* (que significa ligar novamente). Essa definição foi difundida durante a Idade Média, entendendo-se religião como a ligação da pessoa a determinada fé e moral. Cícero, todavia, considerava o termo religião como originado de outro verbo latino, *religere* (reler), significando uma atitude de reflexão e um comportamento respeitoso e submisso ante à divindade (Piazza, 1983).

Dentro da Psicologia, temos estudos sobre os fenômenos religiosos como manifestações da cultura, integrantes do ser humano a partir de suas práticas e crenças. Sendo assim, a Psicologia da religião representa o estudo do próprio comportamento religioso e ainda o estudo de aspectos psicológicos provindos da experiência espiritual e/ou religiosa. É importante ressaltar que é tênue a linha que poderia reduzir a religião a uma teoria psicológica, então aqui se considera a religião como uma força de conhecimento presente na sociedade, com riqueza de valores e simbolismos que penetram a subjetividade humana (Zacharias, 2009). A experiência religiosa constitui-se em um elemento central à discussão do fenômeno religioso e sua compreensão é muito importante para qualquer disciplina que busque se aproximar das discussões sobre religião, como a psicologia e a psicologia da religião. Enquanto um campo de estudos das Ciências Humanas, a religião (e as expressões da experiência religiosa) tem enfrentado dificuldades metodológicas e epistemológicas, ao se considerar dimensões como fé, o conceito de salvação, conversão, sagrado, e da própria definição de experiência religiosa (Henning; Moré, 2009).

A Psicologia e a religião têm histórias distintas, mas também dividem áreas de sobreposição, especialmente quando se trata de questões essenciais sobre a existência, a busca do significado e o bem-estar. Segundo Lancetti e Amarante (2006), pode-se identificar a saúde mental como uma "mente saudável". Esta mente saudável seria o movimento contínuo do sujeito em busca de um bem-estar, de modos de vida que o sustentem diante das adversidades do cotidiano e que o ajudem num processo de mudança e produção da subjetividade e não como mera ausência de doenças. A influência da religiosidade sobre a saúde mental é um fenômeno resultante de vários fatores como: estilo de vida, suporte social, um sistema de crenças, práticas religiosas, formas de expressar estresse, direção e orientação espiritual (Moreira-Almeida, Lotufo Neto, Koenig, 2006). De um lado, temos a Psicologia que busca compreender o funcionamento da mente e comportamento humano, do outro lado, temos a religião oferecendo sistemas de crenças que abordam sobre a origem da vida, o propósito da existência e princípios éticos a serem seguidos.

Em 1988, a Organização Mundial de Saúde (OMS), incluiu a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde, remetendo a questões como

significado e sentido da vida, e não se limitando a qualquer tipo específico de crença ou prática religiosa. Para ela, a espiritualidade é o conjunto de todas as emoções e convicções de natureza não material, com a suposição de que há mais no viver do que pode ser percebido ou plenamente compreendido (Volcan, Sousa, Mari, Lessa, 2003).

Para aquele que crê, a religião vem colocar ordem, organizar um universo caótico em termos de sentidos e significações, legitimando e fundamentando o existir humano em termos de referência, de alicerçamento para esse existir, que deixa de ser, apenas, um simples existir humano para se converter em um existir sagrado. Um existir compreendido, justificado por uma realidade última, universal, sagrada (Berger, 1985).

A vivência religiosa representa então uma categoria de experiência humana. Portanto, as práticas religiosas constituem mais uma configuração e aparência do comportamento humano, que pode ser analisado da mesma maneira que qualquer outro fenômeno. Como um campo “científico”, a psicologia procura examinar ou descrever o que é diretamente observável - o comportamento humano. “Qualquer que seja a natureza da religião, não resta a menor dúvida de que seu aspecto psíquico, empiricamente constatável, reside nessas manifestações do inconsciente” (Jung, 2012, p. 41).

É exatamente por fazer parte da condição humana que as questões relacionadas à religiosidade invadem os consultórios e clínicas de psicologia. Desse modo, não cabe mais ao profissional de psicologia desconsiderar o aspecto religioso em seus atendimentos clínicos (Pessanha; Andrade, 2009).

2.1. Self e o processo de individuação presente nas religiões

Self é o centro ordenador e unificador da psique que abarca tanto o inconsciente quanto a consciência na busca do equilíbrio e da integridade. É o centro da totalidade da mesma forma que o ego é o centro da consciência. O conceito de personalidade total ou psique é um aspecto central da psicologia

junguiana (Hall, Nordby, 1980). De acordo com Jung (1991), Self, seria apenas um nome para um fator psíquico empírico, porém, muitas vezes, incognoscível, uma estrutura psíquica que se manifesta por meio de um amplo simbolismo associado à totalidade. Desta forma, apesar de não aceitar que suas concepções possam ser questionadas por um viés filosófico, o Self é definido por Jung, filosoficamente, como um “conceito limite, algo como a ‘coisa-em-si’ de Kant” (Jung, 1991, p. 197).

A manifestação dessa condição se torna mais destacada ao se aproximar das atribuições do Self, apontadas por Jung, não só de indissociabilidade com a imagem de Deus (*imago dei*) (Jung, 1990; Jung, 1983), como também de intangibilidade, inefabilidade, incomensurabilidade, incognoscibilidade (Jung, 1991), atemporalidade, incorruptibilidade, eternidade e transcendência (Jung, 2012). Assim, o Self não é tão somente o centro, mas o círculo total que inclui tanto a consciência, quanto o inconsciente, ou seja, assim como ele se faz o centro dessa circunferência total, o ego se perfaz como o centro da consciência, sendo o Self, portanto, a base arquetípica do ego (Samuels, Shorter, Plaut, 1988).

Na ordenação do consciente e do inconsciente em torno do Self, segundo Silveira (2023), chegamos à personalidade completa, onde o ego é o centro do campo do consciente e o Self é o centro da personalidade total, que segundo Jung (2022) quando mais ampla e amadurecida torna-se mais cognoscível a outras pessoas. Assim, essa totalidade absoluta da psique, Self, diferencia-se do ego, que atua como uma espécie de vigia da consciência, abarcando uma pequena parte da mesma.

Pieri (2002) ainda revela que na literatura junguiana são muitos os usos do termo Self (que ele chama de Si-mesmo) e procura destacar as principais definições. Para esse autor, o Self se apresenta:

[...] como lei moral do indivíduo [...] como estado psíquico, razão pela qual se fala de um contínuo e constante confronto com o Eu [...] como estado psíquico que se produz dentro do processo psíquico [...] como Eu objetivo [...] como fator subjetivo, razão pela qual se fala de percepção intuitiva do Selbst e do mundo complexivo, e se verificam duas precisas antinomias; a primeira é a do Selbst/mundo e a segunda é a do Eu/Selbst. [...] como fundo da estrutura psíquica complexiva. [...] Como fato coletivo e universal e, contemporaneamente como o elemento psíquico mais estranho e externo à consciência [...] como produto dos contínuos processos psíquicos de diferenciação e integração, ou seja, como resultado dos choques e novos confinamentos contínuos entre homem e o mundo [...] como resíduo indeterminado de uma originária discriminação psíquica jamais completa , à

qual seríamos remetidos se dentro do processo psíquico viesse a se tornar necessária uma redefinição de si próprio em relação ao outro diferente de si; [...] como processo de contração psíquica, complementar à tendência à decomposição psíquica das partes da psique; [...] como símbolo da união tensional dos pares de opostos, razão pela qual se fala de uma conjunção não sintética dos opostos, e se é remetido a procedimentos lógicos e psicológicos e psicológicos de tipo antinômico e paradoxal (Pieri, 2002, p. 462).

O Si-mesmo precisa ser integrado na vida, o que não significa que a consciência incorporará mais que uma pequena parte desta totalidade: não existe esperança de tornarmos o si-mesmo totalmente consciente, uma vez que existirá sempre uma quantidade indefinida e indefinível de material inconsciente que pertence à totalidade do si-mesmo (Jung, 1997).

Essa é uma das principais e mais abrangentes contribuições de Jung para a psicologia analítica. Ela remete para ideia de uma pessoa reconhecer e assumir a si mesma, em sua própria singularidade, perante o coletivo, ainda que não deixe de interagir com esses meios. Jung extraiu o termo “individuação” do filósofo Arthur Schopenhauer, embora, esse mesmo, tivesse se referido a Gerard Dorn, um alquimista de séculos passados (Samuels, Shorter, Plaut, 1988).

Como um processo voltado para o amadurecimento da personalidade, a individuação é um processo marcado por muitos descompassos e vicissitudes, e ocorre de maneira não linear. Sua dinâmica conduz a psique para um novo centro, por meio de circunvoluções, e o nome desse novo centro é Self. A personalidade de fato se completa no momento em que consciente e inconsciente se alinham em torno no Self. Portanto, assim como o Eu é o centro da consciência, o Self passará a ser o centro da personalidade total do sujeito. Em essência, podemos dizer que o processo de individuação é uma propensão instintiva para a realização de potenciais inatos no sujeito (Silveira, 2003).

A individuação não é um processo simples e nem linear e sim um deslocamento rumo a realização interior. O indivíduo, para se tornar único e inteiro, precisa passar pelo confronto entre inconsciente e consciência, através do conflito e da colaboração, que gera o amadurecimento através dos diversos componentes da personalidade (Silveira, 1983). A individuação representa um movimento que transita

por fases, sendo que a primeira é a retirada da máscara, o que Jung (1997) denomina persona.

Se por um lado a religião religa a consciência com elementos de força do inconsciente, atraindo a atenção para tais realidades, e suscitando uma poderosa carga energética e um profuso dinamismo psíquico (Silveira, 2003), por outro, a confissão religiosa consiste nas instituições humanas, credos e dogmas específicos, que caracterizam um determinado segmento religioso. Em relação a essa diferença, Jung melhor esclarece:

A confissão admite uma certa convicção coletiva, ao passo que a religião exprime uma relação subjetiva com fatores metafísicos, ou seja, extramundanos. A confissão compreende, sobretudo, um credo voltado para o mundo em geral, constituindo, assim, uma questão intramundana. Já o sentido e a finalidade da religião consistem na relação do indivíduo com Deus (cristianismo, judaísmo, islamismo) ou no caminho da redenção (budismo). Esta é a base fundamental de suas respectivas éticas que, sem a responsabilidade individual perante Deus, não passariam de moral e convenção (Jung, 1993, p. 241-242).

Toda manifestação de religiosidade ou espiritualidade remete a uma percepção de transcendência. Este fenômeno é caracterizado por uma dualidade singular, revelando-se simultaneamente como algo belo e poderoso, suscitando, por vezes, sentimentos de temor, como Rudolf Otto, em sua obra - define a religião como algo fascinante e tremendo. O contato com uma dimensão transcendental, para além da consciência egóica, ocorre de modo universal, sendo experimentado por indivíduos independentemente de sua adesão a uma tradição religiosa. Tal maravilhamento se configura diante de algo que transcende a individualidade, seja no âmbito religioso ou em experiências relacionadas à natureza, por exemplo, como a contemplação de um majestoso pôr do sol, a observação de uma tempestade, ou a apreciação de imagens astronômicas. Dessa forma, a religiosidade se expressa como um sentido intrínseco de transcendência, conforme proposto por Jung (1997), inato à natureza humana, evidenciando-se como uma percepção do maravilhoso, podendo estar vinculada a uma estrutura religiosa formal ou, simplesmente, configurar-se como um fenômeno psíquico subjacente à apreensão do sublime.

Sendo assim, o processo de individuação, como delineado por Carl Jung (1997), encontra ressonância em várias mitologias e rituais religiosos, destacando a importância da integração dos elementos inconscientes para atingir

uma totalidade espiritual. Assim, se torna possível observar que o entendimento do Self e o processo de individuação não apenas transcende fronteiras culturais, mas também permeia as mais diversas expressões religiosas, proporcionando um caminho possível para a realização espiritual e uma compreensão mais profunda da existência.

2.2 Apresentando Exu

A história de Exu no Brasil está intimamente ligada à trajetória dos africanos escravizados trazidos ao país, durante o Período Colonial na escravidão. Exu é uma divindade nas religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda. As entidades da Umbanda são uma representação de tudo que ficou marginal na sociedade branca instituída (Zacharias, 2019).

Durante o período de cativo, os africanos trazidos para o Brasil através do tráfico negreiro, mantiveram e trouxeram consigo suas crenças e práticas religiosas, inclusive o culto aos Orixás. Como Exu é aquele que subverte, é o que contradiz a lógica formal estabelecida, pois a palavra Exu significa, em *yorubá*, esfera (Cacciatore, 1977).

Nesse cenário da escravatura, a religiosidade africana foi fortemente reprimida pelos colonizadores. Porém, os africanos mesmo em suas condições de escravos fisicamente, tinham a mente e alma livre e encontraram maneiras de preservar suas tradições e algumas vezes fundindo-as com elementos do catolicismo, em um processo denominado sincretismo. O culto à Exu e aos demais Orixás foi mantido vivo nas comunidades quilombolas e nas senzalas; essa resistência cultural contribuiu para a sobrevivência de suas leis religiosas afro-brasileiras ao longo dos séculos (Cumino, 2022).

Entretanto, para interpretar adequadamente a experiência psicológica representada pela figura Exu, será preciso compreender melhor como esse ambíguo personagem é construído pelo imaginário brasileiro. Após contextualizado dentro

das representações coletivas é que se tornará possível compreender a experiência psíquica personificada na imagem do Exu (Gabani, 2015).

Exu representa um Orixá do panteão africano, vindo da cultura yorubá, e também uma entidade da Umbanda, e é cultuado como o guardião das encruzilhadas, o mensageiro divino e o intermédio entre o mundo material e espiritual. Ele é representado como uma força dual, com aspectos ora positivos, ora negativos. Apresenta caráter dúbio e intelectualizado, criando intrigas e sofismas enigmáticos (Zacharias, 2019).

Por um lado, é considerado o senhor da comunicação, da transformação, da fertilidade e da vitalidade. Pelo contrário, é associado à travessura, à malícia e aos desafios. Exu não atacará diretamente o Eu inflado, mas criará uma convergência de fatores psíquicos que, no conjunto e atuando segundo sua própria natureza, desestruturarão o Ego super valorizado, causando a ruína e a construção de uma nova ordem psíquica (Zacharias, 2019).

Por ser ele o guardião de todas as formas de personalidade, das feições boas e más da conduta humana, sendo que isto acontece por residirem nele todas as possibilidades da ação - de humanos e de orixás. De fato, Exu é neutro e dotado de extraordinária capacidade de discernir. Em termos psicológicos, podemos dizer que atua no sentido da ampliação e amadurecimento da psique e da construção dos aspectos pessoais de cada indivíduo (Zacharias, 2019).

Segundo Zacharias (2019), a figura Exu também pode ser pontuada como uma representação do princípio da individuação proposto por Jung (1997), que envolve a busca pela integração de todos os aspectos da psique em busca de um equilíbrio pessoal e coletivo. Exu desafia as normas sociais e a moralidade convencional, instigando a reflexão sobre os tabus e preconceitos mais presentes em nossa sociedade. Exu transita sempre pelos limites da realidade e do absurdo. Mantém a homeostase e a dinâmica psíquica em funcionamento, opondo-se a qualquer evento que comprometa esta dinâmica. A unilateralidade, própria da consciência, deve ser relativizada com os conteúdos do inconsciente, para se obter a integridade psíquica. Tudo tem dois lados, geralmente opostos complementares (Zacharias, 2010).

A análise junguiana propõe que cada indivíduo possua sua sombra, que representa os aspectos reprimidos, negados ou não reconhecidos de sua personalidade. Esses aspectos podem ser tanto positivos quanto negativos e, ao não serem conscientemente integrados, podem causar desequilíbrio psicológico e comportamental. Exu lida com polaridades, como luz e sombra, masculino e feminino, vida e morte. Essa dualidade reflete a natureza complexa da psique humana, que também abriga opostos. Muitas vezes o movimento autônomo do inconsciente pode levar a sintomas, a situações negativas ou conflituosas, mas, seguindo o seu curso, o ganho posterior à crise pode ser muito compensador, ampliando as possibilidades e ganhos da consciência (Zacharias, 2019).

O trabalho de sombras busca trazer à luz essas partes obscurecidas e integrá-las à consciência. Gradualmente Exu foi sendo o depositário dos conteúdos sombrios e rejeitados pela cultura cristã: o mal, a materialidade, o feminino e a sexualidade, como diz Dourley (1987). O movimento entre opostos de Exu de ampliar e contrair, deve ser estabilizado pela centralização necessária à estabilidade do universo criado. Exu, faz referência ao caos primordial antes da estabilidade frágil do universo possível. Se, em um primeiro momento ele participa da criação promovendo sua expansão, em outro se torna quase um buraco negro, absorvendo tudo o que foi criado (Zacharias, 2019).

Sua figura aproxima do *trickster* ou um ser ambivalente, capaz de enganar e provocar transformações profundas. Nesse contexto, Exu pode ser visto como um símbolo dos impulsos instintivos e das pulsões reprimidas, representando a parte mais selvagem e indomada da personalidade. Estas características tendem a classificar Exu como extrovertido, bem como criativo e intuitivo, pois suas traquinagens e criatividade não conhecem limites ((Zacharias, 1998). Sendo assim, relacionar-se com Exu a serviço do bem e próximo aos Orixás, ou a serviço do mal para satisfazer os desejos mais egoístas ou destrutivos, depende do fiel. Em outras palavras, relacionar-se com aspectos psíquicos reprimindo-os na sombra a ponto de adquirirem autonomia, ou buscar integrá-los na consciência é opção do ego no processo psicológico (Jung, 1987).

2.3 O simbolismo na abordagem analítica de Exu

Segundo Jung (1991), o símbolo é a melhor expressão possível de algo relativamente desconhecido, pois ele representa por imagens, experiências e vivências que incluem aspectos conscientes e inconscientes, isto é, desconhecidas da consciência. Como tal, o símbolo participa e existe sob a forma vivencial e experiencial, sendo impossível de ter seu significado esgotado ou determinado, possibilitando estabelecer múltiplas relações e analogias. O símbolo pode realizar a mediação entre as diversas antinomias e oposições do sujeito, materializadas em uma oposição e relação entre o consciente e o inconsciente. “Esta oposição provoca uma atividade inconsciente que se manifesta de forma simbólica com uma função de compensação desta oposição. Assim, o símbolo tem uma função de equilíbrio da psique como um todo. Entretanto, ele é criativo, pois o símbolo que surge deste dinamismo pode conter ou ser um fundamento que unifica os opostos” (Jung, 1991, p. 903). O mundo dos espíritos e o inconsciente possuem uma fenomenologia semelhante. No entanto, o psicólogo o abordará do ponto de vista da ciência psicológica e o xamã, o médium ou a Yalorixá representam o conteúdo do ponto de vista mágico e espiritual. O fenômeno é o mesmo, o que muda é o olhar, ou a perspectiva de compreensão do fenômeno. E a possibilidade do diálogo entre os diversos pontos de vistas possibilita maior compreensão do fenômeno observado, com suas múltiplas implicações sem, contudo, abarcar toda a sua fenomenologia (Zacharias, 2019). A invalidação de um pelo outro não ocorre, uma vez que mantêm entre si uma estreita relação analógica. Um reflete o outro, embora a exata origem da imagem, seja ela espiritual ou psicológica, permaneça incerta. Ademais, na prática, a distinção entre essas fontes não se reveste de uma importância preponderante, pois tanto a intervenção analítica quanto a ritualística engendrarão efeitos no indivíduo (Zacharias, 2019).

Nos trechos citados acima, Zacharias (2019), discorre que uma verdade científica é tão real quanto uma verdade artística, religiosa ou filosófica. Cada saber se constrói com base nas diversas experiências. Sendo assim, não se utiliza o mesmo método para a física, biologia ou psicologia, mas todos eles exprimem verdadeiramente o fato da existência humana. Deixando estes saberes

todos ao mesmo nível de importância para o desenvolvimento e compreensão humana, gostaríamos de propor um modo peculiar de entender este fenômeno humano manifesto em cada indivíduo e na sociedade presente, futura e histórica. Assim, podemos abordar este aspecto através de diversas perspectivas ou olhares diferentes. O que está em jogo não é o fenômeno em si, que pode abarcar muitas leituras, mas a questão está nos olhos de quem vê, ou seja, na perspectiva do observador (Zacharias, 2019).

Exu como símbolo, conforme Zacharias (2019) propõe, é capaz de dar início ao dinamismo criativo em oposição à centralização e estabilidade, participando tanto das forças progressivas quanto das regressivas da psique. Seja em um contexto de bem e mal, Exu transita muito além destes limites. Adapta-se e coloca-se sempre na posição de diálogo entre estas instâncias. Facilita o conhecimento dos aspectos sombrios do próprio indivíduo e, se bem compreendido, pode revelar o que não queremos ver, para a construção do todo e a ampliação da consciência. Torna-se nosso amigo, quando a questão é analisar o lado mais sombrio de nossa psique, como Hermes, possibilita transmutações (Zacharias, 2019).

Na Umbanda, conforme Martins (2005), o campo de atuação de Exu é ilimitado, ele é um só, mas com múltiplas facetas dependendo da função exercida. Várias tradições deram a ele nomes diferentes, como *Elegbara*, *Bará*, *Pombonguera* e *Aluvaia* (Cacciatore, 1977). Exu é conhecido como o supervisor das atividades do mercado, além de guardar templos, casa e ser o intermédio entre os deuses e as pessoas (Zacharias, 2019).

O Exu, como símbolo, significa a manifestação do inconsciente que tem como finalidade ajustar a medida das coisas, de revelar a verdade por descaminhos, de conduzir o desenvolvimento da psique pessoal. A ambiguidade é a marca registrada de sua manifestação e não a malignidade projetada coletivamente ao longo dos séculos de hegemonia cristã (Gabani, 2015). Ele representa a inversão da lógica cartesiana, a contravenção do estabelecido, se assim for necessário para estabelecer a Lei e o equilíbrio (Zacharias, 2019).

Exu, ao longo de seu curso, não se mantém estático, e essa constatação coincide com a percepção de Jung (2000, p.17) que proclama: "[...] o arquétipo representa, essencialmente, um conteúdo inconsciente, o qual se modifica através de sua conscientização e percepção, assumindo matizes que variam de acordo com a consciência individual na qual se manifesta". Sendo assim, o simbolismo de Exu e seu arquétipo foi subjugado a própria elaboração consciente, que foi submetida a julgamentos e avaliações. Originalmente Exu é conhecido como um Orixá masculino, provido de um grande falo de madeira chamado de *opa-ogó*, representando a truculência e a irreverência, bem como a fertilidade que é o resultado da comunicação e interação entre os princípios masculino e feminino, elemento que o aproxima do grego Príapo (Martins, 2005).

A atribuição dos símbolos, nesse contexto, seria a de resgatar para a esfera consciente as vivências primordiais do ser humano, mediante um processo de autorreflexão crítica. Símbolo não se confronta só com o símbolo em si mas com a totalidade de um indivíduo que gera símbolos (Jung, 1998). Isto é, o símbolo é uma entidade dinâmica, intrinsecamente ligada à dinâmica psíquica do sujeito, e sua interpretação só pode ser desvelada conforme a indicação singular do próprio indivíduo.

No processo analítico, é comum que conteúdos reprimidos na sombra sejam fundamentais para que questões da vida sejam resolvidas, com a integração destes conteúdos (Jung, 1987). Para estabelecer relações com o mundo exterior, o ser humano adapta-se ao meio em que se vê inserido. Essa aparência artificial, dotada de nuances inerentes ao ambiente, não representa, de fato, o ser humano como ele é. Tal máscara ajustável ao papel que se queira representar, Jung a chamou de "persona" e salientou que, os moldes adaptáveis são retirados da psique coletiva, como afirma em sua literatura Silveira (2023). Jung afirma:

O encontro consigo mesmo significa, antes de mais nada, o encontro com a própria sombra. A sombra, é no entanto, um desfiladeiro, um portal estreito cuja dolorosa exigüidade não poupa quem quer que desça ao poço profundo. Mas para sabermos quem somos. Temos de conhecer-nos a nós mesmos, porque o que se segue à morte é de uma amplitude ilimitada, cheia de incertezas inauditas, aparentemente sem dentro nem fora, (...) sem meu nem teu, sem bem, nem mal. (...) É onde sou inseparavelmente isto e aquilo, onde vivencio o outro em mim, e o outro que não sou me vivencia (Jung, 1998, p.274).

Nosso lado escuro, onde habitam as coisas que nos desagradam, Jung (2022, p. 222) denominou de sombra, definindo-a como “[...] aspectos de nossa personalidade que, por várias razões, havíamos preferido não olhar muito de perto.” A sombra é tudo que o ego esconde de si e é constituída por traços incompatíveis com a consciência, com o ego. A persona e a sombra são forças dicotômicas, o eterno conflito entre o que está fora e o que está dentro do ser. Silveira (2023, p. 105) aponta que, “A sombra é uma espessa massa de componentes diversos, aglomerando desde pequenas fraquezas, aspectos imaturos ou inferiores, complexos reprimidos, até forças verdadeiramente maléficas, negrimes assustadores.”

A analogia com o trabalho de sombra proposto por Exu torna-se pertinente, pois ambas as abordagens destacam a necessidade de explorar os aspectos menos visíveis e aceitáveis da psique, visando a uma compreensão mais profunda e autêntica do eu. Exu passa a ser o depositário de aspectos da sombra individual ou coletiva, aqueles aspectos incompatíveis com a identidade do Eu e com a persona socialmente adaptada aos princípios morais e éticos (Zacharias, 2019). Na Umbanda, o trabalho de sombras acontece com forte influência de Exu, que usa do que está errado, negado, bagunçado para traçar caminhos evolutivos.

O desconhecimento de si, ou o não contato com a própria individualidade, faz com que apareça um mecanismo psíquico de projeção, conforme definido por Jung (2000) em seu livro “Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo”. A projeção é um processo inconsciente automático, através do qual um conteúdo inconsciente para o sujeito é transferido para um objeto ou outro sujeito, fazendo com que esse conteúdo pareça pertencer ao objeto (Jung, 2000). Essa projeção estimula identificação das suas próprias limitações no(s) outro(s), e, para retirar do outro suas próprias projeções, o primeiro passo é reconhecer a sua própria sombra.

Eu sou Orixá Exu, sou a verdade nua, crua e rasgada, represento o que assusta e dá medo aos homens. Represento a quebra de todas as máscaras, represento o abandono de qualquer personagem assumido, represento a destruição

do ego, represento o poder real e absoluto, o poder de ser apenas você mesmo (Cumino, 2022, p. 96).

Alexandre Cumino (2022) ainda diz que o medo de se libertar gera a auto repressão, o medo de enfrentar sua verdade o faz reprimir a verdade do outro, o medo de mergulhar em suas trevas e de conhecer suas fraquezas e sua força, escondidas abaixo de sua sombra, o faz ver trevas e maldade em todos os lugares (Cumino, 2022, p.99).

No volume intitulado "Exu – Meu Compadre", de autoria de José Jorge Zacharias (2019), são retratadas diversas narrativas nas quais Exu expressa sua modalidade de comportamento e instrução aos indivíduos. Primordialmente, esses sujeitos encontram-se engajados na projeção de suas próprias sombras sobre a figura de Exu, resultando na exoneração da responsabilidade inerente à aceitação e confronto de sua própria sombra. Estas projeções permitem a Exu ser o porta-voz de conteúdos sombrios pessoais e coletivos, desde que sejam elaborados e a responsabilidade de cada um em todas estas “tentações” seja reconhecida e integrada na consciência (Jung, 1987). Mas, por outro lado, este mal pessoal pode continuar a ser projetado em Exu, eximindo o indivíduo da responsabilidade de assumir sua própria sombra e de lidar com ela e justificando que a maldade é causada, provocada e executada por Exu. Com essa análise dos Exus, na concepção da umbanda, percebemos que eles estão encarnando os aspectos sombrios da personalidade. A agressividade brutal, não dirigida e menos refinada; a sensualidade vulgar e promíscua; a utilização dos conhecimentos ou *status* social de maneira egoísta; a rebeldia e insubordinação às regras estabelecidas; bem como a malandragem e as atividades fora da lei são aspectos que compõe a sombra pessoal em nossa cultura, pois em função de uma aparência social (persona) estes aspectos menos morais e cristãos devem ser reprimidos no inconsciente pessoal (sombra) (Zacharias, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo apresentou parcialmente o resultado da pesquisa de iniciação científica de mesmo título que está sendo desenvolvida pelas autoras, que tem o objetivo de verificar como os participantes da pesquisa que são praticantes da religião Umbanda, vivenciam Exu no seu processo de desenvolvimento/individuação.

A partir da análise das entrevistas já conduzidas, respaldada pela elaboração e pesquisa do substrato teórico, torna-se imperativo examinar a maneira como os entrevistados experienciam o arquétipo Exu em seu processo evolutivo. Até o momento, foram realizadas entrevistas com quatro participantes representativos com duração de em média 45 minutos: duas médiuns do sexo feminino, com idades de 25 e 26 anos, um pai de santo do sexo masculino, com 33 anos, e um pesquisador com 64 anos. Essas entrevistas proporcionaram insights preliminares sobre como a Umbanda influencia a percepção psicológica dos praticantes, abordando temas como identidade, pertencimento, crenças e práticas rituais. No entanto, é importante ressaltar que a análise de dados ainda está em andamento e os resultados finais serão derivados de um exame completo e sistemático de todas as entrevistas coletadas.

Atualmente codificando os dados colhidos das entrevistas e identificando temas e categorias emergentes. E com base na transcrição literal de cada entrevista algumas das narrativas coletadas até o momento destacam que o engajamento com Exu demanda a exploração de aspectos internos reprimidos, não aceitos ou que provocam desconforto. Essa abordagem, contudo, não deve ser desprovida de consideração às particularidades que Exu suscita, caracterizadas por uma tonalidade sarcástica, brincalhona e travessa.

Sob a perspectiva simbólica, indaga-se a que símbolo Exu se associa, qual a experiência, sentimento, desafio e particularidade que a vivência de Exu proporciona aos indivíduos. Ampliar o enfoque terapêutico para uma dimensão espiritual implica compreender como viver a espiritualidade associada a Exu pode

conduzir esses sujeitos a explorarem e compreenderem suas sombras, visando à integridade e autenticidade pessoal.

4 REFERÊNCIAS

BERGER, P. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

CACCIATORE, O. G. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

CUMINO, A. **Exu não é o diabo**. 7. ed. São Paulo: Madras, 2022

GABANI, M. S. A.; SERBENA, C. A. Exu: um trickster solto no “terreiro” psíquico. **Revista Relegens Thréskeia**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 52-70, 2015.

HALL, Calvin e NORDBY, Vernon. **Introdução a Psicologia Junguiana**, 1ª edição. São Paulo> Cultrix, 1980.

HENNING, M.; MORÉ, C. Religião e psicologia: análise das interfaces temáticas. **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, ISSN 1677-1222, dez/2009.

JUNG, C. G. **Psicologia e alquimia**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Psicologia em Transição**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

_____. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Memórias, sonhos e reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

MOREIRA-ALMEIDA, A.; LOTUFO NETO, F.; KOENIG, H. G. Religiosidade e saúde mental: uma revisão. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/2024.

PIAZZA, W. **Introdução à fenomenologia religiosa**. Petrópolis: Vozes, 1983.

PIERI, P. **Dicionário junguiano**. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2002.

PESSANHA, P.; ANDRADE, E. Religiosidade e prática clínica: um olhar fenomenológico-existencial. **Perspectivas online**. V. 3, n. 10, 2009, p.75-86. Disponível em:

<https://ojs3.perspectivasonline.com.br/revista_antiga/article/view/364/275>. Acesso em: 11/2023.

SAMUELS, A.; SHORTER, B.; PLAUT, F. **Dicionário Crítico de Análise Junguiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1988

SILVEIRA, N. **Jung: Vida e Obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

_____. **Jung: Vida e Obra**. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2003.

VOLCAN, S. M. A.; SOUSA, P. L. R.; MARI, J. J.; HORTA, B. L. Relação entre bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores: estudo transversal. **Revista de Saúde Pública**, (2003). Disponível em:

<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102003000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11/2023

ZACHARIAS, J. J. M. **Ori axé, a dimensão arquetípica dos orixás**. São Paulo: Vetor, 1998.

_____. **O Compadre: uma análise psicológica possível de Exu**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2010.

_____. **Exu Meu Compadre: uma abordagem analítica**. São Paulo: Sattva, 2019.

O ESTRESSE DO ESTUDANTE DE MEDICINA E SUA ASSOCIAÇÃO COM TRAÇOS NARCÍSCOS

Lana Carolina Gomes Borelli
Graduanda em Medicina – Uni-FACEF
lrgborelli@gmail.com

Valéria Beghelli Ferreira
Doutora em Serviço Social – Uni-FACEF
valbeghelli@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Quando analisado o ensino médico brasileiro, percebe-se um ambiente com mudanças que se relacionam com o surgimento do estresse entre os estudantes de medicina. É visto que fatores como a desproporção entre vagas e vestibulandos dentro do curso de medicina; o processo de mudança e o afastamento de suas famílias acabam sendo fontes de estresse antes mesmo desses alunos iniciarem oficialmente no curso (Bergamo, 2018).

O autor ainda ressalta que, com a entrada destes na universidade, sendo tanto instituições de cunho de aprendizado tradicional ou de metodologias ativas, os primeiros anos de medicina apresentam eventos como adaptação aos novos horários e a necessidade de virar noites para acompanhar as disciplinas; as metodologias de aprendizagem diferentes do colegial; o nervosismo antes da realização das primeiras provas e a relação entre aluno-professor que acabam gerando um aumento do estresse entre os estudantes (Bergamo, 2018).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5 (DSM-5), o transtorno de personalidade narcisista é um padrão persistente de grandiosidade, necessidade de admiração e diminuição de empatia, que levam o indivíduo sentir sofrimento e/ou prejuízo na sua capacidade de se relacionar e agir satisfatoriamente (Associação Americana de Psiquiatria, 2014).

Segundo Matos (2017) apud Ribeiro (2021), o transtorno de personalidade narcisista difere-se dos traços narcísicos, visto que eles representam uma diminuição da

compleição psíquica, na qual um indivíduo hígido se coloca diferente aos outros, gerando características semelhantes ao transtorno, todavia com um caráter habitual-cotidiano e passível de mudanças, além de estar associados a uma variedade de indicadores nos aspectos individuais, interpessoais e sociais, tais como felicidade, saúde física e psicológica, relacionamentos e identidade, etc. Alves (2021) complementa narcisismo não patológico como o traço de personalidade onde os indivíduos expressam a extrema ânsia por reafirmação de superioridade.

Segundo Máximo et al (2021), todos possuem um grau de narcisismo, que quando desequilibrado, pode levar a problemas do comportamento social. Outrossim, para Lejdermana; Dal Zot (2020); Rodrigues e Silveira (2022), as causas do transtorno narcisista são multifatoriais e vindas de experiências da infância e adolescência; todavia, para os autores, quando se olha para os traços narcísicos, é evidenciado que estes possam se manifestar nessas pessoas em certas fases de suas vidas, e não necessariamente isso culmina no aparecimento do transtorno de personalidade narcisista no futuro destas.

A partir disso, entende-se que ao passarem por um processo de percepção aumentada de estresse, como a formação acadêmica, os estudantes do curso de medicina podem potencializar e entrarem em sofrimento psíquico com esses traços narcísicos a partir do meio que se encontram.

Portanto este estudo tem por objetivo identificar a percepção de estresse do estudante de medicina relacionando com os traços narcísicos e seus impactos psicossociais. Além disso objetiva também conceituar e explicar o narcisismo quanto etiologia, fatores de risco, epidemiologia e mecanismos de manifestações clínicas; relacionar narcisismo com transtorno mentais comuns e aspectos de personalidade; conceituar e compreender os aspectos do estresse patológico e não patológico; explicar os traços narcísicos no meio médico e suas interrelações.

O estudo terá uma metodologia de natureza qualitativa, do tipo descritiva para identificar a percepção de estresse do estudante do 1º ao 6º ano do curso de graduação em medicina do Uni-FACEF, relacionando com os traços narcísicos e seus impactos psicossociais, sendo realizado por meio de entrevistas com perguntas abertas, em que serão abordadas questões relacionadas a percepção do estresse

pelo estudante, os aspectos mais causadores dos desequilíbrios emocionais, aspectos afetivos identificados e traços narcísicos presentes nas vivências e situações cotidianas relacionada ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Em relação às questões éticas, o projeto foi submetido para aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Municipal de Franca (UNI-FACEF).

O trabalho permitirá a identificação do estresse pelos estudantes, os fatores estressores e comportamentos narcísicos que podem interferir na funcionalidade psicossocial e conseqüentemente no desenvolvimento acadêmico e profissional.

A partir dos dados será possível pensar em estratégias que estabeleça maior compreensão dos aspectos que permeiam a vida acadêmica do estudante de medicina, oportunizando ações de prevenção ao desenvolvimento de comportamentos narcísicos, prevenção de agravos e apoio a sua formação acadêmica, possibilitando proteger sua saúde mental, física e social.

Quanto à análise dos resultados, as respostas serão categorizadas e agrupadas, de acordo com a maior frequência, e realizadas análises qualitativas de conteúdo.

2 FORMAÇÃO MÉDICA

A priori, é fulcral o entendimento histórico que tange o ensino médico e sua interrelação com seus praticantes para sua compreensão atual como fonte de influência no âmbito dos discentes, em especial no cenário nacional. A medicina deriva da palavra Mederi (do latim) e possui o significado de cuidar, curar, medicar (Frank; Rempel, 2022).

No cenário brasileiro, no império de 1813 foi criada a primeira escola médica: a Escola médica do Rio de Janeiro, na qual a entrada tinha como condição o conhecimento de leitura e escrita pelo candidato e o curso não possuía tanto mérito como aqueles estudantes formados na Europa. Com isso, foram necessários alguns avanços, como a importação de materiais estrangeiros, fato este que fez com que o curso passasse a ter seis anos de duração, além de um padrão de acesso socioeconômico elevado devido ao tempo e investimento para ele, limitando as vagas fornecidas aos alunos (Frank; Rempel, 2022).

Ocorrendo após esse período, em 1988, a Reforma Sanitária e posteriormente a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) com a Lei 8.080/90, na qual a saúde passou a ser um direito fundamental do ser humano do qual o Estado possui o papel de zelar pela manutenção desta no Brasil, tendo como resultado a criação de mais de 305 escolas médicas brasileiras na atualidade (Frank; Rempel, 2022).

Destarte, evidencia-se que a medicina foi, nesse processo, se tornando restrita e privilegiada no âmbito sociocultural até chegar na atualidade.

2.1 Metodologias de ensino no curso medicina

É essencial o entendimento da criação das Diretrizes Nacionais do Curso de Medicina (DCN) de 2001, na qual a medida provisória nº 621 de 9 de julho de 2013 estabeleceu que era necessário a formação de médicos qualificados, e posteriormente em 2014, reformulou que isto se dava pela graduação de médicos generalistas, humanistas, críticos/ reflexivos e que valorizem a interação, escuta e o olhar de acolhimento aos pacientes (Santana, 2020).

A partir da DCN foram criadas duas formas principais de metodologias de ensino: o modelo tradicional e o modelo de ensino ativo. Bergamo (2018) aponta que, em um primeiro momento, o modelo de ensino médico mais utilizado era o hegemônico, chamado de o Relatório Flexner de 1910, que serviu de base para o método tradicional de ensino das faculdades de medicina, no qual o aspecto biológico-patogênico era o principal foco de aprendizagem e o conteúdo do curso era teórico até o terceiro ano, onde seguia com trabalho prático adjunto a partir desse período. Para a autora, neste modelo, a relação hierárquica entre aluno-professor demonstrava professores que continham todo o conhecimento e este era passado aos alunos que serviam apenas como ouvintes no curso (Bergamo, 2018).

Já em um segundo momento, como crítica ao modelo biológico e pouco preventivo, a Conferência sobre Medicina Preventiva culminou na criação da metodologia *Problem Based Learning (PBL)*. Este método, por se tratar de uma metodologia ativa, tem como objetivo o desenvolvimento da capacidade do estudante de construir ativamente sua aprendizagem, utilizando-se do raciocínio crítico, habilidades de comunicação e outras competências necessárias para resolução de casos clínicos,

quebrando a hierarquia aluno-professor do método de Flexner e estimulando uma visão mais ampliada do paciente (Santana, 2020).

3 SAÚDE MENTAL E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO CURSO SUPERIOR

Em primeiro plano temos que ambientes e fontes estressoras, como o espaço de trabalho e de estudos, podem ocasionar o surgimento de um sofrimento psíquico intensificado, gerando alterações intensas e abruptas de comportamento, isolamento e tristeza permanentes, além de irritabilidade e ansiedade aumentadas (Gomes; Carvalho; Silva, 2021).

Em segundo plano, Ariño (2018) apud Barros e Peixoto (2022) classificam em três dimensões os fatores de risco e protetivos ligados à saúde mental do estudante universitário. A primeira dimensão sendo características individuais do discente, como personalidade, comportamento. Na segunda dimensão, ficam os aspectos contextuais, como questões ambientais, culturais e interpessoais. A terceira e última dimensão refere-se a fatores acadêmicos e de carreira, tais como os processos de adaptação e evolução na universidade etc. Podendo essas dimensões gerarem sofrimento psíquico no aluno em períodos de vulnerabilidade (Barros; Peixoto, 2022).

3.1 Estresse

Em primeira análise, o endocrinologista e fundador da estressologia, Hans Selye, conceituou estresse em 1946:

É a resposta não específica do corpo a qualquer demanda, seja ela causada por, ou resultando, em condições favoráveis ou não favoráveis" (Selye, 1946 apud Sousa; Silva; Galvão-Coelho, 2015, p. 3).

Desta forma, entende-se que o estresse é uma resposta do organismo a estímulos físicos ou psicossociais que desequilibram sua homeostase, resultando em alterações físicas e comportamentais (Sousa; Silva; Galvão-Coelho, 2015).

O estresse pode ser classificado em *eustress*, no qual a resposta à homeostase gera sensação de bem-estar e em *distress*, no qual ocorre uma tensão, com um desequilíbrio biopsicossocial por excesso ou falta de esforço, que não é compatível com o tempo, resultados e realizações (Silva; Torres, 2020).

Elucidando, Selye (1965) definiu as reações desencadeadoras do estresse como a Síndrome da Adaptação Geral (SAG), que compreende três fases distintas: alerta, resistência e exaustão (Sousa; Silva; Galvão-Coelho, 2015). Na fase de alerta, ocorre a quebra do equilíbrio interno do organismo, levando à mobilização para enfrentar ou fugir do estressor. A fase de resistência envolve a manutenção da resposta adaptativa, com eficiência máxima das respostas físicas e cognitivas para neutralizar o estressor. A fase de exaustão ocorre devido à incapacidade de neutralizar o estressor, levando a uma sobrecarga energética e exaustão dos sistemas adaptativos (Sousa; Silva; Galvão-Coelho, 2015).

Esperidião et al. (2008) detalha a resposta neurofisiológica-hormonal ao estresse, observando que, na fase de alerta, a informação sensorial da ameaça é transmitida para o tálamo e áreas visuais primárias e secundárias, sendo processada na amígdala. Isso desencadeia um sinal que viaja pela via amigdalofugal ventral para o hipotálamo e, posteriormente, para a Substância Cinzenta Periaquedutal (PAG), estimulando a via piramidal e ativando o SNA. Esse processo pode resultar em sintomas como taquicardia, taquipneia, boca seca, midríase, supressão do sistema imunológico e sudorese intensa. Além disso, há um aumento na síntese e liberação de dopamina no córtex pré-frontal, aumentando a hiper vigilância e inibindo a serotonina, impedindo uma resposta adaptativa ao estressor (Silva; Torres, 2020).

Na fase de resistência, caso a ameaça persista, o hipotálamo ativa o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA), estimulando a liberação de adrenalina e noradrenalina pela medula das suprarrenais, mantendo os sintomas da fase anterior. Isso potencializa as habilidades físicas e cognitivas do indivíduo, aumentando o fluxo sanguíneo cerebral, o ritmo cardíaco, a estimulação dos músculos estriados e a disponibilidade de gorduras no sangue para substrato, além de promover a secreção de opioides endógenos. Além disso, o córtex das suprarrenais secreta glicocorticoides, prolongando a resposta ao estresse, aumentando a mobilização de energia celular e promovendo excitação neural no hipocampo e córtex pré-frontal,

relacionados com aprendizado e memória. Com a resolução do estressor e mecanismos contra regulatórios, o indivíduo retorna à homeostase (Silva; Torres, 2020).

Na fase de exaustão, a reação de estresse é mantida até que os substratos energéticos para a Síndrome da Adaptação Geral (SAG) se esgotem, resultando em exaustão e vulnerabilidade, com uma redução na capacidade cognitiva e física (Oliveira, 2006). O estresse crônico, devido à persistência do estressor ou à falha de adaptação, pode levar a desregulações hormonais, neuropsiquiátricas e fisiopatológicas, incluindo alterações nos níveis de cortisol, adrenalina e noradrenalina, que podem resultar em processos como estresse oxidativo, envelhecimento acelerado e distúrbios metabólicos semelhantes ao diabetes (Silva; Torres, 2020).

3.2 Ingresso na universidade e aspectos estressores no curso superior

A entrada dos estudantes no ensino superior é identificada como um período gerador de ansiedade e estresse, segundo Santos et al. (2017). Diversos fatores contribuem para esses sentimentos, como a pressão dos vestibulares, influências familiares e a competição. Essas pressões resultam em mudanças físicas e psicológicas, influenciadas pelas expectativas familiares e pelas exigências da escolha e planejamento da carreira, criando ambientes estressantes (Santos et al., 2017).

Feodrippe, Brandão e Valente (2013) indicam três áreas que afetam diretamente os estudantes durante a graduação: suas características individuais, a adaptação a um novo método de ensino e outros fatores, como questões interpessoais e experiências específicas do curso de medicina, que afetam a relação aluno-instituição de ensino superior.

Quanto ao surgimento de transtornos mentais comuns (TMC) entre os estudantes de medicina, Sales et al. (2020) apontam diferenças entre os modelos de ensino. Alunos em modelos tradicionais, como o flexneriano, tendem a enfrentar estresse devido à organização curricular e à falta de contato médico-paciente precoce. Enquanto estudantes em metodologias como a Aprendizagem Baseada em

Problemas (ABP) esperavam uma redução do estresse, no entanto, a transição para um ambiente de ensino superior ativo, a sobrecarga e falta de acolhimento inicial resultam em dificuldades de adaptação, gerando tensão e maior desgaste emocional entre os alunos (Sales et al., 2020).

5 NARCISISMO

*“Aqui, cansado de calor e caça, o moço
se deitou, atraído pela fonte amena.
Enquanto anseia a sede aplacar, outra nasce.
Enquanto bebe, preso à bela imagem vista,
ama objeto incorpóreo, sombra em vez de corpo.
Se embevece de si, e no êxtase pasma-se,
como um signo marmóreo, uma estátua de Paros.
Contempla, à beira, os seus olhos, estrelas gêmeas,
a cabeleira digna de Apolo e de Baco,
a face impúbere, o pescoço ebúrneo, a grácil
boca e o rubor à nívea candura mesclado;
e admira tudo aquilo que o torna admirável.
Sem o saber, deseja a si mesmo e se louva,
cortejando, corteja-se; incendeia e arde.
Quantos beijos irados deu na falaz fonte!”*

A morte de Narciso.
Públio Ovídio Naso.

Figura 1 - Narciso, Caravaggio, 1597, Galleria Nazionale d'Arte Antica – Palazzo Barberini, Roma.



Fonte: <https://www.barberinicorsini.org/opera/narciso/>

O mito de Narciso tem sido fundamental nas áreas da arte, psicologia e medicina. Freud introduziu o termo narcisismo na psicanálise, reinterpretando o mito como uma condição psíquica que pode persistir ao longo da vida, representando apenas aspectos saudáveis, como a autoestima individual (Barroso et al., 2022).

O termo “Narcisismo” vem da descrição clínica para designar a conduta em que um indivíduo trata o próprio corpo como se este fosse o de um objeto sexual, isto é, olha-o, toca nele e o acaricia com prazer sexual, até atingir plena satisfação mediante esses atos (Freud, 1914, p.14).

4.1 Traços narcísicos

A formação dos traços de personalidade narcísica é delineada por diversas teorias. Segundo Freud, os bebês inicialmente demonstram narcisismo primário, centrado em si mesmos, antes de direcionar seu interesse (eros) para outras pessoas, conceito chamado libido objetal (Feist; Feist; Roberts, 2015).

Holmes (2005) complementa que a influência e importância dos pais na infância, denominada narcisismo positivo, evolui à medida que a criança adquire experiências realistas e ajusta suas metas, podendo regredir para um narcisismo secundário se essas transições não ocorrerem. O narcisismo é crucial no desenvolvimento inicial, mas deve transformar-se conforme o crescimento, para uma visão realista e positiva do self e dos pais (Feist; Feist; Roberts, 2015).

Fatores familiares, como falta de atenção ou excesso de mimo, podem perpetuar características narcisistas na idade adulta, resultando em uma visão autocentrada do mundo (Holmes, 2005).

Kohut (1972) identifica dois tipos de narcisismo: o grandioso, associado a uma autoimagem inflada e falta de empatia, e o vulnerável, caracterizado por uma autoimagem frágil e hipersensibilidade interpessoal (Ribeiro, 2021). Elucidando, a dimensão grandiosa é caracterizada por comportamentos intrapsíquicos, como a repressão de aspectos negativos da auto apresentação e distorção de informações externas, levando a uma autoimagem inflada e fantasias de poder e superioridade. Isso se manifesta em comportamentos como exploração interpessoal, ausência de empatia e exibicionismo. Em contraste, a dimensão vulnerável envolve uma autoimagem enfraquecida, autocrítica elevada e hipersensibilidade interpessoal, resultando em comportamentos como apoio a outros com sentimento de desprezo e

dependência excessiva de validação externa para regular a autoestima. (Ribeiro, 2021).

Além disso, indivíduos narcisistas frequentemente exibem perfeccionismo negativo, levando a altos níveis de estresse na busca por uma idealização irrealista, afetando negativamente tanto a si mesmos quanto seus relacionamentos (Mendonça, 2017). A presença de traços narcísicos pode ser saudável, mas torna-se patológica quando o indivíduo enfrenta dificuldades em lidar com ameaças à sua autoimagem, variando em grau de patologia de acordo com a personalidade do indivíduo (Miranda, 2020; Mendonça, 2017). O narcisismo patológico difere do saudável pela desregulação da autoestima e pela dificuldade em lidar com emoções como vergonha e inveja (Mendonça, 2017).

4.2 Transtorno de personalidade narcisista

O diagnóstico da TPN é baseado nos critérios de diagnóstico da seção II do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-V), que tem características que tendem a ser mais vinculadas ao narcisismo grandioso, fato este que acaba facilmente excluindo aqueles com características mais vulneráveis (Miranda, 2020).

Em segundo plano, se aprofundando mais no quadro clínico de um TPN, pode-se manter as dimensões e conceitos de narcisismo grandioso e narcisismo vulnerável (Miranda, 2020). O TPN pertence ao grupo B, juntamente com a Borderline, Antissocial e Histriônica (Associação Americana de Psiquiatria, 2014). Como pode ser visto, o diagnóstico de TPN pode ser sistematizado em nove pontos, onde a presença de cinco, fecham o diagnóstico ou na presença dos critérios da seção III do DSM-5, denominada de “Modelos e Medidas Emergentes” em formas atípicas do quadro (Associação Americana de Psiquiatria, 2014):

Figura 2 - Critérios diagnósticos do Transtorno de Personalidade Narcisista do DSM-5.

Critérios Diagnósticos	301.81 (F60.81)
Um padrão difuso de grandiosidade (em fantasia ou comportamento), necessidade de admiração e falta de empatia que surge no início da vida adulta e está presente em vários contextos, conforme indicado por cinco (ou mais) dos seguintes:	
<ol style="list-style-type: none">1. Tem uma sensação grandiosa da própria importância (p. ex., exagera conquistas e talentos, espera ser reconhecido como superior sem que tenha as conquistas correspondentes).2. É preocupado com fantasias de sucesso ilimitado, poder, brilho, beleza ou amor ideal.3. Acredita ser "especial" e único e que pode ser somente compreendido por, ou associado a, outras pessoas (ou instituições) especiais ou com condição elevada.4. Demanda admiração excessiva.5. Apresenta um sentimento de possuir direitos (i.e., expectativas irracionais de tratamento especialmente favorável ou que estejam automaticamente de acordo com as próprias expectativas).6. É explorador em relações interpessoais (i.e., tira vantagem de outros para atingir os próprios fins).7. Carece de empatia: reluta em reconhecer ou identificar-se com os sentimentos e as necessidades dos outros.8. É frequentemente invejoso em relação aos outros ou acredita que os outros o invejam.9. Demonstra comportamentos ou atitudes arrogantes e insolentes.	

Fonte: (DSM-5 - Associação Americana de Psiquiatria, 2014).

Figura 3 - Sessão III do diagnóstico de Transtorno de Personalidade Narcisista do DSM-5.

Critérios Diagnósticos Propostos

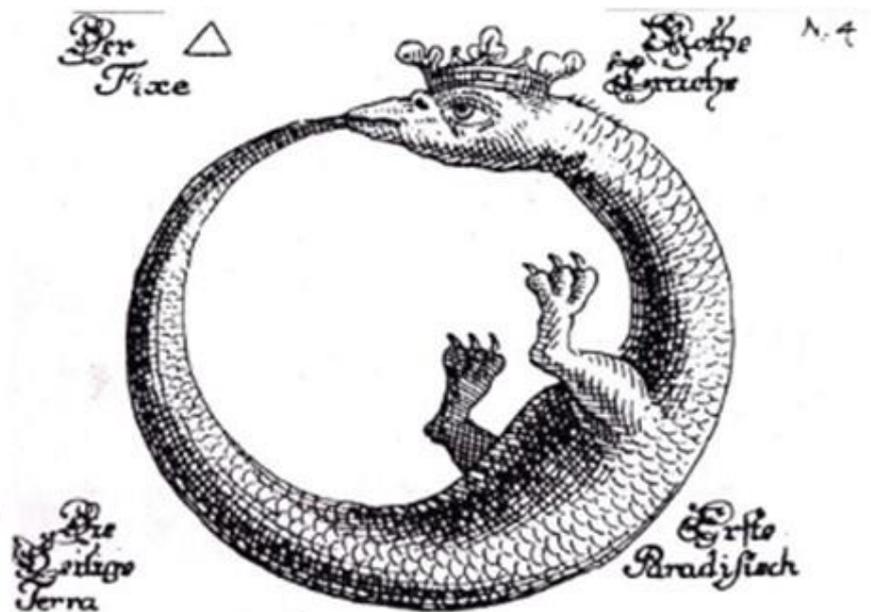
- A. Prejuízo moderado ou grave no funcionamento da personalidade, manifestado por dificuldades características em duas ou mais das seguintes quatro áreas:
1. **Identidade:** Referência excessiva aos outros para regulação da autodefinição e da autoestima; autoapreciação exagerada inflada ou esvaziada ou oscilando entre os extremos; a regulação emocional espelha flutuações na autoestima.
 2. **Autodirecionamento:** Definição dos objetivos baseada na obtenção de aprovação dos outros; padrões pessoais irracionalmente altos, visando ver-se como excepcional, ou muito baixos, com base em um senso de direito; com frequência sem consciência das próprias motivações.
 3. **Empatia:** Prejuízo na capacidade de reconhecer ou de se identificar com os sentimentos e as necessidades das outras pessoas; excessivamente atento às reações dos outros, mas somente se percebidas como relevantes para si; superestimação ou subestimação do próprio efeito nos outros.
 4. **Intimidade:** Relacionamentos em grande parte superficiais e que existem para servir à regulação da autoestima; reciprocidade restringida pelo pouco interesse nas experiências dos outros e pela predominância de uma necessidade de ganho pessoal.
- B. Ambos os traços de personalidade patológicos a seguir:
1. **Grandiosidade** (um aspecto do **Antagonismo**): Sentimentos de direito, declarados ou encobertos; egocentrismo; firmemente apegado à crença de ser melhor do que os outros; condescendente com os outros.
 2. **Busca de atenção** (um aspecto do **Antagonismo**): Tentativas excessivas de atrair e ser o foco da atenção dos outros; busca de admiração.

Fonte: (DSM-5 - Associação Americana de Psiquiatria, 2014)

A partir desta análise clínica, diagnóstica e de comorbidades é possível ainda complementar com o prognóstico do TPN. Evidencia-se que esta é uma perturbação de personalidade crônica e de difícil tratamento. Indivíduos com o transtorno devem lidar constantemente com feridas narcísicas resultantes de seu próprio comportamento ou de sua experiência de vida, tanto nas relações interpessoais quanto nas ocupacionais, assim como seus mecanismos intrapsíquicos que se apresentam ao longo da patologia (Associação Americana de Psiquiatria, 2014).

Em última análise, os indivíduos com Transtorno de Personalidade Narcisista (TPN) podem apresentar sintomas de grandiosidade e/ou vulnerabilidade, levando a um estado depressivo e de estresse. Isso pode ser desencadeado pelo próprio avanço do narcisismo ou por feridas narcísicas ao longo de suas vidas. Com isso, esses indivíduos podem acabar definhando, como Narciso, próximo de sua própria imagem, simbolizado pelo Ouroboros, que representa a auto absorção narcisista e a individuação como um processo circular e autocontido.

Figura 4 - Ouroboros



Fonte: SCHWARTZ-SALANT, 1982

5 RESULTADOS PARCIAIS

A pesquisa está em andamento, na fase de coleta de dados com os alunos da Uni-FACEF, onde é observado até o momento a presença de alguns resultados, como a presença de perfeccionismo patológico, discussões e comparações com outros alunos que receberam notas maiores em atividades, assim como frustração quando recebido notas menores, sendo características de traços de narcisismo vulnerável que geram sofrimento psíquico e interferem diretamente nas interações sociais na vida dos participantes.

Quando analisada a inserção e estabelecimento na graduação do estudante no ensino superior, nota-se que esta é marcada por diversos sentimentos que podem ser geradores de ansiedade e estresse. Com isso, é primordial o entendimento e correlação do estresse e como as dimensões estabelecidas se relacionam com a saúde mental e surgimento de mudanças psíquicas nos discentes de curso superior, em especial, nos alunos do curso de medicina.

Neste contexto, características clínicas associadas a personalidade do indivíduo, podem se manifestar por sofrimento e prejuízo psicossocial, culminando no surgimento de traços patológicos narcísicos que se caracterizam pela autoestima variável e vulnerável, constante necessidade de busca de atenção e aprovação, grandiosidade declarada ou encoberta o que interfere no seu desempenho acadêmico e principalmente nas suas relações interpessoais no contexto acadêmico. Isto reforça a necessidade de investigar como estes processos estão presentes no contexto do curso de medicina.

Espera-se, portanto, que a pesquisa contribua para traçar estratégias que promovam o desenvolvimento de relações mais saudáveis, no processo ensino-aprendizagem, e ações de prevenção ao desenvolvimento de comportamentos narcísicos patológicos e ao surgimento e/ou agravamento de transtornos mentais que podem impactar negativamente nos relacionamentos pessoais e de trabalho dos futuros profissionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. P. A. **Percepção dos jovens profissionais sobre os traços narcisistas na gestão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56898/56898.PDF>. Acesso em: 14 jan 2024.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARROS, R. N. D.; PEIXOTO, A. D. L. A. Integração ao ensino superior e saúde mental: um estudo em uma universidade pública federal brasileira. **Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP**, v. 27, n. 03, p. 609-631, dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/dfcGTywRV3srdNG7NVTvG4K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BARROSO, F. R. M. et al. Transtorno De Personalidade Narcicista: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, Cajazeiras, v. 9, n. 1, p. 1069-1083, 2022. Disponível em: https://interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_30/Trabalho_76_2022.pdf. Acesso em: 16 jan 2024.

BERGAMO, I. **Avaliação do nível de estresse de alunos de medicina e associação entre estilos de aprendizagem e metodologias de ensino**. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP, São José do Rio Preto, 2018. Disponível em: https://btd.famerp.br/bitstream/tede/465/2/IngridBergamo_tese.pdf. Acesso em: 14 jan 2024.

ESPERIDIÃO, A. V. et al. Neurobiologia das emoções. **Revista Psiquiatria Clínica**, Teresópolis, v. 35, n. 2, p. 55-65, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/t55bGGSRTmSVTgrbWvqnPTk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FEIST, J.; FEIST, G. J.; ROBERTS, T.-A. **Teorias Da Personalidade**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

FEODRIPPE, A. L. O.; BRANDÃO, M. C. D. F.; VALENTE, T. C. D. O. Qualidade de Vida de Estudantes de Medicina: uma revisão. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 37, n. 3, p. 418-428, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/BjdN6ZdthZPH4QxMhRpWq3L/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FIOCRUZ. Pesquisa identifica o impacto da pandemia em estudantes. **Portal Fiocruz**, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-identifica-o-impacto-da-pandemia-em-estudantes>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FRANK, M. R. D. C.; REMPEL, C. **MEDICINA: uma história**. 1. ed. Lajeado: Univates, 2022. 85 p. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/378/pdf_378.pdf. Acesso em: 18 nov. 2023.

FREUD, S. Introdução ao narcisismo. In Obras completas. (Paulo César de Souza, trad., v. 12). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).

GOMES, A. G. A.; CARVALHO, C. J. D.; SILVA, D. O. D. **Acolhimento ao sofrimento psíquico**, Bananeiras: UFPB, 2021. Disponível em: <https://www.cchsa.ufpb.br/cchsa/editores/destaques/acolhimento-ao-sofrimento-psiquico/cartilha-acolhimento-ao-sofrimento-psiquico-ufpb.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HOLMES, J. **Conceitos da Psicanálise: Narcisismo**. 1. ed. São Paulo: Viver, v. 11, 2005.

HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN. **Hospital Israelita Albert Einstein**, 2023. Disponível em: <https://vidasaudavel.einstein.br/o-que-e-saude-mental/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LEJDERMAN, B.; DAL ZOT, J. Narcisismo e Redes Sociais. **Rev. Bras. Psicoter.**, v. 22, n. 2, p. 55-67, 2020. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbp.celg.org.br/pdf/v22n2a05.pdf>. Acesso em: 12 jan 2024.

MÁXIMO, A. J. M. et al. Mães narcisistas: impacto no desenvolvimento infantil. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 2, n. 4, p. 106-106, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51161/rem/2865>. Acesso em: 12 jan 2024.

MENDONÇA, L. D. M. **Perfeccionismo, Narcisismo e Perturbação Psicológica**. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal 2017. Disponível em: <https://baes.uc.pt/bitstream/10316/82098/1/merged.pdf>. Acesso em: 14 nov.2024.mot

MIRANDA, A. S. D. C. **Narcisismo e Perturbação de Personalidade**. Dissertação (Mestrado em Medicina) - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar – Universidade do Porto, Porto, 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/128235/2/410986.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

OLIVEIRA, E. A. D. **Delimitando o conceito de stress**. Universidade Federal do Parana, 2006. Disponível em: <http://www.medtrab.ufpr.br/arquivos%20para%20download%202011/saude%20menta/Delimitando%20o%20conceito%20de%20stress.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

RIBEIRO, J. P. R. **Traços de personalidade narcísica e depressividade na população geral adulta**. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/55895/1/ulfpie057743_tm.pdf. Acesso em: 12 jan 2024.

RODRIGUES, F. A.; SILVEIRA, F. M. Vivemos um coletivo de transtorno de personalidade dramática. **CPAH Science Journal of Health**, v. 1, n. 2, p. 71-87, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/cpahjournalv1n2-003>. Acesso em: 12 jan 2024.

SALES, A. F. G. et al. Transtorno mental comum em estudantes de medicina: PBL versus tradicional. **Rev. Bra. Edu. Saúde**, v. 10, n. 4, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354135967_Transtorno_Mental_Comum_e_m_Estudantes_de_Medicina_PBL_versus_Tradicional. Acesso em: 29 jan. 2024.

SANTANA, K. R. A nova maneira de formar Médicos: a intrincada formação entre metodologias e agentes sociais no desenvolvimento humano e social. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, Franca, 2020.

SANTOS, F. S. et al. Estresse em Estudantes de Cursos Preparatórios e de Graduação em Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Montes Claros, v. 41, n. 2, p. 194-200, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/3LrRgsDvPC9Zx54NpLH4Qtm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SILVA, M. D. S. T.; TORRES, C. R. D. O. V. Alterações neuropsicológicas do estresse: contribuições da neuropsicologia. **Revista Científica Novas Configurações - Diálogos Plurais**, v. 1, n. 2, p. 67-80, 2020. Disponível em: <http://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/article/10.4322/2675-4177.2020.021/pdf/dialogosplurais-1-2-67.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SOUSA, M. B. C. D.; SILVA, H. P. A.; GALVÃO-COELHO, N. L. Resposta ao estresse: I. Homeostase e teoria da alostase. **Estudos de Psicologia**, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/wLn5RGy9pVXSZKryWSPHXTF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 dez 2023.

SCHWARTZ-SALANT, N. **Narcisismo e Transformação do Caráter**: a psicologia das desordens do caráter narcisista. (Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves trad.) São Paulo: Ed. Cultrix, 1982. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/NATHAN_SCHWARTZ_SALA_T_NARCISISMO_E_T_RAN.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

O TRABALHO NÃO REMUNERADO DAS MULHERES A PARTIR DE SUAS PRÓPRIAS VIVÊNCIAS: uma pesquisa cartográfica

Maria Fernanda dos Reis Queiroz
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
m.fernandareisq@gmail.com

Daniela de Figueiredo Ribeiro
Professora Doutora em Psicologia – Uni-FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Pensar os diferentes tipos de trabalhos implica pensar o que se entende por trabalho. O termo trabalho vem do latim “tripalus”, do verbo “tripaliare” que significa *tortura* (Ribeiro; Léda, 2004). A partir disso, qual a nossa relação, visão e perspectiva com o trabalho? Trabalho é aquilo que tortura, que dá trabalho, que precisa receber algo em troca? Um salário? Quais os tipos de trabalhos que exercemos em nossas vidas? Sabemos que a carga dele se aplica de forma distinta entre os homens e as mulheres, pois estas acabam possuindo o dito “trabalho invisibilizado”: como a maternidade e os fazeres domésticos – mais conhecidos como Economia do Cuidado. Fazendo com o que tenham uma tripla jornada de trabalho.

O trabalho, como descrito e estudado pelos alemães Karl Marx e Friedrich Engels, é o fenômeno que de fato distingue o ser humano do animal. Isto é, quando se trata de transformar o meio em que se vive, diferentemente do animal que age pelo instinto, o ser humano é capaz – pela sua consciência, de idealizar e obter um objeto pela sua vida material (Marx; Engels, 2007). Além disso, os estudos marxianos compreendem o trabalho como sendo a base da vida e da existência humana, tornando todo o seu produto, ou seja, o que vem dele, as próprias condições materiais em que o sujeito está inserido.

Contudo, alguns marxistas na contemporaneidade estudam e questionam a partir de quem Marx pensou os modos de trabalho. Esta é uma indagação feita, principalmente, pela historiadora italiana Silvia Federici, ao apontar lacunas e ausências na obra de Marx. A pesquisadora cita a ausência do trabalho da mulher, chamando a atenção para o fato de se considerar trabalho apenas aquele

desenvolvidos do portão da fábrica para dentro, desvalorizando e não sendo considerado trabalho o que as mulheres já fazem em casa (Federici, 2017, 2019). O que, por sua vez, acabou influenciando outros autores a compreenderem o que é trabalho.

O trabalho doméstico e de reprodução tem sido o principal pilar da manutenção do capitalismo. De acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro Getúlio Vargas (FGV IBRE), o trabalho não pago é realizado 65% por mulheres e, caso fosse contabilizado, estes trabalhos teriam acrescentado 13% ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (Crispi, 2023). E, de acordo com um estudo feito pelo Comitê de Oxford, globalmente as realidades das mulheres são parecidas. O trabalho não pago das mulheres teria contribuído com US\$10,9 trilhões para a economia global em 2020, caso recebessem um salário mínimo pelo trabalho que já fazem (Crispi, 2023).

O presente artigo científico é o aprofundamento dos resultados obtidos por outra pesquisa científica (Queiroz, 2023). Esta pesquisa foi realizada por meio de uma intervenção coletiva e grupal, os adultos presentes foram subdivididos em quatro grupos, e foram conversados aspectos positivos e negativos a respeito do trabalho, foram descritos em cartolinas, além de modelos de trabalhos dos sonhos. Como resultados apareceu uma dificuldade para poder sonhar, afinal, os poucos trabalhos que há nesta comunidade – Vila Primavera – são vistos como gratificantes apesar dos problemas acarretados. Além disso, dois dos quatros subgrupos pareceram os seguintes resultados: Nossas crianças e jovens que são o futuro; Gostaríamos de trabalhos que pudéssemos realizar em casa por conta das crianças.

O trabalho da mulher atravessa, antes de tudo, seus filhos e sua casa, como se tivesse que pensar essas duas categorias de suas vidas antes de qualquer coisa. Portanto, na atual pesquisa, está sendo investigado - a partir de uma entrevista cartográfica com cartões temáticos, a perspectiva dessas mesmas mulheres cisgênero, habitantes do território Vila Primavera, a respeito do trabalho não remunerado. Até o momento foram entrevistadas três mulheres, faltando ainda a coleta de outras três mulheres. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente. Para a análise de dados adotou-se a análise de conteúdo (Minayo, 2001).

Doutora em Ciências Sociais, a professora Silvia Lilian Ferro – que coordena o Grupo de Pesquisa Economia do Cuidado – Contribuições para políticas públicas de cuidados na América Latina, na UNILA, é responsável pela produção e organização de pesquisas envolvendo o chamado Economia do Cuidado, que diz respeito aos trabalhos das mulheres não pagos. Uma pesquisa realizada neste Grupo, pela Maria Eduarda B. Furtado (2022), teve como objetivo entender quais são as dinâmicas a que as mulheres são submetidas em suas jornadas de trabalho, com foco no trabalho doméstico não-remunerado e no trabalho do cuidado. Adotou-se como metodologia a etnografia e entrevistas com duas mulheres na fronteira de Foz do Iguaçu/PR. E como resultado pode perceber que as fronteiras entre as jornadas de trabalho são limites imaginários, em razão de ser o próprio trabalho doméstico e do cuidado que organiza as dinâmicas da vida cotidiana das mulheres.

Seguindo esta mesma temática, o trabalho realizado por Oliveira e Alves (2017), tinha como objetivo analisar a invisibilidade do trabalho desenvolvido por mulheres trabalhadoras rurais da lavoura cacaueteira, na região de Camacã-BA e as suas trajetórias de vida. Foi feita uma entrevista semiestruturada com as mulheres que aceitaram participar, e apareceu como resultado que o trabalho na lavoura era sim dividido entre os membros da família, mas que o trabalho de casa estava sob a responsabilidade das mulheres: tanto as adultas quanto as crianças. Concluindo, assim, que desde muito novas as meninas são ensinadas a reproduzirem o trabalho doméstico invisibilizado e, também, o trabalho rural – pois precisavam ajudar com a renda da casa. Acarretando, desde o princípio, a tripla jornada de trabalho: trabalho fora, de casa e ajuda com os irmãos.

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados preliminares da pesquisa científica cujo o objetivo é compreender o entendimento e experiência de mulheres, habitantes da Vila Primavera, sobre o trabalho não remunerado a partir de suas próprias vivências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O(s) Trabalho(s) da Mulher e sua Desvalorização

O movimento anticolonialista, segundo a pesquisadora italiana Silvia Federici (2019), nos convidou a enxergar uma lacuna nas obras clássicas do revolucionário Karl Marx, ou seja, nos ensinou a ampliar o campo de visão sobre o trabalho. Autores do movimento, como Frantz Fanon, Samir Amin e Andre Gunder refutam a perspectiva do trabalho para além dos muros da fábrica, compreendendo que o trabalho doméstico e a casa são, não mais estranhos e opostos a indústria, mas a sua base de manutenção.

Importante de se pontuar que, por muito tempo, aqueles que se dispuseram a lutar e se organizar contra o sistema capitalista, aqueles cuja crença se sustentavam pela luta das classes, se restringiam apenas aos trabalhadores homens da fábrica e da indústria. Deixando a mulher de fora da luta e, por assim dizer, compreendendo o trabalho desenvolvido em casa como algo naturalizado (Federici, 2017, 2019)

Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mulheres e na produção da força de trabalho (Federici, 2017, p.26).

A acumulação primitiva possui a finalidade de nomear o processo político em que o sistema capitalista sustenta seus desenvolvimentos (Marx, 2013). Este termo permite categorizar e conceituar as mudanças produzidas nas relações econômicas e sociais do capitalismo. O pensador alemão, averigua que a acumulação primitiva possui um processo fundacional, as quais nos permitem vislumbrar as verdadeiras condições estruturais que de fato asseguram a ordem do funcionamento capitalista (Marx, 2013).

No entanto, o que difere o ponto de partida da marxista feminista, Federici, com o termo marxiano já mencionado, é justamente pensar *partir de quem*. Como citado, a autora examina a partir do ponto de vista das mulheres, que a levou a elencar alguns fenômenos que, segundo a historiadora, “estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista” (Federici, 2017, p.26). Os quatro pontos são:

O desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho. A construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens. A mecanização

do corpo proletariado e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. E [...] a caça às bruxas (Federici, 2017, p.26).

A questão é que as mulheres estiveram sempre a margem da sociedade capitalista, recebendo ordens e que fosse esperado que seu papel reprodutor e de cuidado fosse cumprido, fazendo todos acreditarem que se tratasse de um fazer espontâneo. Por isso, não chamando de trabalho, mas de atos de amor (Federici, 2019). Levando-as a exercerem uma tripla jornada, com sua casa, filhos e o assalariado.

A diferença salarial entre homens e mulheres, na atualidade, é de fato gritante. Estudos e levantamentos estatísticos demonstram que exercendo a mesma função, a mulher recebe 30% a menos que o homem (Nery, 2023). Mesmo tendo a legislação trabalhista determinando a igualdade na remuneração. Contudo, este fenômeno, da desvalorização da mão de obra da mulher, não acontece apenas nos dias atuais, pois ele foi arquitetado e consolidado historicamente.

A partir de um panorama geral histórico - ocidental, com o final do sistema feudal e o começo da era capitalista, diversas mudanças sociais, econômicas e culturais passaram a ser impostas. Por essa razão, Federici (2017), é uma grande crítica do termo “transição” de um sistema para o outro, em vista de não ter acontecido gradativamente, mas de forma violenta. A historiadora ressalta, ainda, a importância de se dar, e reconhecer, qual o rosto deste sistema implantado: homem, branco, heteropatriarcal e colonial (Federici, 2017, 2019).

A partir do momento em que o sistema do homem branco capitalista foi exercendo seu poder e colocando seus tentáculos em todos os espaços, as mulheres começaram a ser identificadas como “não trabalhadoras”. Processo este que se consolidou, conforme os documentos históricos pontuam, até o final do século XVII (Federici, 2017). A partir disso, as mulheres começaram a perder empregos que já exerciam no passado, “como a fabricação de cerveja e a realização de partos” (Federici, 2017, p.102).

A historiadora norte-americana, Wiesner (1993), documenta que as mulheres não deveriam trabalhar fora de casa, já que a sua principal função era de estar em casa ajudando na reprodução com seu marido. Inclusive, qualquer tarefa

desenvolvida pelas mulheres dentro de sua própria casa era considerada como sendo “não trabalho”, mesmo que o produto em questão fosse ser vendido para a comunidade

Com o passar dos tempos, quando as mulheres decidiram vender seus trabalhos, os governantes incentivavam as organizações de mercado – conhecidos como guildas, a não comprarem por não ser considerado trabalho de fato. Fazendo com o que tudo se torna-se tarefa doméstica e não trabalho. E quando conseguiam vender seu produto, o valor era “menor do que o trabalho masculino” (Federici, 2017, p.184). Sendo estratégico, para que a mulher não consiga sobreviver de seu trabalho, e que nunca consiga sua independência.

O verdadeiro trabalho, como já mencionado, era o da reprodução e, também, o casamento. O plano traçado para as mulheres não serem capazes de sobreviverem sem os homens deu tão certo que, quando uma mulher solteira chegava à um vilarejo, era rapidamente expulsa “mesmo se ganhasse um salário” (Federici, 2017, p.184). Isso fez com o que o número de prostitutas aumentasse drasticamente por toda a Europa, pois foi resultado da equação: “expropriação das terras” mais o “não poder trabalhar”.

O historiador espanhol, Mariló Vigil (1986) retrata que durante este período, século VXI e VXII, em Madri começaram a distribuir alguns panfletos pela cidade – pelas autoridades, denunciando que “muitas mulheres vagabundas estavam perambulando pelas ruas da cidade [...] atijando os homens a pecar com elas” (Vigil, 1986, p.115). No entanto, logo que a prostituição se tornou um meio pelo qual as mulheres estavam ganhando dinheiro e, conseqüentemente, sua independência, “a atitude institucional a respeito dela mudou” (Federici, 2017, p.185).

Durante a Baixa Idade Média, ocorrida entre 1300-1500, a prostituição havia sido aceita oficialmente, mesmo sendo um “mal necessário”. Mas no século XVI a situação começou a mudar, pois as mulheres estavam conseguindo o que, culturalmente, não foi destinado a acontecer. Sendo assim,

Num clima de intensa misoginia [...] a prostituição foi inicialmente sujeita a novas restrições e, depois, criminalizada. Por todas as partes, entre 1530 e 1560, os bordéis urbanos foram fechados e as prostitutas [...] severamente

penalizadas: banimento, flagelação e outras formas cruéis de reprimendas (Federici, 2017, p.187).

Um dos banimentos cometidos contra estas mulheres, era de serem presas em jaulas e afogadas no rio para quase serem mortas – chamado de cadeira de imersão. Juntamente a isso, na França o estupro de prostitutas deixou de ser um crime; em Madri, mulheres que fossem pegas se prostituindo, recebiam chibatadas, tinham seus cabelos raspados e eram banidas por mais de quatro anos da cidade (Federici, 2017). Práticas e entendimentos misóginos estes que se alastraram, posteriormente, com os homens em suas invasões territoriais, ou seja, a colonização.

2.2 Apenas o Direito de Trabalhar Mais

Há diversas e diferentes correntes políticas, integradas por cidadãos, ao redor do mundo. Bandeiras identitárias levantadas por movimentos, organizados partidariamente ou de forma autônoma, para reivindicarem seus direitos básicos e, inclusive, para combater pelo fim do sistema capitalista. Os movimentos feministas são, assim como todos os outros movimentos, heterógenos demais, fazendo com o que – mesmo dentro do campo político da Esquerda, interpretem e analisam a conjuntura de formas distintas, assim, traçando planos estratégicos diferentes (Federici, 2019).

Algumas correntes feministas são identificadas como liberais, marxistas e até mesmo radicais, partindo de pontos distintos. Acontece que muitas mulheres, feministas que compõem organizações, entendem que as donas de casas não sofrem com o capitalismo, pois elas sofrem “com a sua ausência” (Federici, 2019, p.64). O que para a historiadora feminista marxista, Federici, não é verdade. Afinal, o capital está enraizado não nas fábricas, mas também na cozinha, no quarto e na família. Por essa razão, a luta por “mais trabalho” demonstra que, a defasagem e marginalização capitalista, só será superada quando as mulheres passarem da porta de entrada do emprego para dentro. O que faz entender o não reconhecimento, das próprias mulheres, pelos serviços feitos dentro de casa.

Federici (2019, p.65), traça um ponto de inserção em comum entre as estratégicas do movimento político de esquerda aos países “subdesenvolvidos” e às mulheres por todo o globo, que é justamente de “trazer as mulheres para as fábricas [...] levar as fábricas para o ‘Terceiro Mundo’ - isto faz com o que não haja uma luta contra o capital, mas uma luta pelo capital. E em relação as mulheres, é oferecido não só o direito ao trabalho, mas o direito “a trabalhar mais, a ser mais explorado” (Federici, 2019, p.65). O que ocasiona na tripla jornada de trabalho da mulher.

Um dessas muitas organizações e movimentos feministas, está a International Wages for Housework Campaign (Campanha Internacional salários para o trabalho doméstico), conhecida como WfH localizada originalmente na Itália, mas logo se pulverizou por muitos países do mundo. Suas integrantes são tanto do movimento estudantil, quanto o movimento operário e anticolonialista – todos partindo de uma militância marxista contra o liberalismo (Federici, 2019). Este movimento é diferente dos outros, justamente por não compreender o trabalho doméstico como um “atraso” ao desenvolvimento e emancipação das mulheres, e sim reconhecendo esses fazer (chamado de Economia do Cuidado que será melhor detalhado posteriormente) como um verdadeiro trabalho que deve ser remunerado, por contribuir com a “produção da força de trabalho e produz capital, favorecendo a realização de qualquer outra forma de produção” (Federici, 2019, p.26).

É insustentável, para a historiadora italiana e outras historiadoras marxistas – como Ariel Salleh e Maria Mies, ainda compadecer com a falácia de que o trabalho assalariado seria um caminho para a libertação das mulheres. E que devemos, cada vez mais, compreender os objetivos da WfH, no qual identifica a trabalhadora doméstica:

[...] Como o sujeito social crucial na premissa de que a exploração do seu trabalho não remunerado e as relações desiguais de poder construídas sobre a sua condição de não remuneração foram os pilares para a organização capitalista de produção (Federici, 2019, p.32).

Portanto, a desvalorização reprodutiva da mulher acabou se tornando um verdadeiro pilar de acumulação de capital e de sua exploração. Sendo assim, compreendido a exigência do Estado a pagar um “salário social” ou desenvolvimento de Políticas Públicas, assim como aconteceu recentemente na Argentina. Onde, a

partir de agosto de 2021, as mulheres argentinas estão conseguindo se aposentar declarando a atividade materna como profissão. O governo instituiu que para cada filho seria computado o equivalente a um ano de contribuição (Fantástico, 2021).

2.2.1 A divisão Sexual do Trabalho

Sobre a ordem do patriarcado capitalista – que faz das mulheres submissas ao poder do homem – está o pilar bem consolidado da imposição da divisão sexual do trabalho. Segundo a historiadora Federici (2019, p.232), este fenômeno não só fez com o que se distinguisse os ofícios que os homens e as mulheres eram submetidos, como também “suas aparências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora”.

Como a divisão sexual do trabalho está integralmente ligada com a relação de poder, o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres fez com o que o capitalismo dissolvesse os afazeres domésticos como natural da personalidade e psique feminina, enquanto o salário masculino acumula o trabalho feminino (Federici, 2019).

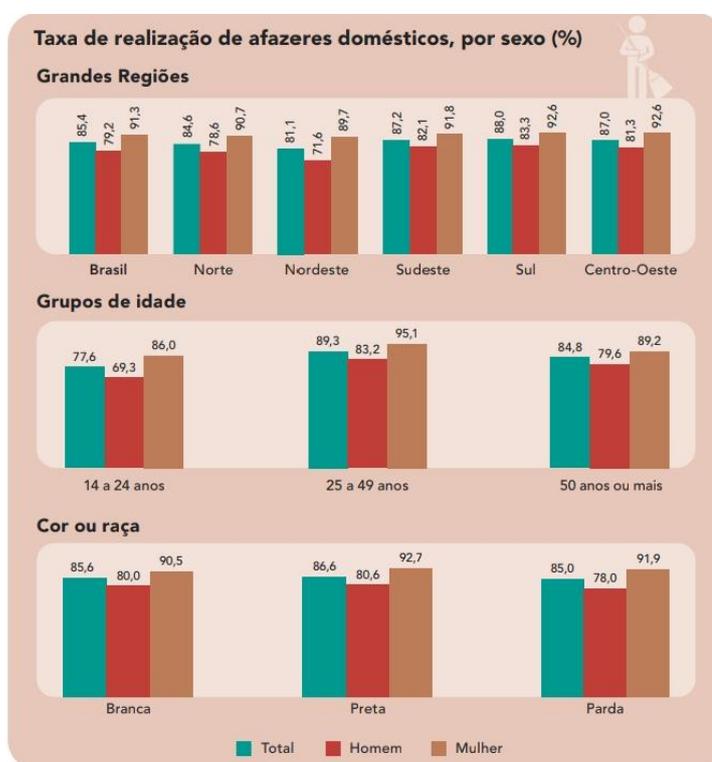
Os homens se mantêm cúmplices desta divisão e funcionamento capitalista, por meio da desvalorização e da disciplina das mulheres, as mantendo dependentes economicamente, afinal, alguém precisa cuidar da casa e dos filhos enquanto alguém trabalha. Contudo, caso o homem seja questionado o motivo pelo qual não trabalha meio período ou exija uma escala onde possa estar em casa, é como se as mulheres estivessem cometendo um crime contra a ordem “natural”, sendo assim, os homens não querem se envolver igualmente nos cuidados com os filhos, por justamente “feminino” ser concebido como “donas de casa” (Lopate apud Federici, 2017).

Contudo, a discussão a respeito da divisão sexual do trabalho é longa e feita por muitos autores, todavia, foi no início dos anos 1970 – enquanto ocorria os movimentos feministas na França – que germinou globalmente uma leva de muitas produções teóricas deste conceito. Começando primeiro os questionamentos Etnológico. Seguido pelos Sociológicos e por último o Histórico (Hirata; Kergoat, 2007). A partir de movimentos feministas é que, coletivamente, obteve-se uma

tomada de consciência em relação a opressão e exploração as quais estavam submetidas, ao realizarem de forma gratuita uma massa de trabalho que ocasionava esgotamento e cansaço para que o homem pudesse trabalhar de forma integral. Estes trabalhos invisibilizados sempre em nome da “natureza, do amor e do dever materno” (Hirata; Kergoat, 2007, p.597).

As duas figuras dos gráficos a seguir, realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) no ano de 2022, investigou a respeito do tema “Outras formas de trabalho” – especificamente o trabalho doméstico.

Figura 1 – Taxa de realização de afazeres domésticos, por sexo (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisa por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua 2022.

O gráfico retrata 3 categorias diferentes em relação a quem mais realiza o trabalho doméstico: por região, idade e raça (etnia). Em todas elas, e em todas as diferentes regiões, idades e etnias que as categorias abarcaram, é a mulher quem desempenha o maior percentual do trabalho doméstico.

No Norte do Brasil, 90,7% das mulheres fazem o trabalho doméstico, enquanto a porcentagem de homens é de 79,2, contabilizando uma diferença de

11,5%. No Nordeste a diferença percentual é de 18,1%, sendo a maior delas. Já no Sudeste a diferença é de 9,7%. Na região Sul esta diferença equivale a 9,3%. E, no Centro-Oeste do Brasil, tal diferença é de 8,6%.

Homens e mulheres entre 14 a 24 anos possui uma diferença de 16,7%, sendo a maior delas. Entre as idades 25 e 49, esta diferença é um pouco menor, sendo de 11,9%. De 50 anos para mais, a diferença percentual é de 9,6%.

Figura 2 – Diferentes ocupações por sexo (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisa por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua 2022.

A diferença entre homens brancos de mulheres brancas em relação ao trabalho doméstico é de 10,5%. Em relação as pessoas pretas, essa diferença sobe quase 2%, sendo de 12,1%. Já a diferença das pessoas pardas é de 13,9%, sendo considerada a maior delas.

A Figura 2 também realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) no ano de 2022, investigou a respeito de outros tipos de ocupações feitas pelos homens e mulheres maiores de 14 anos por sexo (%). E, assim como os gráficos anteriores, é mulher quem possui o maior percentual de trabalho em relação ao fazeres domésticos – tanto em sua casa quanto na casa de outra pessoa – possuindo uma diferença na porcentagem de 12,1% a mais que os homens. É também a mulher que possui a maior porcentagem relação ao cuidado de outra pessoa, tendo uma diferença de 11,6%. E, também, a mulher possui a maior realização de trabalhos voluntários, tendo uma diferença de 1,4%. Agora, em relação a realização de produção para o próprio consumo, é o homem quem possui a maior porcentagem, sendo eles 7,6% e a mulher 6,1%.

Tudo isso para evidenciar estatisticamente o quanto a divisão sexual existe e opera também no cotidiano. E como as mulheres lideram os serviços domésticos e os serviços de cuidado, e não os de consumo próprio.

3 A METODOLOGIA CARTOGRÁFICA

A natureza desta pesquisa é de caráter qualitativa (Minayo, 2001), tendo como aporte metodológico a Cartografia o qual é um método investigativo proposto pelos pensadores pós-estruturalistas Gilles Deleuze e Félix Guattari - assumidos no Brasil por pesquisadores como: Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia e Silvia Tedesco. Tal método assume como pressuposto de que toda pesquisa é interventiva, ou seja, todo habitar um território faz com o que o pesquisador e o pesquisado sejam participantes da pesquisa, para que haja uma construção horizontal no plano da experiência (Alvarez; Passos, 2009).

A Cartografia como pressuposto metodológico faz com o que o pesquisador não apenas observe, com um olhar e comportamento enrijecido, mas se agence ao objeto, teoria e prática em um mesmo plano de produção de subjetividade (Passos; Barros, 2009).

A entrevista cartográfica foi utilizada como instrumento para a coleta de dados desta pesquisa, pois a entrevista arraigada aos princípios metodológicos cartográficos assegura que a montagem das perguntas precisa se dar forma compartilhada, isto é, entre o entrevistador e o entrevistado (Tedesco; Sade; Caliman, 2015). Deleuze e Parnet (1998), apontam que se as perguntas são colocadas de forma direta ao entrevistado, não estará cumprindo com o objetivo cartográfico, pois este é justamente poder sair das perguntas. Sendo assim, a entrevista precisa ser apenas o começo, ou melhor, “o traço de um devir” (Deleuze; Parnet, 1998, p.10).

Sendo coerente com a metodologia, adotou-se como estratégia a entrevista semiestruturada. Foi proposto para as entrevistadas – as quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado pelo comitê de ética (77540124.80000.5495) - temas importantes para a discussão da pesquisa para que possam discorrer livremente. Os temas investigados são: “A história das mulheres na minha família”, “Trabalho para mim é?”, e “Maternidade e trabalho doméstico são?”. Ao final foi mostrado o cartão “Se o gênio da lâmpada aparecesse e falasse que você poderia pedir três desejos, quais seriam?”.

Estes temas foram apresentados em formas de cartões, estratégia esta que tem sido utilizado nas pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisas "Subjetividade e Educação" - GEPSEd, coordenado pelo Prof. Dr. Antônio dos Santos Andrade, desde 2002 (vide Carraro, 2003; Silva, 2003; G; Luciano, 2006; Peres, 2006 e Carraro, 2008 apud Barbosa, 2020).

4 RESULTADOS PARCIAIS

A partir dos dados coletados nas entrevistas utilizando os cartões temáticos, foram elaboradas categorias para que os resultados pudessem ser

agrupados e discutidos. No dia 20 de abril de 2024 foram entrevistadas três mulheres, denominadas como: Entrevistada Z, entrevistada M e entrevistada N. A primeira tem 76 anos, a segunda 26 anos e a última 75 anos. As três são mães e casadas, além disso são moradoras da Vila Primavera.

i) A RECEITA CULTURAL

O trecho da música Triste, Louca ou má – da banda Francisco, el Hombre – diz: “Seguir receita tal, a receita cultural. Do marido, da família. Cuida, cuida da rotina”. Demonstra, na arte, a vida das três mulheres entrevistadas.

“Cuidava das crianças, da casa, do marido, cuidava de tudo [...]. Minha obrigação era feita [...]. Eu continuo do mesmo jeito, fazendo as mesmas coisas” (Entrevistada Z)

“Toda vida foi assim [...]. Eu trabalhava, cuidava dos filhos, da casa e dele ainda, mas tinha Deus. Não tive valor nesses trabalhos, e trabalhei a vida inteira. Não é fácil cuidar de tudo não” (Entrevistada Z)

“É cansativa a maternidade sim, é uma sobrecarga porque fica muito para mim, para a mulher, é a minha função” (Entrevistada M)

“Chego 19h. E aí tenho que pegar as crianças, que ficam com a minha sogra ou meu esposo, aí vou lavar a louça, colocar roupa na máquina e fazer janta. Minha única rede de apoio é a minha sogra, quando estou trabalhando consigo contar um pouco, pouquíssimo na verdade, com o meu esposo. Ele também chega cansado, né” (Entrevistada M)

“Antigamente não tinha isso de carinho, porque cuidar do filho era só obrigação” (Entrevistada M)

“O trabalho doméstico é todo dia. A gente trabalha mais em casa que fora, né. Mas nunca trabalhei fora, sempre em casa. O trabalho doméstico para mim é o mais difícil” (Entrevistada N)

A partir destes trechos pode-se observar a cobrança e a responsabilidades que a mulher recebe e se coloca, para que o papel social da mulher seja bem seguido. Assim como Federici estabelece em seu trabalho (2017), a mulher é o pilar para que o homem possa trabalhar e o pilar que sustenta o capitalismo, sendo o homem o único que pode cansar, por de fato “trabalhar”.

ii) TREINAMENTO DE GERAÇÕES

Não há nada de natural em ser dona de casa, afinal são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamentos diários, realizado por uma mãe não remunerada para preparar a mulher para esse papel (Federici, 2019).

“São mulheres muito guerreiras, eu tenho como inspiração a minha mãe. Ela sempre trabalhou muito, desde que eu me entenda por gente. Já vi ela trabalhar para poder trazer comida para gente, trabalhar em troca de comida. Ela sempre gostou de cozinhar, ela é cozinheira na escola, e ela trazia um baldinho, aqueles de manteiga, com a comida para gente. Esse baldinho era o dinheiro dela. Ela chegava, acordava a gente para poder comer” (Entrevistada M)

Antes tinha comentado:

“Eu faço os três trabalhos, e sozinha. O trabalho doméstico é cansativo, mas gratificante também. Por mais que a gente faça aquilo todo dia, sempre a mesma coisa, é bom por estar em um ambiente limpo e cheiroso. A gente, assim, é chato, ter que lavar louça e fazer almoço. Mas graças a Deus que temos um lugar” (Entrevistada M)

Já evidenciando que ela presenciou, com sua mãe, que o papel estabelecido é deste modo a ser feito. Além de ter passado necessidades, o que a impede de não deixar de falar o quanto há gratificações sim.

“Não era aquela mãe carinhosa, mas que tira do coração dela para poder ajudar. Porque ela não teve carinho, então não tem como ela dar carinho para gente. Ela sempre foi muito sofrida, teve que trabalhar desde cedo, e foi assim com a mãe dela, minha avó. Antigamente não tinha isso, de carinho, porque cuidar do filho era só obrigação. Esse cuidado todo com as crianças é de hoje. Antes eles eram todos muito fortes, a realidade os obrigava a serem fortes. Então eu posso resumir elas como guerreiras” (Entrevistada M)

“Todos foram criados na luta, sempre trabalhando” (Entrevistada Z)

“A mamãe era uma pessoa maravilhosa, todo mundo gostava muito dela. Até hoje comentam muito da mamãe. Minhas irmãs também tudo maravilhosa, trabalhadeiras e lutadoras. Mamãe casou todas elas. Minhas filhas, os as adoro, minhas netas, todas trabalham muito” (Entrevistada Z)

“Minha mãe foi muito rígida. Mas sempre trabalhou muito, desde cedo. Tadinha, mas tá bom. Antigamente era mais difícil, né. E você é de onde?” (Entrevistada N)

Há uma dificuldade em poder lembrar do passado, com seus detalhes e vivências – a entrevistada N até tenta mudar de assunto fazendo uma perguntando para se tirar do foco.

iii) AMOR OU TRABALHO NÃO REMUNERADO?

Duas entrevistadas, Z e M, denominaram da mesma forma o trabalho e a maternidade/trabalho doméstico

“Ah, trabalho para mim é tudo [...]. Porque a gente trabalha desde criança”
(Entrevistada Z)

“Cuidava das crianças, da casa, do marido, cuidava de tudo [..]. Por isso que eu falo, trabalho é tudo” (Entrevistada Z)

“Trabalho doméstico também é tudo, a casa tem que estar sempre organizada, roupa lavada” (Entrevistada Z)

“Eu toda vida fiz sozinha, meu marido nunca ajudou, nem para cuidar de menino”
(Entrevistada Z)

“Maternidade e trabalho doméstico são cansativos” (Entrevistada M)

“Trabalho para mim é cansativo também” (Entrevistada M)

“Eu faço os três trabalhos, e sozinha. O trabalho doméstico é cansativo, mas gratificante também. Por mais que a gente faça aquilo todo dia, sempre a mesma coisa, é bom por estar em um ambiente limpo e cheiroso. A gente, assim, é chato, ter que lavar louça e fazer almoço. Mas graças a Deus que temos um lugar”
(Entrevistada M)

iv) **SONHOS**

Quando eu mostrava o último cartão, para que elas pudessem pedir três desejos, era sempre difícil. Ficavam um tempão pensando e refletindo, não sabiam ou estavam em dúvida sobre o que desejar.

“A primeira coisa era ter muita saúde para e mim e toda minha família. O que eu vou pedir? Meu sonho era ter uma casa e eu já tenho, acho que é que os meus filhos se realizem, conseguissem bons trabalhos. Meu filho que está aqui, está esperando uma ligação, queria pedir para ele, para começar a trabalhar. A saúde eu já pedi para todos, queria então que tivesse paz aqui. Eu vivo em paz com meus vizinhos, mas também tem muitos problemas aqui, ter mais tranquilidade na vida, acabasse os roubos” (Entrevistada Z)

“Eu queria conseguir ver mais meus pais [...]. Outro pedido era conseguir me achar na profissão, e meu esposo também, porque se a gente tiver uma profissão vamos ter estabilidade financeira também. Não para ser rica, mas pelo menos estabilidade. E o outro era só conseguir que todos da família fosse unido, tanto a família do meu esposo, que me acolheu, e da minha também. Mas o pessoal lá, da minha família, é mais unido que aqui” (Entrevistada M)

A família desta entrevistada é de Pernambuco, e ela se emocionou muito nesta parte da entrevista. Ela disse, antes de eu mostrar o cartão dos pedidos, o que ela gosta de fazer:

“Esses dias que estou mais em casa e eu tenho que conciliar tudo, e sozinha, as vezes sinto que é mais cansativo. Agora, quando eu estou lá no trabalho, eu faço uma coisa que eu gosto, que é lidar com as crianças” (Entrevistada M)

A entrevistada N pediu saúde, e logo depois disse:

“Ah, pode ser... pergunta para o meu marido”

Todo tempo que estava conversando com ela seu marido ficava perto, ouvindo e em cima. A entrevistada até disse que quem assinava em seu nome,

algum documento, era ele por ela. E seu marido pediu saúde e dinheiro para ele. Antes de eu mostrar este cartão, N disse o que mais gostava de fazer:

“Eu gosto de lavar roupa e fazer comida”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres possuem histórias marcantes antes mesmo de nascerem, pois existe um contrato social pré-estabelecido que elas mesmas sabem como e porquê devem cumprir seu papel. A historiadora italiana e outras marxistas chamam isso de capitalismo, sistema este que possui o rosto de um homem, branco e patriarcal.

A submissão das mulheres á seus maridos são evidentes em suas falas, fazendo o que a mulher não seja visa – e nem por ela mesma, como ser humano dotado de desejo e vontade. A vontade só pode ser aquilo que servirá para a família, uma lógica de servidão eterna.

Além do mais, as mulheres entrevistadas sabem e reconhecem sim a maternidade e o trabalho doméstico como trabalho e, mais ainda, como fonte de cansaço. No entanto, o discurso não pode parar ir, pois precisam sempre lembrar do que vem de bom com ele, e elas assumem que sempre fizeram tudo sozinhas, assim como as mães. Esta carrega o estereótipo de aguentar até morrer, de sempre trabalhar e ser forte.

REFERÊNCIAS

ARGENTINAS conseguem se aposentar declarando cuidado materno como profissão. **Fantástico g1**, 15, 08, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/08/15/argentinas-conseguem-se-aposentar-declarando-cuidado-materno-como-profissao.ghtml>.

BARBOSA, Natasha Pereira. **Processo de produção de subjetividade sobre infância e práticas pedagógicas de professores da educação infantil**. 2020, 141 f. (Dissertação em Psicologia). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

CRISPI, Priscila. Economia do cuidado: quanto vale o trabalho invisível das mulheres?. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 nov. 2023. Eu, Estudante. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/11/6655876-economia-do-cuidado-quanto-vale-o-trabalho-invisivel-das-mulheres.html#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=17061850157623&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&share=https%3A%2F%2Fwww.correio braziliense.com.br%2Feuestudante%2Ftrabalho-e-formacao%2F2023%2F11%2F6655876-economia-do-cuidado-quanto-vale-o-trabalho-invisivel-das-mulheres.html>.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Clarie. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

ECONOMIA do cuidado: edital apoiará iniciativas de formação de mulheres. **Observatório do Terceiro Setor**, São Paulo, 07 nov. 2023. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/economia-do-cuidado-edital-apoiara-iniciativas-de-formacao-de-mulheres/>>.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FURTADO, Maria Eduarda Balbinot. **Ausências sentidas: as dinâmicas das jornadas de trabalho e a invisibilização do trabalho doméstico não-remunerado no cotidiano de mulheres na fronteira de Foz do Iguaçu/PR**. 2022. 96 páginas. (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. cap. 2, p. 26-28.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisas**. 2007, v.37, n.132. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?format=pdf&lang=pt>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios contínua: outras formas de trabalho**. 2022. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/liv102020_informativo%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/liv102020_informativo%20(1).pdf)>.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NERY, Neuza. A diferença de salários entre homens e mulheres. **Podcasts g1**, 05, 07, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/07/05/o-assunto-996-a-diferenca-de-salario-entre-homens-e-mulheres.ghtml>.

NUNES, Fernanda Costa et al. Uso de narrativas para o aprendizado da tecnologia grupal por profissionais de centros de atenção psicossocial. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v.55, p. 1-9, nov. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/m6Qb8kNXCS5CBtM5xN3gY8N/abstract/?lang=pt#ModalArticles>.

OLIVEIRA, Claudete Ramos; ALVES, Ana Elizabeth Santos. A invisibilidade do trabalho da mulher na lavoura cacaueteira. **XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico**, UESB, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229295668.pdf>.

QUEIROZ, Maria Fernanda dos Reis. **O trabalho como determinação social da saúde em uma comunidade rural**: uma pesquisa cartográfica. 2023, 90 f. (Relatório Final apresentado ao Programa de Iniciação Científica). Centro Universitário Municipal de Franca, Franca, 2023.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LÉDA, Denise Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisa em Psicologia UERJ**, n. 2. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n2/v4n2a06.pdf>.

Tedesco, S. H., Sade, C. & Caliman, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência de dizer. IN: Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, L. (2015) **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. (Vol. 2). Porto Alegre: Sulina, p. 92-127.

VIGIL, Mariló. **La vida de la mujeres em los siglos XVI y XVII**. Madri: Siglo XXI, 1986.

WIESNER, Merry. **Women and gender in early modern europeu**. Camdridge: Cambridge University Press, 1993.

Os direitos humanos das pessoas com transtornos mentais e neuro divergentes: uma análise jurídico-histórica perante as instituições manicomiais

Lavinia Santos de Souza
Graduanda em Direito - UNESP
lavinia.s.souza@unesp.br

Mel Appes de Sousa Martins
Graduanda em Direito - UNESP
mel.appes@unesp.br

Ana Paula Bagaiolo Moraes
Doutora em Direito - Universidade Presbiteriana Mackenzie
ana.bagaiolo@unesp.br

1 - UM BREVE PANORAMA SOBRE O INÍCIO DA PSIQUIATRIA E INSTITUIÇÕES MANICOMIAIS NO BRASIL

A psiquiatria chegou ao Brasil juntamente com a família real portuguesa em 1808, quando trouxeram “engaiolada” a rainha D. Maria I, considerada “louca”. A quem era cuidada pelo médico pernambucano José Correia Picanço (BASTOS, Othon). Já nessa época, a urbanização e suas consequências transformaram a dinâmica social de cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Ouro Preto, com isso, diversos problemas sociais e sanitários ficaram expostos. Os enfermos psiquiátricos, eram um desses, o que perturbava a população (MIRANDA-SÁ,2007)

Estes passaram a ser internados nas Santas Casas de Misericórdia, em que eram largados em andares escondidos e no subsolo. Os mais agitados eram sujeitos a agressões físicas como castigo. (BASTOS, 2008)

Após diversas denúncias e protestos contra os maus tratos, foi erguido o Hospício Pedro II no Rio de Janeiro. Em seguida, foram construídos diversos outros nas demais províncias, tal qual o Asilo de Alienados de São Vicente de Paula em

Porangaba (1886), Hospital Colônia em Barbacena (1903) e o Hospital Psiquiátrico do Juquery em Franco da Rocha hospício de Juqueri (1903). (BASTOS, 2007)

2 - INSTITUIÇÕES MANICOMIAIS BRASILEIRAS NO SÉCULO XX: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS

Como foi brevemente desenvolvido no capítulo anterior, é possível observar que ao menos no Brasil, desde o início do que futuramente seriam os manicômios, a violência, o abuso e a privação do direito estiveram arraigados na estrutura.

No século XX, haviam diversos hospícios e instituições manicomiais brasileiras. Como enfoque de nossa análise, tomaremos como base de pesquisa a maior instituição manicomial brasileira do séc XX: o Hospital Colônia de Barbacena (MG). Consideraremos também, as constituições vigentes durante o período de funcionamento do hospital (1903 - 1980) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

O manicômio de Barbacena ou Hospital Colônia foi o maior do País. Em 1930, chegou a abrigar 5.000 pessoas, sendo que sua estrutura era projetada para 250. (ARBEX, 2013). Inicialmente, ele foi projetado para ser uma instituição luxuosa em que pessoas ricas pudessem tratar de suas “anomalias”, entretanto, logo se tornou um depósito de “indesejáveis” sociais:

Destinavam-se ao Colônia, os doentes mentais, os homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoólatras, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos, filhas de fazendeiros que perdiam a virgindade ou que adotavam comportamentos inadequados, esposas trocadas por amantes e todos os indesejados, com ou sem diagnóstico psiquiátrico (ARBEX, 2013, p. 25-30).

Estima-se que cerca de 70% das pessoas que lá foram internadas não possuíam nenhum tipo de transtorno mental (ARBEX, 2013)

Mas pouco importava se realmente tinham alguma espécie de transtorno ou não, geralmente os internos eram submetidos a um tratamento padronizado sem um acompanhamento médico adequado.

Apesar de receber o título de “Hospital”, a colônia carecia de médicos. Com isso, os internos passaram por tratamentos despreparados, muitas vezes por pessoas que não possuíam nenhuma experiência na área. Segundo o relato do funcionário aposentado Geraldo Magela Franco, em entrevista para Daniela Arbex, ele contava que haviam orientações que eram aprendidas na prática o que fazer (ARBEX, 2013)

Os enfermos entram tratados por enfermeiras, zeladores e cozinheiras. Torna-se claro, então, que a ideia não era tratar ou restituir ninguém.

“Dentro do Centro Psiquiátrico de Barbacena, os tratamentos recebidos pelos pacientes não tinham por perspectivas a melhora mental, física ou psicológica e o destino não era outro senão a morte. A maioria não possuía diagnóstico de doentes ou deficientes mentais, mas significavam um peso na sociedade, razão pela qual eram eliminados de forma homeopática e sem alarmar-se como homicídios.” (ALONSO, Ricardo. CASTILHO, Ana Flávia de Andrade Nogueira. SANT’ ANNA Camila, 2017, p 222)

Pelo contrário, os enfermos viviam em situações sub-humanas e de total insalubridade, mesmo que entrassem saudáveis e sãos, a colônia, com certeza, tiraria isso deles. O pátio possuía um esgoto a céu aberto, em que muitas vezes, desesperados, os internos bebiam daquele líquido, conviviam com ratos e com dejetos humanos. Sendo expostos a diversos tipos de doenças e infecções.

As pessoas chegavam na colônia por meio de um trem, ou como era chamado pelos operadores do hospital, “trem de doido”. Ao adentrar na Colônia, as pessoas tinham que entregar todos os seus pertences, inclusive seus documentos pessoais e suas roupas, vestindo apenas um macacão azul que não segurava o intenso frio da região montanhosa. As pessoas perdiam seu nome e identidade e recebiam apelidos, muitos deles ingressaram jovens ou mesmo nasceram dentro do Colônia, sequer sabiam quantos anos tinham, seu nome de verdade ou de onde vinham. (ARBEX, 2013)

“(…) Elas deixavam de ser filhas, mães, esposas e irmãs. (...)”

Perdiam o nome de nascimento, sua história original e sua referência, como se tivessem aparecido no mundo sem alguém que as parisse.” (ARBEX, 2013, p)

Os enfermos eram submetidos a tratamentos sem a devida supervisão médica, como por exemplo o procedimento da lobotomia. Esta prática foi proibida pelo o Código de Nuremberg de 1947 que proibiu o procedimento, porém continuou sendo feita em várias instituições brasileiras até 1956. Muitas vezes, procedimentos eram feitos com o objetivo de “anestesiá-los” ou até como punição. Como era o caso dos eletrochoques, que apesar de ser um procedimento que pode vir a ser benéfico em certos casos, era usado indiscriminadamente pelos funcionários do Colônia.

“Recordava-se sempre do início das sessões, quando era segurado pelas mãos e pelos pés para que fosse amarrado ao leito. Os gritos de medo eram calados pela borracha colocada à força entre os lábios, única maneira de garantir que não tivesse a língua cortada durante as descargas elétricas. O que acontecia após o choque Cabo não sabia. Perdia a consciência, quando o castigo lhe era aplicado” (ARBEX, 2013, p 31-32)

O Colônia também constituía um longo quadro de desnutrição, uma vez que possuía muito mais enfermos do que a capacidade limite, em que o hospital gastava por dia 120 quilos de arroz e 60 de feijão para 4.800 pessoas (ARBEX,2013). Para render mais, o caldo do feijão era engrossado com farinha de mandioca, e quando era época de colheita de milho, basicamente todas as refeições eram feitas utilizando-o, causando diarreia em muitos moradores. Os residentes passavam longos períodos sem se alimentar, às vezes o desespero era tanto que se alimentavam de fezes, ratos ou pequenos animais que ali viviam.

Com a superlotação, as camas foram abolidas para que coubesse mais gente. Capim era distribuído pelo chão para que os enfermos dormissem. O frio era cruel e para tentar evitá-lo os internos dormiam todos juntos e amontoados na tentativa desesperada de aquecer-se com o calor humano. Com isso, era rotineiro que no dia seguinte acordassem com pessoas mortas por sufocamento. Ainda no que diz respeito ao frio, ao chegar na colônia, as pessoas entregavam todos os seus pertences, inclusive as roupas, eles recebiam então um macacão azul de tecido fino, que era insuficiente para protegê-los do frio rigoroso, e quando era dia de lavar roupas, por ser muitas vezes, a única que possuíam, os enfermos passavam o dia nus, expostos, não somente moral e fisicamente, mas as próprias condições climáticas. Em adição, os internos eram forçados a trabalhar pesado e por longas horas, tanto em plantações quanto no conserto de vias públicas, limpeza de pastos e preparação de doces sem qualquer tipo de remuneração, por mais que a escravidão

ja tivesse sido abolida quando o hospital foi construído. Em 1916, quase metade da receita do hospital foi assegurada graças ao suor de homens explorados.

Mesmo após a morte, os internos não possuíam dignidade, muito menos qualquer tipo de direito. O hospital passou a comercializar corpos para faculdades de medicina, estimam-se que 1853 cadáveres foram vendidos entre 1969 a 1980 a diversas faculdades, em média do que seria equivalente a R\$ 200 reais na época da publicação do livro Holocausto Brasileiro (2013). Estima-se que, em uma década, 600 mil reais foram arrecadados. Com uma média de 16 mortes por dia em seu período mais lotado, quando os corpos não eram vendidos eram dissolvidos em ácido, na frente dos internos na intenção da venda da ossada. Vale ressaltar que nenhuma família, ou sequer o próprio falecido autorizou a sua comercialização. (ARBEX,2013)

3 - PRÁTICAS DO COLÔNIA SOB A ÓTICA JURÍDICA: UMA PANORAMA SOBRE AS CONSTITUIÇÕES VIGENTES NO PERÍODO E A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E UMA REFLEXÃO SOBRE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DAQUELES QUE LÁ HABITAVAM.

Conhecida como uma das maiores atrocidades da história Brasileira, a Colônia passou quase 80 anos violando constituições, direitos humanos e até mesmo códigos médicos. É importante lembrar o porquê dessa violência ter sido permitida por tanto tempo, os que ali viviam eram tudo que a sociedade rejeitava: negros, prostitutas, homossexuais, pessoas em situação de rua, e claro, aqueles que realmente possuíam transtornos mentais.

A Constituição vigente quando a Colônia foi fundada era a de 1891. Esta, a primeira republicana, agia em favor das oligarquias rurais. Dentre os direitos e deveres que foram estabelecidos nessa época, destacam-se a igualdade republicana, direito de reunião e associação, o *habeas corpus* e a criminalização da pena de morte.

A Constituição de 1934, sob o comando de Getúlio Vargas, era considerada avançada para sua época, em que foram instituídos diversos direitos fundamentais, principalmente no que se compara a sua anterior. Além de manter os direitos fundamentais da constituição de 1891, foram adicionados novos. Reforçava também, o princípio de igualdade e que os direitos eram invioláveis. (GROFF, 2008). Dentre estes, foram concedidos, por exemplo: a limitação de trabalho a 8 horas diárias, o direito à educação, assistência médica sanitária ao trabalhador e ainda o sufrágio universal. (Respectivamente: Art. 121, Art 138, Art 121 e Art 23) (GROFF, 2008) Nenhum destes direitos pareceu estender-se aos moradores d colônia.

Já em 1937, foi outorgada a constituição que instituía o Estado Novo, com inspirações na constituição polonesa de 1935 e em fundamentos fascistas italianos, a constituição de 1937 concedia grandes poderes ao Presidente e o colocava sobre suprema autoridade estatal. (GROFF, 2008) A Carta do Estado Novo restringiu diversos direitos, tal qual a liberdade de imprensa. Também foi restaurada a pena de morte em casos específicos. Ainda assim, possui diversos direitos consagrados em seu corpo.

Avançando na história, em 1946, acontecia a “redemocratização” pós Estado Novo. Ocorria também, uma onda de democratização por todo mundo, devido ao fim da Segunda Guerra Mundial, neste contexto, foi estabelecida uma nova constituição. Inspirada em sua ascendente de 1934, restabeleceu os direitos contidos nesta e ampliou-os. A exemplo, foi estabelecido o salário mínimo, liberdade de associação profissional e sindical, e o direito à greve.

Cabe mencionar, neste mesmo contexto, a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É um tratado internacional criado por diversas nações em 1948 para garantir a proteção dos direitos humanos. Esta, influenciou diversos Estados nacionais e suas respectivas constituições. Dentre os direitos que devem ser garantidos e protegidos estão: A garantia de que ninguém sera submetido a tortura ou penas cruéis (Artigo 5º), a garantia a livre escolha ao trabalho (Artigo 23º) e o direito a educação (Artigo 26º)

Em contrapartida, quando voltamos para o âmbito nacional, não muito tempo depois, em 1964, houve o golpe militar. Desde então, a constituição de 1946, havia sido revogada e em 1967 oficialmente foi outorgada a “constituição” que substituiria a anterior. Os Atos institucionais (1, 2, 3, 4) passaram a ser o objeto de regulamentação da sociedade, algumas mudanças foram: Eleição indireta para Presidente da República, pena de suspensão dos direitos políticos e restrição de publicação de conteúdos que “propagam a subversão à ordem”.

Em 1969 a ditadura agravou-se e tornou-se mais repressiva, à medida em que a população questionava e se rebelava perante o regime. Portanto, foi instituído o AI-5 (Ato institucional número 5) em que os direitos, deveres e liberdades se tornaram ainda mais restritos. Segundo GROFF, 2008 a carta constitucional de 1969 foi outorgada e estabelecia um poder mais centralizado e autoritário:

“Ela incorporou ao seu texto medidas autoritárias dos Atos Institucionais; consagrou a intervenção federal nos Estados; cassou a autonomia administrativa das capitais e outros municípios; impôs restrições ao Poder Legislativo; validou o regime dos decretos-leis; manteve e ampliou as estipulações restritivas da Constituição de 1967, quer em matéria de garantias individuais, quer em matéria de direitos sociais.” (GROFF, 2008, p. 123)

O AI-5 suspendeu o Habeas Corpus e agia por vezes, contra a declaração dos direitos humanos:

“Com a supressão do habeas corpus, com a suspensão das garantias da magistratura e com a cassação da liberdade de imprensa, a tortura e os assassinatos políticos foram largamente praticados no país, sob o regime do Ato Institucional n. 5”. (GROFF, 2008, p. 123 apud Herkenhoff, 1994, p. 84)

Entre 1978 e 1985, da-se o movimento de redemocratização e em 1988 é promulgada a constituição que é vigente até hoje..

Nos contextos ditatoriais que o Brasil enfrentou, como o estado novo e a ditadura militar, os direitos tornaram-se restritos e por muitas vezes violados.

Ambos desses períodos eram propícios para que a violência nos manicômios se perpetuasse, mesmo que, ainda nesse contexto de mitigação dos direitos fundamentais na sociedade, os manicômios continuavam a infringir vários destes.

“Em qualquer regime ditatorial, não há espaço para os direitos fundamentais, ou seja, são incompatíveis o regime ditatorial e os direitos fundamentais.” (GROFF, 2008, p 116)

Esse panorama foi proposto para analisar que mesmo nas primeiras constituições, o manicômio de Barbacena violava as normas vigentes. Não houve, em toda a sua existência em que a sua funcionalidade convergiu com os direitos fundamentais da época.

.1: Práticas do Colônia sob a ótica jurídica: uma pequena reflexão sobre a violação dos direitos humanos e fundamentais daqueles que lá habitavam.

Durante seu funcionamento, o Colônia violou os mais diversos direitos humanos. Dentre as violações, estavam: permitir que os internos definhassem de fome, forçar-los a trabalhar em situações análogas a escravidão, negar-lhes o devido tratamento médico, negar-lhes identidade e submetê-los a violência e castigos físicos.

“Os direitos fundamentais de todas as dimensões, foram ignorados no Colônia. Nem o direito à vida foi preservado, uma vez que a morte era, muitas vezes, provocada a fim de render cadáveres para sua comercialização às faculdades de medicina. Estar no Colônia era uma sentença de morte. Autonomia, proteção à vida e à liberdade não foram possíveis a nenhum morador do centro psiquiátrico. Não se falou em direitos fundamentais adentro dos muros do Colônia por mais de 80 anos.” (DE ANDRADE NOGUEIRA CASTILHO, Ana Flavia; SANT'ANNA, Camila; PINHA ALONSO, Ricardo, 2017, p 222)

Na Colônia as pessoas eram condenadas à morte das mais diversas maneiras: de frio, de fome, de sufocamento, eletrochoques ou mesmo de tristeza. Por mais que a pena de morte já fosse banida desde a constituição de 1891, que era vigente quando a Colônia foi fundada. Em torno de 60.000 pessoas foram condenadas simplesmente por existir. O desrespeito com a vida e a dignidade humana não se restringia somente a aqueles que de fato lá faleceram, mas diversas famílias e vítimas foram arruinadas com isso, mesmo os que nunca sequer terem pisado lá dentro.

Apesar do capítulo focar no manicômio de Barbacena, cabe lembrar que este era a maior instituição do ramo no Brasil, e apesar de seus crimes e tragédias serem sem precedentes, este é um retrato de como as pessoas com transtornos mentais (e outras minorias) eram tratadas e vistas pela sociedade.

Durante oitenta anos, milhares de pessoas morreram sistematicamente, sendo a sociedade civil a principal testemunha. Apesar de 28 pessoas terem passado pela presidência nesse meio tempo, nada foi feito para que os internos tivessem o mínimo de dignidade e direito.

“ Porque todos se calam diante da tortura evidente? Denunciar para quem, se muitas das internações eram assinadas por delegados e se o Colônia foi uma criação do governo de Minas Gerais e tinha o apoio da Igreja Católica. Além do mais, o país vivia no período da ditadura, no qual muitos direitos fundamentais estavam abaixo do autoritarismo.” (DE ANDRADE NOGUEIRA CASTILHO, Ana Flavia; SANT'ANNA, Camila; PINHA ALONSO, Ricardo 2017, p 222)

1. FIM DAS INSTITUIÇÕES MANICOMIAIS

É evidente que os hospitais psiquiátricos tinham diversos problemas em sua estrutura, dentre eles, os hospitais que começaram com o objetivo de retirar pessoas com alguma deficiência cognitiva do convívio social, e não só fizeram isso como também utilizaram os hospitais psiquiátricos como máquina de tortura. (Farias 2021)

Segundo Figueiredo(2014) O conceito de loucura é introduzido na sociedade desde os seus primórdios, mas a partir da antiguidade clássica a loucura é vista a partir de uma premissa, como por exemplo no cristianismo onde a loucura era vista como possessão Porém, mais tarde, a visão do cristianismo passou a ser descartado, e o ponto de vista de Hipócrates, que dizia que a loucura é uma patologia marcada por delírios e perturbações mentais se tornou valido e, conseqüentemente, a partir do pensamento de Hipócrates o estudo da psiquiatria teve início na medicina. (Farias 2021)

Por consequência, com a evolução dos estudos psiquiátricos, chegou-se a solução que para tratar pessoas com essa condição seria necessária a criação de manicômios. Esses locais seriam responsáveis por cuidar da saúde dessas pessoas e criar um convívio entre eles, porém um dos grandes problemas era que esses manicômios eram pensados para separá-los do restante na sociedade não considerada louca, e uma das principais conseqüências dessa segregação era o

descaso com a saúde desse ambiente que não era utilizado na prática para tratar verdadeiramente esses indivíduos, mas sim maltratá-los. (Farias 2021)

No Brasil, o manicômio, também conhecido como hospício, passou a existir a partir de 1841, em virtude do decreto do imperador Pedro II, desde então a saúde mental dos pacientes eram tratadas através desse ambiente, contudo conforme os anos se passaram, o uso dos espaços psiquiátricos perderam seu sentido inicial, dando abertura para que as pessoas que não eram loucas fossem colocadas ali como forma de tortura, já que o ambiente era escasso de fiscalização, logo os pacientes eram maltratados.

Com o tempo os manicômios deixaram de ser um ambiente de tratamento e se tornou um ambiente de tortura e completo descaso com os pacientes, Paulo Amarante revela esse descaso no trecho de um de seus livros:

“ Jamais me esqueço da história de uma mulher que foi presa em uma cela forte em um hospício e lá foi esquecida, a tal ponto que faleceu, de fome e de frio! Tamanho era o descaso que, somente muitos anos depois , seu corpo foi encontrado, já petrificado. A silhueta mumificada indicava o tanto de sofrimento naquela mulher em posição fetal, em completo abandono. Seu crime era ser louca! Curiosamente a marca da silhueta não saiu com nenhum produto de limpeza, nem mesmo com ácidos. Ficou ali como denúncia e grito de dor. Quando a direção soube que a notícia estava correndo para fora do hospício, mandou arrancar o piso.”
(Paulo Amarante)

Pensando na realidade manicomial, no Brasil, após um governo que se utilizava de hospitais psiquiátricos para violar os direitos humanos e torturar pessoas inocentes, livres ou não de condições psicológicas graves, foi iniciado um movimento para pensar a ideia de uma reforma psiquiátrica, que focava no direito da cidadania do louco. Tenório(2002, apud Lima & Silva, 2019) Uma vez que evidenciado os fatos acima, a reforma começou a partir das denúncias daqueles maus tratos sofridos por essas pessoas, que, por consequência, começaram a pensar no tratamento que a loucura recebia desses órgãos, levantando críticas indagações, repensando as providencias tomadas pelos responsáveis. Assim chegando a conclusão que uma melhoria nesse sistema não seria o suficiente, mas que seria necessário a implantação de um novo sistema completamente diferente. (Lima & Silva, 2019).

Com o movimento da reforma, foi encerrado o sistema manicomial do país em 1980, adotando o sistema ambulatorial redirecionado pela lei n. 10.216 publicada no dia 9 de abril de 2001. Segundo Neves & Carvalho(2022) esse redirecionamento entrega ao médico italiano Franco Basaglia, a influência dos estudos e práticas desenvolvidas por ele, que tinha como objetivo a desinternação e reinserção na sociedade.

Baseado nos estudos do médico Franco basaglia e também nas motivações para a reforma psiquiátrica, foi instituído no país os Centros de Atenção Psicossocial(CAPS) e os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), que representam um grande avanço na história da reforma, uma vez que ambas as organizações trazem um novo olhar para o tratamento de doenças mentais e também um olhar mais humanizado para o conhecimento da psiquiatria, dando assim, um ponto final aos hospitais do país. (Fontelles & Silva 2019)

Nesse contexto, baseado nas informações do ministério público, os CAPS são serviços de saúde comunitários, composto por funcionários multiprofissionais interdisciplinares, com o objetivo de atender as demandas através de atendimentos para pessoas em estado de sofrimento ou com transtornos mentais, também pessoas com incidências ao uso de álcool e drogas. Por ser uma instituição que opera em ambientes geográficos mas também nos ambientes familiares de cada indivíduo, o CAPS é um referencial de controle de cuidado e vida, garantindo que o usuário não seja retirado do convívio social e do exercício da cidadania.(BRASIL,2015)

Com isso, o fim das instituições manicomiais é marcado por uma série de mudanças no comportamento dos órgãos públicos, uma vez que a desconstituição de uma organização por completo, deu início à outra com princípios e objetivos voltados para a humanização do tratamento de pessoas com déficits mentais, mantendo-as dentro do convívio social e familiar, diferentemente das atitudes redigidas pelos hospícios da época.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Othon. Primórdios da psiquiatria no Brasil. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 29, p. 154-155, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/tKVPvrsTmK7FH3TWKmSC3Rv/?lang=pt#>. Acesso em: 07 de maio de 2024
- LIMA E SILVA, Fernanda e Roberta. Reforma Psiquiátrica, luta anti manicomial e novas formas de institucionalização, p. 2-8, 2019. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1825>. Acesso em: 6 de maio de 2024
- MAGGIONI, Nádia. Análise do regimento jurídico brasileiro destinado as pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, sob a ótica dos direitos fundamentais, p.96, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/379>. Acesso em: 6 de maio de 2024
- NEVES & CARVALHO, Carine e Ailton. O desmonte da reforma psiquiátrica pelo governo federal: analise da crescente retomada de praticas manicomiais. p. 2-8, 2022. Disponível em: <https://conferencias.unifoa.edu.br/tc/article/view/90>. Acesso em: 6 de maio de 2024
- MIRANDA-SÁ JR, Luiz Salvador de. Breve histórico da psiquiatria no Brasil: do período colonial à atualidade. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 29, n. 2, p. 156-158, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-81082007000200005> Acesso em: 07 de maio de 2024
- DE ANDRADE NOGUEIRA CASTILHO, Ana Flavia; SANT'ANNA, Camila; PINHA ALONSO, Ricardo. A Supressão dos Direitos Humanos dentro do Maior Manicômio do Estado Brasileiro. **REGRAD - Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM - ISSN 1984-7866**, [S.l.], v. 10, n. 01, p. 219 - 233, oct. 2017. ISSN 1984-7866. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/REGRAD/article/view/2183>>. Acesso em: 08 de maio 2024.
- BRASIL. Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934.
- GROFF, Paulo Vargas. Direitos fundamentais nas constituições brasileiras. **Revista de informação legislativa**, v. 45, n. 178, p. 105-129, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176526/000842780.pdf> Acesso em: 06 de maio de 2024
- NO BRASIL, Representação da UNESCO. Declaração universal dos direitos humanos. 1998.
- ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro. 1ª Ed. – São Paulo: Geração editorial, 2013.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR:
acolhendo pacientes com câncer**

Maria Fernanda dos Reis Queiroz
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
m.fernandareisq@gmail.com

Mariana Rocha Siqueira
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
acadmarianars@gmail.com

Stephany Matias de Oliveira Crisostono
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
crisostonostephany@gmail.com

Prof^a D^a Maria de Fátima Aveiro Colares
Docente e supervisora do estágio em Psicologia Hospitalar – Uni-FACEF
mariadefatima@facef.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada em estágio curricular na área da saúde, vivenciado no 2º semestre de 2023. O campo de atuação foi o Hospital de Câncer de uma cidade do interior de São Paulo, e a principal atividade realizada foram grupos de sala de espera, dirigidos sob orientação. Neste trabalho serão apresentados quatro dos encontros realizados.

A Psicologia Hospitalar é um dos campos de atuação do psicólogo na área da saúde. Sua história e desdobramento surgem a partir do olhar inicial para os processos de adoecimento, no qual possuíam uma visão apenas para a doença e um cuidado biomédico (Azevêdo; Crepaidi, 2016). No decorrer do tempo e analisando a complexidade do processo saúde-doença foram identificadas as necessidades de um olhar mais amplo e sistêmico para o processo, e por consequência a mudança de posturas e visão dos profissionais de saúde em equipamentos de saúde, incluindo os hospitais. Conceitos tais como a clínica ampliada e a teoria sistêmica surgiram para combater o trabalho mecanicista realizado dentro de uma instituição de saúde, fazendo com que de fato o paciente

seja visto como uma parte de um todo, onde seu contexto social, cultural e familiar importam em seu trajeto de tratamento (More et al, 2009).

Os pacientes e familiares que vivem o processo do diagnóstico de um câncer apresentam uma grande vulnerabilidade, física, psíquica, emocional e social. Diante disso, compreende-se a importância do olhar para todos os membros envolvidos no adoecimento em algum nível, para que a equipe de saúde pense em intervenções efetivas que promova um ambiente de acolhimento, trocas e promoção de saúde.

Sob essa perspectiva, vale ressaltar que a abordagem grupal permite o envolvimento da comunidade como um todo, e propicia um espaço de co-construção de uma saúde coletiva, com um olhar integral, não mecanicista e voltado às múltiplas demandas que coexistem.

Teixeira e Veloso (2006) relatam que a experiência de realização de grupo de sala de espera – feita por enfermeiros – foi de extrema contribuição para a promoção da saúde, prevenção de agravos e encaminhamentos para outras atividades em saúde a serem realizadas. Além do mais, chamam a atenção para o fato de que esta prática precisa ser estimulada e concebida como um recurso teórico e prático, problematizador na formação do profissional de enfermagem.

Seguindo esta mesma linha, Guedes (2016) enfatiza que grupos de sala de espera num âmbito hospitalar, conduzidos por estudantes, é uma forma de “construir novos cenários de aquisição de habilidades e competências para a prática do cuidado” (Guedes, 2016, p.28). A autora afirma que oferecer uma assistência diferenciada aos pacientes e de mais pessoas na sala de espera, é um exercício voltado ao estímulo de promoção de saúde.

O estágio pretendeu contribuir para a inserção do aluno em uma prática institucional em um contexto de saúde, um equipamento terciário como o Hospital do Câncer. O papel do psicólogo na área da saúde é muitas vezes perceber a influência de fatores emocionais que afetam o adoecimento, potencializando ou até mesmo minimizando os sentimentos advindos desse processo. A inserção de estudantes nesse cenário de prática permite que o aluno em formação possa vivenciar e contextualizar o “setting” hospitalar e da

saúde de forma geral, visto sob vários segmentos, desde a entrada do paciente, suas queixas, seus sintomas até a observação de todos os procedimentos e condutas tomadas durante a hospitalização.

Assim, os objetivos deste estudo foram de oportunizar ao aluno, o exercício de uma atividade prática, que vise sua formação ou atualização profissional em equipamentos de saúde; desenvolver levantamento de demandas dentro do hospital, relacionados aos aspectos psicológicos das doenças, desenvolver atividades de sala de espera com pacientes oncológicos com escuta acolhedora e atividades musicais; e estabelecer relações entre o conhecimento científico e as situações que interfiram no cuidado aos pacientes.

Desse modo, é possível perceber a efetividade e a potência de se trabalhar com grupos de sala de espera no ambiente hospitalar. Relacionando com os resultados da prática realizada, é evidente como as trocas intergrupais, o acolhimento e as expressões dos sentimentos através da proposta grupal propiciam um espaço rico e cuidadoso para os pacientes e acompanhantes.

2 PSICOLOGIA HOSPITALAR: considerações gerais

A Psicologia Hospitalar faz referência a atuação do psicólogo dentro do setor terciário, ou seja, em um Hospital Geral. No entanto, o que abrange de fato a área hospitalar é a Psicologia da Saúde, pois é o termo correto para destacar as atividades realizadas pelo psicólogo nos diversos contextos da área. Sendo assim, a Psicologia no Hospital representa uma subespecialidade da Psicologia da Saúde (Azevêdo; Crepaidi, 2016). Esta atuação, do psicólogo hospitalar, foi reconhecida pelo CFP (Conselho Federal de Psicologia), através da Resolução nº 014/2000.

A história da Psicologia Hospitalar é nova, sendo estruturada e pensada no final do século XX. Alguns trabalhos e iniciativas marcaram a consolidação dela, como por exemplo: O trabalho de Célia Zannon, a qual iniciou sua trajetória no Instituto da Criança do Hospital das Clínicas de São Paulo (HC-SP),

como psicóloga, e inaugurou a área com sua tese de doutorado intitulada: “O comportamento de crianças hospitalizadas e a rotina hospitalar: subsídios para atuação do psicólogo junto à equipe de pediatria” (Zannon, 1981 apud Azevêdo; Crepaidi, 2016, p.9), sob a orientação da Profa. Dra. Thereza Mettel.

A Sociedade Brasileira de Psico-Oncologia foi inaugurada, em 1994, para debaterem a respeito das diretrizes teóricas da especialidade que surgiu da Psicologia Hospitalar. A atuação do psicólogo no hospital com pacientes oncológicos era mais desenvolvida e requisitada (Azevêdo; Crepaidi, 2016). Já em 1997, foi estabelecida a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, a qual iniciou a publicação de um periódico em 2004, promovendo a integração de psicólogos nas reuniões científicas (Romano, 1999 apud Azevêdo; Crepaidi, 2016).

Em relação a especialização do psicólogo hospitalar, foi em 1977, o primeiro curso de Psicologia Hospitalar realizado no país, na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo, ministrado por Bellkiss Romano. E, partir da década de 1980, teve o “I e o II Encontros Nacionais de Psicólogos da Área Hospitalar”, que foram eventos científicos para poderem contribuir com o aprimoramento profissional (Azevêdo; Crepaidi, 2016).

Estes mesmos autores chamam a atenção para o fato de a prática hospitalar do psicólogo - em sua gênese e anos posteriores – estar relacionada com o olhar da saúde tradicional, e não integral. A Psicologia Hospitalar começou a ser praticada na década de 70, com a visão fragmentada do indivíduo e um cuidado com a doença. No entanto, posteriormente uma crítica foi feita em relação a isso, indicando que o trabalho do psicólogo deveria ser multidisciplinar e integrativo visto que o

[...] psicólogo hospitalar desenvolve diferentes tipos de intervenção, atende pacientes que se encontram em ambientes distintos (como a unidade de terapia intensiva, enfermarias, ambulatórios etc.) e aponta que os procedimentos utilizados precisam priorizar a relação paciente, família e equipe de saúde por meio do contato interdisciplinar com os profissionais para compartilhar informações úteis para o direcionamento de estratégias (Azevêdo; Crepaidi, 2016, p.9).

Tal olhar e cuidado tradicional no campo hospitalar, é fruto do modelo e pensamento biomédico, o qual é sustentado por uma epistemologia positivista que,

por sua vez, gera profissionais com posturas desintegradas do paciente e um olhar exclusivo para a doença/patologia (More et al, 2009). A vinculação histórica da Psicologia com a Medicina – por investigar explicações sobre transtorno mental e psicossomática – contribuiu para que a atuação do profissional da psicologia fosse realizada de forma individualizada (Calatayud, 1991 apud More et al, 2009).

Com o passar dos anos, vivenciando a rotina de um hospital (público) com práticas vindas do âmbito privado e a influência positivista médica, o psicólogo experimentou algumas “limitações profissionais e entenderam que os colegas de outras formações poderiam fornecer respaldo fundamental para a melhor compreensão do processo de intervenção” (More et al, 2009, p.466). Nesta mesma linha, Crepaldi (1999) ressalta que a medida em que os psicólogos, e outros profissionais também, foram tomando consciência de como a dinâmica estava sendo realizada, por ser limitada, começaram a integrar com outros serviços, logo

[..] transformou a resolução do problema e o enfrentamento da imprevisibilidade do processo saúde-doença em uma tarefa de equipe. Isto gerou as bases para a construção da “tarefa multidisciplinar”, que para Giannotti (1995), consiste na ação de profissionais de diversas áreas [...] (More et al, 2009, p.466).

O modelo que se instaurou no lugar do pensamento e cuidado biomédico foi o modelo biopsicossocial, o qual compreende não apenas os aspectos biológicos do paciente, mas suas facetas psicológicas e sociais, isto é, compreendendo o paciente como ser humano integrado (More et al, 2009). Junto com essa perspectiva, o Conselho Federal de Psicologia, através das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) nos Serviços Hospitalares do SUS, ressalta que a Atenção Hospitalar precisa estar inserida nos parâmetros da clínica ampliada e na gestão da clínica (CFP, 2019). A clínica ampliada diz respeito a dar ênfase aos sujeitos em seu próprio processo e no cuidado integral à saúde.

3 O PACIENTE ONCOLÓGICO E A FAMÍLIA

Atravessar o câncer, independente das circunstâncias, traz reflexos significativos para saúde mental de quem o enfrenta. Isso porque, o paciente

oncológico precisa lidar e administrar o estigma do adoecimento e os sintomas causados tanto pela doença quanto pelo tratamento, assim como lidar com a rotina hospitalar e de vida pessoal. Sob essa perspectiva, entende-se que os problemas psicossociais e emocionais são recorrentes em pacientes oncológicos (Cardoso et al. 2009).

É importante ressaltar alguns aspectos principais acerca dos problemas psicossociais e emocionais salientados por Cardoso et. al (2009) sendo a incerteza acerca do futuro, a busca de um significado, a perda do controle, a necessidade de diálogo e o sexto sinal vital.

Ao pensar na incerteza acerca do futuro, os autores trazem o confronto íntimo e recorrente que o paciente tem com a incerteza em relação ao desenvolvimento da doença e a própria morte (Cardoso et al. 2009). Por mais que haja uma estabilidade no adoecimento, e que o curso do câncer seja diferente para cada paciente, o medo de morrer transcende as peculiaridades, e pode estar relacionado ao estigma de morte que o câncer carrega há anos (Quintana et al. 1999).

A busca de um significado, de acordo com os autores visa dimensionar como o paciente busca encontrar uma explicação cabível e aceitável para si, acerca do adoecimento vivido (Cardoso et al. 2009). Essa busca, advém de uma mobilização dos próprios recursos psíquicos, emocionais, culturais e sociais que o paciente carrega, ele encontra uma forma de suavizar e aceitar o câncer, atribuindo um significado.

A perda do controle tem relação com a imprevisibilidade que o paciente oncológico precisa suportar no dia a dia (Cardoso et. al 2009). Isso porque, existem algumas doenças que possuem prescrições, não apenas de medicamentos, mas de alimentação e atividades diárias para o tratamento que com a realização é certo que a melhora acontecerá. Infelizmente, o câncer não permite essa certeza, é um adoecimento em que as probabilidades são múltiplas, e o paciente não tem controle de como será a evolução e como o próprio corpo reagirá aos medicamentos, é preciso aceitar a perda do controle e viver cada dia como uma nova descoberta.

Os autores ainda afirmam que pacientes em acompanhamento psicológico tem facilidade em buscar caminhos possíveis para viver em meio à perda

de controle, mas para pacientes desacreditados, o processo é mais doloroso (Cardoso et al. 2009).

Em relação à necessidade de diálogo, é indispensável ressaltar a importância das trocas do paciente com a família e os amigos assim como ampliar as redes de apoio. O diálogo facilita o processo de aceitação, e permite que o paciente se desvencilhe aos poucos do estigma de morte e secretismo da doença. Continuar em contato com o meio social possibilita uma significação diferente para o câncer na vida de quem o enfrenta e diminui a probabilidade de o paciente desenvolver ansiedade e depressão, nesse processo de adoecimento (Cardoso et al. 2009).

Por fim, o sexto sinal vital de acordo com os autores é o sofrimento psicológico/emocional durante o processo de adoecimento. Essa dor pode ir “desde o medo, a preocupação e a tristeza até problemas incapacitantes como a depressão, o pânico, a ansiedade ou o isolamento” (Cardoso et al, 2009, p. 11). É uma questão delicada e recorrente ao pensar em pacientes oncológicos e a literatura afirma que ainda com o aumento dos casos existe uma dedicação e cuidado limitado na prática clínica acerca da saúde mental, pensando em aspectos preventivos e interventivos.

Compreendendo todos esses aspectos como características psicológicas de pacientes oncológicos, entende-se a dimensão física, psíquica e emocional em que o câncer atravessa. E para além disso, a importância de que a família esteja preparada para ajudar o paciente em condições de saúde emergente, como a de pessoas que enfrentam o câncer.

Uma pesquisa realizada por Carvalho (2008) teve o objetivo refletir e trazer as repercussões significativas do câncer para as famílias dos pacientes. A autora afirma que as implicações na família podem ser de ordem física, emocional, social e econômica, de modo que esse núcleo também possui demandas de cuidado, e na maioria das vezes não são consideradas pela equipe multiprofissional.

À princípio, ao se falar do cuidado a um paciente, principalmente pacientes oncológicos, é indispensável o olhar para o contexto familiar, compreendendo o auxílio que essa família pode oferecer ao paciente, ou as dificuldades que ela pode apresentar ao longo do tratamento (Carvalho, 2008). Por isso, se faz necessária a disposição da equipe a conhecer esse núcleo e a qualidade

desses vínculos, para realmente entregar ao paciente um atendimento cuidadoso e efetivo.

Ao pensar nas relações familiares, Carvalho (2008) em sua pesquisa, afirma que:

[...] A família de um paciente com câncer requer grande atenção em virtude do caráter crônico e da gravidade de que se reveste a doença. As consequências da doença se estendem à estrutura familiar, impondo a necessidade de reorganização para atender às necessidades cotidianas e os cuidados com o enfermo, mas também podem afetar os relacionamentos interpessoais. A existência da doença na família mobiliza sentimentos positivos e negativos que precisam ser compreendidos pelos profissionais de saúde (Carvalho, 2008, p. 100)

Assim, a família precisa ser olhada com cuidado, pois além dos aspectos apontados pela autora o paciente oncológico em vulnerabilidade se torna totalmente dependente desse núcleo para seguir com o tratamento da doença também. Por isso, vale o olhar minucioso e cuidadoso dos aspectos psicossociais que a família apresenta, para que ela possa se fortalecer e auxiliar de maneira efetiva o paciente nesse processo delicado.

Cabe então, à equipe de saúde desenvolver formas interventivas para trabalhar não apenas com os pacientes, mas com as famílias os aspectos psíquicos e emocionais, compreendendo a singularidade do adoecimento de cada um, mas se dando conta dos determinantes sociais existentes em hospitais. É necessário trabalhar de maneira coletiva e interdisciplinar demandas de acolhimento e educação em saúde, com o intuito de agregar saberes e trazer melhorias para o atendimento oncológico (Carvalho, 2018).

4 O OLHAR SISTÊMICO

Durante o longo percurso da Teoria Sistêmica, Ludwig Von Bertalanffy teceu grandes críticas – desde a década de 1920 – sobre uma predominância mecanicista tanto na teoria quanto no campo da pesquisa científica. Depois de alguns anos, ele apresentou sua teoria do “organismo considerado como sistema aberto” (Gomes, 2014, p.6). Junto a ele, outro autor importante para a denominação

desta teoria é o filósofo Von Ehrenfels, o qual afirmava que o todo de um sistema é bem maior do que a soma de suas pequenas partes, e este princípio “se tornou central na Teoria Sistêmica” (Gomes, 2014, p.6).

Etimologicamente a palavra “sistema” vem do grego, que *synhistanai* que significa “colocar junto”. Sendo assim, para o entendimento da Teoria Sistêmica, requer uma compreensão não deslocada, ou seja, inserida em um contexto de forma a estabelecer a natureza das relações (Gomes, 2014). Além do mais, a principal característica da organização dos organismos vivos é a própria natureza hierárquica, isto é, a tendência para formar estruturas multiniveladas de sistemas dentro de sistemas. Fazendo com o que cada um dos sistemas forme um todo com relação as suas partes e é parte de um todo (Gomes, 2014).

O olhar ampliado que a abordagem sistêmica ocasiona é justamente considerar o sujeito como parte de um contexto maior, dinâmico e complexo, e olhar para ele de forma integrada (More et al, 2009). Tal perspectiva – que substitui a visão e cuidado mecanicista – nos leva a pensar como a psicologia, integrada ao olhar sistêmico, se faz presente em como compreender quais os sistemas que determinado sujeito ocupa, tanto social, ambiental e biológico. Importante destacar que a literatura da Teoria Sistêmica evidencia que não é sinônimo de negar os fenômenos intrapsíquico, mas trabalhar isto em sua rede de relações interpessoais (Gomes, 2014).

Além do mais, a prática psicológica hospitalar não pode ser a reprodução de uma ciência tradicional – a qual deu origem a esta área e se sustenta muitas atuações da Saúde - negando a complexidade dos fenômenos humanos e visando o simples, negando a subjetividade e olhando apenas para o objetivo. Sendo assim, a abordagem sistêmica é tida com uma nova epistemologia (More, 2009), recolocando as questões e compreendendo o homem em sua relação dinâmica, e trocando o “ou-ou” por “e-e”. Considerando todas as facetas do sujeito. Afinal, há uma rede de relações fundamentais, que funciona como o todo, onde o paciente/sujeito está em contato com a equipe, médico, instituição, família e psicólogo; e há as relações paralelas que também compõem este sistema, onde a equipe, médico, instituição, psicólogo e família estão em contato (Simonetti, 1959).

5 A ESTRATÉGIA DE GRUPOS DE SALA DE ESPERA

O atendimento ou abordagem grupal é utilizado como estratégia na área da saúde desde o século XX e possibilita a convivência com a comunidade, que geralmente tem quadros clínicos ou estão em posições parecidas, tanto como paciente quanto como acompanhantes (Silva et al. 2017).

O Ministério da Saúde por meio da Política Nacional de Promoção de Saúde, estabeleceu os grupos como uma ferramenta potente de promoção e prevenção da saúde, além de ser uma abordagem adequada, que possibilita atingir um número maior de pessoas em comparação aos atendimentos individuais. E, propicia um espaço interventivo de acolhimento, cuidado e trocas (Silva et al., 2017).

O grupo de sala de espera é um modelo de grupo que pode ser desenvolvido em ambulatórios médicos. Sua prática tem como foco a participação dos pacientes e de seus acompanhantes, podendo ocorrer enquanto aguardam atendimento ou a realização de procedimentos (Souza, 2005). Compreendendo as múltiplas vulnerabilidades vividas pelos pacientes oncológicos e suas famílias, pode-se compreender que a abordagem grupal é uma possibilidade assertiva para a co-construção de um espaço acolhedor e de educação em saúde, para ambos.

Souza (2005) realizou uma pesquisa no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, acompanhando os grupos de sala de espera com pacientes oncológicos, especificamente com câncer de mama e seus acompanhantes. A pesquisadora descreveu e analisou 5 encontros grupais, e trouxe as contribuições do grupo na abordagem psicológica em salas de espera. Foi revelado como o grupo de sala de espera propiciou um espaço importante de escuta, cuidado, troca de experiências e atenção às mulheres que vivenciaram o coletivo. Entende-se, então, essa ferramenta como potente e transformadora ao pensar no alcance e desenvolvimento das abordagens individuais.

Barros et al. (1999) relatam a experiência de um grupo de sala de espera realizado na periferia de Porto Alegre (RS). A metodologia utilizada foi com base nos grupos operativos de Pichon Riviere e o objetivo principal era evidenciar como os aspectos psicossociais interferem no processo saúde-doença dos

pacientes e dos acompanhantes. A experiência fez com que o autor percebesse a potência do coletivo e das trocas que ali surgiam, em conjunto os obstáculos eram encontrados e formas de superar nasciam com o grupo, que com o tempo passou a ser terapêutico.

Moreira Junior (2001) traz em sua pesquisa também a experiência de um trabalho na cidade de Franca (SP) com um grupo de sala de espera em um ambulatório de geriatria do CCI (Centro de Convivência do Idoso). O grupo funcionava em dias de consultas no ambulatório, era aberto à usuários do CCI, pacientes que iam para a consulta, acompanhantes e familiares visitantes. O autor traz a dinamicidade do grupo, percebendo os fluxos de saída e entrada, e a riqueza do trabalho coletivo, com participantes heterogêneos. Assim, foi possível descrever a produção de sentidos acerca do envelhecimento e observar a co-construção dos significados nesse contexto.

A partir das experiências relatadas, é evidente que os grupos de sala de espera independente do contexto ambulatorial permitem um acesso e participação profunda e efetiva dos participantes. Envolvendo os pacientes com sofrimento – propiciando um espaço interventivo – a comunidade através dos acompanhantes, propiciando um momento de acolhimento, auxílio no cuidado e educação em saúde.

6 RESULTADOS

6.1 Experiência dos Grupos de sala de Espera

O objetivo inicial foi de conhecer, vivenciar a prática hospitalar e favorecer um espaço de escuta ativa com os pacientes em sala de espera, utilizado a música como um instrumento de aproximação, a fim de trabalhar demandas psicológicas acerca de rodas de conversa e letras musicais. O grupo aconteceu nas salas de espera de um hospital de câncer, que atende os pacientes ambulatorialmente. A sala de espera ocorreu nos ambientes destinados a quimioterapia e radioterapia.

A partir da formação do grupo, foi possível identificar demandas psicológicas a fim de auxiliar o fluxo de atendimentos psicoterapêuticos individuais propiciando o cuidado e olhar para a saúde mental dos usuários do Hospital do Câncer. Paralelamente, o grupo favoreceu um espaço de escuta e intervenção através de trocas e da utilização de músicas, possibilitando à comunidade de viver um momento de olhar para si, e para suas potencialidades.

Alguns eixos temáticos como família, trabalho, sentimentos e autoestima foram trabalhados de maneira horizontal nos encontros grupais, sendo estruturados por encontro sob músicas, conversas, oficinas e dinâmicas.

Tabela referente as datas, temas dos encontros de cada uma juntamente com seu objetivo.

Datas	Temas dos encontros	Objetivo
28/09/2023	Florescendo as potencialidades da vida	Resgatar e lembrar sobre as potencialidades da vida – na sala de espera da radioterapia.
05/10/2023	Uma simples rosa: oferecendo e recebendo afeto	Aproximarmos os pacientes e acompanhantes que estavam na sala de espera da quimioterapia a partir da demonstração de afeto, podendo ser uma palavra, um gesto, o que a pessoa sentisse vontade de fazer para que o outro recebesse esse carinho.
19/10/2023	Fortalecimento do vínculo a partir da expressão dos sentimentos	Estreitamento de laços entre os pacientes e respectivos acompanhantes, a fim de que esse gerasse uma ideia de pertencimento e suporte emocional para um enfrentamento mais proativo e psicologicamente adequado a um tratamento exitoso.
09/11/2023	Cuidando de quem cuida	Promover um espaço de escuta e cuidado para as pessoas que cuidam, podendo envolver acompanhantes, profissionais de saúde e a equipe por completo do hospital.

6.1.1 Florescendo as Potencialidades da Vida

No primeiro encontro fizemos uma introdução, contando que estaríamos presentes todas as quintas, com muita música, encontro e vida. E para poder começar a dinâmica, um dos estagiários tocou e cantou a música “Saber Viver”, para poder aquecer os que estavam na sala de espera, tanto pacientes como acompanhantes. Na sequência foi realizada a “dinâmica da caixa”, concomitante a música “Calma”. A dinâmica citada consistia em uma caixa contendo um espelho dentro que passaria por cada participante. Foi sinalizado que ali dentro havia um personagem muito forte e importante na trajetória dele: ele próprio.

Depois da dinâmica, foi retomada a mensagem das músicas cantadas e da atividade feita e o espaço ficou livre para quem quisessem compartilhar o que estavam sentindo. Foi contada a metáfora do Barco e da Tempestade, onde não somos a tempestade, e sim o barco. Com isso, passamos por altos e baixos, e não somos um estado único. A partir disso, muitos começaram a chorar e o estagiário sentiu que seria oportuno cantar uma música para acolher, e realmente foi importante naquele momento. A partir daí alguns pacientes falaram de como precisavam de força e coragem para continuarem no tratamento, relataram histórias e percursos pessoais, o que trouxe um sentimento de proximidade entre os que estavam presentes. No entanto, a fala de uma acompanhante foi marcante: ela disse que o que entra nas veias não é apenas um líquido, mas é a vida. Seu marido, que estava acabando as sessões de quimioterapia, falou logo em seguida: “Se permitam serem amados”.

Durante a execução da música foi oferecido aos pacientes a oportunidade de receberem um abraço e muitos foram abraçados e acolhidos. Depois, encerramos este momento na sala de espera com a música “Dias Melhores”, e todos cantaram juntos, o que nos encheu de alegria.

6.1.2 - Uma Simples Rosa: oferecendo e recebendo afeto

Este encontro foi iniciado com música, como estratégia de aquecimento seguido de uma dinâmica, que consistiu em levar rosas para a atividade. Quem

estivesse com a rosa teria que passá-la a alguém e oferecer algum afeto. Logo de início uma senhora pegou a rosa e a entregou ao seu filho o agradecendo por tudo que ele fez e faz por ela. Os demais pacientes foram se soltando e participando.

Uma paciente em sofrimento conversou com uma das estagiárias, de forma emocionada e pediu para ficar com a rosa e por fim agradeceu o cuidado e o trabalho que estávamos proporcionando no hospital. A senhora que tomou iniciativa no começo da atividade sentiu-se a vontade de declamar um poema e presentearmo-nos (estagiários) com o seu livro contando a sua história do decorrer do tratamento do câncer de mama.

Por fim finalizamos com o compartilhar das pessoas de como se sentiram com os elogios, afetos e carinhos e recebidos. Além disso, rebemos muito zelo das voluntárias do hospital e agradecimento dos participantes pela dinâmica proposta.

A atividade por inteira foi muito significativa, entretanto a participação, animação e perseverança da senhora escritora nos cativou e gerou muita reflexão de como vivemos e lidamos com os desafios e alegrias das nossas vidas. Aprendemos muito com uma simples rosa.

6.1.3 Fortalecimento do Vínculo a partir da Expressão dos Sentimentos

Iniciamos realizando uma sociometria – método psicodramático para reconhecimento do grupo – a fim de que os pacientes e acompanhantes da sala de espera se conhecessem um pouco mais e se sentissem vistos em suas individualidades. Elencamos algumas perguntas como: Quem estava lá na semana anterior? Quem era acompanhante? Quem era paciente? Quem tem alguma atividade que goste de fazer (escrita, leitura, arte)? Há quanto tempo está em tratamento?

Na sequência, propusemos a eles uma atividade na qual colaríamos dois cartazes na parede. O primeiro estaria disponível para eles escreverem aquilo que estavam sentindo naquele dia. Já no segundo eles poderiam compartilhar

palavras e lições de incentivo àqueles que lá estavam realizando tratamento. E durante a atividade nós cantamos a canção “Trem Bala”.

Ao longo da música alguns se emocionaram bastante, outros se levantaram e foram escrever nos cartazes, validando, assim, as emoções e deixando uma mensagem de apoio aos demais. Nas fotos anexas, pode-se ter melhor visualização acerca dos cartazes citados acima.

Houve também o depoimento de um paciente que estava recebendo alta naquele dia, depois de três anos de tratamento, relatando que a principal lição internalizada ao longo do processo foi “permitir-se ser amado”, todos se emocionaram muito, e pode-se dizer que de alguma forma todos ali foram afetados pelo compartilhamento das dores e mensagens de apoio.

6.1.4 Cuidando de quem Cuida

O dia foi iniciado com o grupo na sala de espera da quimioterapia. Nesse espaço, um dos estagiários pediu para que as pessoas que eram acompanhantes levantassem as mãos e posteriormente que os pacientes levantassem as mãos para que fosse possível mapear o público que estaríamos trabalhando naquele momento.

Logo, um dos estagiários fez uma reflexão sobre a importância do cuidado de quem cuida e como no cotidiano não desenvolvemos esse olhar. Em seguida, ele informou que nesse dia viemos pelos cuidadores e que a forma de cuidado possível nesse momento era um abraço. Assim, as estagiárias colocaram em si uma plaquinha onde estava escrito “Você aceita um abraço?” e foram caminhando pela sala de espera. Dessa forma, as pessoas chegavam e recebiam um abraço, que na maioria das vezes era seguido de uma conversa significativa, palavras de afirmação e emoção.

Os estagiários, também produziram pequenos folders, um para ser entregue aos acompanhantes com a frase “Quem cuida também merece ser cuidado” e aos profissionais que trabalham no hospital, independente da área, um outro folder com a frase “O que você faz todos os dias é mais que trabalho, um

despir-se de si para doar, e só pessoas muito especiais trilham esse caminho na vida... Parabéns pela sua missão, que vai além de uma profissão, você escolheu amar” foi entregue.

A experiência foi emocionante e tocante para os estagiários e para todos que viveram o momento de forma genuína. Um dos pacientes que abraçou uma das estagiárias disse: “é muito bom abraçar, como eu tenho idade pra ser seu avô, vou te dar um abraço de vovô”. Depois, ele compartilhou que estava terminando suas sessões de quimioterapia e que era muito grato aos filhos que cuidaram dele nessa caminhada de combate ao câncer.

Outro abraço significativo vivenciado, foi com uma senhora que trabalha como voluntária oferecendo café, bolachas e chá dentro do hospital do câncer. Depois do abraço, a estagiária compartilhou que admirava muito o que ela fazia no hospital, entendendo a importância e a doação que ela oferecia às pessoas que ali passavam. A voluntária, então, relatou que havia 20 anos que fazia o mesmo trabalho voluntário, sempre teve muito cuidado, pois ela ama o que faz.

A experiência na sala de espera foi realmente um encontro profundo. Por meio de um abraço vieram à tona vulnerabilidades, e foi possível propiciar um lugar de cuidado e amor a partir do que surgiu naquele contexto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionando o vasto referencial bibliográfico utilizado e a experiência vivida através do estágio de Psicologia da Saúde, foi possível perceber a vulnerabilidade emocional dos pacientes que realizam tratamento no contexto hospitalar, especialmente pacientes que enfrentam o câncer. Observou-se também como o adoecimento traz consequências não só na vida de quem o vive, mas na vida de acompanhantes e familiares que permanecem ao lado do paciente no processo de enfrentamento.

Diante disso, entende-se como indispensável o olhar cuidadoso para os aspectos psicológicos e emocionais do paciente e da família que acompanha o

tratamento. Isso porque, a saúde mental influencia diretamente na maneira em que ambos lidam com o adoecimento, sendo o câncer um diagnóstico delicado que têm sintomas e sequelas marcantes.

Assim, a prática nos grupos de sala de espera permitiu um contato com a realidade vivenciada por pacientes oncológicos e seus acompanhantes no dia a dia. Dessa forma, compreendendo as múltiplas dificuldades, os estagiários propiciaram um espaço em que a comunidade pudesse acolher as vulnerabilidades do contexto e fortalecer os vínculos.

A partir da experiência vivida observou-se que o cuidado, carinho, acolhimento e escuta ativa – prática do psicólogo – afetaram positivamente os pacientes oncológicos, seus acompanhantes, estagiários e demais funcionários do Hospital do Câncer. Reiterando a importância da prática do psicólogo hospitalar juntamente com a humanização desse ambiente de trabalho e tratamento.

Portanto, a prática de grupos de espera se mostrou ser um importante instrumento e recurso para atuar com os pacientes e familiares no enfrentamento da doença, potencializando o olhar e cuidado não para esta, mas sim para a saúde. Afinal, há muita saúde dentro de um hospital, e muitos compartilhamentos dos próprios pacientes e familiares que ajudam neste enfrentamento. Além disso, esta prática integrada caminha com o pensamento sistêmico, indo na contramão da lógica biomédica e mecanicista.

REFERÊNCIAS

AZEVÊDO, Adriano Valério dos Santos; CREPALDI, Maria Aparecida. A Psicologia no hospital geral: aspectos históricos, conceituais e práticos. **Estudos De Psicologia**, Campinas, outubro/dezembro 2016, p. 573-585. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/A%20psicologia%20no%20hospital%20geral%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/A%20psicologia%20no%20hospital%20geral%20(1).pdf).

BARROS, T. et al. Interação grupal na sala de espera: uma proposta de trabalho. **I congresso da sociedade brasileira de psicologia hospitalar**, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte, 1999.

CARVALHO, Célia da Silva Ulysses de. A necessária atenção à família do paciente oncológico. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 54, n. 1, p. 87-96, 2008.

CARDOSO, Graça et al. Aspectos psicológicos do doente oncológico. **Psilogos: Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, EPE**, p. 8-18, 2009.

CREPALDI, M. A. **Bioética e interdisciplinaridade: direitos de pacientes e acompanhantes na hospitalização**. Editora: Paidéia, 1999.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) nos serviços hospitalares do SUS** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/ServHosp_web1.pdf.

DA SILVA, Samantha Cassia et al. A inserção de grupo de sala de espera como promoção em saúde em uma unidade pré-hospitalar. **Serviço Social e Saúde**, v. 16, n. 1, p. 25-47, 2017.

GUEDES, Carla Ribeiro. A clínica ampliada na psicologia: grupos nas salas de espera do hospital geral. **Revista Praxis y Culturas Psi**, Santiago de Chile, 2019, n. 33, p. 1-7. Disponível em: <<https://praxispsy.udp.cl/index.php/praxispsi/article/view/31/31>>.

GOMES, Lauren Beltrão et al. As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. **Pensando fam**. Porto Alegre, v.18, n.2, p.3-16, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200002&lng=pt&nrm=iso>.

MORE, Carmen L. O. et al. Contribuições do pensamento sistêmico à prática do psicólogo no contexto hospitalar. **Psicologia em Estudos**, Maringá, v. 14, n. 3, p. 465-473, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/dmNyjLNk6LMnJxqwPBMq7MP/>.

MOREIRA JÚNIOR, C. S. Grupo de sala de espera em ambulatório de geriatria: a produção de sentidos sobre o envelhecimento humano. **Dissertação de Mestrado em Psicologia** da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP. Ribeirão Preto, 2001.

QUINTANA, Alberto Manuel et al. Negação e estigma em pacientes com câncer de mama. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 45, n. 4, p. 45-52, 1999.

SIMONETTI, Alfredo. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.

SOUSA, Adriana Pereira de et al. **Grupo de sala de espera em Psico-Oncologia na Mastologia**: Estudo das falas das pacientes. 2005.

TEIXEIRA, Enéas Rangel; VELOSO, Raquel Coutinho. O grupo em sala de espera: território de práticas e representações em saúde. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 320–325, abr. 2006. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/tce/a/Z4Jy4KyrH9Xp5rLfvGvNybb/format=pdf&lang=pt>>.

SAÚDE MENTAL NA COMUNIDADE LGBTQIAPN+: histórico, concepções ideológicas e políticas públicas que embasam as práticas no Brasil e perspectivas atuais.

Fábio Palhares

Graduando em Psicologia – Uni-FACEF
fabiompalharess@gmail.com

Nina Maranhão Coelho

Graduanda em psicologia – Uni-FACEF
ninamaranhacoelho@hotmail.com

Sofia Souza Cintra

Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
cintrasofia@gmail.com

Daniela de Figueiredo Ribeiro

Profa. Dra. em Psicologia – Uni-FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

1. HISTÓRIA DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ (PEDOFILIA, PECADO, PATOLOGIZAÇÃO, CRIME E UMA LUTA NÃO GANHA)

É importante pontuar que a denominação de homem e mulher é uma construção sócio-histórica (Boehringer, 2016), tal como a questão de gênero. Dessa forma, “a homossexualidade é um construto social e, portanto, fluido e cambiante no jogo das relações sociais, o qual difere em cada momento histórico e de acordo com cada sociedade” (Reinke, 2017). Assim, todo o conteúdo aqui discutido é uma invenção da sociedade para definir alguém como algo além do seu todo, além da sua essência, que não deveria ser resumida em um “gênero” ou “orientação sexual”. Entretanto, continuaremos usando essa nomenclatura como objeto de estudo.

Percebe-se a construção sócio-histórica supracitada, quando Perucchi e Mesquita *apud* Oliveira e Motta (2022) afirmam que a definição da homossexualidade atualmente é uma construção moderna, já que o termo mudou e possuiu diferentes sentidos ao decorrer da história. Um exemplo disso é do século XVIII, quando se usava “invertido” para se referir aos homossexuais, pois acreditavam que tinham alguma inversão sexual (Nunan *apud* Reinke, 2017). O

termo “homossexualidade” foi utilizado pela primeira vez em 1869 com a intenção de defesa das pessoas que se relacionavam com o mesmo sexo ao Ministério da Justiça da Alemanha do Norte (Brandão *apud* Reinke, 2017).

Para conhecimento geral, *a priori*, é necessário o entendimento da sigla LGBTQIAPN+, que nos anos 90 era denominada GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). Inicialmente, a sigla era somente LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais/transgêneros/travestis), entretanto, ao decorrer do tempo a comunidade lutou para abrir espaço a todos aqueles que se distinguem da orientação sexual e identidade de gênero padrão cis-hetero-normativo. Portanto, as siglas seguintes foram adicionadas a favor da inclusão dos queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e não-binários, respectivamente, o “+” é colocado para representar todos aqueles que saem do padrão.

Voltando aos primórdios da humanidade, é possível observar que na Grécia Antiga a homoafetividade era algo natural, como uma forma de suprir sentimentos e relações do casamento, já que perante a sociedade da época as mulheres tinham condição intelectual, física e emocionalmente inferior aos homens (Reinke, 2017). Em Esparta a relação homoerótica era vista como fortalecimento e coesão militar entre o guerreiro mais velho e seu aprendiz. Para os atenienses não era diferente, a relação de um homem mais velho e um jovem (12 a 18 anos) tinha um viés educativo (Reinke, 2017). Portanto, tal relação obedecia a padrões da época.

É evidente que para a Grécia antiga a homossexualidade era algo comum, entretanto, nem todos os homens eram compensados socialmente, já que um homem passivo era visto como uma vergonha social, pois deveria ser masculino e viril. Sendo esse homem praticante da passividade, era associado a condição social de uma mulher e reconhecido como frágil e submisso, estando a serviço do homem assim como as mulheres, ocorrendo o mesmo em Roma (Reinke, 2017).

Da mesma forma que a homossexualidade masculina, a feminina também tem relatos desde a Grécia Antiga. Safo, uma poetisa grega, escrevia poemas expressando seus sentimentos à outras mulheres (Kautz, 1998). Kautz cita

André Lardinois (1998) afirmando que senhoras tinham relações com garotas, assim como acontecia com os homens.

É na Idade Média que as relações homossexuais começam a ser vistas como um dos piores pecados da sociedade, o preconceito começa a crescer subitamente, já que nessa época tal sociedade vivia sob regras da Igreja Católica. A Igreja pregava a condenação de todos aqueles que fugiam da “normalidade”, ditas por ela, como pecado; principalmente daqueles que fariam sexo sem finalidade de procriação, sendo uma heresia literalmente, mortal, para aqueles fora do casamento (Reinke, 2017).

É possível afirmar que o controle dos corpos e da sexualidade foi estabelecido a partir de um discurso relacionado ao pecado e à salvação da alma, e a homossexualidade, por sua vez, como algo anormal, associada à perversão e, portanto, deslocada às margens da sociedade e condenada à danação, ou seja, ao inferno, lugar dos impuros e pecadores. (REINKE, 2017, p. 282)

Dessa forma, o controle dos corpos e da sexualidade definiu a binariedade e a orientação sexual como algo caracterizador, assim, pode-se sugerir as relações antes como bissexuais, já que não havia definição para vínculos entre pessoas do mesmo sexo, ou de sexo oposto; e como exposto durante o trabalho, acontecia de maneira fluida.

É logo no início do século XVIII que a medicina caracteriza a homossexualidade como uma patologia, e define como algo contaminante (Reinke, 2017). Pois, então, além da religião, a homossexualidade deixa de ser um pecado e se torna uma doença (Corbin *apud Reinke*, 2017), que nessa época era chamado de homossexualismo, obtendo caminhos de cura como ginástica, castidade, hipnose e procura de prostitutas. Já no final do século XIX, a homossexualidade era crime de acordo com o Código Penal de alguns países (Reinke, 2017). Paralelamente à patologização, no século XX, a raça ariana, comandada por Adolf Hitler, produz o maior massacre mundial de pessoas LGBTQIAPN+, assim como de outras minorias, com a associação de crime à ideologia nazista, com a justificativa de preservar a própria raça pura (Reinke, 2017).

A homossexualidade foi oficialmente definida como desvio sexual a partir da sexta edição do CID (Classificação Internacional de Doenças), em 1948,

categorizado (320) como Personalidade Patológica, depois passando para a categoria 302 de Desvio e Transtorno Sexuais, na oitava edição, especificada como homossexualismo (Gonçalves *apud* Oliveira e Mota, 2022). Só então, após muitas lutas e debates no campo da medicina, psicologia e movimentos sociais, que em 1990 a OMS tira a homossexualidade da lista de transtornos. Já em questão do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais), foi só em 1973, na terceira edição, que a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade da lista de distúrbios psicológicos (Roudinesco e Plon *apud* Oliveira e Mota, 2022), entrando em desuso o termo homossexualismo, que sendo o termo a ser utilizado passou a ser homossexualidade.

Enquanto encerrava a trajetória da homossexualidade no DSM, começava a história, inacabada, da transexualidade no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais, iniciada na mesma edição (3ª) com a classificação de Transtorno de Identidade de Gênero (Preu; Brito, 2019). Na publicação do DSM-IV continua na mesma categoria, mas são adicionados 4 critérios:

[...] deve haver evidências de uma forte e persistente identificação com o gênero oposto, que consiste no desejo de ser, ou a insistência do indivíduo de que ele é do sexo oposto; não deve refletir mero desejo de quaisquer vantagens culturais percebidas por ser do outro sexo; o diagnóstico não é feito se o indivíduo tem uma condição intersexual física concomitante; deve haver evidências de sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo), tendo relação ao comportamento do sujeito (Preu; Brito, 2019)

Esta classificação supracitada é falha, pois hoje se sabe que a transexualidade não é baseada nos brinquedos definidos pela sociedade para gêneros específicos, sendo insuficiente para a definição de uma pessoa trans.

A partir da quinta edição, a transexualidade passa a fazer parte da categoria Disforia de Gênero (Preu; Brito, 2019), definida como “[...] descontentamento afetivo/cognitivo de um indivíduo com o gênero designado, embora seja definida mais especificamente quando utilizada como categoria diagnóstica” (DSM-V, 2014, p. 451), ou seja, como dito anteriormente, carrega o teor patológico. Preu e Brito (2019) pontuam que o DSM define os transexuais como tendo “comportamentos atípicos ao gênero, ou seja, em desacordo com os

comportamentos da maioria das outras garotas ou garotos em sua sociedade, aí entendidos como normais”, isto é, de acordo com seu órgão sexual.

No território brasileiro, a história da homossexualidade seguiu a mesma de muitos outros países. Mesmo não sendo crime, os homossexuais deviam ser levados ao Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação de São Paulo, para serem realizadas pesquisas sobre as causas biológicas e sociais da homossexualidade (Fry; Macrae *apud* Reinke, 2017). Só a partir de 2011 que o Supremo Tribunal Federal, aprovou por unanimidade o reconhecimento da união homoafetiva, com os mesmos direitos que os heterossexuais (Reinke, 2017).

Diante o exposto, vê-se a história da homossexualidade com grandes reviravoltas: primeiramente ela é socialmente aceita e necessária, depois se torna pecado pela sociedade comandada pela Igreja, após isso é criminalizada, e considerada patologia, é retirada dos mais importantes meios de classificação de doenças mentais e depois... e depois? Claramente a história e a luta não acabaram; vemos na internet e em todos os veículos noticiários que há muito trabalho a ser feito. A homofobia, por mais que não seja institucionalizada, mas considerada crime, de acordo com o BBC News (Barifouse, 2019), ainda acontece. Cabe a nós, cidadãos, lutar contra qualquer tipo de preconceito, visando um país harmonioso e uma verdadeira “pátria amada”.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

As Políticas Públicas são compostas por Legislativo, Executivo e Judiciário, sendo desenvolvidas pelo Estado com a intenção de garantir e pôr em práticas os direitos dos cidadãos através das leis criadas, assegurando o bem-estar da população. Caso algum direito não esteja na lei, pode ser garantido através de uma política pública (Heringer, 2018).

As Políticas Públicas pertencem a todos os habitantes, independente do sexo, raça, religião ou classe social, sendo de extrema importância para o bom funcionamento da sociedade (Heringer, 2018).

A violência e o preconceito ainda afetam a população LGBTQIAPN+, tornando-se uma consequência negativa para a saúde mental (Meyer, 2003), além de acontecerem em diferentes formas e em vários contextos sociais no país (Brasil, 2008). Segundo um documento do Ministério da Saúde sobre a saúde, o crescimento da qualidade de vida e o alcance a serviços de saúde devem acontecer a partir das Políticas Públicas, para assim ter resultados diretos para o cidadão (Brasil, 2008; Filipiack; Gaspodini, 2019). O documento citado afirma que qualquer forma de preconceito está associada com o surgimento de doenças e o sofrimento da população LGBTQIAPN+, visto que os profissionais de saúde não estão preparados para atendê-los, resultando em uma barreira entre essas pessoas e os estabelecimentos de saúde (Filipiack; Gaspodini, 2019).

Segundo os autores Filipiack e Gaspodini (2019) outro contexto que deve ser destacado é o campo da segurança pública, apresentado por Mello, Avelar e Brito (2014), no qual existem obstáculos consideráveis em relação à violência contra a população LGBTQIAPN+ e atitudes protetivas do governo brasileiro, o que resulta na falta de confiança na segurança pública.

As Políticas Públicas foram criadas a partir de demandas sociais. No Brasil o movimento LGBTQIAPN+ teve sua organização na política no início da década de 70, com a intenção de lutar pela igualdade de direitos e o combate ao preconceito (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2011; Filipiack; Gaspodini, 2019). Além disso, as mesmas, vão representar um conjunto de ações exigidas pela comunidade e que são desenvolvidas pelo governo, com o propósito de controlar problemas específicos (Souza, 2006), por exemplo, enfrentamento ao surto da AIDS (Sampaio; Germano, 2014). Foi então criada a primeira iniciativa para combater esses obstáculos, o Programa Brasil sem Homofobia, de 2004, com o objetivo de proporcionar igualdade e combater o preconceito (Brasil, 2004; Filipiack, Gaspodini, 2019).

Atualmente, o movimento social requer do poder público uma execução mais eficiente, com Políticas Públicas justas, já que, é necessária a atenção para a população gay, que sofre com violências em casa, nas instituições, e até mesmo nos parlamentos. Assim, seria necessário um conjunto de propósitos e

ações designados para as soluções de problemas políticos e sociais (Rua *apud* Mello, Avelar, Brito, 2014).

3. PESQUISAS DE CAMPO E RESULTADOS

3.1 Representatividade a partir de Obras Artísticas e Cinematográficas

A partir das investigações realizadas sobre a Saúde Mental na perspectiva da comunidade LGBTQIAPN+, percebe-se a necessidade de uma melhor compreensão da sociedade em relação a esse movimento social que se dá, atualmente, por meio de debates, movimentos e outras diversas formas, com objetivos de reconhecimento, respeito e mudança, visto que os indivíduos dessa comunidade sofrem violências físicas, psicológicas e simbólicas em seu cotidiano.

No entanto, para que haja mais engajamento e entendimento da causa LGBTQIAPN+, é importante a discussão da pauta de representatividade e o que esta representa. O psicólogo social francês Serge Moscovici (*apud* Rocha, Maciel e Cardoso, 2020) dá nome e estuda o movimento de Representação Social, afirmando que:

[...] Representação Social é o processo de cristalização de um conhecimento no imaginário popular a partir de sua difusão, surgindo como mecanismo alternativo à impossibilidade de reunir, na sociedade de massas, todos os cidadãos e cidadãs para discutir e decidir sobre os diferentes interesses que circulam nas nações e comunidades.

Assim como foi pautado, a representação social pode se dar por meio de diferentes mecanismos, a fim de atingir diferentes comunidades, espalhando conhecimento e entendimento. Conduzindo esse tema para um contexto atual, os principais veículos que podem ser utilizados como meios de transmissão são as mídias e plataformas digitais, que atualmente facilitam o acesso e a visibilidade, com o propósito de formar espaços de construções coletivas de conhecimento, facilitando o acesso à conteúdos e informações, promovendo assim mais visibilidade a causa (Rocha, Maciel, Cardoso, 2020).

Além disso, por meio de uma promoção da representatividade LGBTQIAPN+, não há somente uma expansão da visibilidade do movimento social,

esta proporciona também uma possibilidade de identidade que transcende os padrões impostos pela sociedade, ampliando a visão dos consumidores destes conteúdos e oportunizando uma visão de possibilidade real de 'ser'.

Uma vez ressaltada a importância da representatividade em movimentos sociais, foram levantadas diferentes obras cinematográficas e artísticas, atores e cantores que promovem a representação desta comunidade, trazendo a partir de diferentes perspectivas as temáticas debatidas nas pautas LGBTQIAPN+. O artista brasileiro Christus Nóbrega manifesta-se em suas obras e em seus textos, trazendo visibilidade para pautas importantes, também por meio da plataforma de seu Instagram:

Quando acesso as demandas LGBTQIA+, geralmente o faço por uma dessas três portas: a dos vestígios, do combate ou da celebração. Quando crio, percebo que estou sempre cruzando uma dessas portas, buscando material simbólico e estético por lá. Na porta dos vestígios, procuro por cicatrizes psíquica ou físicas em nossos corpos. No combate, investigo as lutas e estratégias de confronto aos sistemas políticos, sociais e religiosos fóbicos vigentes. Na celebração, rememoro que nossa 'carne é de carnaval', e que a música, a dança, a moda, o sexo e outras alegorias estéticas de ode à alegria são importantes para nos fortalecer enquanto comunidade.

Frida Kahlo, pintora mexicana, ficou conhecida por criar diversas obras que trabalhavam de forma aberta temáticas como identidade, sexualidade, gênero, classe e raça. Ao ganhar reconhecimento pela sua arte, passou a ser vista também pelos movimentos feministas e LGBTQIAPN+ por desafiar estereótipos, mostrar abertamente sua bissexualidade, entre outros diversos comportamentos modernos.

Há diversos artistas brasileiros que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, que através de suas posições, composições e falas promovem a representatividade e mostram suas lutas e vidas diante de seus públicos, sendo alguns destes artistas: Ludmilla, cantora, bissexual, casada com Brunna Gonçalves. A cantora contou em entrevistas sobre sua dificuldade e medo de assumir sua sexualidade e como foi uma libertação quando veio a público em relação ao assunto; Gloria Groove, conhecida por seu nome artístico, cantora que expressa sua arte através da música e performances, ressalta a importância de não associar a arte drag a identidade de gênero. Se considera um homem cis, sendo gay; Pablio Vittar também é uma cantora, *drag queen*, gay, porém se enxerga como gênero fluido,

levando as pessoas que a acompanham, a representatividade em diversas formas; Paulo Gustavo, foi um humorista e ator muito reconhecido no meio, este nunca especificou sua sexualidade, no entanto sempre mostrou abertamente seu casamento com Thales Bretas, sua família e seus filhos. A obra cinematográfica “Orações para Bobby” (Mulcahy, 2009) retrata uma família cristã e conservadora que se desestabiliza ao descobrir sobre a homossexualidade de um dos filhos. O filme mostra de maneira certa acontecimentos que diversas pessoas infelizmente já passaram e ainda passam, ressaltando as dificuldades, preconceitos e agressões que muitos lidam diariamente.

Em síntese, através das investigações quanto a Saúde Mental na perspectiva da comunidade LBTQIAPN+, ressalta-se a importância da representatividade, visto que esta proporciona espaço de pertencimento, local de fala e visibilidade às lutas e pautas a serem enfrentadas. Ao colocar em evidência obras artísticas e cinematográficas, cantores, atores e pessoas em locais de poder, como os comentados acima, promove-se além da visibilidade, o respeito, o orgulho, o acolhimento, a valorização e a possibilidade de mudança.

3.2 Discussão dos Resultados

Por meio do levantamento teórico realizado, foi possível associar os conteúdos discutidos com os dados condizentes ao histórico da luta da comunidade LGBTQIAPN+. É perceptível, que a partir do momento que um sujeito se encontra inserido em uma minoria, este se torna mais suscetível a enfrentar dificuldades com diferentes aspectos, inclusive sua saúde mental. Este acontecimento é resultado dos preconceitos e dificuldades enfrentadas que deixam resquícios traumáticos nas pessoas, sejam essas consequências desde as mais leves, como um retraimento, até as mais graves, como possíveis transtornos.

Portanto, é necessário um olhar cuidadoso da sociedade em relação aos indivíduos que são alvo de práticas preconceituosas, que sofrem agressões físicas e psicológicas cotidianamente, para que haja espaços de expressão e de pertencimento. É necessário o reconhecimento da resiliência e força que essas pessoas demonstram todos os dias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Reflexão do Cotidiano Pesquisado

A família é a primeira instituição social em que o indivíduo está inserido. Diante disso, ela pode ter uma grande influência na vida da pessoa, positiva ou negativamente, assim, em alguns casos ela pode contribuir para o sofrimento da pessoa LGBTQIAPN+, através de violências físicas, verbais, morais e até mesmo expulsando o sujeito de casa. Devido a isso, percebe-se que os laços de amizade da população LGBTQIAPN+ os fortalecem, ainda que nem sempre sejam capazes de substituir o vazio familiar.

De acordo com uma matéria apresentada no Correio Brasiliense (2023), dados da Antra apontam que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos, que na maioria dos casos, ocorre por homicídio transfóbico, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 75,5 anos (Folha de São Paulo, 2023). Além disso, o “*Observatório de Mortes violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020*” (Gastaldi, 2021) postula que o suicídio é a segunda maior causa das mortes de LGBTQIAPN+, ficando atrás apenas de homicídio. Em tentativa de combate a essa barbárie, em junho de 2019, os ministros do Supremo Tribunal Federal do Brasil votaram pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Supremo Tribunal Federal, 2019).

Em síntese, como uma das possíveis formas para alcançar uma sociedade respeitosa, o Estado deveria intervir para que houvesse uma erradicação do preconceito através da valorização do histórico das lutas vivenciadas dessa população. Outro meio de atingir esse ideal, seria um investimento na educação, na qual se discuta sobre a orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, vale ressaltar que além da educação, é importante viabilizar a inserção da comunidade gay no mercado de trabalho, para que assim sejam respeitados na sociedade, afastando o preconceito e estigma. As políticas públicas devem propiciar, da mesma forma, a segurança especializada, o combate à homofobia e viabilizar a promoção da cidadania e dos direitos humanos da população LGBTQIAPN+.

4.2 O Compromisso Ético-político do Psicólogo.

Um dos papéis exercidos pelo psicólogo é acolher e oferecer os recursos necessários para o público LGBTQIAPN+, tendo em vista como o preconceito, a violência e a rejeição, podem afetar a saúde mental destas pessoas. O objetivo dos profissionais da psicologia é auxiliar a diminuição do sofrimento, os efeitos dos estigmas, fortalecer redes de apoio e estimular a resiliência, através de práticas psicológicas afirmativas que potencializam a assertividade, melhorando assim o funcionamento psicológico.

Mesmo na contemporaneidade, ainda é praticada uma cultura de clínica terapêutica que visa patologizar ou curar a homossexualidade. Cooklin e Barnes (1994, p. 293) definem estas como "sistemas enrijecidos, organizados em torno de respostas incongruentes, inefetivas ou mesmo ultrapassadas". Assim, é possível relacionar tal prática definida pela heteronormatividade, que é baseada em religião fundamentalista e morais sexuais, organizadas em meio a negação da homossexualidade.

Por assim ser, o psicoterapeuta não deve utilizar uma linguagem heteronormatizada, estando consciente de sua própria homofobia e suposições sexistas e atento às suas manifestações. Deve auxiliar os seus clientes a enxergarem a si mesmos como vítimas de um sistema discriminatório, homofóbico e desigual, e incentivá-los a praticar o ativismo e unirem-se a sentimentos que sustentem à vida, de modo que eles externalizem seus pensamentos e sentimentos homofóbicos interiorizados, desde que desejem. Castañeda (2007) salienta que o profissional não deve tratar o cliente como se ele não fizesse parte da comunidade LGBTQIAPN+, fragmentando áreas da vida do paciente como se sua sexualidade estivesse apenas na relação sexual, mas levando em consideração toda sua vivência.

Outro fator a ser considerado pelo profissional, é a violência velada quanto ao controle corporal, já que durante a infância e a adolescência essas pessoas são ensinadas a se portarem de acordo com o que a sociedade e a família impõem. A partir de tal repressão, é possível desencadear problemas psicológicos, quanto a isso, Moraes (2019) relata que a população LGBTQIAPN+ é mais propensa

a desenvolver depressão justamente por conta das suas condições de vidas vulnerabilizadas por um sistema social que dificulta o acesso, o trabalho e a sociabilidade do indivíduo.

Assim, deve-se salientar a importância de uma clínica que não estimule o enrijecimento de seus clientes em apenas uma identidade cristalizada, independente se homossexual ou heterossexual, mas que deva produzir liberdade que possibilite outras configurações do sujeito.

5. CONCLUSÃO

Em síntese, é possível perceber como a noção dos relacionamentos homoafetivos teve grandes desdobramentos na história, resultando no preconceito. Com isso, após lutas de movimentos sociais foi possível que a população estivesse incluída na sociedade, mesmo que minimamente. Dessa forma, é necessário que o psicólogo entenda o contexto, a história e as vivências dessas pessoas, e através disso possa auxiliar o sujeito a reconstituir o seu relacionamento consigo mesmo, reafirmando o seu pertencimento à sociedade, e a sua suficiência.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014. Disponível em: https://www.alex.pro.br/DSM_V.pdf. Acesso em: 04 nov 2022.

BARIFOUSE, R. STF aprova a criminalização da homofobia. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em: 04 nov 2022.

BOEHRINGER, S. A sexualidade tem um passado? Do éros grego à sexualidade contemporânea: questionamentos modernos ao mundo antigo. **Revista Bagoas**, n. 15, p. 13-32, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/10538>. Acesso em: 26 out 2022.

BRASIL. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT**. 2008. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncdlgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>. Acesso em: 26 out 2022.

BRITO, A. Pelo 14º ano consecutivo, Brasil é o país que mais mata trans e travestis. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 jan 2023. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5069243-pelo-14-ano-consecutivo-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-trans-e-travestis.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CASTAÑEDA, M. (2007). **A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. Tradução de Brigitte Hervot e Fernando Silva Teixeira Filho. São Paulo: A Girafa.

COOKLIN, A. & BARNES, G. G. **Os tabus e a ordem social: novos encontros para a família**. In: E. Imber-Black (org.). Os segredos na família e na terapia familiar (p. 292-325). Tradução de Denise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas. 1994.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). Psicologia e diversidade sexual. **Cadernos Temáticos Conselho Regional de Psicologia de São Paulo**. 2011. Disponível em:

http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_indice.asp x. Acesso em: 26 out 2022.

FILIPIACK, I. C.; GASPODINI, I. B. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: revisão de literatura. **Perspectivas em psicologia**, v. 23, n. 2, p. 40-56, 2019. Disponível em:

https://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR_f7caef74a57834d76f17edbc98aa4210. Acesso em: 26 out 2022.

Gastaldi, A. B. F. (Org.). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020**. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

HERINGER, F. R. de A. **Quantas políticas públicas há no Brasil. O problema da imprecisão conceitual para a avaliação de políticas públicas**. Brasília: Senado Federal, 2018.

KAUTZ, P. C. SA. Homossexualidade feminina. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 9, n. 2, 1998. Disponível em: [file:///C:/Users/fabin/Downloads/696-Texto%20do%20artigo%20\(enviar%20arquivo\)-1131-1-10-20201223%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/fabin/Downloads/696-Texto%20do%20artigo%20(enviar%20arquivo)-1131-1-10-20201223%20(2).pdf). Acesso em: 04 nov 2022.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 297-320, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2014000100016>. doi.org/10.1590/S0104-026X2014000100016. Acesso em: 04 nov 2022.

MEYER, Ilan H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychological bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674, 2003. Disponível em:

<https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0033-2909.129.5.674>. Acesso em: 26 out 2022.

MORAES, M. A. de; BORGES, J. L. de J.; SANTOS, J. E. Da S. Saúde mental da população LGBTQIA+: violências, preconceitos e suas consequências. Mental health of the LGBTQIA+ population: Violences, prejudices and their consequences.

Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 6, p. 57836-57855, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/wacwbkvvfwfgehp5txnlvex4iq/access/wayback/https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/31229/pdf>. Acesso em: 26 out 2022.

OLIVEIRA, K.; MOTA, D. A psicologia contra a patologização da homossexualidade: religiões evangélicas e vias de resistência no Brasil contemporâneo. **Cadernos de psicologia**, v. 3, n. 5, 2022. Disponível em: <http://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3136>. Acesso em: 26 out 2022.

ORAÇÕES para Bobby. Direção de Russell Mulcahy. Produção: Damian Ganczewski. Lifetime: Original Movie, 2009. 1 DVD (1H30min).

PREU, R. de O.; BRITO, C. F. Patologização da transexualidade: uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. **Revista Gênero**, v. 19, n. 2, p. 134-154, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/fabin/Downloads/31328-Texto%20do%20Artigo-106603-1-10-20190702.pdf>. Acesso em: 03 nov 2022.

REINKE, C. A. et al. Homossexualidade masculina e suas marcas históricas. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 16, n. 31, p. 275-290, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236123589.pdf>. Acesso em: 21 out 2022.

ROCHA, R.; MACIEL, J. V.; CARDOSO, S. Sixstripes: Promovendo a representatividade LGBTQ através de uma plataforma de visualização de dados.

ATAS: PT & ES, 277. 2020. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65637313/DIGICOM2020_Atas_PT_ES-libre.pdf?1612801911=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DMovimentos_Civicos_de_Ambito_Municipal_O.pdf&Expires=1711135835&Signature=H~3UYXM7ARBCbxqrtWRPFP3h0Ak7EyUUqjuTHkdTQjSIDN4zDFjBSkOTNbQszBtjhvR1YuFscTPkdxHCzCksMLdywYVfkTR3FFEgQ0iFmV5Jj9xHTWCTfC6HQI~DT3u0lZmNsa7Ds1qwy~vtm8z4SELo~Hp6oDQaQi97xEvll8zn~AB39T9fysba0fh2SNFMNaBQGjFNk2LmXfL4aZqLoHUqLYRtUdt7RvKZv0s0rLCIgpwTE5WYKbr6Pp9zm~109COv4i2UTCj8cfNpAAeiLzB3bf5CZgPLHBj9G0r9KrO1xPgSDGkJKAyUNkYCndHsaTNYNSONXeTI888DPoMbtg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=277. Acesso em 29 out 2022.

SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P.. Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 290-300, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dn8hPT4MxTn3ChR5Q99HxWq/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 26 out 2022.

STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. **Portal STF**, Brasília, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 22 mar. 2023.

VIECELI, L. Expectativa de vida no Brasil sobre a 75,5 anos após quedas na pandemia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/11/expectativa-de-vida-no-brasil-sobre-a-755-anos-apos-duas-quedas-na-pandemia.shtml#:~:text=A%20expectativa%20de%20vida%20ao,ap%C3%B3s%20o%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SOCIODRAMA NA ESCOLA: uma pesquisa-intervenção sobre o manejo dos ciclos de violência vividos dentro de sala de aula

Mara Giulia Pedrucci
Graduanda em Psicologia – Uni-FACEF
magiupedrucci21@gmail.com

Profa. Dra. Daniela de Figueiredo
Ribeiro Docente em Psicologia –
Uni-FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Souza (2012, p.21) aponta que o fenômeno social da violência é multifacetado e depende de cada situação observada para se pensar em seu significado. Assim, a desigualdade social, para ele, é vista como um dos fatores estruturais principais que incentivam esse fenômeno na sociedade atual. Atrelado a isso, de acordo com a OMS, a violência é fruto de fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais. Então, para assimilar a violência escolar, é indispensável perceber os ambientes e circunstâncias coletivos que os estudantes estão inseridos e como eles os influenciam.

Sposito (2010), pontua que as pesquisas sobre violência escolar apareciam, em um primeiro momento, em 1980 e estavam relacionadas à necessidade de proteção do patrimônio escolar, por se manifestar por meio de agentes externos, com intuito de depredação da instituição. Já em 1990, surge a necessidade de pensar a respeito dos conflitos entre os estudantes, o que aumentou a complexidade da análise desse fenômeno. (Souza, 2012. p.22)

No entanto, a pauta sobre violência escolar é cada vez mais difundida no mundo atual e passou a receber várias ramificações a partir de sua natureza, ou seja, hoje fala-se em violência *na* escola, que acontece dentro das relações sociais, violência *da* escola, a qual acontece por meio da exclusão ou discriminação pelo uso de poder e violência *contra* a escola, que diz respeito a

uma desvalorização social da instituição (Ristum, 2010). Essa pesquisa considera a violência *na* escola como expressão da violência escolar.

Segundo Costa e Vale (1988 , p.9) “O interesse dedicado a esta questão, decorre da preocupação crescente face aos episódios que ocorrem nas escolas e, principalmente, da necessidade de evitar o agravamento do fenômeno”. Por esse motivo, a escola torna-se espaço de preocupação no momento em que ela deixa de ser um lugar de aprendizagem e promoção de cidadania e passa a se tornar um ambiente facilitador e incentivador de ciclos de violência. Assim, é possível se pensar nos fatores que estão enraizados socialmente que atuam na educação como condições de risco e tem como resultado os ciclos de violência.

Paulo Freire, em sua obra *A pedagogia do Oprimido* (1998), traz o conceito de *educação bancária*, que está associada a um ensino que deposita o conhecimento em recipientes, ou seja, os estudantes tornam-se depositários e os educadores depositantes. Logo, assumem o papel de “coisas” dentro da instituição e adquirem um processo de aprendizagem que tem por princípio a anulação de suas vozes e de seus saberes. É nesse momento que Freire e outros autores propõem uma ruptura desse ciclo violento por meio de uma visão descolonizada.

O ponto de vista decolonial, começou a ser difundido no final dos anos 90 na América Latina e tem como objetivo superar o epistemicídio histórico, a colonialidade do poder e do saber, ou seja, dar voz a culturas e ciências que são colocadas em segundo plano, negadas e silenciadas pela ótica vigente, que tem como enfoque o pensamento europeu, o qual privilegia o produtivismo e a supervalorização do capital em detrimento do valor das pessoas. Ribeiro (2023, p. 4) traduz que “Decolonialidade, portanto, refere-se às teorias e às práticas de formação humana que capacitam os grupos para a luta contra a lógica opressiva da modernidade”.

Tendo isto em vista, Quijano sugere dentro dessa ótica, a definição de *colonialidade do saber*, a qual se refere a uma imposição de saberes europeus em detrimento de outros tipos de ciência, promovendo ainda pouco incentivo ao pensamento crítico dos alunos. Tem por objetivo uma padronização tanto dos

estudantes, quanto da produção de conhecimento, conseqüentemente passa a ser um mecanismo disseminador de violência na escola, no instante em que promove uma educação institucionalizada. Parafrazeando Carvalho et al. (2019, p.8)

Assim, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a escola é aberta e oferecida para todos, ela também cumpre um papel de homogeneizar e padronizar conhecimentos, valores, culturas, economias e espaços[...]. Não há, portanto, nesse projeto de educação, espaço para a defesa do direito à diferença e, assim, de uma cidadania para todos e para cada um. Ao contrário, nele é verificada uma imposição cultural, através da naturalização de um determinado perfil de grupo social: homem, branco, europeu, proprietário[...].

Superar a colonialidade do poder e do saber então, se dá a partir da prática da *desobediência epistêmica*, à promoção do conhecimento a partir do olhar do outro. Percebe-se então a importância de se realizar trabalhos na escola a fim de se entender os mecanismos de violência que o ambiente escolar traz entre os alunos, levando em consideração que para minimizar os efeitos de uma educação institucionalizada, padronizadora e massificada de conhecimento, é preciso entender os movimentos para se promover uma melhora na convivência entre os estudantes, bem como romper ciclos de violência enraizados na visão colonial e transformar a escola em um ambiente de promoção de liberdade.

A partir do que foi discutido, podemos entender o sociodrama como uma ferramenta decolonial, Ribeiro (2023) em seu artigo intitulado como *A decolonialidade na pesquisa e prática psicodramáticas: pela superação dos epistemicídios históricos*, propõe a decolonialidade como método a ser exercido dentro da pesquisa-intervenção em Psicodrama, ou seja, sugere que através do corpo em ação e da criação em conjunto, seja possível produzir conhecimento. Essa bagagem estará diretamente relacionada com a proposta da pesquisa, no sentido de que a partir da co-criação entre os estudantes, seja possível pensar na escola como um ambiente de liberdade e transformação em contrapartida aos determinantes sociais vigentes que massificam.

Um trabalho a ser comentado no que se refere aos resultados positivos da intervenção sociodramática na escola é o de Vanini (2023), que em seu

trabalho intitulado como *sociodrama na escola: uma pesquisa-intervenção para aprimoramento da convivência entre os estudantes dos finais do Ensino Fundamental*, mostra como o sociodrama serviu como importante instrumento de interação entre os alunos, com objetivo de melhorar os ciclos de violência que permeiam esse ambiente. O estudo foi realizado em uma escola pública de Franca com 9 adolescentes, foram feitas 13 sessões a partir do sociodrama com temas previamente estabelecidos ou estabelecidos pelo grupo. Logo, foi possível obter como resultado, a criação de um ambiente seguro e respeitoso, onde os alunos puderam se expressar, vivenciar situações do cotidiano por meio do sociodrama, além de que foi possível estabelecer vínculo e confiança entre eles.

O sociodrama se mostra então, um instrumento potente de transformação no ambiente da pesquisa associada ao foco socioeducacional, que auxilia no trabalho grupal com adolescentes, sob a perspectiva da criação de novos modos de convivência dentro de sala de aula, como também no enfrentamento da violência escolar.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa é realizar uma intervenção grupal sociodramática com a finalidade de se perceber melhora nas relações entre estudantes com vistas à quebra de ciclos de violência, atrelado à promoção de qualidade de vida no ambiente educacional. Assim sendo, percebe-se a relevância da utilização do sociodrama como ferramenta decolonial nesse trabalho, sendo esta a principal estratégia que torna possível o alcance dos objetivos apresentados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Violência na Escola

A violência é um tema muito escutado e presenciado no contexto educacional. Todavia, quando se fala no conceito de violência escolar, nos deparamos com a dificuldade de se achar uma única definição para esse fenômeno, visto que ele se expressa de diversas formas no contexto educacional. Pereira e Williams (2010, p.46) pontuam até que devido a essas múltiplas expressões, a cada nova pesquisa os autores demonstram sempre trazer

diferentes definições desse fenômeno diante do que é apresentado em cada trabalho.

Sob o olhar da OMS (Organização Mundial da Saúde) por exemplo, entende-se a violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G., 2006, p. 1165).

Além da OMS, um dos grandes autores que se propuseram a refletir sobre a violência escolar, foi Abramoway, o qual também reconhece a dificuldade em caracterizar esse fenômeno diante de suas múltiplas expressões, e o define ainda como algo dinâmico e mutável. Bem como, fala sobre suas transformações diante do contexto no qual está inserido quando diz que “Suas representações, suas dimensões e seus significados passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam”. (Pereira e Williams, 2010, p.46 *apud* Abramoway, 2005, p.53).

Nesse sentido, é possível perceber que diante de tantos contextos que conceituam a violência escolar, fica claro que não é possível minimizar esse fenômeno tão abrangente em apenas uma caracterização que seja aceita universalmente. Faz-se necessário, entender como pontuam Pereira e Williams (2010, p.47), o contexto no qual está sendo pesquisado, como também sob quais perspectivas e a quais pessoas ele se refere, seja sobre professores, alunos, funcionários. Sendo assim, o presente trabalho procura entender como os ciclos de violência interferem dentro da sala de aula, a partir do olhar para a convivência entre os estudantes.

A partir do olhar para a convivência entre os alunos, é relevante conceituar que, desde os anos 80, a sociedade se depara principalmente com a forma de violência, voltado ao fenômeno do bullying, o qual de acordo com Freire e Aires (2012, p.56), diz respeito a “atos agressivos, antissociais e repetitivos que ocorrem entre estudantes no contexto escolar”. Por mais que o bullying seja mais recorrente dentro da escola, ele não ocorre somente nesse contexto, porém diante do tema abordado na pesquisa, faz-se necessário pensar em como esse

fenômeno e outras diversas formas de violência assola o meio educacional e conseqüentemente, afetam a convivência entre os estudantes. O que leva o entendimento de uma violência escolar analisada a partir de um olhar mais sistêmico, não só trazendo a culpa para o conflito em si, mas entendendo as diferentes camadas que podem estar envolvidas em uma situação de bullying. Freire e Aires apud Abramoway e cols, trazem uma perspectiva fundamental, a qual entendem a violência escolar a partir de uma visão ecológica, dizendo que:

Isso significa se opor às abordagens mais individualistas que entendem esse problema como derivado unicamente de problemas gerados dentro da instituição, seja nas formas de gestão autocrática ou metodologias e avaliações excludentes, na precariedade do ensino ou na falta de interação entre família e escola (Freire e Aires apud Abramoway e cols. 2012 apud, 2003, 2005, p.57).

Uma visão sistêmica sobre a violência escolar, possibilita atuar de maneira mais ampla, traçando estratégias de enfrentamento desse fenômeno, entendendo-a como uma problemática social. Posto isso, levando em conta que os primeiros olhares para a temática do enfrentamento da violência escolar, de acordo com Junior e Cunha, (2021, p.4) era voltado mais para o relato dos coordenadores da instituição, sem considerar as relações, o presente trabalho pretende ter um olhar mais amplo e coletivo dentro do ambiente educacional, mesmo que voltado à relação entre os estudantes, buscará entender os meios geradores de ciclos de violência.

Abramoway (2015, p.8), também contribui com a pesquisa quando caracteriza a escola como um ambiente para além da aprendizagem, como também responsável pela socialização. O que traz a reflexão de que: como pode-se pensar em uma educação de liberdade e acolhimento, se o ambiente educacional - este sendo um importante instrumento de formação de relações - é um dos lugares onde aparecem com maior recorrência atos de violência associados a conflitos relacionais? Essa reflexão pode ser associada ao trabalho de Libardi e Castro (2014), intitulado *Violências "sutis": jovens e grupos de pares na escola*, no qual elas fazem um mapeamento das relações entre pares na escola com 60 jovens, sendo 30 por turma, em instituições públicas e particulares, tendo a observação-participante pautada nas ações violentas entre eles. Já em uma segunda etapa, foram realizadas oficinas de debate com 24 estudantes, sendo

nove garotas e 15 garotos, com idades entre 15 e 17 anos. As oficinas foram pensadas a partir de questionamentos e reflexões sobre violências, como: “quais episódios os jovens reconhecem como atos de ‘violência sutil’ em sua convivência grupal na escola? Quais são as relações destes episódios com as normas de convivência grupal? E o que dizer das ‘violências sutis’ perante as regras instituídas da escola?” (Libardi e Castro. 2014, p.948).

Então, o processo de análise surgiu de falas transcritas dos adolescentes durante as oficinas, filtrando o que respondia às perguntas abordadas anteriormente. Os resultados foram organizados em três eixos, a saber: 1) a naturalização das violências entre pares; 2) a violência e as normas de convivência em grupo; 3) a violência entre pares versus as regras da escola. Sendo assim, como resultado, as autoras puderam observar que durante os debates os alunos perceberam tipos de violência que não entendiam com o mesmo significado anteriormente, que elas chamaram de violência *sutil*, sendo esta aquela velada, normalizada e minimizada, que foi trazida pelos estudantes no contexto principalmente das ofensas autorizadas pela intimidade, ou seja, “brincadeiras” ofensivas, mas que são normalizadas em decorrência da amizade.

A partir dos resultados obtidos por Libardi e Castro (2014), abre-se a reflexão de que até mesmo antes dos conflitos relacionais, durante a formação de vínculos, grande parte dos estudantes aprendem a se relacionar por meio de micro- violências, o que torna o vínculo frágil e reproduz os mesmos padrões em outras relações. Dentro do mesmo estudo, Libardi e Castro (2014, p.953) confirma essa narrativa quando traz falas dos alunos sobre as normas de conduta que são aceitas dentro dos grupos de amizade, ou seja, que para ser aceito na convivência entre pares, faz-se necessário adquirir comportamentos iguais e adequados diante daqueles com quem pretendem conviver, a fim de não serem excluídos ou julgados. Como também, apareceu nas falas dos adolescentes, o que foi nomeado como *revanchismo*, sendo esta a utilização da violência como estratégia para se manter no grupo, confirmado na frase:

A dinâmica que usa a reprodução da violência como estratégia preventiva revela o cenário da escola como terreno onde a dominação acontece a partir do poder do mais forte. Parece-nos que para estes jovens as relações entre pares estão pautadas ainda na lógica da força,

seja da força física, ou ainda da força do poder de infligir qualquer outro dano diante de seus iguais. (Libardi, Suzana e Castro, Lúcia 2014, p.954)

Portanto, fica evidente que as relações saudáveis ficam comprometidas por conta de uma aprendizagem e um ciclo de violência que perpassa tanto por escolas particulares ou públicas, ainda que de maneiras e intensidades diferentes, mas que ao final influenciam em uma reprodução de comportamentos que legitimam essa prática diante do medo da exclusão e do isolamento, que acaba ficando acima da camada dos valores e normas sociais, desempenhando um novo modo de conduta nesse contexto e criando grupos mais homogêneos, isto é:

Parece-nos que as normas de convivência nos grupos – inserção, permanência e conduta – são referências muito fortes, e às vezes determinantes, para guiar os jovens na vivência da escola, pois as regras do grupo de pares são a lei a que os jovens dão mais respaldo e à qual estão mais submetidos. Permanece no grupo quem age como o grupo determina. No fim das contas, a composição do grupo parece se definir a partir de certa homogeneidade no comportamento dos jovens; o que colabora para constituir-los como iguais. Tratar-se-ia então de um grupo de pares enquanto grupo de iguais, iguais não no sentido da hierarquia – de que estão todos em posição de horizontalidade – mas no da homogeneidade da composição do grupo. (Libardi, Suzana e Castro, Lúcia, 2014, p.959).

O estudo de Libardi e Castro (2014), torna-se então, uma referência teórica importante que afirma a relevância do presente trabalho, bem como a necessidade de inserção do serviço do psicólogo escolar no sentido de trabalhar sobre as relações entre os alunos, minimizar os danos da reprodução de padrões de comportamento voltado a atos violentos, quebrar os ciclos e incentivar uma melhor convivência, a fim de se construir aos poucos um ambiente educativo pautado na liberdade, na valorização das vozes dos alunos, no respeito e no acolhimento das diferenças em busca do sentimento de coletividade.

2.2 O Papel do Psicólogo Escolar Diante da Violência

Quando se pensa a partir da violência escolar, na maioria das vezes associamos o conceito de *bullying*, o qual se origina do inglês “bully”, que em português se traduz como “valentão”, ou seja, diz respeito a um fenômeno que envolve ações agressivas, sejam físicas, verbais ou emocionais para com alguém.

Santos, Ribeiro e Andrade (2021, p.2), propõem em seu trabalho intitulado *Sociodrama com alunos de uma escola pública: um estudo sobre vínculos*, analisar os vínculos estabelecidos entre os alunos de idade entre 5 e 12 anos de uma escola pública municipal, a fim de perceber como esses meios de vinculação influenciam no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Logo, estabelece uma relação direta e fundamental com a pesquisa no sentido de que, por meio das vinculações torna-se possível entender e quebrar os ciclos de violência no momento em que é possível criar em conjunto com o grupo um sentimento de pertencimento, partindo do princípio de que os meios de convivência violentos acontecem a partir da reprodução de outros vínculos violentos já criados anteriormente. Santos, Ribeiro e Andrade (2021, p.2) explicam isso quando dizem que: “[...] vínculos positivos agem como condição de fortalecimento e de agente propulsor do desenvolvimento de novas relações, enquanto que nossos vínculos negativos atrasam esse processo, tornando-o mais árduo e sofrido”.

O núcleo familiar contempla um sistema de vínculos importantes na vida de cada indivíduo, sendo assim vínculos tanto negativos quanto positivos necessitam ser mapeados para ampliar a proteção do sujeito, atuar na diminuição de sua vulnerabilidade a fim de promover transformação e qualidade de vida. Desse modo, aqueles que são positivos devem ser fortalecidos, ao passo que, aqueles que forem negativos devem ser restringidos. Nesse caminho, torna-se importante a relação família-escola, no sentido de conhecer as realidades que fazem parte desse contexto de maneira verdadeira e acolhedora, levando em consideração que muitas vezes a família do aluno se sente culpada e não traz para a escola o que vive em casa, traz apenas um contexto estereotipado e irreal. Logo, tomar contato com essas situações faz com que essa configuração vincular seja fortalecida. Além do que a criança é moldada desde cedo pelo primeiro núcleo que tem contato, ou seja, a família e isso molda muitos de seus aspectos pessoais. Santos, Ribeiro e Andrade (2011 apud DESSEN, 2007) explicitam isso quando dizem que:

“A família, assim como a escola, é a chave de construção de vínculos da criança, ela reproduz comportamentos das suas referências identitárias, pois seu comportamento é modelado, em parte, pelos relacionamentos

que estabelece. O que nos leva a refletir sobre as redes de apoio da criança para lidar com os conflitos e o insucesso escolar.”

Então, esse grupo vincular se torna fundamental para a construção de novos vínculos posteriormente.

Bem como, outro grupo vincular que deve ser observado com atenção e acolhimento é o da amizade, o qual contribui para com a proteção do sujeito. Santos, Ribeiro e Andrade (2021, p.3) confirmam isso quando citam que: “Ampliando essa rede de proteção o indivíduo conseguirá com mais facilidade agir enquanto ser transformador, se desprendendo das expectativas da sociedade”.

Partindo do princípio relacionado às expectativas que a sociedade impõe sobre os alunos, fica evidente diante da pesquisa o quanto a escola coloca os alunos em posições hierarquizantes, as quais funcionam como rótulos que classificam dos “piores” aos “melhores” alunos, viés que é pautado apenas em nota e desempenho escolar, ou seja, desde cedo os estudantes são colocados em papéis e posições de competitividade entre eles, então, um ambiente que era para ser transformador, acolhedor e coletivo, passa a ser individualizante e reprodutor de ciclos de violência, o que dificulta na criação de vínculos. Essa cultura de competitividade se dá também pelo modo com que as escolas são avaliadas, por meio da produção de índices, que conseqüentemente faz com que esse tipo de tratamento com os alunos seja valorizado. De acordo com Santos, Ribeiro e Andrade (2021 apud SANTOS e LICÍNIO, 2002):

“há desencontros entre as políticas públicas e a realidade da educação, pois esses índices criam uma norma, e aqueles que não atingem esse índice de normalidade, são punidos. Portanto, esse estilo de avaliação das escolas faz com elas queiram muito esse prestígio. Observamos a necessidade de a criança estruturar-se dentro de um padrão.”

Portanto, Santos, Ribeiro e Andrade (2021 apud RAMOS, 2011) propõem que o caminho para se ter a escola como um ambiente transformador se dá a partir do estreitamento desse vínculo importante. Partindo do ponto também de que no processo de ensino-aprendizagem, um fator importante associado é o do desejo, ou seja, enquanto se tem o desejo, o ensino efetivo é possível, porém quando esse desejo é esgotado, diminui-se a potência do aprender. Assim, fica claro a importância de se co-criar um vínculo acolhedor bem estabelecido entre

professor e aluno, ao passo que a partir disso é possível despertar o desejo de aprender novas coisas.

O artigo de Santos, Ribeiro e Andrade (2021, p.7) cita estudos empíricos de Wechsler (2014) voltados ao processo de escolarização a partir de uma demanda espontânea, em que ele realizou sessões a partir do *Psicodrama Itinerante*, sendo que nas primeiras sessões os alunos do grupo não se ouviam, não se respeitavam e não entravam em um acordo, logo essas sessões foram denominadas como *Caos*, depois disso ele passou a levar temas recorrentes a partir de dramatizações e conseguiu mudar a relação sociométrica do grupo, essas sessões foram denominadas *Co-criação*, e a partir delas foi possível denominar a exclusão como protagonista do grupo, que conseqüentemente, teve como objetivo:

“[...]tentar ressignificar essas dores de exclusão, raiva, agressividade, a partir da identificação, possibilitando a elaboração das dificuldades de triangulação nas relações vivenciadas e, potencializando, conseqüentemente, as relações fraternas. (SANTOS et al, 2021 apud WECHSLER, 2014, p. 31).”

Sendo assim, fica clara a potência da espontaneidade e do Psicodrama no contexto escolar, levando em conta que a partir dele é possível dar voz as dores silenciadas dos alunos e com isso trabalhar a importância da coletividade, do acolhimento a dor do outro e do sentimento de pertencimento e identificação dentro de um grupo. O que comunica diretamente com a pesquisa no sentido de que o objetivo está pautado principalmente na potencialização dos alunos e acolhimento de suas dores, a fim de que eles possam ser posteriormente, também transformadores e reprodutores desse nosso modo de convivência.

Santos, Ribeiro e Andrade (2021, p.8) utilizam como metodologia do trabalho, o sociodrama, o qual se evidencia como um instrumento importante na coleta de dados na pesquisa qualitativa, levando em consideração que por meio dele é possível utilizar de dramatizações, jogos, brincadeiras, ou seja, o recurso lúdico. Logo, foi realizado com crianças indicadas de uma escola pública, de 5 a 12 anos, que foram divididas por faixa etária. A pesquisa teve como foco investigar os vínculos afetivos delas por meio de 3 eixos temáticos voltados ao “eu na

família”, “eu na escola” e “eu no mundo”, além de 10 oficinas lúdicas sociodramáticas. A escolha das oficinas lúdicas é explicada como:

As oficinas lúdicas foram escolhidas como estratégia de coleta de dados, pois as pesquisas que tomam a criança como sujeito competente, ou um agente, enfocam não apenas como elas são construídas pelos processos de socialização, mas como elas os constroem e os reconstroem, como compreendem e interpretam suas experiências a partir do lugar em que se encontram (SANTOS et al, 2021 apud CASTRO; BESSET, 2008, p.26).

Posto isso, os resultados obtidos foram divididos em quatro categorias sendo elas: modos de vinculação no grupo, modos de vinculação na escola, modos de vinculação na família e modos de vinculação no mundo, as quais foram divididas posteriormente em quatro novas subcategorias sendo estas: agressão; isolamento; cooperação, e afeto. A partir dos resultados, foi possível perceber que um dos vínculos mais trazidos de maneira negativa foi relacionado à figura paterna, evidenciado e vivido de forma mais conflituosa pelas crianças mais velhas, embora que de maneira mais geral, o vínculo familiar se demonstrou mais positivo. Já com as crianças menores, foi possível perceber que o modo de vinculação mais presente se referiu ao grupo e ao mundo. Portanto, por meio das sessões ficou perceptível o quanto as crianças se identificaram e se sentiram pertencentes, o que fez com que elas mudassem seu comportamento e criassem um ótimo vínculo. O que comunica diretamente com o objetivo da pesquisa *Sociodrama na escola: uma pesquisa-intervenção sobre o manejo dos ciclos de violência vividos dentro da sala de aula*, no sentido de que ela propõe que com o sociodrama seja possível criar relações identitárias positivas as quais tenham por consequência a quebra de ciclos de violência.

Outro aspecto que pôde ser enfatizado na pesquisa, foi com relação ao eixo temático 3, denominado “eu no mundo”, neste foi possível perceber uma nova relação com a natureza, um modo de relação positiva apreendida por eles. Entretanto, um vínculo muito presente passível de ser observado foi associado às mídias sociais, que se demonstra através do comportamento e das dramatizações.

No eixo 2 “eu na escola” os resultados que prevaleceram foram associados a modos de vinculação negativos, a exemplo, o papel da professora brava, das brigas e zombarias entre os alunos, entre outros. O que impacta

diretamente no processo de ensino-aprendizagem, visto que um dos aspectos primordiais para se ter uma aprendizagem significativa - citado anteriormente - é o desejo, o qual fica em segundo plano diante da desmotivação de estar na escola e vivenciar essas relações negativas.

Por fim, embora a pesquisa tenha evidenciado modos de vinculação negativos na vida das crianças dentro dos três eixos temáticos, ainda sim o trabalho deixou muito claro a importância de se co-criar vínculos positivos na vida, o quanto se relacionar com o outro de maneira harmoniosa, coletiva e acolhedora, muda comportamentos, e conseqüentemente rompe com ciclos viciosos de violência principalmente no ambiente escolar, o que contribui diretamente com um processo de ensino-aprendizagem efetivo. Esse trabalho possibilitou entender o quanto o psicólogo escolar se faz importante na luta contra a violência no contexto educacional. Principalmente no âmbito de compreender as relações presentes na escola, partindo do aperfeiçoamento delas.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa-intervenção qualitativa com a utilização do Sociodrama na coleta de dados. Nery (2020) explica utilização do termo *pesquisa-intervenção* em seu trabalho quando diz que:

Se concebermos que toda pesquisa feita é um tipo de intervenção, o que propõem os analistas institucionais quando utilizam o termo? Fazem uma distinção entre seu emprego generalizado e o âmbito da pesquisa. Refutam, no primeiro caso, sua conotação autoritária e milita-resca, outorgando-lhe, no segundo, o sentido de se colocar entre propiciado por um terceiro que teve sua presença solicitada (Nery, 2020, *apud* L'Abbate, 2005, p. 236 e Lourau, 2001, p. 38).

A função da pesquisa, diz respeito ao vivenciar a experiência junto do outro com o olhar voltado à subjetividade do processo a partir dessa nova realidade. Rosália (2002, p.140) confirma isso quando diz que:

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares

muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

A presente pesquisa conta com a participação de 8 adolescentes de uma escola pública localizada na cidade de Franca- SP que encontram na tabela a seguir:

Identificação	Idade	Sexo
E.	12 anos	Feminino
J.	12 anos	Masculino
L.B	12 anos	Feminino
L.P	12 anos	Feminino
L.G	12 anos	Feminino
M.C	12 anos	Feminino
M.J	12 anos	Feminino
M.R	12 anos	Feminino

Trata-se de um grupo coordenado pela pesquisadora e uma aluna estagiária em Psicologia Escolar, ambas supervisionadas pela orientadora da pesquisa.

3.1 Coleta de Dados

A coleta de dados aconteceu em duas fases, descritas a seguir:

A fase 1 consistiu em estabelecer contato com a escola e selecionar os participantes. O contato foi estabelecido através da supervisora de estágio em Psicologia Escolar realizado no 8º e 9º semestre do curso de Psicologia e a seleção dos alunos foi feita a partir do roteiro de entrevista apresentado no Apêndice A.

A fase 2 consiste na intervenção com os adolescentes. A pesquisa-intervenção conta com a colaboração de duas estudantes (a pesquisadora mais uma estagiária) do 5º ano do curso de psicologia do Centro Universitário Municipal

de Franca Uni-FACEF. A graduanda e a pesquisadora realizam grupos semanais com duração de 1h30 com os adolescentes durante o primeiro semestre de 2024, com previsão para 12 sessões.

Como os grupos são realizados sob a perspectiva do sociodrama, cada sessão é dividida em aquecimento, utilizando jogos, brincadeiras, relaxamentos ou outros recursos, o desenvolvimento, com dramatizações e o compartilhar, para que os alunos possam conversar sobre o que sentiram durante o encontro no que foi possível refletir a partir de cada realidade e subjetividade. Sendo assim, as primeiras sessões terão temas definidos anteriormente pelas estagiárias voltadas ao estabelecimento de vínculo. No entanto, durante o processo, os adolescentes têm a liberdade de trazer temas que tiverem interesse, a partir da necessidade do grupo, desde que ligados à temática do trabalho.

A análise e discussão dos resultados será dividida em duas partes, sendo a primeira uma descrição fenomenológica e a leitura sociométrica de cada encontro. E a segunda, uma análise do processo grupal.

Até o presente momento, foi realizada a parte 1 completa, bem como parte da fase 2 com a realização de 5 encontros ainda não analisados e discutidos.

4 RESULTADOS PARCIAIS

Como o processo ainda está em andamento, será apresentado neste artigo a descrição de uma das sessões realizadas com os alunos da instituição participante, de modo a exemplificar e destacar as violências identificadas nesse processo. Logo, apresento a descrição do quarto encontro, nomeado como *eu no mundo*.

4º Encontro: Eu no mundo

Aquecimento inespecífico: Jogo “Eu nunca”. A brincadeira consistia em: Os alunos ficaram no fundo da sala davam um passo à frente a cada situação que já passaram na vida, sendo que as perguntas foram:

- Eu nunca faltei mais de 3 vezes a aula, durante a semana
- Eu nunca briguei com alguém na escola
- Eu nunca presenciei briga na sala
- Eu nunca presenciei briga na rua
- Eu nunca presenciei alguém passando fome na rua
- Eu nunca presenciei uma cena de racismo
- Eu nunca sofri racismo
- Eu nunca fui racista

Após terminarem as perguntas, pedi para que eles olhassem a posição em que estavam e foi realizado o **aquecimento específico**, o qual consistiu em espalhar imagens de situações do mundo pela sala (imagens de racismo, fome, desigualdade, assalto, bullying, notícia de racismo na escola) enquanto eles andavam pelo ambiente e pensavam tanto nas situações que já presenciaram tanto nos direcionamentos feitos acompanhados com músicas instrumentais de introspecção. Nesse direcionamento, propus que eles vivenciassem como se tivessem vivido a mesma situação da notícia, a qual contava de uma menina negra que teve o cabelo cortado dentro do transporte público que levava à escola, por outras alunas da instituição e não quis mais voltar para a aula.

A partir dessa vivência, todos se sentaram em uma única roda para podermos conversar sobre os sentimentos vivenciados. A aluna L.P, se autodeclara preta e compartilhou com o grupo a seguinte situação: “o negócio do cabelo me deixou muito triste porque como meu cabelo é enrolado, eu não gosto que mexe no meu cabelo, uma vez, meu cabelo era muito grande e aí sem querer alisou ele e eu tive que cortar, e eu fiquei muito triste, no meu caso eu fui no salão cortar, [...] eu tenho medo que isso aconteça. [...] eu chorei muito, porque eu não queria que cortasse, ele quebrou, [...] ele nunca mais vai voltar como ele era porque o cacho é muito mais aberto”. Outra aluna do grupo que também se autodeclara parda e tem o cabelo crespo, E. compartilhou uma situação sobre ela sempre ir de cabelo

amarrado para a escola e cacheado, mas na formatura do 6º ano ela foi com o cabelo solto e liso/escovado e nesse dia as meninas da sala a elogiaram muito e sua irmã mais velha ouviu algumas delas conversando em um outro momento da festa dizendo “chega de falar dela, aquele cabelo feio dela, já tá bom de falar dela”, logo E. comentou com o grupo que isso a deixou magoada.

Com esse relato, o aluno J.H que também se autodeclara preto lembrou de uma situação de racismo vivida e compartilhou com o grupo, que ele e seus primos também negros foram no shopping e dois seguranças brancos os seguiram durante todo o passeio, disse “eu ia pro banheiro, ele ficava assim na porta, eu ia pro negócio la de tênis ele seguia nois, eles achavam que nois ia roubar, nois ficou bem desconfortável, eles seguir nois e achar que nois vai roubar, nois não é assim”. Além disso, uma das alunas brancas do grupo compartilhou que já presenciou a aluna E. sendo chamada de “macaca” na escola. O aluno J.H também compartilhou sobre seu amigo negro que contou para ele e sua roda de amigos brancos sobre situações de racismo e bullying vividas na escola, em que ele é chamado de shrek, gorila, e que as pessoas riem dele. Desse modo, compartilhou com o grupo seu sentimento diante desses relatos no dia, dizendo: “eu segurando o choro e todo mundo segurando a risada”.

Portanto, a partir desses e de outros relatos, eles foram divididos em dois subgrupos por proximidade para continuarem conversando e prepararem a partir desses relatos uma cena que representasse o compartilhar do grupo. Essa foi a etapa da **dramatização**.

A primeira dramatização foi uma situação vivenciada pela aluna L.P em que as pessoas brancas muitas vezes se sentem no direito de tocar no seu cabelo sem sua permissão e elogiam de maneira racista. Então a dramatização foi dividida em duas cenas. A primeira cena foi representada a partir de duas meninas, as quais vinham querer colocar a mão no cabelo de L.P e faziam comentários racistas disfarçados de elogio sobre o cabelo como “nossa que diferente seu cabelo”, “olha o cabelo dela que diferente, deixa eu colocar a mão?”, e outra menina do grupo, branca, chegava e questionava se as meninas achavam que L.P estava se sentindo confortável com os comentários e defendia dizendo que ela não gosta que peguem

no cabelo dela. As meninas brancas que fizeram os comentários por sua vez pediam desculpa à personagem de L.P. Nessa dramatização, houve intervenção da pesquisadora perguntando como L.P se sentia na primeira parte da cena, a qual relatou: “me sinto um animal exótico, triste[...] eu gosto que elogiam meu cabelo, mas tanto assim né...” então, perguntei como ela gostaria que a cena fosse feita, e ela disse que queria que elas elogiassem mas nem tanto e que não focassem tanto nisso, então refizemos a cena da forma proposta pela aluna, a qual se sentiu acolhida e melhor após a dramatização.

Já a segunda dramatização foi protagonizada pelo aluno J.H, o qual interpretou uma cena vivenciada por ele na vida, quando foi em uma sorveteria e os vendedores não quiseram vender para ele alegando que não havia mais sorvete, ao passo que quando outra pessoa branca pediu, ela teve o seu sorvete. Nessa cena, o aluno se emocionou muito e disse que se sentiu excluído nesse dia e revivendo essa experiência, a dramatização também teve duas partes, em uma segunda parte antes da intervenção da pesquisadora, os outros integrantes do subgrupo partiam em sua defesa, chamavam a polícia e fecharam a sorveteria, denunciando o racismo vivenciado. Além disso, através da intervenção, J.H disse que a cena ideal seria a moça da sorveteria entregando o sorvete para ele igual a todos, e ele agradecendo, fizemos essa segunda parte e ele relatou se sentir mais aliviado, mas chorou muito e reconheceu os racismos protagonizados por ele na vida.

Isso ficou mais evidente ainda na última etapa do Sociodrama, o **compartilhar**, o aluno apenas chorava nesse momento e por isso, foi feito um *duplo* - se colocar no lugar do paciente/sujeito e dar voz quando não é possível para ele - por parte da pesquisadora a fim de conseguir dar voz, continência e acolhimento a dor do aluno. Após o duplo ele ainda não conseguia falar, perguntei como ele gostaria de ser acolhido e perguntei se um abraço ajudaria, ele disse que sim e nos abraçamos.

Outro duplo também foi realizado para outra integrante do grupo, uma aluna branca que se reconheceu racista e estava emocionada, disse que já tinha feito isso e que se arrependia, a estagiária do 5ºano trouxe então através do duplo esse sentimento de arrependimento e acolheu a aluna. Por fim, os outros alunos também se expressaram diante da experiência e finalizamos a sessão.

Leitura sociométrica: Foi possível perceber nesse encontro, a importância do sentimento de grupo que está sendo criado, os alunos puderam se acolher e se colocar no lugar uns dos outros e se sentirem impactos e verem o reflexo de suas atitudes nas pessoas tanto do grupo quanto em situações da vida. Além disso, foi possível perceber que estar no mundo para esses alunos é violento, mesmo sendo adolescentes do 7º, principalmente nesse encontro, puderam compartilhar situações de sofrimento e violência vividas e o que ficou forte no mapeamento de violência desse 4º encontro, foi o reconhecimento do racismo vivido e o reconhecimento de ser racista. Por fim, esse encontro foi muito marcante para todo o grupo e foi essencial para a construção de vínculo entre os membros.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Até o presente momento foi possível cumprir a fase 1 dos procedimentos metodológicos previstos, visto que o Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Uni-FACEF já no mês de dezembro de 2023. Como também, foi realizada parte da fase 2 da intervenção, já com 7 encontros realizados, embora não estão descritos no artigo pois ainda não foram analisados.

De acordo com o referencial teórico apresentado, fica evidente que a quebra dos ciclos de violência na escola é um processo longo e com inúmeras possibilidades, as quais demandam essencialmente a participação ativa da instituição de ensino durante todo o movimento. Silva et al (2018, p.2) confirma isso quando diz que: “[...] o ambiente escolar é um local que, para além de ter o encargo de educar e reportar saberes, tende também a auxiliar no pleno desenvolvimento dos alunos, na promoção de valores e relações interpessoais”, fica evidente então a necessidade do auxílio e colaboração da escola para a conclusão do objetivo geral da pesquisa no sentido de estarem alinhados com a finalidade do projeto, além de fornecerem recursos e condições de trabalho, estando a par do planejamento e execução do cronograma da pesquisa. Não obstante, posteriormente ocupar o papel de disseminadores de uma educação

com base na liberdade, a qual dá voz aos alunos e promove melhoria na qualidade de vida a partir também de um olhar mais coletivo.

A coletividade a partir da formação de um grupo, possibilita a criação de um espaço de acolhimento das diferentes dores dos estudantes, ou seja, um ambiente que cria vínculos afetivos e incentiva o compartilhar entre eles, fazendo com que aos poucos eles possam resolver conflitos por meio da coletividade, o que se configura como efeito terapêutico. Nery, Penha (2006, p.306) confirma isso quando diz que:

O pesquisador-terapeuta proporciona ao grupo por meio de sua demanda ou do seu consentimento, um encontro para abordar os temas ou os conflitos que lhe são peculiares. Nesta experiência, procura viabilizar a expressão das pessoas e suas tentativas de resolução dos conflitos". (Nery, Penha, 2006, p.306)

Por fim, justifica-se a metodologia escolhida para a intervenção, ou seja, o Sociodrama, por ser um instrumento potente de incentivo a criação de vínculos afetivos e a co-criação a partir do sentimento de coletividade. Logo, o sujeito passa a reconhecer- se no outro e vivenciar junto às próprias realidades e se colocar nesses diferentes lugares. Ter a violência enraizada na convivência escolar como uma problematização para se pensar a promoção de qualidade de vida no ambiente educacional, incentiva a reflexão a respeito de como a convivência escolar fica comprometida pelo viés colonial que produz seres individualizantes e competitivos, os quais não enxergam o outro, não vivem e convivem uns com os outros. Sendo assim, o Sociodrama possibilita criar um espaço de escuta, de vivência coletiva, de se colocar no lugar do outro e de se identificar com diferentes realidades.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Livia. MAPEAMENTO DAS VIOLÊNCIAS E PROMOÇÃO DE NOVOS MODOS DE CONVIVÊNCIA ENTRE ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: uma pesquisa-intervenção sociodramática. 2020.

CHASSOT, C. S.; SILVA, R. A. N. DA .. A PESQUISA-INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: RELATO DE UMA PESQUISA EM ASSOCIAÇÃO. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e181737, 2018.

CONTRO, L. Veredas da pesquisa psicodramática: entre a pesquisa-ação crítica e a pesquisa-intervenção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 13–24, 2020. Disponível em: <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/103>. Acesso em: 7 maio. 2024.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G.. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, p. 1163–1178, 2006.

DUARTE, R.. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139–154, mar. 2002.

FIRMO, Yandra de Oliveria; BARROS NETA, Maria da Anunciação Pinheiro. O sociodrama como ferramenta de ação para a educação como prática de liberdade. **GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES**, jan./jun. vol. 1, n. 1, p. 90- 107, 2019. ISSN 25959026.

FREIRE, A. N.; AIRES, J. S.. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 16, n. 1, p. 55–60, jan. 2012.

GUZZO, Raquel Souza Lobo et al. Psicologia no enfrentamento à violência na escola: conhecer, refletir e agir. In: ARAUJO, Claisy M. Marinho; TEIXEIRA, Adrielle de Matos Borges (orgs.). **Práticas exitosas em psicologia escolar crítica**. Campinas, Alínea, v.1, p. 123-142, 2020.

Lander, Edgardo, ed. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino- americano de Ciências Sociais, 2005.

LEITE, LHA; RAMALHO, BBM; CARVALHO, PFLD. ARTIGO - A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL SOBRE A ESCOLA. **Educação em Revista** , v. 35, p. e214079, 2019

LIBARDI, S. S.; CASTRO, L. R. DE .. Violências "sutis": jovens e grupos de pares na escola. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 26, n. 3, p. 943–962, set. 2014.

LOPES, R. A. G.; CARDOSO, A. S.; VIDAL, G. P.. ESCOLA E MANEJO DE CONDUTAS VIOLENTAS: AS CONTRIBUIÇÕES DO SOCIODRAMA TEMÁTICO. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 29, n. 1, p. 47–52, jan. 2021.

Mendes, R., Pezzato, L. M., & Sacardo, D. P. Pesquisa-intervenção em promoção da saúde: desafios metodológicos de pesquisar “com”. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2016.

NERY, M. DA P.; COSTA, L. F.; CONCEIÇÃO, M. I. G.. O Sociodrama como método de pesquisa qualitativa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 16, n. 35, p. 305–313, set. 2006.

RAMOS, ANTONIA LUCIA LEITE. Vínculo na prática educativa escolar: um estudo com base na ludicidade e no sociodrama. Repositório online UFBA. 2008.

Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11837>. Acesso em 8 dez. 2023.

RIGON, Chirley Fátima. Mediação no ambiente escolar: conflitos e violência(s) em perspectivas decoloniais. 2021. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 jun. 2023.

SANTOS, Bettina Menezes dos; RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ANDRADE, Antônio dos Santos. Sociodrama com alunos de uma escola pública: um estudo sobre vínculos. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, Florianópolis, v. 17, p. e0013, 2021. DOI: 10.5965/19843178172021e0013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/15484>. Acesso em: 15 de set. 2023.

SILVA, B. R. V. S. et al.. Autopercepção negativa de saúde associada à violência escolar em adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 9, p. 2909–2916, set. 2018.

SOUZA, Liliane Pereira de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. *Revista LABOR*, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 20-34, 2012.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 45-55, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 jan. 2024.

PINHEIRO, Marina Vanini; RIBEIRO, Daniela Figueiredo. SOCIODRAMA NA ESCOLA: uma pesquisa intervenção para aprimoramento da convivência entre os estudantes dos anos finais do ensino fundamental. 2022.

RIBEIRO, D. DE F. A DECOLONIALIDADE NA PESQUISA E PRÁTICA PSICODRAMÁTICAS:

PELA SUPERAÇÃO DE EPISTEMICÍDIOS HISTÓRICOS. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 31, 2020.

ÍNDICE

A

Ana Paula Bagaiolo Moraes, 145

C

Camila Marinho Freitas, 90

D

Daniela de Figueiredo Ribeiro, 42, 124,
176, 191

F

Fábio Palhares, 20, 176

G

GRACIOLI, Sofia Muniz Alves, 79
GRACIOLI, Sofia Muniz Alvez, 9, 65

J

JÚNIOR, Elesbão Evaristo Costa e
Freitas, 9, 65

L

Lana Carolina Gomes Borelli, 108

Lavinia Santos de Souza, 145

M

Mara Giulia Pedrucci, 191
Maria Cherubina de Lima Alves, 20, 90
Maria Fernanda dos Reis Queiroz, 124,
157
Mariana Rocha Siqueira, 157
MARTINS, Laís do Nascimento, 79
Mel Appes de Sousa Martins, 145
MENDES, Letícia Gimenes, 9

N

Nina Maranhã Coelho, 176

P

Profª Dª Maria de Fátima Aveiro Colares,
157

S

Sofia Souza Cintra, 176
Stephany Matias de Oliveira Crisostono,
42, 157

V

Valéria Beghelli Ferreira, 108

ISBN VOLUME



ISBN COLEÇÃO



unifacef.com.br

Av. Dr. Ismael Alonso y Alonso, 2400

0800 940 4688 / (16) 3713-4688



I.C **Uni-FACEF**

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca